



Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística

Vitória, v. 13, n. 25 (2019)

Revista (Con)Textos Linguísticos
Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Línguas e Letras
Centro de Ciências Humanas e Naturais

Av. Fernando Ferrari, 514
Goiabeiras – Vitória - ES
CEP: 29075-910
Telefax: (27) 4009-2524
www.linguistica.ufes.br

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

Revista (Con) Textos linguísticos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística. – v. 13, n. 25 (2019)- . – Dados eletrônicos. – Vitória: PPGEL-UFES, 2007-
Quadrimestral.

ISSN 2317-3475

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos>>

1. Linguística – Periódicos. 2. Linguística – Estudo e ensino. I. Programa de Pós-graduação em Linguística. II. Universidade Federal do Espírito Santo.

CDU: 81(05)

Ficha catalográfica elaborada por:
Saulo de Jesus Peres
CRB6 – Reg. 676/ES

Universidade Federal do Espírito Santo

Reitor: Reinaldo Centoducatte

Vice-Reitora: Ethel Leonor Noia Maciel

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor: Neyval Costa Reis Junior

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Diretor: Renato Rodrigues Neto

Vice-Diretor: Ricardo Corrêa de Araújo

Departamento de Línguas e Letras

Chefe: Mário Cláudio Simões

Subchefe: Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Mestrado e Doutorado em Estudos Linguísticos

Coordenador: Luciano Novaes Vidon

Coordenadora-Adjunta: Gesieny Laurett Neves Damasceno

Conselho Editorial

Alexsandro Rodrigues Meireles (UFES), Ana Cláudia Peters Salgado (UFJF), Ana Cristina Carmelino (UNIFESP), Ana Lúcia Tinoco Cabral (Universidade Cruzeiro do Sul), Ana Zandwais (UFRGS), Antônio Simões (Kansas University, EUA), Antônio Suarez Abreu (UNESP), Carla Viana Coscarelli (UFMG), Donesca Cristina Puntel Xhafaj (UFSC), Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento (UNESP), Erasmo D'Almeida Magalhães (USP), Eric Guy Claude Laporte (Université Paris-Est Marne-la-Vallée, França), Fernanda Mussalim (UFU), Gregory Riordan Guy (New York University), Gustavo Ximenes Cunha (Universidade Federal de Alfenas), Hylea de Camargo Vale (IBC), Isabel Roboredo Seara (Universidade Aberta de Lisboa, Portugal), Ivo Costa Rosário (UFF), Janaína Soares Alves (UNB), Janayna Bertollo Cozer Casotti (UFES), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), José Olímpio de Magalhães (FALE/UFMG), José Magalhães (UFU), Júlio Araújo (UFC), Juscelino Pernambuco (UNESP/UNIFRAN), Jussara Abraçado (UFF), Leonor Werneck dos Santos (UFRJ), Lilian Coutinho Yacovenco (UFES), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES), Luciana Lucente (UFAL), Luciane Corrêa Ferreira (UFMG), Luiz Antonio Ferreira (PUC/SP), Luiz Francisco Dias (UFMG), Lurdes de Castro Moutinho (Universidade de Aveiro, Portugal), Maria da Conceição Auxiliadora de Paiva (UFRJ), Maria Flavia de Figueiredo (UNIFRAN), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Silvia Cintra Martins (UFSCAR), Marina Célia Mendonça (UNESP), Marina Terkourafi (University of Illinois at Urbana-Champaign, EUA), Micheline Mattedi Tomazi (UFES), Miguel Oliveira Jr. (UFAL), Pablo Arantes (UFSCar), Rebeqa Campos-Astorkiza (Ohio State University, EUA), Renata Archanjo (UFRN), Ronice Müller de Quadros (UFSC), Sônia Benites (UEM), Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG).

Comissão Editorial

Pedro Henrique Witches (Editor-gerente), Janayna Bertollo Cozer Casotti (Editora de Seção), Gesieny Laurett Neves Damasceno (Editora de Seção), Micheline Mattedi Tomazi (Editora de Seção), Mayara de Oliveira Nogueira (Editora de Texto).

SUMÁRIO

LINGUÍSTICA TEXTUAL – HISTÓRIA, DELIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS Leonor Lopes Fávero	12-24
O TEXTO E SUAS PROPRIEDADES: DEFININDO PERSPECTIVAS PARA ANÁLISE Mônica Magalhães Cavalcante, Mariza Angélica Paiva Brito, Valdinar Custódio Filho, Suzana Leite Cortez, Rosalice Botelho Wakim Sousa Pinto, Clemílton Lopes Pinheiro	25-39
PLANO DE TEXTO E CONTEXTO: CONCEITOS EM INTERFACE PARA O TRATAMENTO DA ESCRITA E DA LEITURA EM MÍDIA DIGITAL Sueli Cristina Marquesi, Ana Lúcia Tinoco Cabral, Vanda Maria da Silva Elias, Micheline Mattedi Tomazi, Maria das Graças Soares Rodrigues	40-59
REVISITANDO O CONCEITO DE INTENCIONALIDADE Ana Cristina Carmelino, Paulo Ramos	60-78
QUAL É O <i>STATUS</i> TIPOLOGICO DA CONVERSAÇÃO? Luiz Carlos Travaglia, Gil Negreiros	79-98
A NEGOCIAÇÃO PERSUASIVA PARA A ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO NOS DISCURSOS Mônica Magalhães Cavalcante, Mariza Angélica Paiva Brito, Maria Eduarda Giering, Rosalice Botelho Wakim Sousa Pinto	99-116
<i>FRAMES</i> E ARGUMENTAÇÃO: ANALISANDO O PRONUNCIAMENTO DE MICHEL TEMER PÓS-IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF Zilda Gaspar Oliveira de Aquino, Renata Palumbo, Anna Christina Bentes	117-134
A ENUNCIÇÃO ENUNCIADA: REFLEXÕES SOBRE O DIÁLOGO ENTRE LINGUÍSTICA DO TEXTO E SEMIOLINGUÍSTICA DO DISCURSO Aparecida Lino Pauliukonis, Beatriz dos Santos Feres, Lúcia Helena M. Gouvêa, Patricia Neves Ribeiro, Rosane Santos Monnerat	135-158
ORGANIZAÇÃO TÓPICA NA INTERAÇÃO EM REDE: ASPECTOS TEXTUAIS, CONTEXTUAIS E DE COERÊNCIA Rivaldo Capistrano Júnior, Vanda Maria Elias, Maria da Penha Pereira Lins, Gil Negreiros, Geralda de Oliveira Santos Lima	159-180

APRESENTAÇÃO

Neste número da *(Con)Textos Linguísticos*, temos a possibilidade de divulgar o pensamento de pesquisadores brasileiros, atuantes em diferentes universidades de nosso país, em grupos de pesquisas consolidados, que vêm se dedicando aos estudos textuais/discursivos, do ponto de vista sociocognitivo-interacional e discursivo, dentro de uma interdisciplinaridade focada nos interesses da *Linguística Textual* e da *Análise da Conversação*.

Os artigos aqui apresentados foram todos produzidos por integrantes do Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação (GT LTAC), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), cujas discussões, reflexões e produção bibliográfica vêm dando visibilidade a seu percurso no cenário da pós-graduação e pesquisa em Linguística, desde o início dos anos de 1980, marco do nascimento da Linguística Textual no Brasil.

Em consonância com os desafios de cada etapa desses já quase quarenta anos de existência, no biênio 2016-2018, coordenado pelas Profas. Dras. Sueli Cristina Marquesi (PUC-SP) e Mônica Magalhães Cavalcante (UFC), os pesquisadores aqui reunidos, considerando os muitos questionamentos que se faz em torno de conceitos adotados, bem como de critérios analíticos deles advindos, elegeram temas que lhes permitiram revisitar conceitos, analisar diferentes *corpora* e avançar no entendimento das noções de texto, de argumentação e de interação em variados gêneros.

Da perspectiva adotada, é importante ressaltar que não se pensa apenas na acomodação de um texto às práticas discursivas recorrentes, tipificadas e relativamente estáveis de um gênero, em suas regularidades temáticas e composicionais, mas ainda no modo como seria possível, sob esse condicionamento, agenciar pontos de vista que se quer sustentar, relacionados a valores, crenças, posicionamentos dóxicos do interlocutor e dos grupos sociais a que ele provavelmente pertence.

Foi, pois, com essa preocupação de repensar as propriedades definidoras do texto como unidade linguística de sentido em contexto e como unidade de interação argumentativamente orientada que o GT se centrou na reconsideração dos critérios analíticos da Linguística Textual e da Análise da Conversação. Esse objetivo requer a convocação de alguns outros redimensionamentos, relativos aos parâmetros teóricos que integram o programa de estudos dessas disciplinas praticadas no Brasil, a fim de proceder a um cotejo dos conceitos correlatos

dessas linhas investigativas no âmbito internacional e rediscutir os critérios metodológicos com os quais lidam os linguistas do texto neste país.

Destaque-se que o objeto de estudo da Linguística Textual e da Análise da Conversação são as negociações para as estratégias de textualização e os modos de organização interacional, que vão desde a acomodação do dizer a um gênero do discurso, à adaptação a um modo de organização do texto em sequências dominantes e inseridas, às tentativas de marcar linguisticamente as formas de representação das heterogeneidades enunciativas que regulam qualquer interação, à tematização e à perspectivização da coerência discursivamente contextualizada, à negociação dos processos referenciais, à marcação dos jogos intertextuais nos modos mais adequados de textualizar (de “colocar em texto”).

Discutir essas questões possibilitou ao grupo cumprir os seguintes objetivos traçados para o biênio 2016-2018: (i) refletir sobre o que une seus pesquisadores em termos teóricos e metodológicos como representantes da *Linguística Textual e Análise da Conversação*, o que se deu nas reuniões realizadas no período, em São Paulo e em Cuiabá, esta última no quadro das atividades do XXXIII ENAPOLL; (ii) organizar a obra e ter o aceite de uma Revista Científica para sua publicação, o que ocorreu, em 2019, com o acolhimento da *(Con)Textos Linguísticos*.

Os artigos que compõem esta edição da revista *(Con)Textos Linguísticos* aprofundam o grande tema *Linguística Textual e Análise da Conversação: conceitos e critérios de análise*, título deste número que agora vem a público, consolidando mais uma etapa dos estudos da área e abrindo perspectivas para novas investigações.

Abre esta edição o artigo intitulado *Linguística Textual – história, delimitações e perspectivas*, de Leonor Lopes Fávero, uma das precursoras da Linguística Textual no Brasil. Nele, a Profa. Fávero apresenta um panorama dos primeiros momentos da Linguística Textual na Europa e os três primeiros trabalhos na área publicados no Brasil. Em suas discussões, a autora dá destaque à importância dessas obras - resultado de cuidadosas pesquisas, que visaram a pôr em evidência os inúmeros problemas provenientes da conceituação de texto, suas propriedades, os momentos fundamentais da passagem da teoria da frase à teoria do texto, as causas do surgimento desta última e a descrição de alguns modelos propostos. As reflexões realizadas fundamentam-se nos pressupostos da História das Ideias, em parte da História Cultural, cujo principal objeto é identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada à luz (CHARTIER, 1990), e reflete estudos desenvolvidos no interior do grupo de pesquisa *História das ideias linguísticas (Brasil e Portugal) e identidade nacional*, da PUC-SP.

Na sequência, em *O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise*, Mônica Magalhães Cavalcante, Mariza Angélica Paiva Brito, Valdinar Custódio Filho, Suzana Leite Cortez, Rosalice Botelho Wakim Sousa Pinto e Clemílton Lopes Pinheiro retomam a antiga e sempre atual reflexão sobre as propriedades definidoras do texto como objeto de investigação da Linguística Textual. Para tanto, cotejam definições de diferentes perspectivas teóricas (ADAM, 2019; BAKHTIN, 1997; AMOSSY, 2017; AUTHIER-REVUZ, 1994; CAVALCANTE, 2016; KERBRAT-ORECCHIONI, 2006) e ressaltam, em comunhão com o dialogismo bakhtiniano, a ideia de que o texto acontece concretamente como evento enunciativo, evidenciando relações de sentido que o instituem como unidade de coerência, instauradas pela atividade interativa dos interlocutores em situação comunicativa particular, pelos indícios cotextuais integrados ao contexto sociocultural. Nas reflexões apresentadas, os pesquisadores dão destaque à perspectiva teórico-analítica na interface texto e discurso pela qual se guiam os estudos do Prottexto, cujos membros atuam não apenas na UFC e na Unilab (instituições que coordenam as atividades do grupo), mas em outras IES no Brasil e em Portugal.

Já no artigo *Plano de texto e contexto: conceitos em interface para o tratamento da escrita e da leitura em mídia digital*, Sueli Cristina Marquesi, Ana Lúcia Tinoco Cabral, Vanda Maria da Silva Elias, Micheline Mattedi Tomazi e Maria das Graças Soares Rodrigues estabelecem interfaces entre os conceitos de plano de texto e de contexto, bem como discutem seus reflexos na escrita e leitura de textos veiculados em mídia digital. O aporte teórico que embasa a discussão realizada é formado principalmente pelos pressupostos da Linguística Textual que se encontram tanto na abordagem da Análise Textual dos Discursos quanto na abordagem sociocognitiva e, assim os considerando, as autoras discutem, especificamente, a organização do plano de um texto opinativo publicado digitalmente e a relevância de se pensar na contribuição da noção de contexto. O estudo apresentado revela a interlocução marcada por pontos de convergência teórico-analíticos adotados por três grupos de pesquisa nacionais: *Texto, escrita e leitura*, da PUC-SP, *Texto, Hipertexto e Ensino de Língua Portuguesa*, da UNIFESP, *Estudos sobre discursos da mídia*, da UFES, e *Análise Textual dos Discursos*, da UFRN.

Por sua vez, com o artigo *Revisitando o conceito de intencionalidade*, Ana Cristina Carmelino e Paulo Ramos mostram a trajetória do conceito de intencionalidade e discutem sua validade ainda hoje, no escopo teórico de estudos contemporâneos da Linguística Textual brasileira. Os autores justificam a discussão realizada, pelo fato de o termo ter sido desfocalizado em parte de obras referenciais da área ou questionado por alguns de seus

pesquisadores, e, para o desenvolvimento da abordagem proposta, recorrem a um período de quatro décadas, iniciado em 1981, ano em que Beaugrande e Dressler incluíram a noção de intencionalidade entre os sete critérios de textualidade; na sequência, enfocam os anos que se seguiram, em que o conceito foi trazido ao Brasil por teóricos do texto, que contribuíram para sua difusão entre os estudos da área realizados no país, seja retomando-o, seja rediscutindo-o. A perspectiva adotada revela reflexões desenvolvidas pelos pesquisadores no interior de dois grupos de pesquisa da UNIFESP: *Estudos de Textos Humorísticos* e *Pesquisa sobre Quadrinhos*.

Em continuidade, no artigo *Qual é o status tipológico da conversação*, Luiz Carlos Travaglia e Gil Negreiros, ressaltando o desafio que caracteriza o exame de conceitos e critérios de análise dentro da Linguística Textual e da Análise da Conversação, estabelecem, como escopo de seu estudo, a discussão sobre o referido *status*, buscando respostas para perguntas como: A conversação é um tipo de texto? Um gênero? Ou apenas uma atividade de língua sem constituir um tipo ou um gênero em especial? Como tratar os casos de gêneros delimitáveis dentro da conversação e a tipificação do que sobra ou do que não é identificável como um gênero corrente ou pelo menos ainda não identificado como tal? Para tanto, os autores analisam um *corpus* constituído de diálogos entre dois ou mais informantes (inquérito 343 do projeto NURC/SP), fundamentando-se teórico-metodologicamente na proposta tipológica de Travaglia (2007 [2003], 2007a, 2009) sobre as categorias de textos divididas em quatro naturezas distintas, denominadas de tipelementos (tipos, subtipos, gêneros e espécies), bem como no que propõem Travaglia et al. (2013) sobre gêneros orais e Travaglia (2007b) sobre a composição de gêneros pelos tipos, em que se pode ter três diferentes categorias de relações entre os tipos que estão compondo o gênero: conjugação, fusão ou intercâmbio. Os resultados, que remetem à interlocução entre dois grupos de pesquisa – *Texto e Discurso*, da UFU, e *Gêneros Oraís e Escritos: teoria e ensino*, da UFSM, revelam que a conversação pode ser considerada como uma atividade de uso da língua, realizada por meio de vários gêneros.

Avançando um pouco mais no aprofundamento conceitual, no artigo *A negociação persuasiva para a análise da argumentação nos discursos*, Mônica Magalhães Cavalcante, Mariza Angélica Paiva Brito, Maria Eduarda Giering e Rosalice Botelho Wakim Sousa Pinto evidenciam a reivindicação que têm feito, conforme Cavalcante (2018), de que uma análise argumentativa deve considerar não somente aspectos lexicais (morfossemânticos) e gramaticais, mas também parâmetros que concernem ao texto – um enunciado com começo, meio e fim, que acontece como evento singular, compondo uma unidade de comunicação e de sentido em contexto. As autoras, tomando por base os pressupostos teóricos de Amossy (2017),

especificamente no que diz respeito à noção estendida de persuasão, enfatizam a contribuição que a Linguística Textual tem a dar para a descrição e para a análise das estratégias de organização textual de que pode se valer o locutor para a negociação persuasiva em diferentes modalidades argumentativas. As discussões realizadas possibilitam às estudiosas pleitearem que se possa utilizar o termo *persuadir* no sentido de *negociação persuasiva*, em que, em uma determinada interação, se negociam certos pontos de vista, a partir dos quais se tenta influenciar o outro, e remetem, mais uma vez, ao trabalho do Grupo *Prottexto*, da UFC, em diálogo com o grupo *Argumentação: organização lógica, estratégias e ensino*, da UNISINOS.

Na sequência das discussões, com o artigo *Frames e argumentação: analisando o discurso presidencial de Michel Temer pós-impeachment de Dilma Rousseff*, Zilda Gaspar Oliveira de Aquino, Renata Palumbo e Anna Christina Bentes enfocam a interface entre os estudos cognitivos e os da Linguística de Texto, defendendo o desenvolvimento de análises linguísticas sistematizadas, particularmente profícuas no que se refere à compreensão dos mecanismos argumentativos acionados nos discursos políticos. Tomando por base estudos do texto e do discurso (Marcuschi, 2007; Koch, 2014) e da cognição, em especial, as noções de *frame* (LAKOFF, 2004; FILLMORE; BAKER, 2009; DUQUE, 2015) e sua participação na argumentação, as pesquisadoras examinam as seleções verbais iniciadas pelo prefixo *re-* (retomar, recolocar, revitalizar e reconciliar), no corpus escolhido e observam que tais formulações linguísticas, juntamente com outros procedimentos, atuam como promotoras de ativação e de criação de perspectiva do *frame* GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. A discussão realizada remete a mais uma interlocução entre grupos de pesquisa – o *Estudos do Discurso*, da USP, e o *Linguagem como prática social: analisando interações, gêneros do discurso e estilos sociolinguísticos*, da UNICAMP.

Com o penúltimo artigo, *A enunciação enunciada: reflexões sobre o diálogo entre Linguística do Texto e Semiologia do Discurso*, Aparecida Lino Pauliukonis, Beatriz dos Santos Feres, Lúcia Helena M. Gouvêa, Patricia Neves Ribeiro e Rosane Santos Monnerat promovem a discussão da noção de *enunciação enunciada*, presente no campo da Teoria Semiológica do Discurso e da Linguística Textual, motivada pela pressuposição de que a materialidade textual é produzida sob influência tanto do contexto linguístico-discursivo partilhado entre os interagentes, quanto da situação social mais específica em que se engendra a comunicação. Considerando a relação forma-sentido, as autoras analisam, em três textos do gênero meme extraídos de redes sociais, as operações enunciativas pertinentes a procedimentos descritivos, narrativos e argumentativos que permitem transpor o *sentido de língua* para o *sentido de discurso*, levando em conta também o duplo processo de semiotização do mundo,

o qual consiste em transformar um mundo a significar em um mundo significado, este um objeto de troca entre os sujeitos, regidos por um contrato de comunicação. Por meio da análise do *corpus* selecionado, as pesquisadoras ressaltam que as operações de transformação e a operação de transação não se restringem aos processos de organização da superfície textual, mas se estendem aos mecanismos de implicitação e de produção de efeitos de sentido diversos, relacionados ao imaginário sociodiscursivo compartilhado entre os sujeitos. A discussão realizada remete ao diálogo entre três grupos de pesquisa pertencentes ao projeto integrado CIAD-RIO (Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso): *Pathos e ethos em variados gêneros discursivos*, da UFRJ; *Leitura, fruição e ensino* e *Interação verbal, identidades e práticas discursivas*, ambos da UFF.

Fechando este número, no artigo *Organização tópica em rede: aspectos textuais, contextuais e de coerência*, Rivaldo Capistrano Júnior, Vanda Maria da Silva Elias, Maria da Penha Pereira Lins, Gil Negreiros e Geralda de Oliveira Santos Lima dedicam-se em examinar a topicalidade e sua contribuição para a construção da coerência em textos produzidos em ambiente de rede, da perspectiva sociocognitiva, orientação teórica que serve à descrição e à análise de textos originados em contextos propiciados por tecnologias atuais de comunicação e interação. Nesse campo de reflexão, os autores orientam-se por duas questões: *Como descrever e analisar a topicalidade e a coerência textual em textos produzidos em rede? Quais são, para os linguistas de texto, as demandas teóricas e analíticas advindas de produções em rede em razão das formas de interação e de colaboração possíveis aos sujeitos/usuários da rede?* Com base no exame de textos extraídos da rede social Facebook, os pesquisadores promovem a discussão sobre o tópico, sua instauração, progressão no processo interacional e sentidos possíveis, destacando que a abordagem sociocognitiva para os estudos do texto em mídias tradicionais pode constituir um ponto de partida para estudos de produções hipertextuais. As discussões remetem ao diálogo entre os seguintes grupos de pesquisa: *Estudos em Linguística Textual* e *Estudos em Pragmática e texto*, ambos da UFES; *Texto, Hipertexto e Ensino de Língua Portuguesa*, da UNIFESP; *Gêneros Orais e Escritos: teoria e ensino*, da UFSM e *Estudos em Linguagem e Ensino*, da UFS.

Como se pode constatar, o conjunto dos artigos deste número evidencia a riqueza de conceitos e de procedimentos analíticos que a *Linguística Textual e a Análise da Conversação* podem oferecer para o desenvolvimento de estudos textuais-discursivos sobre os mais diferentes gêneros, em suas diversas finalidades e realidades de ocorrência. Evidencia, também, a recorrência dos desafios que os grupos de pesquisa da área assumem e a relevância da

interlocução entre seus pesquisadores. Evidencia, ainda, o quanto há por se fazer para que possamos continuar avançando no entendimento de nosso objeto de análise.

Reafirma-se, portanto, com esta publicação, o espaço que a *(Con)Textos Linguísticos*, em edição desde 2007, vem ocupando nas áreas da Linguística e da Linguística Aplicada, na medida em que divulga artigos inéditos e promove o intercâmbio de pesquisadores, em âmbito estadual, nacional e internacional, o que vem a consolidar o importante papel do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL), do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), qual seja, o de fomentar a pesquisa linguística no país.

Acreditamos que os artigos aqui apresentados constituam fonte de motivação para novas investigações no campo da *Linguística Textual e da Análise da Conversação*, seja no que diz respeito a questionamentos e reflexões sobre conceitos, seja no que diz respeito a critérios analíticos, dando continuidade, assim, ao incessante movimento do diálogo e das interfaces que permitem avanços, descobertas e novos horizontes para a pesquisa brasileira.

Sueli Cristina Marquesi
Mônica Magalhães Cavalcante
Rivaldo Capistrano Júnior
Maria da Penha Pereira Lins

LINGUÍSTICA TEXTUAL – HISTÓRIA, DELIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS¹

Leonor Lopes Fávero²

Resumo: O objetivo deste trabalho é o de apresentar um panorama dos primeiros momentos da Linguística Textual na Europa e os três primeiros trabalhos na área publicados no Brasil. Essas obras, resultado de cuidadosas pesquisas, visam a pôr em evidência os inúmeros problemas provenientes da conceituação de texto, suas propriedades, os momentos fundamentais da passagem da teoria da frase à teoria do texto, as causas do surgimento desta última e a descrição de alguns modelos propostos. Parte dos pressupostos da História das Ideias, parte da História Cultural cujo principal objeto é identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada à luz (CHARTIER, 1990).

Palavras-chave: Linguística textual. História das ideias linguísticas. Texto.

Abstract: The aim of this paper is to present an overview of the first moments of Textual Linguistics in Europe and the first three works published in Brazil. The latter, the result of careful research, aim to highlight the numerous problems arising from the conceptualization of text, its properties, the fundamental moments of the passage from sentence theory to text theory, the causes of the emergence of the latter and description of some models. proposed. Part of the assumptions of the History of Ideas, part of the Cultural History whose main object is to identify the way. In different places and moments, a particular social reality is constructed, thought, given birth (CHARTIER, 1990).

Keywords: Textual linguistics. History of linguistic ideas. Text.

Considerações iniciais

O trabalho examina os primeiros momentos da Linguística Textual, suas delimitações e perspectivas, sem pretender alcançar a exaustividade, pois essa é uma das dificuldades com as quais o pesquisador sempre se depara. Quanto mais o inventário aumenta, mais esfumada a noção de exaustividade, ou melhor, “mais seu caráter ilusório e ideológico se afirma” (DELESALLE; CHEVALIER, 1986, p. 13). Ao pesquisador cabe recolher *os fios* que constituem esse saber, identificá-los, esticá-los para atá-los às diferentes áreas. Depois disso esses fios devem ser estendidos

[...] para trás no tempo, a fim de determinar *as origens* do evento e, para a frente no tempo, a fim de determinar seu *impacto e influência* sobre os eventos subsequentes. Essa operação termina no ponto em que *os fios* desaparecem *no contexto* de algum

¹ Versão resumida deste texto foi publicada sob o título *Primórdios da Linguística Textual no Brasil* na obra *Texto, contexto e discurso*, organizada por Storto, Nakayama e Burgo (2014).

² Universidade de São Paulo; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP Brasil. lplfavero@uol.com.br

outro evento ou convergem para provocar a ocorrência de algum novo evento.
(WHITE, 1992, p. 33)

A pesquisa parte dos pressupostos da História das Ideias, parte da História Cultural cujo principal objeto é identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada à luz (CHARTIER, 1990), concordando com Braudel (1989, p.35), para quem “não há civilização atual que seja verdadeiramente compreensível sem um conhecimento de itinerários já percorridos, de valores antigos, de experiências vividas”.

O ato de saber possui um horizonte de retrospectão e um de projeção (AUROUX, 1989) e esse saber não destrói seu passado; ao contrário, ele o organiza e o escolhe, do mesmo modo que antecipa seu futuro, pois como diz o mesmo Auroux (id., p. 14): “sans mémoire et sans projet, il n’y a tout simplement pas de savoir”.

A Linguística Textual na Europa

As fontes de que vou me servir são o livro de Wolfgang Dressler, publicado em alemão em 1972, com o título *Einführung in die Textlinguistik* em tradução italiana, *Introduzione alla linguistica del testo*, (1974) e o livro *La linguística textuale*, organizado por Maria Elisabeth Conte e publicado em 1977.

A Linguística Textual se desenvolveu especialmente na Alemanha (federal e democrática), na década de 70 do século passado; houve um verdadeiro “boom”. Os principais centros foram Munster, Colônia, Berlin Oriental, Constança e Bielefeld. O impacto foi muito grande, e um levantamento bibliográfico feito, em 1973, por Dressler e Schmidt documentava quase 500 títulos, verbetes em vários dicionários e enciclopédias, como os artigos *Textlinguistik*, de Kallmeyer e Meyer-Hermann, e *Texttheorie/Pragmalinguistik*, de Schmidt, publicados no *Lexikon der Germanistischen Linguistik*, organizado por Althaus, Henne e Wiegand, publicado em 1973, além de números especiais, monográficos, de revistas, como *Replig*,¹ (1968) *Poetics*,³ (1972), *Langages*, 26 (1977).

O termo “linguística textual” aparece já em 1955, no trabalho de Cosériu, *Determinación y Entorno*, porém, no sentido que lhe é atribuído, foi empregado pela primeira vez por Weinrich, em 1967. Devido à diversidade de concepções de texto, várias são as denominações: Teoria de Texto (Schmidt), Textologia (Harweg), Teoria da Estrutura do Texto – Estrutura do Mundo (Petofi), Análise do Discurso (Harris), Translinguística (Barthes).

Dentre os pesquisadores destaco:

- Munster: Hartmann (transferiu-se depois para Constança)
Harweg: 1968, 1969, 1971, 1974 (transferiu-se depois para Bielefeld)
Alfred Koch
- Colônia: H.Weinrich: 1966, 1969,1971,1972
Elisabeth Gulich: 1970, 1972, 1974
Wolfgang Raible: 1972
(Os três transferiram-se depois para Bielefeld)
- Berlin Oriental: M. Bierwisch
Heidolf
Isenberg
E. Lang
- Constança: Janos Petofi (transferiu-se depois para Bielefeld)
H. Rieser
Siegfried Schmidt

Fora da Alemanha, pode-se citar van Dijk, em Amsterdã, e Wolfgang Dressler, em Viena.

Sua hipótese era que é que o texto e não o enunciado é o signo linguístico primário. Procuravam-se respostas a indagações como: O que é um texto? Como se constitui? Em que se distingue de um conjunto de frases? Quando pode ser considerado completo? Quais os contextos extralinguísticos, mental e social que fazem com que um texto seja dotado de sentido? Que funções têm os diferentes elementos linguísticos do texto? Como se constitui o sentido de um texto? O que é competência textual?

Como afirma Conte (1977), as causas de seu desenvolvimento foram, dentre outras, as falhas da gramática do enunciado no tratamento de fenômenos, como a correferência, a definitivização, a ordem das palavras no enunciado, a relação tópico-comentário, a *consecutio temporum*, que só podem ser explicados em termos de texto.

Quero chamar a atenção sobre dois aspectos que marcaram essa primeira fase da Linguística Textual: a construção de gramáticas do texto e a importância dada à coerência, vista então como propriedade do texto.

Van Dijk afirma, na obra de 1972 *Some Aspects of Text Grammar*, que entre as teorias linguísticas, foi, sem dúvida, a gramática gerativo-transformacional a que melhor realizou uma teorização.

Diz ele:

A gramática textual não só está diretamente interessada nos aspectos discutidos pela gramática gerativa, pressuposição, tema/rema, mundos possíveis, etc, como também sustenta que eles não podem ser descritos adequadamente por uma gramática frasal. De qualquer forma, é na linguística gerativa que se encontra um conjunto de procedimentos metodológicos e de descrições empíricas que servirão de base sólida para se proceder à extensão da gramática frasal para uma gramática textual. (p.12)

Mas, com a introdução da pragmática (principalmente Schmidt – 1978 e van Dijk – 1972), procuram estender a gramática para a descrição e geração de sequências gramaticais de frases. As principais categorias abordadas pela pragmática eram: o emissor e o receptor, as categorias de tempo e de lugar relacionadas com a enunciação, como base para a explicação dos diferentes advérbios, tempos gramaticais, termos dêiticos, aspectos contextuais os diferentes tipos de enunciações ou atos ilocucionários, com suas condições de uso, os diferentes tipos de discurso, definidos em função dos próprios objetivos e de suas normas sócio-comunicativas vigentes etc.

Neis (1981), um dos precursores da Linguística Textual no Brasil, e de quem vou falar mais à frente, assim se expressa:

[...] se o falante pode produzir/interpretar um número infinito de discursos diferentes, sua competência é necessariamente textual. [...] Será função da gramática textual formular as regras e restrições para a concatenação das frases (ao nível de microestrutura) bem como para a organização do todo, em vista da coerência global (ao nível da macroestrutura). (p. 32)

Como já apontou Adamzik (2004, p. 1-30), a Linguística Textual esteve sempre longe de ser uma disciplina única e homogênea e apoiada em Blühdorn e Andrade (2005, p. 19), posso dizer que seu percurso histórico se caracteriza pelas seguintes linhas:

- do texto teórico, abstrato para o concreto, aplicado;
- do micro para o macrotexto;
- das forças centrípetas para as centrífugas.

Nos primeiros tempos, o objeto de estudo era o texto idealizado, criado, muitas vezes para a própria pesquisa, podendo ser caracterizado, como fazem Blühdorn e Andrade, como microtexto, pois o objetivo era descrever os princípios e as regras que subjazem à sua constituição, e a noção fundamental parece ser a de coerência, seguida da de coesão.

Isenberg, linguista alemão da Academia de Ciências de Berlim, um dos mais importantes centros de gramática gerativa da época, em seu trabalho de 1971, intitulado *Reflexões sobre a teoria do texto* (sirvo-me da tradução italiana. In: CONTE, 1977), cita treze fenômenos somente explicáveis no âmbito da estrutura textual, por exemplo, a anáfora, a seleção de artigos, a pronominalização e os elementos pro-adverbiais, a sucessão dos tempos, que podem ser considerados elementos de coesão, ao lado de diversos tipos de textualização, ou seja, relações entre os enunciados assindeticamente conjugados, por exemplo, conexão causal conexão de motivos, tematização de objetos novos, estes podendo ser considerados elementos de coerência.

Para Halliday e Hasan (1976), o que permite determinar se uma série de sentenças constitui ou não um texto são as relações coesivas com e entre as sentenças, que criam a textura: “um texto tem uma textura e isto é o que o distingue de um não texto. O texto é formado pela relação semântica de coesão” (p.7).

E dão como exemplo:

Wash and core six cooking apples. Put them into a fireproof dish.

É claro, dizem eles, que *them* se refere a *six cooking apples*. Essa função anafórica é que dá coesão às duas sentenças que constituem juntas um texto. Ou seja, a textura seria criada por esses itens linguísticos e pela relação de coesão que existe entre eles.

Entendem, então, a coesão como um conceito semântico referente às relações de sentido que se estabelecem entre os enunciados que compõem o texto; assim, a interpretação de um texto depende da interpretação de outro e a coesão é obtida parcialmente pela gramática e parcialmente pelo léxico.

Beaugrande e Dressler (1981) consideram constituírem a coesão e a coerência níveis diferentes de análise. A coesão, manifestada no nível microtextual, refere-se aos modos como os componentes do universo textual, isto é, as palavras que ouvimos os vemos, estão ligados entre si dentro de uma sequência.

A coerência, por sua vez, manifestada em grande parte macrotextualmente, refere-se ao modo como os componentes do universo textual, isto é, os conceitos e as relações

subjacentes ao texto de superfície, se unem numa configuração, de maneira reciprocamente acessível e relevante. Assim, a coerência é resultado de processos cognitivos operantes entre os usuários e não mero traço dos textos. Os autores propõem sete critérios de textualidade que devem ser satisfeitos para que possa ser considerado um texto legítimo: coesão, coerência, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade, intencionalidade e intertextualidade.

Porém, a partir da década de 90, houve uma reorientação das pesquisas para o texto concreto, cotidiano, não idealizado, com expressiva tendência sociocognitivista (o texto é forma de cognição textual e interacional). Trabalha-se intensamente a oralidade, a relação oral/escrito, os gêneros, na perspectiva de Bakhtin, a referenciação, a inferenciação, a polifonia e o conceito-chave, a interdiscursividade. Vai-se do micro para o macro texto, utilizando-se grandes corpora, textos elaborados por vários autores, (cibertextos), textos não lineares (hipertextos). Passa-se de uma postura centrípeta a uma centrífuga.

A Linguística Textual no Brasil

A Linguística Textual inicia-se, no Brasil, na década de 80 do século passado. O primeiro trabalho de que se tem notícia é o do Prof. Dr. Ignácio Antônio Neis, da PUCRS, intitulado *Por uma gramática textual*, publicado na revista *Letras de Hoje*, revista do curso de Pós-Graduação em Linguística e Letras e do Centro de Estudos Portugueses da PUCRS, em junho de 1981, no. 44. Seguem-se, em 1983, duas obras:

Linguística de texto – o que é e como se faz, de Luiz Antônio Marcuschi, publicado pela Série Debates – Revista do Mestrado em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, em 1983; e

Linguística Textual – introdução, de Leonor Lopes Fávero e Ingedore Villaça Koch, publicado em São Paulo, pela Editora Cortez, em 1983.

Esses pesquisadores foram fortemente influenciados, dentre outros, pelos trabalhos de: Beaugrande & Dressler, Weinrich, Motsch & Pash, Gulich & Kotschi – Alemanha; Halliday & Hasan – Inglaterra; Charolles, Adam, Vigner, Combettes – França; Van Dijk – Holanda; Brown & Yule, Chafe, Givón, Minsky, Johnson-Laird – Estados Unidos.

São apresentados, agora, sucintamente, os primeiros trabalhos publicados sobre o tema.

Por uma gramática textual – Ignácio Antônio Neis

O artigo objetiva dar uma visão de conjunto quanto ao surgimento e ao objeto da gramática textual. Divide-se em quatro partes mais uma introdução em que diz ser de grande

interesse a hipótese de que “a comunicação linguística se efetua, não com frases sucessivas, mas com textos, e em qualquer texto, encontram-se elementos essenciais, ausentes ou inexplicáveis dentro das frases tomadas isoladamente”.

E continua:

Constatando a existência de relações específicas interfrasais e a possibilidade de se definir um texto como um todo coerente, um grande número de lingüistas modernos europeus desde a década de 60, passaram a formular hipóteses e a estabelecer princípios de novos modelos de descrição lingüística que ultrapassem o âmbito da frase; e procuraram elaborar gramáticas que dêem conta dos problemas de coerência textual e que sejam adequadas tanto para caracterizar os diversos aspectos dos diferentes tipos de textos quanto para engendrar modelos de produção de textos bem formados, de acordo com determinada língua. (p. 21).

Na sequência, faz, primeiramente, uma menção a pesquisas anteriores sobre problemas do discurso e da narrativa, e um apanhado da evolução da linguística que possibilitou chegar-se à gramática de texto; a seguir, uma apresentação sistematizada das motivações que levaram os linguistas a se debruçarem sobre problemas específicos do texto; e, enfim, uma exposição sobre os elementos fundamentais que constituem o objeto da gramática do texto.

Na última parte do seu trabalho, apresenta **os elementos fundamentais de uma gramática de texto**, afirmando que “a noção fundamental da gramática textual parece ser a de coerência”.

Neis não faz distinção entre coesão e coerência, denominando-as de coerência microestrutural e coerência macroestrutural, respectivamente. Esta não distinção entre coesão e coerência é adotada, à época, por muitos linguistas, como Isenberg, de quem já falei.

Linguística de texto – o que é e como se faz: Luiz Antônio Marcuschi

Em 1983, convidei o Prof. Marcuschi, por sugestão de Madre Olívia, para pronunciar uma conferência na PUCSP no IV Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa do Instituto de Pesquisas Linguísticas, destinado principalmente a professores do ensino de primeiro e segundo graus e alunos de pós-graduação, que realizávamos a cada dois anos e ele apresentou o texto do qual fez depois uma cópia simples na UFPE (disse-me certa vez que se arrependera, pois deveria tê-lo publicado logo por uma editora conceituada). Não preciso dizer que Marcuschi, com seu carisma e competência, fez o maior sucesso. Ultrapassou em muito o tempo da conferência, as pessoas exigiram, tivemos de arrumar uma outra sala para que ele continuasse até o fim.

Inicia o texto, afirmando que a Linguística Textual “dispõe de um dogma de fé: o texto – unidade linguisticamente superior à frase – e uma certeza: a gramática de frase não dá conta do texto” (p. 16).

Diz que, procurando evitar discussões teóricas, concentrar-se-á nos tópicos:

- 1 – análise de algumas definições de texto;
2. definição provisória da Linguística Textual e seus focos de atenção;
3. análise de alguns aspectos teóricos em função de sua aplicabilidade

Afirma:

Todos nós sabemos, **intuitivamente**, distinguir entre um texto e um não-texto. Também sabemos que a produção linguística geralmente se dá em textos e não em palavras isoladas. (...) apesar desta noção intuitiva de texto, não saberíamos definir intuitivamente o que é que faz de uma seqüência linguística um texto. (p. 4)

Dentro de duas alternativas básicas para defini-lo – partindo de critérios internos ao texto ou de critérios temáticos ou transcendentais ao sistema – apresenta a seguir várias alternativas, trazendo concepções de diferentes autores, como:

- alternativa 1: Harris (1952), Harweg (1968), Bellert (1970), Weinrich (1976);

- alternativa 2: Petofi (1972), van Dijk (1977, 1978), para, finalmente, chegar a sua, apoiado em Beaugrande e Dressler (1981): “o texto é o resultado atual das operações que controlam e regulam as unidades morfológicas, as sentenças e os sentidos durante o emprego do sistema linguístico numa ocorrência comunicativa” (p. 30).

Partindo das concepções de texto apresentadas, propõe que se veja a Linguística Textual como o “estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais” (p. 12).

Apoia-se nas propostas de Beaugrande & Dressler (1981) , Beaugrande (1980), Harweg (1974 e 1978) e Halliday & Hasan (1976), entre outros, especialmente no que se refere à conceituação da coesão e coerência, e sem preocupação classificatória – “não podemos ir além de breves incursões em terreno tão vasto” (MARCUSCHI, 1983, p. 31) - apresenta o esquema geral provisório das categorias textuais, lembrando que com essas categorias não se esgotam os aspectos de observação do texto (usa o termo “categoria” como classe de aspectos, isto é, “as categorias propostas são de natureza funcional” p. 13) e faz um alerta importante: “as regras do texto não são as mesmas do sistema da língua [...] um texto é sempre situacionalmente condicionado, ao passo que a língua, não” (p.14). Devo ressaltar que, Marcuschi faz acréscimos a essas propostas, não as seguindo *ipsis litteris*.

Explicando que seu interesse é mais prático que teórico, pois visa, sobretudo, ao aproveitamento no ensino da língua, na perspectiva textual, traz o esquema geral e provisório das categorias textuais³:

1. fatores de contextualização: contextualizadores (assinatura, localização etc.) e perspectivados (título, início, autor etc.);
2. fatores de conexão sequencial (coesão): repetidores, substituidores, sequenciadores e moduladores;
3. fatores de conexão conceitual-cognitiva (coerência): relações lógicas e modelos cognitivos globais;
4. fatores de conexão de ações (pragmática): intencionalidade, informatividade, situacionalidade, aceitabilidade e intertextualidade.⁴

Leitura indispensável a todos os que se iniciam na área, visa, sobretudo, “ao enfoque do aproveitamento da Linguística Textual em função do ensino da língua na perspectiva textual”.

Linguística textual – introdução: Leonor Lopes Fávero e Ingedore Villaça Koch

Em 1982, convidei a profa. Ingedore Villaça Koch para escrevermos sobre a Linguística Textual, resultando nesse livro publicado no ano seguinte (atualmente na 10ª edição) e lançado no IV Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa na PUC/SP, o mesmo em que Marcuschi apresentou seu trabalho, aqui referido. O objetivo da obra era apresentar ao leitor brasileiro uma visão da Linguística Textual, então um recente ramo da Ciência da Linguagem.

Apresenta as diferentes abordagens teóricas e a não unanimidade entre os estudiosos na conceituação do termo texto, afirmando que o termo pode ser tomado em duas acepções:

Texto em *sentido amplo* designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano (uma música, um filme, uma escultura, um poema, etc.), e, em se tratando de linguagem verbal, temos o *discurso*, atividade comunicativa de um sujeito, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor (ou pelo locutor e interlocutor, no caso dos diálogos) e o evento de sua enunciação. (p. 25)

³ Dadas as limitações de um trabalho desta natureza, apresento somente um esquema da proposta. Para maiores informações, consulte-se a obra.

⁴ Marcuschi avisa que não vai tratar dos fatores desse grupo, posteriormente estudados em diferentes publicações por L. L. Fávero (1985 a e 1985 b) e Ingedore V. Koch (1985 e 1986).

O texto é, assim, manifestado, linguisticamente, por meio de textos (em sentido estrito).

Indica os precursores, *lato e stricto sensu*, indicando três linhas de pensamento que podem ser consideradas como precursoras: a retórica, a estilística e o formalismo russo:

Em seus primórdios, a Retórica é, acima de tudo, uma técnica que deve permitir, a quem a possua, atingir, dentro de uma situação discursiva, o objetivo desejado; ela tem, portanto, um caráter pragmático: convencer o interlocutor da justeza de sua causa. (TODOROV, 1971, p. 81)

Explica, também, como as cinco partes da *techne rhetorike* da Antiguidade Clássica (*inventio, dispositio, elocutio, actio e memória*) vieram a sofrer modificações no correr dos tempos e sua preocupação inicial – “descobrir especulativamente o que, em cada caso, pode ser apropriado à persuasão” – passou ao estudo das figuras, restando apenas a *elocutio*. A partir do início do século passado, começa a receber atenções que se concretizam com o trabalho de Perelman, *Traité de l'Argumentation – La nouvelle Rhétorique* (1958). Das cinco partes da Antiga Retórica, duas têm influência na Linguística Textual: a *dispositio* (ordenação do pensamento) e a *elocutio* (formulação linguística).

Pode-se afirmar que a importância da retórica se torna, atualmente, visível em dois aspectos: na definição precisa de operações lingüísticas subjacentes à produção do texto (microestrutura) e na localização do texto no processo global de comunicação (microestrutura). (p. 29)

Quanto aos precursores *stricto sensu*, a obra menciona representantes da Linguística Estrutural que refletiram sobre o texto e estendem-se além dos limites do enunciado, como Hjelmslev, Harris, Pike, Jakobson, Benveniste e Pêcheux, além de linguistas da Escola Funcionalista de Praga (entre os quais, Jakobson e Danes) e os gerativistas americanos (Chomsky, Katz e Fodor) que, se inicialmente, haviam negado o estudo do texto, passaram a se preocupar, mais tarde, com fenômenos que ultrapassam os limites do enunciado, como a pressuposição e a referência.

O terceiro e último capítulo faz uma resenha informativa de autores, quer estruturalistas, quer gerativistas que se preocuparam com as propriedades específicas dos textos (Halliday, Ducrot, Weinrich), ou com a construção de modelos de gramáticas textuais (Isenberg, Dressler, Petofi e van Dijk).

Para Halliday & Hasan (1973), autores que muito influenciaram pesquisadores nessa primeira fase da Linguística Textual no Brasil, o texto é uma “realização verbal entendida

como uma organização de sentido que, tem o valor de uma mensagem completa e válida num contexto dado O texto é unidade de língua em uso, unidade semântica, [...] não de forma e sim de significado”.

É preciso ressaltar o caráter pioneiro da obra e a necessidade que havia de se ocupar um espaço destinado aos estudos do texto. Não foi feita uma resenha crítica das obras, nem se discutiu o que faz de um texto um texto, porque o objetivo era o de dar aos leitores uma visão do que se vinha fazendo na área, sem, como já disse, pretender chegar à exaustão.

O livro constitui um instrumento importante para todos aqueles que se interessam por essa área, especialmente, alunos e professores de graduação e pós-graduação.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi o de apresentar um panorama dos primeiros momentos da Linguística Textual na Europa e nos Estados Unidos e os três primeiros trabalhos na área, publicados no Brasil. Essas obras, resultado de cuidadosas pesquisas, visam a pôr em evidência os inúmeros problemas provenientes do estudo da conceituação de texto, suas propriedades, os momentos fundamentais da passagem da teoria da frase à teoria do texto, as causas do surgimento desta última e a descrição de alguns modelos já propostos.

Como se pode observar, fato já apontado por Marcuschi (1983), não houve um desenvolvimento homogêneo e “seu surgimento deu-se de forma independente em vários países da Europa continental simultaneamente com propostas teóricas diversas”.

Hoje, têm importância especial as questões de ordem sociocognitiva – conhecimento prévio (a partir dos trabalhos de Heinemann e Viehweger - 1991), referenciação, inferenciação e, em especial, o estudo dos gêneros textuais, da oralidade e sua relação com a escrita, ganhando importância não só estudos sobre a correção, repetição, paráfrase, hesitação, truncamentos, mas também, sobre princípios que regem a dinâmica interacional como a cortesia e a interação.

No Brasil, hoje, os pesquisadores estão menos presos aos modelos europeus, embora as grandes tendências, aqui já apontadas, continuem as mesmas, assumindo que os fatores interacionais são inerentes à expressão linguística. Inúmeros grupos vêm desenvolvendo projetos coletivos de pesquisa; resalto, os relativos aos estudos da língua falada, como o Projeto da Norma Urbana Culta (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), o Projeto Censo da Variação Linguística (Rio de Janeiro) e o Projeto de Gramática do Português Falado, cujo último volume, coordenado por Clélia S. Jubran, foi publicado em 2015.

Referências

ADAMZIK, Kirsten. **Textlinguistic**. Tübingen: Niemeyer, 2004

AUROUX, Sylvain. **Histoire des idées linguistiques**. Paris: Pierre Mardaga éditeur, 1989. Tomo 1.

BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang. **Einführung in die Textlinguistic**. Tubigen: Max Niemeyer, 1981.

BLÜHDORN, Hardarik; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório Oliveira. Tendências recentes da linguística textual na Alemanha e no Brasil. **Linguística e Filologia Portuguesa**, v. 7, p.13-47, 1997.

BRAUDEL, Ferdinand. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CONTE, Maria Elisabeth. **La lingüística textuale**. Milano: Feltrinelli, 1977.

COSÉRIU, Eugênio. **Romanistisches Jahrbuch**, no.7, p.29-54, 1955

DELESALLE, Simone; CHEVALIER, Jean Claude. **La linguistique, la grammaire et l'école (1750-1914)**. Paris: Armand Colin, 1986.

DRESSLER, Wolfgang. Einführung in die Textlinguistic. Tubigen: Neimeyer, 1972. Trad. ital. **Introduzione alla Lingüística del Texto**. Roma: Officina, 1974.

_____; SCHMIDT, Siegfried Johannes. **Textlinguistik**: Kommentierte Bibliographie. Munchen, Wilhem Fink, 1973.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCK, Ingedore Villaça. **Linguística Textual** - Introdução. São Paulo: Cortez, 1983.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in English**. London, Lomgmann, 1976.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Lingüística de Texto** – o que é e como se faz. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983. (Série Debates 1).

NEIS, Ignácio Antônio. Por uma Gramática Textual. **Letras de Hoje**, n. 44, PUC/RS, 1981.

SCHMIDT, Siegfried Johannes. **Linguística e teoria do texto**. São Paulo: Pioneira, 1978.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Some Aspects of Text Grammar**. Paris, The Hague, Mouton, 1972.

WEINRICH, Harald. **Sprache in Textes**. Stuttgart, Klett, 1976.

WHITE, Hyden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Tradução de José Laurênio Melo São Paulo: EDUSP, 1995.

Recebido em: agosto de 2019.

Aprovado em: setembro de 2019.

O TEXTO E SUAS PROPRIEDADES: DEFININDO PERSPECTIVAS PARA ANÁLISE¹

Mônica Magalhães Cavalcante²

Mariza Angélica Paiva Brito³

Valdinar Custódio Filho⁴

Suzana Leite Cortez⁵

Rosalice Botelho Wakim Sousa Pinto⁶

Clemílton Lopes Pinheiro⁷

Resumo: Este artigo retoma uma reflexão, antiga, mas sempre atual, sobre as propriedades definidoras do texto como objeto de investigação da Linguística Textual. Aqui são cotejadas definições de diferentes perspectivas teóricas (ADAM, 2019, BAKHTHIN, 1997, AMOSSY, 2017, AUTHIER-REVUZ, 1994, CAVALCANTE, 2016, KERBRAT-ORECCHIONI, 2006). Comungamos com o dialogismo bakhtiniano a ideia de que o texto acontece concretamente como evento enunciativo e pensamos que as relações de sentido que o instituem como unidade de coerência são um simulacro. Tais relações de sentido se instauram, em incessante negociação, pela atividade interativa dos interlocutores na situação comunicativa particular, pelos indícios cotextuais integrados ao contexto sociocultural, pelas determinações do gênero, pelas ligações intertextuais e pela contenda argumentativa que orienta essa negociação. Pretendemos, com este artigo, propor um conjunto de propriedades que configuram o objeto texto para a Linguística Textual na atualidade, com vistas a definir os pressupostos mais amplos que determinam os fenômenos a serem investigados e as categorias de análise a serem acionadas. Essa proposta tem levado o grupo Protexoto a rever os conceitos com os quais lida a Linguística Textual. Neste trabalho, que dá início a tal empreendimento, elencamos algumas ideias-chave, basilares para a atualização que pretendemos fazer: a explicitação do texto como evento; a clivagem do sujeito e as vozes que o atravessam; a natureza eminentemente interacional, discursiva e argumentativa dos processos de produção e compreensão; e a configuração multissemiótica da materialidade textual.

Palavras-chave: Texto. Interação. Discurso. Dialogismo.

Abstract: This article takes up an old but always current reflection on the text-defining properties as a research object of Text Linguistics. Definitions of different theoretical perspectives are compared here (ADAM, 2019, BAKHTHIN, 1997, AMOSSY, 2017, AUTHIER-REVUZ, 1994, CAVALCANTE, 2016, KERBRAT-ORECCHIONI, 2006). We

¹ Este artigo resulta das discussões fundamentais empreendidas por membros do grupo de pesquisa Protexoto, dentre os quais Francisca Tarciclê Pontes Rodrigues (IFCE), Antenor Teixeira de Almeida Júnior (FGF), Janaica Gomes Matos (UESPI), Sávio André Cavalcante (IFCE), Isabel Muniz Lima, Antonio Lailton Moraes Duarte (UECE), Rafael Lima de Oliveira, José Elderson de Souza Santos, Carlos Eduardo Pinheiro, Geana Barbosa da Silveira, Mayara Arruda Martins, Bárbara Jéssica dos Santos Amaral, Eduardo Carvalho de Almeida, Dálete de Castro Braga Costa e Joeliza Maria Sousa Colares e Jefferson Gomes Fernandes.

² Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. monicamc02@gmail.com

³ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, Brasil. marizabrito02@gmail.com

⁴ Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. valdinarcustodio@gmail.com

⁵ Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. sucortez@gmail.com

⁶ Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. rpinto@fcsh.unl.pt

⁷ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. clemiltonpinheiro@hotmail.com

associate with bakhtinian dialogism when we consider the idea that the text happens concretely as an enunciative event and we think that the relations of meaning that establish the text as a unit of coherence are a simulacrum. Such relations of meaning are established, in incessant negotiation, by the interactive activity of the interlocutors in the particular communicative situation, by the cotextual signs integrated into the sociocultural context, by the determinations of genres, by the intertextual clues and by the argumentative feud that guide this negotiation. With this paper we intend to propose a set of properties which configure the object text within Text Linguistics nowadays, in order to define the wider postulates that determine the phenomena to be investigated and the analysis categories to be activated. This proposition has led the group Prottexto to revise the concepts with which Text Linguistics deals. In this work, which initiates such an enterprise, we catalog some key ideas, which support the updating we intend to do: the explicitization of the text as an event; subject cleft constructions and the voices which traverse it; the eminently interactional, discursive and argumentative nature of production and comprehension processes; and the multisemiotic configuration of the text materiality.

Keywords: Text. Interaction. Discourse. Dialogism.

Introdução

A disciplina Linguística Textual se define, como toda abordagem científica, por seu objeto e por sua perspectiva de análise. O objeto da Linguística Textual é o texto – uma unidade singular da coerência textual no contexto da enunciação. Para Jean-Michel Adam (2019), a análise textual se desenvolve, simultaneamente, pela interpretação da ocorrência particular do texto e por suas próprias regularidades. Dizemos que tais regularidades são composicionais, genéricas, estilísticas, de articulação tópica, de referência anafórica e dêitica, de marcas de representação de textos e discursos outros.

Todo texto é guiado por uma orientação argumentativa, uma vez que, mesmo quando não defende um ponto de vista, o sujeito tenta, de algum modo, influenciar o outro quanto a mudanças no seu modo de pensar, ver, sentir ou agir. Essa concepção se fundou em Amossy (2017), que vem se dedicando à articulação teórica entre a Retórica e a Análise do Discurso de origem francesa, e se pauta por uma visão de argumentação como uma negociação do sujeito, por meio de recursos languageiros, em busca de influência sobre o outro. Influência, por esta perspectiva, significa o modo como as opiniões e as ações de um indivíduo ou de um grupo podem ser afetadas por outros indivíduos ou grupos.

O grupo de pesquisa Prottexto vem adotando, nos últimos anos, o conceito de texto como um *enunciado* (no sentido dado a esse termo por Brait, 2016), que acontece como evento singular, compondo uma unidade de comunicação e de sentido em contexto, expressa por uma combinação de sistemas semióticos.

Comungamos com o dialogismo bakhtiniano a ideia de que o texto acontece concretamente como evento enunciativo, mas pensamos que as relações de sentido que instituem o texto como unidade de coerência são construídas numa situação enunciativa imediata simulada, porque não se trata de sujeitos empíricos, num tempo e espaço físico real, mas de uma encenação criada pelo universo textual a cada vez. Tais relações de sentido se instauram, em incessante negociação, pela atividade interativa dos interlocutores na situação enunciativa particular, pelos indícios cotextuais integrados ao contexto sociocultural, pelas determinações do gênero discursivo, pelas ligações intertextuais e pela contenda argumentativa que orienta essa negociação.

Porém, esses diálogos interdisciplinares não querem dizer que incorporamos à Linguística Textual os mesmos conceitos originais das outras vertentes teóricas e, sim, que os acomodamos aos nossos valores e interesses metodológicos. Esta é a razão pela qual o grupo Prottexto vem retomando noções basilares que concernem ao texto, quer originadas no seio da Linguística Textual, quer advindas de outros aportes teóricos, para justificar escolhas terminológicas e definir alguns critérios de análise.

Com isso em mente, deixamos claro, desde já, que não é nossa intenção apresentar análises de uma amostra ou *corpus* específicos a partir de um conjunto de categorias ou critérios. O objetivo, pensamos, é um pouco mais ambicioso: lançar uma reflexão sobre princípios mais fundamentais, alguns deles construídos na interlocução com outras perspectivas de investigação das linguagens em uso. Anima-nos a possibilidade de construir um quadro teórico-operacional para a Linguística Textual que invista na complexidade do fenômeno da produção e compreensão de textos, a qual convoca pressupostos diversos, mas não inconsistentes entre si.

Esclarecemos, finalmente, que não compreendemos essa tarefa como uma revisão teórica, daí a decisão de não fazer um apanhado histórico sobre o que a disciplina propôs em relação ao conceito de texto. Isso, de maneira alguma, menospreza as enormes contribuições dos grandes nomes da área (que, de um modo ou outro, estão incorporadas em nossa reflexão). Só não é este o nosso enfoque. O tributo que pagamos aos teóricos consagrados em Linguística Textual se revela na concatenação entre o legado que deixaram e as interfaces que propomos.

Por que o texto é evento

A investigação dos processos que concorrem para a produção e compreensão de um texto – entendido como enunciado completo, que se conclui como unidade de comunicação e

que é reconhecível por sua unidade de sentido em contexto – demanda um tratamento específico, que não se limita ao componente gramatical ou linguístico dos enunciados efetivamente produzidos (embora, obviamente, o aparato linguístico também seja considerado). Esse tratamento carece de um conjunto de princípios assumidos e de descrição e análise de fenômenos com base nesses mesmos princípios. É esse nosso objetivo neste artigo como um todo.

Considerar o texto como evento (BEAUGRANDE, 1997) demanda a percepção de que o texto acontece cada vez que se enuncia, de maneira única e irrepetível, em um contexto sócio-histórico. Os elementos que imprimem sentido a um texto são, de fato, singulares para cada situação.

Inicialmente, podemos ilustrar essa ideia com o exemplo a seguir, que consiste numa cena da série *Drake & Josh*, voltada para o público adolescente. Os protagonistas da série são dois adolescentes da mesma idade que passam a morar juntos porque o pai de Drake se casa com a mãe de Josh. Regularmente, a introdução dos episódios consiste em falas dos dois personagens, direcionadas ao público, cada um falando em um espaço diferente. A seguir, apresentamos a descrição verbal de uma das introduções da cena, seguida de uma imagem que mostra o estado de ânimo dos dois personagens enquanto falam.

(1)

Josh: Sabe o que é melhor de ter o Drake como irmão?

Drake: Sabe o que anda me incomodando bastante? É essa mania do Josh.

Josh e Drake juntos [tela focalizando os dois, em espaços diferentes]: Nós andamos juntos o tempo todo! [*Josh fala empolgado e Drake, queixoso*]

Josh: É incrível!

Drake: E eu acho meio demais!

Josh [empolgado]: Tomamos o café da manhã juntos!

Drake [queixoso]: Tomamos o café da manhã juntos!

Josh [empolgado]: Vamos pra escola juntos!

Drake [queixoso]: Vamos pra escola juntos!

Josh [empolgado]: Nós jantamos juntos!

Drake [queixoso]: Jantamos juntos!

Josh [empolgado]: E nós até dormimos no mesmo quarto juntos!

Drake [queixoso]: E no dia seguinte...

Josh [empolgado]: E no dia seguinte, começa tudo de novo!

Drake [queixoso e enfadado]: começa tudo de novo!

Drake e Josh, temporada 2, episódio 13 – “Drew e Jerry”. Diálogo da cena de abertura. 2004.

Escrito por Dan Schneider; dirigido por Steve Hoefler.

(2)

Figura 1: Drake e Josh, temporada 2, episódio 13 – “Drew e Jerry”. Imagem da cena de abertura (Josh à esquerda; Drake à direita).



Fonte: Serie escrita por Dan Schneider; dirigida por Steve Hoefler. 2004.

Nesta cena, os personagens reproduzem quase que exatamente os mesmos enunciados, mas a partir de perspectivas diferentes, o que quer dizer que, embora muito semelhantes, os enunciados tomam corpo em eventos distintos. Enquanto Josh demonstra muito entusiasmo por poder compartilhar momentos com o meio-irmão, Drake, por sua vez, revela-se insatisfeito de ter que conviver sempre com o outro garoto.

Temos, então, que um mesmo enunciado, se colocado em situações diferentes, pode se encaminhar para sentidos diferentes. Nesse caso particular, muda o estado de espírito dos participantes. Mas também podem mudar, por exemplo, o projeto de dizer do(s) locutor(es) (que é influenciado, dentre outros aspectos, pelas ideologias defendidas/reveladas pelos sujeitos), o momento sócio-histórico da enunciação, o espaço simulado da encenação etc.

O exemplo apresentado é apenas uma possibilidade, dentre outras, para se reconhecer o ineditismo inerente a qualquer texto. Outra possibilidade de se atestar o mesmo princípio compreende a constatação de que um mesmo texto pode ter sentidos construídos de forma diferente a depender do interlocutor. Vejamos os textos a seguir:

(3)

'Legitimidade de novo governo pode até ser questionada', diz general Villas Bôas
Villas Bôas afirma que atentado a Bolsonaro 'materializa' temor de que intolerância afete
governabilidade

09 Setembro 2018

BRASÍLIA – O comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, disse que o atentado ao deputado Jair Bolsonaro, candidato pelo PSL ao Planalto, “é a materialização das preocupações que a gente estava antevendo de todo esse acirramento dessas divergências, que saíram do nível político e já passaram para nível comportamental das pessoas”.

[...] A seguir, os principais pontos da entrevista:

[...] *Qual o efeito do atentado para o momento eleitoral?*

O atentado confirma que estamos construindo dificuldade para que o novo governo tenha uma estabilidade, para a sua governabilidade, e *podendo até mesmo ter sua legitimidade questionada*. Por exemplo, com relação a Bolsonaro, ele não sendo eleito, ele pode dizer que prejudicaram a campanha dele. E, ele sendo eleito, provavelmente será dito que ele foi beneficiado pelo atentado, porque gerou comoção. Daí, altera o ritmo normal das coisas e isso é preocupante⁸.

(4)

Candidatos ao Planalto contestam declarações do general Villas Bôas

10.09.2018

Candidatos à Presidência da República reagiram às declarações do comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo publicada neste domingo (9).

[...] “Tenho pelo general Villas Bôas um apreço pessoal. A mim incomoda muito esse tipo de declaração, mas sei que ele só faz isso para segurar os cachorros agressivos à sua subordinação”, afirmou o candidato [Ciro Gomes], que também participou do debate em São Paulo.

⁸ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,legitimidade-de-novo-governo-pode-ate-ser-questionada-diz-general-villas-boas,70002493813>. Acesso em 16 set. 2018. Grifo nosso.

[...] “É a opinião dele. Eu não acho que o País está dividido. O País está, mais do que nunca, unido em torno de Bolsonaro e será no primeiro turno”, disse Flávio [Bolsonaro], após discursar em evento do partido no Rio.

[...] O PT classificou a fala do comandante do Exército como “grave episódio de insubordinação”. [...]⁹

O pano de fundo dos textos (3) e (4) são as eleições presidenciais de 2018, marcadas, como muitos consideram, pela polarização em torno dos candidatos Jair Bolsonaro e Fernando Haddad; o clima instável também contou, em diferentes momentos desse quadro, com as falas de representantes das Forças Armadas do país, dentre as quais o texto (3) é um exemplar.

No texto (4), apresentam-se posições sobre a fala do general Villas Bôas: Ciro Gomes (candidato) entende que a fala do general Villas Bôas é direcionada a outros militares (“os cachorros agressivos”); Flávio Bolsonaro (filho do candidato Jair Bolsonaro) contesta a divisão do país supostamente aludida por Villas Bôas, já que, na visão dele, o país todo está unido em torno da candidatura do pai; e o PT (partido de Fernando Haddad) interpreta a fala do comandante do Exército como “grave episódio de insubordinação”, por considerar que, em sistemas democráticos, comandantes militares não podem manifestar-se politicamente.

O que interessa notar, para uma consideração dos princípios que regem a configuração dos textos e dos sentidos, é que as três interpretações¹⁰ partem do mesmo texto, mas cada uma revela um sentido diferente. Ou seja, a leitura do mesmo texto ocorreu em *eventos diferentes*, de modo que esse acontecimento é, de fato, único para cada situação de interação. Esses eventos diferentes, que dão singularidade ao texto, também sinalizam para o lugar de fala do locutor, apontando para valores, crenças, ideologias, que vão configurando os pontos de vista gerenciados no texto.

O mesmo caráter de “irrepetibilidade” se atesta também quando uma pessoa entra em contato com um mesmo texto em momentos diferentes e propõe, a cada novo contato, uma interpretação que não coincide em tudo com as interpretações anteriores (como diz o célebre dito de Heráclito, “Um homem não pode entrar no mesmo rio duas vezes”). E isso também pode se verificar, por exemplo, na interação que estabelecemos com as canções: ouvir uma

⁹ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/09/10/interna_politica,987545/candidatos-ao-planalto-contestam-declaracoes-do-general-villas-boas.shtml. Acesso em 16 set. 2018.

¹⁰ O texto completo contém, também, as posições de Geraldo Alckmin e Guilherme Boulos, não publicadas aqui porque, para atender à lei de direitos autorais, somos limitados a usar porções bem curtas dos textos que pretendemos analisar.

canção no rádio certamente será uma experiência distinta de assistir ao videoclipe da mesma canção, uma vez que, embora a letra da canção seja a mesma, as imagens presentes no videoclipe podem ampliar as possibilidades de atribuir sentido à canção.

As condições aqui exemplificadas reforçam o princípio de que o texto é, de fato, um evento, de modo que a investigação dos mecanismos utilizados pelos sujeitos para dar sentido ao que produzem e compreendem deve ser estabelecida tomando por base, sempre, a interação e todo o contexto social que ela incorpora. Isso pressupõe assumir a importância capital de outras instâncias além da materialidade (linguística, visual, sonora), tais como os papéis sociais que os interlocutores assumem, as coordenadas dêiticas de pessoa, tempo, lugar e modo em cada campo mostrativo instaurado pelo texto, o compartilhamento de esquemas mentais ressignificados a cada uso e os pontos de vista assumidos ou rechaçados frente a crenças e valores sociais. Claro que esse lugar de fala é construído na própria interação em sentido amplo e não necessariamente a cada momento, porque toda interação é situada histórica e culturalmente.

No panorama esboçado até aqui, deve ter ficado claro que pleiteamos uma concepção de texto que possibilite tratar os sentidos como resultado de múltiplos fatores, o que implica, em última instância, aceitar que também os sentidos são múltiplos. Isso não quer dizer, contudo, que, para um mesmo texto, pode ser atribuído *qualquer* sentido, pois estes não são ilimitados.

O texto é necessariamente dialógico e comporta uma heterogeneidade de vozes

Se, por um lado, assumimos princípios do dialogismo como constitutivos do texto, por outro, nossos interesses investigativos, que afetam nosso método de análise, são distintos dos interesses das análises bakhtinianas. Pelo mesmo raciocínio, compartilhamos inúmeros pressupostos com as análises de discurso, dentre eles o da enunciação em sentido amplo, dentro da qual o texto precisa ser considerado, mas nos voltamos para aspectos da organização textual integrada ao contexto.

Interessa-nos aprofundar as relações de convergência entre as assunções da Linguística Textual hoje e os pressupostos da enunciação, da interação e do discurso. No âmbito do dialogismo, um texto só se manifesta singularmente de maneira situada, dentro de uma dada esfera de atividade humana, e em relações constitutivamente intertextuais. Cada texto é irreproduzível e representa um elo com outros textos no contexto sócio-histórico. É por isso que dizemos que a interpretação de um texto nunca está encerrada e

concluída, porque não existe texto considerado apenas como potencial, já que ele acontece como evento e, por isso, terá sempre singularidade.

Ao assumirmos a relação dialógica entre textos, também nos interessa, de perto, discriminar categorias de análise que marquem essa dialogia no texto (no enunciado). Para evidenciar a relação entre textos, é necessário impor limites entre eles. Aquilo que não se delimita com começo, meio e fim é um *continuum*, um texto sem fim, não um diálogo entre textos. Portanto, se fosse um *continuum*, não haveria razão para conceber processos “inter”textuais.

O todo do enunciado só se constitui pela incorporação de elementos dialógicos que o perpassam. Como afirma Bakhtin (1997, p. 351-355), em *Estética da criação verbal*:

O enunciado (como *todo* verbal) não pode ser reconhecido como unidade de um nível superior, último, da estrutura da língua (situado acima da sintaxe), pois entra num mundo de relações totalmente diferentes (dialógicas), sem paralelos possíveis com as relações linguísticas que se estabelecem em outros níveis (em certo plano, é possível fazer um paralelo entre o *todo do enunciado* e a *palavra*). O todo do enunciado já não é uma unidade da língua (nem uma unidade do “fluxo verbal” ou da “cadeia discursiva”), é uma unidade da comunicação verbal que não possui uma significação, mas um *sentido* (um sentido total relacionado com um valor: a verdade, a beleza etc.; que implica uma compreensão responsiva, que comporta um juízo de valor. A compreensão responsiva de um todo verbal é sempre dialógica.

Pelo ponto de vista dialógico, o texto só existe em atravessamento com outros textos, perante os quais o locutor tem uma atitude responsiva-ativa. Mas, como preconiza Authier-Revuz (2004), o jogo de vozes que atravessa qualquer texto não se justifica somente por esse dialogismo, no sentido antropológico, pelo qual o sujeito se constitui sempre numa relação de alteridade, e qualquer signo construído é sempre ideológico. A heterogeneidade de vozes, constitutiva de todo texto, para Authier-Revuz, é mais que dialógica, porque é também justificada pelo atravessamento de vozes do inconsciente, numa concepção freudo-lacaniana (ver, sobre isso, FLORES e TEIXEIRA, 2005).

A suposição de um locutor nunca uno, e sim, dividido, clivado, tal como postulado pela teoria enunciativa de Authier-Revuz, tem sido admitida em estudos da Linguística Textual desde a tese de Brito (2010) e a tese de Fonseca (2011), quando os autores reconheceram e evidenciaram que o sujeito, como locutor ou como interlocutor, precisa da ilusão de ter domínio e controle do seu dizer, embora nunca o tenha. O sujeito é sempre cindido, e a linguagem, pela qual ele se constitui, é sempre falha, ou nunca é completamente exitosa, ao se expressar. É o que se pode ler na posição tomada por Brito (2010, p. 20):

Para nossa pesquisa, é importante destacar a observação que Teixeira faz sobre a diferença entre a heterogeneidade de Authier-Revuz e a concepção de alteridade de Ducrot (1987), porque esclarece a noção de sujeito clivado com a qual trabalharemos. Ducrot concebe a alteridade como valor constitutivo do próprio enunciado, como algo interno, no âmbito da Teoria da Argumentação na Língua (TAL). Por outro lado, a heterogeneidade constitutiva da enunciação da autora, pensada a partir de seus exteriores: o dialogismo de Bakhtin e a psicanálise lacaniana, refere-se ao heterogêneo absoluto, “um Outro radical que afeta a enunciação, ao qual nenhuma representação pode atribuir papel num diálogo interno do dizer, como acontece na teoria polifônica de Ducrot” (TEIXEIRA, 2005, p.138). Desse modo, a alteridade de Ducrot, na qual o sujeito é múltiplo, desdobrado em locutores e enunciadorees que “falam” dentro de qualquer enunciado, distancia-se drasticamente do sujeito dividido de Authier-Revuz. E disso a autora não abre mão, na medida em que entende que as formas de representação que os enunciadorees têm de seu próprio dizer não podem ser tomadas apenas como um reflexo direto do processo enunciativo, e muito menos a linguística deve ser tomada como uma totalidade, o UM, uma ciência completa em si mesma, uma totalidade autônoma, sem outro, sem falha, sem furo, sem real.

Creemos que essa concepção de descentramento do sujeito não nos impede de olhar para os locutores, e para seus papéis actanciais no contexto social, como um sujeito que conscientemente planeja seu texto, arranjando-o conforme seu projeto argumentativo de influência sobre o outro, por se acreditar completamente “dono” de seu dizer, embora não o seja. Na verdade, o sujeito não controla inteiramente as vozes com as quais ele tem que lidar ao organizar seu dizer. Ele é um efeito dos sentidos que, no contrato de comunicação, são produzidos em negociação, mas, às vezes, à revelia de sua intencionalidade.

Por uma Linguística Textual não apenas interacionista, mas também discursiva

Por muito anos se afirmou que a Linguística Textual se inscrevia numa abordagem interacional da linguagem. Hoje, cumpre admitir que, mesmo a interação permanecendo no centro de nossas investigações, o modo como a cercamos toma de empréstimo muitas noções sociológicas e antropológicas para além das caracterizações pragmáticas da comunicação.

Também por muito tempo, pleiteamos a inscrição da Linguística Textual numa abordagem sociocognitiva, fundada em van Dijk. Vale, agora, esclarecer que, apesar de pressupormos o compartilhamento de conhecimentos diversos na produção-compreensão de textos, nunca tivemos interesse em testar nossos dados a partir de um modelo cognitivo, por mais sociocognitivo que ele fosse.

Nosso aparato metodológico é incompatível unicamente com uma descrição semântico-cognitiva, ou com um modelo analítico de sociocognição, embora possa se beneficiar de constatações descritivas dessas abordagens. Desse modo, a sociocognição é um ponto de partida, um meio, mas não um fim, porque permanece como pressuposta a ideia de que a produção e a interpretação de textos requerem a convocação de diversos conhecimentos

compartilhados entre os interlocutores em dado contexto social e de que toda interação incorpora elementos do campo social em que acontece. É somente por esse viés que aceitamos a afirmação de Koch e Elias de que:

Na abordagem interacional de base sociocognitiva, o texto é uma realização que envolve sujeitos, seus objetivos e conhecimentos com propósito interacional. Considerando que esses sujeitos são situados sócio-histórica e culturalmente e que os conhecimentos que mobilizam são muitos e variados, é fácil supor que o texto “esconde” muito mais do que revela a sua materialidade linguística. (2016, p. 32).

Somente adotando uma concepção de enunciação ampla e de contexto alargado, podemos repetir com as autoras – e aqui o fazemos - que:

Ao texto concebido como uma entidade multifacetada cuja construção envolve, além do linguístico, conhecimentos outros pressupostamente compartilhados, subjaz uma concepção de contexto que põe em saliência o que os sujeitos possuem como modelos mentais ativados na interação, considerando que esses modelos dizem respeito a como essas representações ocorrem no plano das relações entre os sujeitos social, histórica e culturalmente situados. (2016, p. 38)

Nossa perspectiva não pode ser compatível também com uma concepção estreita de situação interacional, contemplando apenas o contexto comunicativo imediato. O contexto, que se integra ao texto, é aqui visto como mais amplamente sócio-histórico, porque, como afirma Hanks (2008), fundamentando-se em Bourdieu, há duas condições fundamentais para contemplar o contexto como parte do texto: a emergência e a incorporação. A emergência diz respeito ao próprio acontecimento do texto na interação, é quando o texto é enunciado; a incorporação concerne à imbricação dos aspectos organizacionais e situacionais com enquadres culturais e com uma espécie de causalidade sócio-histórica:

Contexto é um conceito teórico, estritamente baseado em relações. Não há contexto que não seja “contexto de”, ou “contexto para”. Como este conceito é tratado depende de como são construídos outros elementos fundamentais, incluindo língua(gem), discurso, produção e recepção de enunciados, práticas sociais, dentre outros. Hoje em dia se reconhece de forma bastante ampla que muito (senão tudo) da produção de sentido que ocorre por meio da língua(gem) depende fundamentalmente do contexto. (HANKS, 2008, p. 124)

A Linguística Textual se interessa por aspectos sociointeracionais e discursivos, simultaneamente, mas não tem por objetivo tratar metodologicamente as relações interdiscursivas que atravessam as formações discursivas, porque seu objeto de estudo são as regularidades que colaboram para a produção e interpretação dos sentidos em contexto negociados argumentativamente.

O caráter multimodal dos textos

Nossos estudos têm lidado com ideia de que os textos sempre comportam uma multimodalidade. Vários textos contemplam sistemas semióticos verbais e não verbais, mas, até hoje, a Linguística Textual investiu principalmente em aspectos da visualidade. Não ter dado conta de todos os sistemas semióticos ainda não significa negligenciá-los, nem subvalorizá-los. Significa apenas reconhecer que, aos demais sistemas semióticos, não conseguimos (e provavelmente nunca o faríamos plenamente, sem o aparato de outras disciplinas) dar o tratamento metodológico que mereceriam.

Por sistemas semióticos, um termo utilizado por Kerbrat-Orecchioni, estamos entendendo os diferentes meios e canais de expressão que podem envolver recursos, tecnológicos ou não, para fazer produzir, receber e fazer circular um texto. Kerbrat-Orecchioni alerta para a combinação desses sistemas semióticos no mesmo texto.

À semelhança de Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 22), consideramos que os sistemas semióticos correspondem aos diversos recursos utilizados (verbais e não verbais) para que se proceda à comunicação. A autora salienta que, nos diversos contextos interacionais, há a combinação de muitos desses recursos.

A. Borel e J. L. Nestoulous constataam que falar é, antes de tudo, “proceder à seleção de diversas categorias de suportes [modos] formais da comunicação (língua, gesto, mímica...). Esta operação não tem o objetivo de privilegiar um dos sistemas semióticos em detrimento dos outros; vários agenciamentos nos parecem, ao contrário, possíveis. É assim que observamos, às vezes, a coocorrência dos diversos sistemas no quadro dos discursos. Ex.: mensagem linguística + gesto + mímica. Em outros casos, os diversos elementos apareceriam alternativamente, um gesto tomado, desta vez, no lugar de palavra ou sintagma. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 22)

O texto compõe uma unidade dentro da interação, em diferentes modos de enunciar. De acordo com Kerbrat-Orecchioni (1990), a interação é um processo pelo qual dois ou mais atores coorientados, ao seguirem sequências de comportamentos em direção a um objetivo, transmitem-se informação de maneira mutuamente contingente, graças a configurações “multicanais”.

Creemos que a interação envolve modos de trocas comunicativas, em que os participantes assumem papéis sociais e tentam exercer influências recíprocas uns sobre os outros. Segundo Muniz-Lima (2018), diversos aspectos interferem nos modos de interação, como o grau de formalidade (formal ou informal), a gestão das vozes (monogerida ou poligerida), a sincronicidade (síncrona ou assíncrona), a presença ou a ausência de mídia, o caráter hipertextual, a conectividade à internet (*on-line* ou *off-line*), dentre outros. Essa

perspectiva considera a interferência da evolução das mídias nas interações, sobretudo com o advento das enunciações hipertextuais *on-line*, dentre outros. Esta perspectiva sofre interferência da evolução das mídias nas interações, sobretudo com o advento das enunciações hipertextuais.

Vale afirmar que estamos concebendo a noção de hipertextualidade, isto é, não estamos adotando o termo “hipertexto” no sentido de um todo maior, ilimitado, mas de um modo de enunciar que se organiza pelas condições da hipertextualidade (ver Elias e Cavalcante, 2017).

Para Almeida (2018), a hipertextualidade deve ser vista como um conjunto de características que organizam diferentes modos de interação digital, *on-line* ou *off-line*. Esses modos de interação que envolvem a hipertextualidade interferem diretamente nos gêneros.

A hipertextualidade não se confunde com hipertexto, termo do qual nos afastamos. A hipertextualidade é a enunciação digital, que se forma a partir dos gêneros hipertextuais, um fenômeno definido essencialmente pelas características de multilinearidade, hipermodalidade e interatividade.

Conclusão

Pleiteamos, neste trabalho, que o texto só pode ser considerado como um nível de análise para além da sintaxe se admitir os condicionamentos sociais das práticas discursivas que envolvem o enunciado, o evento enunciativo instável e irrepetível, além das regularidades composicionais e organizacionais mais ou menos estabilizadas. Para nós, a análise de um texto incide, concomitantemente, sobre o enunciado, singular, e sobre suas regularidades – um pensamento que converge não apenas para Eugenio Coseriu¹¹, mas também para o do Círculo de Bakhtin. Assim, ainda que o texto seja um objeto empírico, realizado a cada enunciação, para cercar as diversas trilhas de sentido possíveis, convocamos categorias abstratas de análise, mas que só são verificáveis em uso, no entorno contextual – uma afirmação muito

¹¹ Aproximação verificável, por exemplo, na declaração de Pinheiro (2018), em seu artigo *Eugenio Coseriu e a Linguística do Texto no Brasil*: “A linguística do texto tal como concebida por Coseriu (2007) tem como tarefa principal analisar os procedimentos de construção do sentido e as categorias de sua interpretação”. Segundo Coseriu: “El objeto fundamental de una lingüística del texto como *lingüística del sentido* lo constituyen los procedimientos de creación y comprensión del sentido” (COSERIU, 2007, p. 157); e, ainda, “La tarea de la lingüística del texto consiste en comprobar y justificar el sentido de los textos. Esto equivale exactamente a la actividad que en el dominio de la lingüística general recibe el nombre de descripción o descripción de la lengua: en el dominio de las lenguas describir no significa otra cosa que comprobar las funciones lingüísticas y justificar su existencia en relación con una categoría correspondiente en el plano de la expresión” (COSERIU, 2007, p. 299).

próxima da que fez Adam (2019). Esta é a particularidade dos estudos em Linguística Textual.

A Linguística Textual se dispõe a descrever e explicar as estratégias de colocar em texto (isto é, de textualizar) as tentativas de influência dos interlocutores que agem em práticas discursivas convencionadas como gêneros do discurso. Neste sentido, a Linguística Textual muito tem a dizer sobre a discriminação de parâmetros de análise que não se restrinjam à interpretação dos textos por marcas lexicais, morfossemânticas e sintáticas que indiquem a modalização no confronto de pontos de vista e nos embates interdiscursivos.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. **Textos: tipos e protótipos**. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante...[et al]. São Paulo: Contexto, 2019.
- ALMEIDA, E. C. **Texto e hipertextualidade**. [Comunicação apresentada por ocasião do III Workshop em Linguística Textual: perspectivas interdisciplinares. Espírito Santo: UFES, 2018].
- AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BEAUGRANDE, R. A. **New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society**. Norwood, New Jersey: Ablex, 1997.
- BRAIT, B. O texto nas reflexões do Círculo e de Bakhtin. In: BATISTA, R.de O. **O texto e seus conceitos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p.13-30.
- BRITO, M. A. P. **Marcas linguísticas da interpretação psicanalítica: heterogeneidades enunciativas e construção da referência**. 2010. 213 f. Tese. (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- CAVALCANTE, M. M. **Abordagens da Argumentação nos estudos de Linguística Textual**. Revista Virtual de Estudos da Linguagem, v.14, p.106-124, 2016.
- COSERIU, Eugenio. **Linguistica del testo: Introduzione a una ermeneutica del senso**. Edizione italiana a cura di Donatella Di Cesare. Roma: Carocci editore, 1997. COSERIU, Eugenio. **Linguística del texto: Introducción a la hermenéutica del sentido**. Édition et annotation d'Oscar Loureda Lamas. Madrid: Arco/Libros, 2007.

ELIAS, Vanda Maria; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Linguística Textual e estudos do hipertexto: focalizando o contexto e da coerência. In: CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; LINS, Maria da Penha Pereira; ELIAS, Vanda Maria (org.). **Linguística Textual: diálogos interdisciplinares**. São Paulo: Labrador, 2017. p. 317-338.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FONSECA, Carlos Magno Viana. **Uma abordagem retórico-argumentativa para as não coincidências do dizer**. 2011. 193 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

HANKS, William F. Texto e textualidade. Tradução Marco Antônio Rosa Machado. In: BENTES, A. C.; RESENDE, R. C.; MACHADO, M. A. R. (Org.). **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 118-168.

KERBRAT, ORECCHIONI, Catherine. **Les interactions verbales**. Tome 1. Paris: A. Colin, 1990.

_____. **Análise da Conversação**. Princípios e Métodos. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

MUNIZ-LIMA, Isabel. **Os tipos de interação e suas consequências na referenciação e nos modos de argumentação**. [Comunicação apresentada por ocasião do III Workshop em Linguística Textual: perspectivas interdisciplinares. Espírito Santo: UFES, 2018].

PINHEIRO, Clemilton Lopes. **Eugenio Coseriu e a Linguística do Texto no Brasil**. Recebido em 13/03/2018. Aceito em 02/06/2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/81047/48510>>. Acesso em: jan. 2019.

Recebido em: setembro de 2019.

Aprovado em: setembro de 2019.

PLANO DE TEXTO E CONTEXTO: CONCEITOS EM INTERFACE PARA O TRATAMENTO DA ESCRITA E DA LEITURA EM MÍDIA DIGITAL

Sueli Cristina Marquesi¹
Ana Lúcia Tinoco Cabral²
Vanda Maria da Silva Elias³
Micheline Mattedi Tomazi⁴
Maria das Graças Soares Rodrigues⁵

Resumo: Este artigo tem por objetivos estabelecer interfaces entre os conceitos de plano de texto e de contexto, bem como discutir seus reflexos na escrita e leitura de textos veiculados em mídia digital. O aporte teórico que embasa a discussão é formado principalmente pelos pressupostos da Linguística Textual que se encontram tanto na abordagem da Análise Textual dos Discursos quanto na abordagem sociocognitiva. Tal fundamentação conduz à reflexão acerca da organização do plano de um texto opinativo publicado digitalmente e da relevância de se pensar na contribuição da noção de contexto. A análise de um texto veiculado em mídia digital evidencia a importância do conceito de contexto sociocognitivamente concebido para o entendimento de plano de texto e, conseqüentemente, para as atividades de leitura e de escrita.

Palavras-chave: Plano de texto. Contexto. Escrita e leitura. Mídia digital.

Abstract: The aims of this article are to establish interfaces between the concepts of text plan and context, as well as discuss their reflexes in the writing and reading of texts transmitted in digital media. The theoretical support that underlies the discussion is formed mainly by the assumptions of Textual Linguistics that are found both in the Textual Discourse Analysis approach and in the socio-cognitive approach. Such theoretical foundation leads to a reflection on the organization of the plan of an opinion text published in digital media and the relevance of thinking about the contribution of the notion of context. The analysis of a text published in digital media highlights the importance of the concept of context conceived from a socio-cognitive perspective for the understanding of the text plan, and consequently for reading and writing activities.

Keywords: Text plan. Context. Writing and reading. Digital media.

Considerações iniciais

Os conceitos de plano de texto e de contexto, respectivamente discutidos no âmbito da Linguística Textual, nas abordagens da Análise Textual dos Discursos (ADAM, 2011 [2005]) e da Sociocognição (VAN DIJK, 2012), figuram hoje entre os temas desafiadores da agenda

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. suelimarquesi.sm@gmail.com

² Universidade de São Paulo; Instituto de Pesquisas Linguísticas “Sedes Sapientiae” para Estudos de Português da PUCSP, São Paulo, SP, Brasil. altinococabral@gmail.com

³ Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil. vanda.elias@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. michelinetomazi@gmail.com

⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. gracasrodrigues@gmail.com

dos estudiosos da área, principalmente pela possibilidade que abrem para a definição de critérios analíticos destinados ao tratamento do texto em diferentes gêneros textuais-discursivos. Considerando essas perspectivas teóricas, neste trabalho, temos por objetivos estabelecer interfaces entre os referidos conceitos e discutir seus reflexos na escrita e leitura de textos veiculados em mídia digital.

Para tanto, com base no pressuposto de que a mídia digital, ao propiciar recursos diversificados que vão muito além da materialidade linguística, contempla novas organizações textuais, cujo entendimento acarreta novas demandas para o trabalho de leitores e escritores, estabelecemos as seguintes perguntas: (i) Como se organiza o plano de um texto opinativo publicado digitalmente? (ii) Como e por que o conceito de contexto, concebido de uma perspectiva sociocognitiva, contribui para o entendimento do plano de um texto veiculado em mídia digital e, conseqüentemente, para sua escrita e leitura?

Para atingir os objetivos propostos e responder às questões aqui definidas, organizamos este texto em três seções: na primeira e na segunda, discutimos, respectivamente, os conceitos de plano de texto e de contexto, este último tal como o concebe a abordagem sociocognitiva; na terceira, analisamos o plano de um texto opinativo publicado digitalmente, considerando suas implicações no tratamento da escrita e da leitura em meios digitais. Nas considerações finais, com base na análise realizada, manifestamos nossa reflexão sobre a importância do conceito de contexto sociocognitivamente concebido para o entendimento do referido plano de texto.

O conceito de plano de texto

Os estudos sobre plano de texto vêm sendo desenvolvidos por Adam desde o final dos anos de 1980. É de se destacar que suas reflexões sofreram, ao longo do tempo, algumas reformulações; especificamente, em relação à terminologia, podemos observar, como pontua Miranda (2010), uma oscilação entre a denominação *planos*, *módulos* ou *níveis de organização textual*, ou da *textualidade*. Contudo, a despeito dessa variação terminológica, que, na verdade, reflete o “intrincado caminho que se traça em qualquer processo de teorização” (op. cit, p. 118), concordamos com a autora que, ao tratar do tema, Adam oferece uma perspectiva que permite abordar a complexidade dos textos.

Com o objetivo de avançar no entendimento do complexo conceito em pauta, e ampliá-lo, no contexto dos estudos da Linguística Textual de base sociocognitivo-interacional, discutimos, nesta seção, as perspectivas abertas pela abordagem de Adam, seja

dialogando com ele próprio (ADAM, 1992, 2011 [2005], 2019), seja dialogando com estudiosos que, valendo-se de suas concepções, nos trazem importantes contribuições.

Essas contribuições, como veremos a seguir, de um lado põem em discussão o próprio conceito de plano de texto e, de outro, discutem sua ocorrência em textos concretos, tais como os do domínio jurídico ou os de outros domínios, tomando-o como critério analítico que possibilita dar a conhecer diferentes tipos de organização textual, além de pensá-lo na relação com atividades de leitura e escrita (MARQUESI, 2016, 2018; CABRAL, 2013, 2016a, 2016b, 2018; RODRIGUES, 2016; RODRIGUES; MARQUESI, 2016; MARQUESI; ELIAS; CABRAL, 2017; SOARES; RODRIGUES 2018).

Sem seguir uma ordem cronológica, mas iniciando pela concepção de Adam (2011 [2005]), por considerá-la fulcral para o entendimento que aqui buscamos, destacamos que o plano de texto é o principal fator unificador da estrutura composicional e desempenha papel fundamental na composição macrotextual do sentido.

Dessa perspectiva, segundo o autor (op. cit., p. 258), “os planos de textos estão, juntamente com os gêneros, disponíveis no sistema de conhecimentos dos grupos sociais e permitem construir (na produção) e reconstruir (na leitura ou na escuta) a organização global de um texto, prescrita por um gênero”. Para desenvolver esse conceito, Adam o relaciona ao estudo das sequências textuais, evidenciando sua concepção de sequências como unidades textuais complexas, compostas de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados: as macroproposições. Nesse sentido, para o autor, a macroproposição é uma espécie de período cuja propriedade principal é a de ser uma unidade ligada a outras macroproposições, ocupando, pois, posições precisas dentro do todo ordenado da sequência e adquirindo sentido em relação às outras, na unidade hierárquica complexa da sequência.

Especificamente sobre o conceito de sequência, importa lembrar que Adam (op. cit.) entende sequência como estrutura, uma vez que atende a dois aspectos: (i) é uma rede relacional hierárquica, uma vez que se trata de uma grandeza analisável em partes ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem; (ii) é uma entidade relativamente autônoma, dotada de organização interna que lhe é própria, e encontra-se em relação de dependência-independência com o conjunto mais amplo do qual faz parte (o texto).

Levando em conta esses dois aspectos, o autor ainda acrescenta que uma sequência depende de combinações pré-formatadas de proposições, considerando, para as diferentes combinações, cinco tipos: narrativa, argumentativa, explicativa, dialogal e descritiva. As sequências, de acordo com Adam, se fazem presentes nos planos de textos em diferentes formas de composição, podendo caracterizar planos convencionais ou ocasionais. É de se

ressaltar também, para o entendimento do conceito, que, de acordo com a visão de Adam (op. cit., p. 255), “os planos correspondem ao que a retórica colocava na *disposição*, parte da oratória que regrava a ordenação dos argumentos tirados da *invenção*”. Contudo, o plano retórico clássico não abarcava a diversidade de planos de textos possível de ocorrer.

Essa exposição do pensamento de Adam (2011 [2005]) sobre plano de texto e sua interface com sequências textuais evidencia a complexidade do conceito, uma vez que nos remete, de um lado, a aspectos de ordem estrutural e, de outro, a aspectos de ordem textual-discursiva e enunciativa. É essa remissão que justifica o diálogo com outros estudiosos, tal como aqui proposto, a fim de trazer à reflexão suas contribuições que, por vezes, põem em foco (i) o conceito tal como concebido pelo autor em seus estudos iniciais (ADAM, 1992); (ii) os avanços decorrentes dessas discussões (COUTINHO, 2003; MIRANDA, 2010), bem como (iii) as análises de diferentes planos de texto em estudos mais recentes, que contribuem para o entendimento do referido conceito.

Tratando de (i) e (ii), começamos, então, o diálogo por Coutinho (2003), que inicia sua abordagem fazendo referência ao trabalho desenvolvido por Adam (1987)⁶, em que o autor distingue superestrutura de plano de texto, ambos dispositivos referentes a estruturas ordenadas de proposições, no âmbito do que o linguista francês denominou “dimensão sequencial do texto” (COUTINHO, 2003, p. 50).

Comparando esses conceitos – o de superestrutura e o de plano de texto –, ressalta a estudiosa que, para o autor, ao passo que a superestrutura se refere a um construto cultural, por isso reconhecível pelos usuários da língua, o plano de texto se refere a um produto resultante de uma construção pontual. No primeiro caso, evidencia Coutinho, trata-se de estrutura aprendida, pela qual se mantém a convencionalidade histórico-cultural; no segundo caso, trata-se de estrutura criada, que não dispensa a convencionalidade aprendida, em relação à qual se constitui como variante.

A autora avança em sua discussão, adentrando ao tratamento dado por Adam na obra de 1992, em que propõe distinguir segmentação, que considera associada ao estabelecimento de um plano de texto, e sequencialização, o que o autor parece considerar como sequencialidade ou estrutura sequencial. Coutinho observa que Adam, na obra em questão, ao diferenciar, por exemplo, o plano de texto do soneto elisabetano do plano de texto do soneto clássico italiano, conclui que se trata “apenas de uma segmentação canônica de um texto cuja

⁶ Textualité et séquentialité. L'exemple de la description. *Langue Française* 74, p. 51-72.

estrutura sequencial de base [...] precisa ser examinada de perto” (ADAM, 1992, p. 33, apud COUTINHO, 2003, p. 52).

Todavia, a autora enfatiza que, mesmo sem esclarecer como se dá o funcionamento da segmentação ou a que princípios ela obedece, especialmente quando não ocorre segmentação canônica, Adam trata da segmentação visível, cujos elementos, tais como indicações de mudança de capítulo e de parágrafo, títulos e subtítulos, recursos de pontuação e de paginação, conectores e organizadores textuais, constituem mecanismos capazes de marcar um plano de texto.

Em acréscimo a suas reflexões, a autora destaca que a noção de plano de texto tal como tratada em 1992 seria enriquecida se não ficasse centrada na segmentação estritamente formal, aspecto esse que, a nosso ver, avançou nos estudos de 2011 [2005], na revisitação que Adam faz da abordagem de 1992, como por nós situado anteriormente.

De qualquer forma, fica claro, seja em nossa leitura da obra de 2011 [2005], seja na releitura da obra de 1992 de Adam, ou ainda na discussão feita por Coutinho, que, desde os primeiros estudos sobre plano de texto, o autor já abria perspectivas para um entendimento não restrito ao conceito de superestrutura, mas aberto a uma estrutura composicional relacionada a aspectos macrotextuais de sentido.

Essa constatação, à qual aqui damos destaque, encontra respaldo na própria concepção de texto adotada pela autora, que implica o reconhecimento de sua função comunicativa, como “texto-em-situação”, levando em conta a dimensão pragmática, à qual se junta a dimensão cognitiva, ultrapassando-se, assim, a materialidade linguística, já que, para ela,

[...] a questão a estruturalidade ultrapassa largamente a mera segmentação de unidades. Trata-se sobretudo de **um trabalho de estruturação** segundo o qual as unidades se delimitam reciprocamente e se ordenam entre si – em função de critérios que são [...] de ordem cognitiva e comunicacional [...]. (COUTINHO, 2003, p. 55, grifo da autora)

Dessa forma, reitera-se ser possível reconstituir a estrutura textual por meio das marcas presentes na superfície do texto, constituindo-se tais marcas como a base para que o leitor possa estabelecer um percurso interpretativo juntamente com “a ‘**disposição do texto**’ do texto, isto é, as partes, ou **unidades**, de que se compõem, o critério temático ou pragmático, que as configura, a ordem, mais ou menos previsível, pela qual elas se dispõem” (COUTINHO, 2003, p. 55, grifo da autora).

Essa consideração da autora, segundo nosso ponto de vista, trouxe uma contribuição singular para o entendimento do conceito de plano de texto, oferecendo elementos para uma análise de plano de texto, tal como defendemos, que ultrapassa a estrutura textual.

Se a visão de Coutinho em 2003, baseada em discussão do trabalho de Adam (1987; 1992), deu-nos elementos para ampliar o entendimento do conceito de plano de texto, essa ampliação se enriquece com a visão de Miranda (2010), como passamos a tratar a seguir, já que a autora, para discutir o conceito conforme a abordagem atual de Adam – do plano de texto inserido em um de seus níveis de análise, o da estrutura composicional –, evidencia algumas das questões que se colocam para seu entendimento apenas nesse nível de análise.

Entre essas questões, a autora chama a atenção para as diversas referências a planos de textos oferecidas por Adam, quais sejam: estão disponíveis no interdiscurso; permitem que se construa (produção) e se reconstrua (leitura e escuta) a organização global dos textos; organizam a estrutura composicional dos textos; estão relacionados à *dispositio* da retórica antiga; operam na segmentação de aspectos visuais e legíveis de textos escritos; podem ser típicos (estabelecidos pelos gêneros) ou ocasionais e podem ser marcados por fenômenos como mudança de capítulo ou de parágrafo, títulos e subtítulos, versificação e estrofes, paginação, pontuação, incluindo-se, ainda, os organizadores textuais e os conectores que assinalam um plano de texto.

Nesse sentido, Miranda ressalta a relação entre planos de texto e gêneros, e compara a visão de Adam com a de Bronckart (1997)⁷ e com a de Maingueneau (2002)⁸, afirmando que, enquanto o trabalho dos dois últimos centrou-se na relação entre plano de texto e gênero, Bronckart considerando o plano do texto como *dependente* do gênero do qual o texto sobressai, e Maingueneau considerando-o como um dos constituintes do gênero, o trabalho de Adam possibilitou a conceitualização e sistematização da noção de plano de texto, apesar de, por vezes, ter sido de caráter especulativo.

A autora ressalta, ainda, os dois tipos de planos de texto dados por Adam: o plano fixo (convencional) e o plano ocasional, evidenciando que os planos fixos, ou algumas de suas partes ou seções, podem ter função de marcadores de gêneros, mais especificamente, de hipogêneros no processo de intertextualização. Tomando por base os muitos textos do *corpus* que analisou, a autora destaca que as seções de um plano de texto permitem que sejam identificados gêneros em particular, aos quais está relacionada uma organização

⁷ *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif.*

⁸ *Dictionnaire d'Analyse du Discours.*

composicional tipificada; isso implica que para o plano de texto (ou algumas de suas seções) funcionar como marcador de gênero, é necessário que ele seja um plano fixo ou convencional.

Nas considerações de Miranda, vemos ressaltada a recíproca relação entre plano de texto e gênero, não significando, entretanto, um tratar-se do outro, o que nos leva a relacionar a variabilidade de planos de texto em um mesmo gênero, como observado em textos do domínio jurídico, especificamente, naqueles referentes aos estudos de planos de texto de gêneros jurídicos (RODRIGUES; MARQUESI, 2016; MARQUESI, 2016; RODRIGUES, 2016; SOARES; RODRIGUES, 2018), que marcam a mudança de nosso diálogo, para mais um passo no entendimento do conceito em discussão, iniciando, assim, o tratamento de (iii), conforme indicado.

O primeiro estudo nesse âmbito foi o desenvolvido entre 2013 e 2016 por Rodrigues e Marquesi (2016), período em que as autoras analisaram extenso *corpus* de sentenças judiciais condenatórias e chegaram à variação de planos de texto no gênero estudado. Para tanto, exploraram o plano de texto em sentenças condenatórias no que se refere: (i) à estrutura macrotextual (com foco no todo) e à estrutura microtextual (com foco no aspecto quantitativo das partes); (ii) ao nível semântico em relação ao todo textual, considerando-se o tópico e os subtópicos discursivos discutidos. Dessa forma, o plano de texto, no estudo realizado pelas pesquisadoras, foi analisado levando-se em conta a organização linguístico-textual e enunciativa, nos níveis sintático, semântico e pragmático, tendo sido revelado, em um mesmo gênero, uma variação de planos de texto.

A conclusão a que Rodrigues e Marquesi chegaram no referido estudo as levou à confirmação, em trabalhos específicos sobre o gênero sentença judicial condenatória (MARQUESI, 2016; RODRIGUES, 2016), respectivamente, de que são importantes na análise do plano de texto:

- a organização de sequências textuais, bem como as informações para que as intenções de produção sejam atendidas e materializadas, uma vez que determinadas sequências, como, por exemplo, as descritivas, cumprem funções diferenciadas em cada parte do plano do texto (MARQUESI, 2016);

- os dispositivos textuais, discursivos e enunciativos de responsabilidade enunciativa, uma vez que podem revelar ocorrência de forma diferenciada em cada seção do texto, como, por exemplo, a não assunção de responsabilidade na seção relatório e a assunção de responsabilidade nas seções de fundamentação e dispositivo (RODRIGUES, 2016).

Na mesma direção dos estudos realizados pelas pesquisadoras, que nos permitem entender plano de texto como uma organização de ordem textual, discursiva e enunciativa,

importantes contribuições nos traz também Cabral (2013; 2016a), que considera o texto um objeto singular e, como tal, mesmo tendo sua composição submetida a um gênero, revela, em sua organização, algo de particular que corresponde às intenções do produtor, o que nos remete a seu plano enunciativo (CABRAL, 2016b). Essa consideração da autora reforça seu ponto de vista de 2013, quando discutiu a influência das intenções do produtor sobre a estrutura do texto, bem como da relação entre interlocutores, posição tomada com base no postulado de Kerbrat-Orecchioni (1998 [1990], p. 14), para quem “todo ato de fala implica normalmente não apenas uma locução, mas uma interlocução (uma troca de propósitos)”⁹.

Nesse sentido, Cabral (2016a) nos permite relacionar ao conceito de plano de texto o próprio conceito de texto, este, como destaca a autora, considerado um fenômeno enunciativo, socialmente situado e cognitivamente suportado, proposição que nos remete a Koch (2002), para quem o texto põe em interação produtor, texto e leitor na construção de sentidos, que depende, em grande medida, do contexto cognitivo dos interlocutores.

Cabral (2016b, p. 386) acrescenta que, para o estabelecimento de um plano textual, “um objetivo enunciativo se impõe”, sendo, pois, necessário pensar em plano de texto “em conformidade com os objetivos do produtor em determinado contexto enunciativo. Tal plano pode compor-se de várias sequências que participam harmonicamente dele para atender à função para a qual o texto foi produzido” (op. cit., p. 386).

O pensamento de Cabral nos remete a Coutinho (2003, p. 51), tal como já discutido, para quem é possível “admitir-se a hipótese de que uma efectiva competência textual inclua quer a aquisição de estruturas culturalmente enraizadas, quer a capacidade de lidar criativamente com esse saber interiorizado”. Lidar criativamente quer dizer produzir um texto singular, cujo plano reflete, de uma perspectiva, as intenções do produtor e, de outra, a compreensão do leitor. Nesse sentido, o plano, assim como o texto, é singular, mesmo que ele se enquadre em um gênero, conforme a esfera de atuação na qual se insere.

O diálogo até aqui estabelecido, ao relacionar plano de texto à organização de sequências textuais e à criatividade no processo de sua construção, considerando questões de ordem discursiva e enunciativa, leva-nos a trazer à discussão um último aspecto que consideramos importante para o entendimento do conceito de plano de texto: a orientação argumentativa, conforme estudado por Marquesi, Elias e Cabral (2017).

Dois são os aspectos importantes desse estudo, para a compreensão do plano de texto: o primeiro deles refere-se ao aprofundamento que as autoras dão para o entrelaçamento entre

⁹ “tout acte de parole implique normalement, non seulement une allocution, mais une interlocution (un échange de propos)” (tradução nossa).

diferentes tipos de sequências textuais, como elementos que entram na composição do plano de texto e que são expressivos das intenções de quem produz, levando a considerá-lo um todo particular de organização, com funções variadas na arquitetura textual; o segundo refere-se à visão das autoras de como os planos de texto, tal como concebido, favorecem a abordagem da orientação argumentativa de textos, podendo, assim, ser trabalhados no ensino da leitura e da escrita, dada a sua configuração textual-comunicativa.

Os estudos realizados por Cabral, por Marquesi e por Rodrigues aqui discutidos acabaram por orientar outros estudos das autoras, que lhes permitiram dar sequência ao aprofundamento sobre planos de texto, contribuindo tanto para o entendimento do próprio conceito, quanto para a análise de suas diferentes realizações em gêneros diversos. Entre esses estudos, damos destaque: ao estudo de Marquesi (2018), cujo foco foi a análise de plano de texto de relatório técnico; ao de Rodrigues, em conjunto com Soares (SOARES; RODRIGUES, 2018), cujo foco foi a análise da sentença judicial de crime hediondo; e ao de Cabral (2018), cujo foco foi a análise de planos de texto em redes sociais.

Ao finalizarmos o diálogo delimitado ao escopo desta seção, pudemos ver confirmado o aprofundamento dado pelos autores estudados, seja do ponto de vista da estrutura composicional, seja do ponto de vista da enunciação, todos eles remetendo a outro nível de análise – o da sociocognição, este, ainda à espera de novos estudos.

Por considerarmos, com base em nossa discussão, que o entendimento do plano de texto considerado tal como destacado no início desta seção, como principal fator unificador da estrutura composicional que desempenha papel fundamental na composição macrotextual do sentido, pode ser ampliado se trouxermos à reflexão esse nível de abordagem, na próxima seção, exploramos os estudos sobre contexto, segundo a abordagem sociocognitiva proposta por van Dijk.

Contexto

Na abordagem sociocognitiva proposta por van Dijk (2011; 2012; 2014; 2016), o conceito de contexto difere bastante da noção de contexto tradicionalmente difundida, porque, para o autor, contexto não é algo externo aos participantes, mas construído por eles, com base em um modelo mental. Assim, cada ator social constrói uma representação mental de determinada situação comunicativa por meio de modelos mentais, os quais, por sua vez, definem e controlam nossa percepção e interação cotidiana em geral e a produção e compreensão dos textos em particular. Esses modelos mentais são chamados de modelos de contexto (VAN DIJK, 2014).

A principal diferença entre a noção tradicional de contexto (como situação comunicativa) e a noção ora apresentada (modelo de contexto) é que a primeira corresponde a um construto sociológico e a segunda, a um construto sociocognitivo. Desse ponto de vista, o contexto não é simplesmente um conjunto de elementos sociais e extralinguísticos, mas a representação mental que os participantes da interação fazem desses elementos.

Para van Dijk (2012), os modelos mentais são pessoalmente únicos e subjetivos. Eles não representam objetivamente os eventos de que fala o discurso, mas, antes, a maneira como os usuários da língua interpretam ou constroem, cada um a seu modo, esses eventos, por exemplo, em função de objetivos pessoais, conhecimentos ou experiências prévias ou em função de outros aspectos do contexto. Trata-se de representações cognitivas de nossas experiências, estas compreendidas como interpretações pessoais daquilo que acontece conosco.

Assim, o conhecimento desempenha importante papel nos modelos de contexto, considerando que uma tarefa fundamental nos modelos de contexto consiste em gerenciar o conhecimento na produção e compreensão do discurso, exigindo dos usuários da língua que calculem estrategicamente o tanto de conhecimento que deve ser pressuposto em um discurso.

Nesse sentido, van Dijk defende que os modelos de contexto têm um mecanismo central que regula a explicitação ou não explicitação do conhecimento no discurso, intitulado em sua teoria de “mecanismo-K” (VAN DIJK, 2012, p. 124). Esses mecanismos possibilitam ao sujeito, em seu processo de produção textual, proceder ao balanceamento de informações de modo a decidir: (i) quais informações serão implicadas, porque pressupostamente compartilhadas com o leitor; (ii) quais informações serão explicitadas, porque pressupostamente consideradas como não pertencentes ao conjunto de conhecimentos compartilhados.

Em se tratando de como funciona o mecanismo-K, o autor explica que a maior parte do conhecimento compartilhado socioculturalmente não precisa ser explicitada pela simples razão de que se supõe que já o conhecemos, razão pela qual os textos são muito incompletos ou implícitos. Então, quem escreve um texto pressupõe, de forma compartilhada com o leitor, grande quantidade de conhecimento de mundo. O leitor, por sua vez, constrói modelos mentais dos eventos sobre os quais está lendo, ativa partes relevantes desse conhecimento e preenche o modelo com a informação que está implicada ou pressuposta no texto.

Partindo da hipótese de que os modelos de contexto controlam muitos aspectos da produção e compreensão de textos, van Dijk defende que os contextos, longe de constituírem um tipo de situação social objetiva, são construtos subjetivos, porém socialmente

fundamentados, realizados pelos participantes a respeito das propriedades que consideram relevantes em uma dada situação.

Destaca-se, portanto, que os modelos de contexto estão diretamente relacionados à compreensão e produção dos textos, porque esses processos envolvem a formação, a ativação e a atualização de um modelo mental como uma representação na memória de longo prazo.

Na compreensão textual, os significados são estratégica e gradualmente construídos e representados na memória, e é essa representação do acontecimento na memória que se entende por modelo (do acontecimento ou da situação), ou seja, aquilo que nos faz compreender um texto é, justamente, a nossa capacidade de construir um modelo mental do acontecimento referido.

A natureza única e pragmática dos modelos de contexto exige que eles sejam relativamente simples, para que os participantes os acionem a todo momento e em diferentes circunstâncias. Por isso, esses modelos são compostos por poucas categorias, como cenário (tempo, lugar), participantes (eu-mesmo, identidades, papéis comunicativos), além de suas propriedades cognitivas correntes (seus objetivos e conhecimento, pertencimento como membro de grupos e suas ideologias) e evento/ação (VAN DIJK, 2011).

Em linhas gerais, os modelos de situação definem a significação do discurso (semântica) e os modelos de contexto definem a adequação pragmática do discurso. Trata-se da nossa percepção acerca das situações que já experimentamos, de que já tenhamos participado e também sobre as quais apenas lemos ou ouvimos e, portanto, são uma maneira de obter conhecimento de mundo (VAN DIJK, 2014).

Os modelos de situação, por sua vez, são tipos de modelos mentais dos eventos que constituem assunto dos textos, isto é, a situação que os atores sociais têm como referência. Nesse sentido, uma sequência de enunciados de um texto é coerente se os usuários da língua forem capazes de construir modelos mentais dos eventos ou fatos sobre os quais eles estão falando ou ouvindo (VAN DIJK; KINTSCH, 1983), escrevendo ou lendo.

Os usuários da língua são, assim, capazes de representar mentalmente eventos e situações sociais e discorrer sobre eles. Ao mesmo tempo, a fala, a escrita e a leitura são controladas pelos modelos de contexto subjetivos, representando eventos e situações comunicativas e, pois, sociais, de tal modo, que sua manifestação linguística e, por consequência, sua interação comunicativa, são adaptadas ao ambiente comunicativo e social (VAN DIJK, 2016).

Em outros termos, a base cognitiva é definida em aspectos semânticos e pragmáticos fundamentais para o uso da língua e do discurso, por meio de uma interface que liga a

natureza, as condições e o controle das estruturas discursivas aos eventos e situações representados do mundo social, por um lado, e, por outro, aos aspectos sociais da situação comunicativa.

Dessa forma, definir contexto em termos cognitivos permite-nos observar as diferenças entre as interpretações subjetivas dos usuários da língua que estão em uma mesma situação social, por exemplo, nos diferentes discursos (escolhas lexicais, temáticas, sintáticas, a entonação, os gestos e as expressões faciais) que provêm de uma mesma leitura.

Além disso, a noção sociocognitiva de contexto também esclarece o fato de o discurso ser influenciado por interpretações alternativas ou inadequadas da situação social. Isso implica entender que é a informação (subjetiva) armazenada nesses modelos que, no fim, controla como produtores adaptam sua escrita à situação corrente. Van Dijk (2012, p. 169) esclarece que são “os modelos de contextos que influenciam o modo como os indivíduos falam, escrevem, leem e entendem”. O armazenamento, a nosso ver, depende de planos de texto bem definidos. Pela discussão aqui realizada, não há como pensar plano de texto independente de contexto, nem contexto independente de plano de texto para a leitura e a escrita. Encontra-se aí o respaldo para nossa proposta de interface entre plano de texto e contexto, tal como aqui concebidos.

Plano de texto e contexto: análise de artigo de opinião publicado em mídia digital

Considerando os objetivos deste trabalho, quais sejam, estabelecer interfaces entre os conceitos de plano de texto e contexto em sua abordagem sociocognitiva, e discutir seus reflexos na escrita e leitura de textos da mídia digital, nesta seção, observamos, no texto opinativo apresentado a seguir, como pode ser considerada a relação entre os conceitos referidos e os efeitos decorrentes para os planos da escrita e da leitura.

O texto que nos serve de exemplo está publicado na coluna de Ruy Castro, no *site* do jornal *Folha de S. Paulo*¹⁰.

Para a organização do plano de texto do artigo de opinião que selecionamos a título de exemplificação, concorrem elementos como título (*Garrafa ao mar*); subtítulo (O objeto leva 10 mil anos para se decompor e não há hipótese de que ninguém o encontre); parágrafos, em um total de 5; sequências textuais (destacadamente descritivas e argumentativas), organizadores e conectores textuais, pontuação, além de *links* cuja ativação possibilita acesso a outros textos, em um princípio de não linearidade próprio do ambiente de rede.

¹⁰ O texto, na íntegra, pode ser consultado no endereço <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/Ruycastro/2018/11/garrafa-ao-mar.shtml>>.

O primeiro parágrafo

No tempo em que o cinema se propunha a discutir coisas, o italiano Michelangelo Antonioni fez três filmes sobre a "incomunicabilidade": "A Aventura" (1960), "A Noite" (1961) e "O Eclipse" (1962). Todos com a bela Monica Vitti, só variando o galã. Para mostrar que o grande problema do ser humano era sua solidão pessoal, inclusive a dois, os personagens de Antonioni passavam o filme zanzando pela cidade, sem ir a lugar nenhum, e falavam muito pouco. Hoje, esses filmes não teriam sentido. Um dos dois pegaria o iPhone e fariam uma DR por telefone, quem sabe comendo um cheeseburger ao mesmo tempo.

apresenta o tema gerador do artigo – a falta de comunicação entre as pessoas –, como o problema era percebido antes (retratado em filmes italianos nos três primeiros anos da década de 1960) e hoje, em tempos de cultura digital, como a forma pela qual o problema foi retratado no filme não faz mais sentido. O parágrafo tem, portanto, a função de situar o leitor acerca do assunto em discussão.

Embora tenhamos construído na memória um modelo mental de como se constitui o gênero textual artigo de opinião e, especialmente, em se tratando do seu início, que haja uma apresentação do tema – questão em discussão – com propósito contextualizador, o modo como o produtor do texto seleciona, sequencia e conecta as informações é representativo da singularidade do plano de texto em questão. Tanto assim o é, que o produtor do texto poderia ter escolhido outras informações de seu repertório de conhecimento que não aquelas atinentes ao mundo do cinema, mas escolheu justamente essas.

O conjunto de informações do parágrafo compõe uma sequência descritiva, cujo desenvolvimento no plano da linearidade do texto vai sinalizando, por um lado, conhecimentos que o produtor possui e, por outro lado, conhecimentos que, na avaliação do produtor do texto, talvez não façam parte do repertório do leitor e, como tal, precisariam ser explicitados. Daí a explicitação do nome do produtor e do título dos filmes, da temática temporalmente situados, dos personagens e do nome de uma atriz de destaque dessas produções.

Ainda nesse sentido, destaca-se, no plano de texto, pela peculiaridade do ambiente da *web* e sua escrita hipertextual (MARQUESI et al., 2010), a presença dos *links* Michelangelo Antonioni (autor dos três filmes citados no parágrafo); personagens de Antonioni e esses filmes. Esses *links* oferecem ao leitor a possibilidade de acessar outros textos contidos no universo da rede para obter informação sobre os tópicos dos *links* (em caso de desconhecimento desses temas) ou, então, de ampliar o conhecimento por meio da realização

de percursos de leitura sugeridos, para a obtenção de informação sobre os temas, visando ao compartilhamento de conhecimentos.

Além dos *links* citados, há um outro que é oferecido ao leitor por meio de linguagem visual: fotografia da atriz italiana – bela Monica Vitti – citada no parágrafo. Dentro do princípio do compartilhamento de informação, o *link* oferece a oportunidade de o leitor obter informação sobre a famosa atriz ou ampliar o conhecimento que já possui sobre ela, por meio da consulta a outros textos disponíveis na internet, bastando, para isso, ativar os *links* sugeridos.

No segundo parágrafo,

Mas, na minha opinião, o problema não foi resolvido —as pessoas continuam tentando se comunicar. Vide a multidão que anda pelas ruas ao celular. O que elas tanto têm a dizer é um mistério. Só se sabe que é uma comunicação que não pode esperar.

o tema da incomunicabilidade humana é retomado da perspectiva do produtor do texto, que apresenta a sua opinião sobre a questão: o problema continua, apesar de tanta comunicação entre as pessoas nesses tempos de intensa conectividade possibilitada por inovações tecnológicas, como o celular.

Na configuração do plano de texto, nesse segundo parágrafo, destaca-se uma sequência argumentativa dentro do movimento esperado em termos de uma produção com teor opinativo em que a argumentação assume papel central.

No parágrafo, o conector “mas” é sinalizador da sequência argumentativa construída em torno da oposição à expectativa indicada no fim do primeiro parágrafo: se antes as pessoas falavam pouco, hoje falam demais. Falar demais deveria acabar com o problema da comunicação entre as pessoas. Não é o que acontece.

O terceiro parágrafo

Uma camiseta com dizeres também é uma forma de comunicação, embora a pergunta da pensadora nova-iorquina Fran Lebowitz, nos anos 70, continue sem resposta: “Se ninguém quer ouvir o que você tem a dizer, por que ouviriam a sua camiseta?”. E os milhões que escrevem e rabiscam coisas no corpo? Quem está interessado em entender o que aqueles garranchos e abstrações significam?

apresenta, dentro do movimento argumentativo, outras formas a que as pessoas recorrem para se comunicar ou comunicar algo: camiseta com dizeres e rabiscos no corpo são tentativas que

não resolvem o problema da comunicação interpessoal, segundo o produtor do texto. Esse posicionamento é marcado pela ideia de concessão sugerida com o uso do conector “embora”.

O quarto parágrafo

Sem falar no tempo de vigência dessas mensagens —todas têm tempo de vida limitado. Uma camiseta abandonada na natureza se desfaz em um ano. E a sua tatuagem desaparecerá com você, mesmo que você viva cem anos. Como fazer então? Uma reportagem no caderno Ambiente de domingo último (4), “Por que os canudinhos de plástico se tornaram os novos vilões do mundo?”, me deu a resposta.

mantém a ideia do parágrafo anterior, porém com o foco no insucesso dos diferentes meios a que recorrem as pessoas para se comunicar, atribuído ao fator tempo: camisetas e rabiscos no corpo desaparecem com o tempo. Ao final do parágrafo, contudo, o produtor aponta para uma possível solução do problema.

O quinto parágrafo

A garrafa de vidro. Leva 10 mil anos para se decompor. Escreva a sua mensagem, enfie-a numa garrafa e jogue-a ao mar. Não há hipótese de, em 10 mil anos, ela não chegar a alguém que finalmente saberá o que você tanto queria dizer.

começa com a resposta (A garrafa de vidro) à pergunta contida no quarto parágrafo (Como fazer então?), que representa, do ponto de vista de quem produz o texto, a solução do problema referente à incomunicabilidade humana.

Como designado, a ênfase é no meio pelo qual o problema que constitui o tema do texto será resolvido, na visão do produtor do texto. A solução do problema é apresentada, inclusive, pela mudança do modo indicativo para o modo imperativo afirmativo no trecho indicado a seguir, que constitui, no entendimento de Adam (2019), um discurso procedural: “Escreva a sua mensagem, enfie-a numa garrafa e jogue-a ao mar”.

Repete-se, ao final desse parágrafo, o expediente usado pelo produtor do texto no primeiro parágrafo, em que tratou do cineasta, de seus filmes, personagens e atores: oferecer ao leitor informação (pressupondo que o leitor desconhece o assunto) ou ampliação de informação (pressupondo que o leitor tem algum conhecimento sobre o assunto).

Considerando que talvez o leitor desconheça o assunto e considerando a importância do conhecimento compartilhado para a compreensão do texto, o produtor do texto sugere a consulta/leitura a outros textos, no caso, por meio do *link* formado por imagem com uma

legenda que diz “Carta do explorador David Livingstone, escrita em 1859, deixada dentro de garrafa, pedindo provisões - Alessandro Abbonizio/AFP”.

No plano de texto em discussão, esse *link* em particular, além da função mencionada anteriormente, assume outra de igual relevância: justificar a solução apresentada ao problema dado o caráter de sua anacronicidade. Justifica-se, assim, o título dado ao texto “Garrafa ao mar”, bem como o subtítulo que focaliza o meio pelo qual o problema da incomunicabilidade entre as pessoas pode ser solucionado, segundo o ponto de vista do autor.

Além dos aspectos comentados, assumem relevante papel na organização do plano do texto analisado: os organizadores textuais temporais presentes na primeira e na penúltima linhas do primeiro parágrafo (respectivamente, “no tempo em que” = ontem; “hoje”). O produtor do texto começa o texto recorrendo a filmes do passado para situar o problema da incomunicabilidade humana que existia antes e continua a existir nos dias atuais. Termina o texto apontando, por ironia, para uma prática do passado destinada a resolver o problema que estes tempos de intensa comunicação em redes sociais não conseguiram resolver. Encerra-se, assim, o raciocínio analítico do autor do texto a serviço da organização do plano de texto.

Outro destaque no plano de texto diz respeito ao modo como foi pensada discursivamente o uso de sinais de pontuação, com destaque para o segundo, terceiro e quinto parágrafos.

No segundo parágrafo, a expressão “na minha opinião” aparece entre vírgulas logo no início do texto, chamando a atenção para o sujeito responsável pela opinião, ou seja, para o locutor enunciador primeiro (I1/E1). Em seguida, o uso do travessão põe em evidência não mais o sujeito, mas a sua opinião mesma: “o problema não foi resolvido — as pessoas continuam tentando se comunicar”.

Já no terceiro parágrafo, em relação à pontuação, destaca-se o uso de interrogação em dois momentos: i) no interior da citação da pensadora nova-iorquina Fran Lebowitz (“Se ninguém quer ouvir o que você tem a dizer, por que ouviriam a sua camiseta?”), em um processo de intertextualidade explícita que serve ao propósito de reforçar a ideia da incomunicabilidade humana; ii) no interior do raciocínio analítico de quem escreve o artigo: “E os milhões que escrevem e rabiscam coisas no corpo? Quem está interessado em entender o que aqueles garranchos e abstrações significam?”, observando o seu posicionamento revelado no parágrafo anterior.

Por fim, no quinto parágrafo, a pontuação chama a atenção pelo uso pouco comum do ponto final separando o referente (A garrafa de vidro.) de sua predicação (Leva 10 mil anos para se decompor.), logo no início do parágrafo. O efeito gerado pela estratégia encontra

justificativa no fim do quarto parágrafo, em que o autor diz ter encontrado uma resposta para o problema e essa resposta é “A garrafa de vidro”. O uso de sinais de pontuação como foi feito é um dos aspectos que aponta para escolhas de quem escreve motivadas por intencionalidade desse sujeito, e reitera o caráter singular de cada plano de texto.

Resumidamente, podemos dizer que, em se tratando do texto apresentado como exemplo, elementos como parágrafos, título e subtítulo, sinais de pontuação, conectores e organizadores textuais, além dos *links* são alguns dos recursos capazes de marcar um plano de texto.

Ainda podemos dizer que, como empreendido, o plano do referido texto possibilita a emergência de traços característicos do gênero artigo de opinião: nos parágrafos e nas escolhas verbais e não verbais realizadas, o problema é anunciado e o posicionamento do autor é construído argumentativamente.

Nessa construção, o uso de organizadores textuais e de conectores, além da pontuação, a delimitação de parágrafos, a constituição de sequências textuais e suas funções, bem como a indicação de *links* que, uma vez ativados pelo leitor, vão possibilitar uma expansão em rede do conteúdo oferecido linearmente, são todos elementos que, cada um a seu modo, contribuem para a concretização do plano do texto, remetendo-nos, como vimos, a aspectos não apenas atinentes à ordem estrutural, mas também àqueles de ordem textual-discursiva, estes ancorados em modelos armazenados na memória e constantemente atualizados em razão das nossas muitas experiências diárias com o uso de linguagens.

Considerações finais

A análise realizada nos permite concluir este trabalho com uma reflexão sobre a importância do contexto sociocognitivamente concebido para o entendimento do plano do texto e da interface entre ambos para o tratamento da escrita e da leitura em mídia digital, como passamos a expor.

Se considerarmos que o plano de texto é um empreendimento subjetivo que envolve intenções, objetivos e conhecimentos socialmente adquiridos e compartilhados, concebido e concretizado por sujeitos de forma situada, como o vimos no texto analisado, então, no processo de escrita para a organização de um plano de texto e no processo de leitura para a apreensão do plano de texto, é preciso, da parte do produtor e também do leitor, que esses sujeitos em seus respectivos papéis elaborem para si uma representação referente a aspectos como: para quem se dirige o texto, com que intenção e objetivo, em que situação se

encontram os participantes, quais conhecimentos estes (pressupostamente) possuem de forma compartilhada ou não.

Em outras palavras, consideramos possível afirmar que, na atividade de escrita e de leitura, os sujeitos envolvidos representam para si, com base na ativação de conhecimentos e experiências, o contexto. É esse modelo mental que vai orientar, do ponto de vista da adequação ou não adequação, a escrita e a leitura. É esse modelo mental que também vai sendo redefinido, à medida que o plano de texto se realiza.

Dizendo de outro modo, subjaz à organização de um plano de texto a noção de contexto como uma interpretação subjetiva e constantemente atualizada, fundamentada em práticas sociais e interacionais. Se consideramos que não existe texto sem contexto, podemos afirmar também que não existe plano de texto sem contexto.

Centrando-nos no exemplo do artigo de opinião publicado em mídia digital, podemos dizer que o plano de texto foi organizado de modo a abordar um problema e apresentar uma solução. Essa escolha, no entanto, é apenas uma das formas possíveis que pode assumir o gênero textual em questão, tendo-se em vista a intenção e o objetivo de quem escreve.

Disso desprende-se que os sujeitos escritores e leitores representam para si elementos do contexto sociocognitivamente compreendido, que servem de orientação ao plano de texto. Além da intenção e do objetivo, os sujeitos também representam para si o gênero textual em questão, suas regularidades, funções, particularidades do meio de veiculação (no caso do exemplo em discussão, da mídia digital), bem como configurações possíveis quanto a seleção, distribuição e balanceamento das informações nessas práticas comunicativas.

Corroborando, por último, esta reflexão final, que o plano de texto, como vimos, permite construir (na produção) e reconstruir (na leitura) a organização global de um texto. Subjacente a ele, o contexto sociocognitivo possibilita o gerenciamento de conhecimentos diversos na produção e compreensão do texto, exigindo dos usuários da língua que calculem estrategicamente não apenas os conhecimentos que devem ser explicitados ou implicitados em uma dada produção, mas também o modo pelo qual devem fazê-lo, tendo em vista a intenção e o objetivo em jogo.

A reflexão aqui apresentada nos possibilita finalizar o trabalho destacando o cumprimento do objetivo para ele proposto, bem como as respostas às questões que o orientaram e, ao respondê-las, abrir perspectivas para a continuidade da pesquisa sobre planos de texto no vasto campo de desafios da escrita e da leitura em meios digitais.

Referências

ADAM, J.-M. A. **Textos - Tipos e protótipos**. São Paulo: Contexto, 2019.

_____. **A linguística textual** – Introdução à Análise Textual dos Discursos. São Paulo: Cortez, 2011 [2005].

_____. **Les textes**: Types et prototypes. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1992.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Perspectivas da Análise Textual dos Discursos para a prática da escrita argumentativa na escola: planos de texto, sequências textuais e estratégias linguísticas nas redes sociais. In: GOMES, Alexandro Teixeira; PASSEGGI, Luis; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (Orgs.). **Análise Textual dos Discursos**: perspectivas teóricas e metodológicas. Coimbra: Grácio Editor, 2018, p. 93-107.

_____. Argumentação na língua e argumentação no texto. **Interseções** – Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais, v. 9, p. 26-40, 2016a. Disponível em: <<http://www.portal.anchieta.br/revistas-e-livros/intersecoes/pdf/intersecoes-ano-9-numero-1.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

_____. Texto e Argumentação: escolhas linguísticas, organização textual e contexto enunciativo. In: PIRIS, Eduardo Lopes; AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan; LIMA, Geralda de Oliveira Santos (Orgs.). SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO, 3., 2016. **Anais...** Ilhéus: Editus, 2016b, p. 381-391.

_____. Plano de texto: estratégia para o planejamento da produção escrita. **Revista Linha d'Água**, n. 26, p. 241-259, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/index>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CASTRO, Ruy. Garrafa ao mar. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 11 nov. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2018/11/garrafa-ao-mar.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2019.

COUTINHO, Maria Antónia. **Texto(s) e competência textual**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Les interactions verbales**. Paris: Armand Colin, 1998 [1990].

KOCH, Ingedore Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARQUESI, Sueli Cristina. Procedimentos analíticos da ATD e Produção escrita: estrutura composicional e sequências textuais descritivas em relatórios técnicos. In: GOMES, Alexandro Teixeira; PASSEGGI, Luis; RODRIGUES, Maria das Graças Soares. (Orgs.). **Análise Textual dos Discursos**: perspectivas teóricas e metodológicas. Coimbra: Grácio Editor, 2018, p. 111-123.

_____. Sequências textuais descritivas e suas funções nas sentenças judiciais. In: PINTO, Rosalice; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (Orgs.). **Linguagem e Direito** – perspectivas teóricas e práticas. São Paulo: Contexto, 2016, p. 113-128.

MARQUESI, Sueli Cristina; CABRAL, Ana Lúcia; ELIAS, Vanda Maria da Silva; VILLELA, Ana Maria Nápoles. Ensino em meios digitais: uma questão de leitura e escrita. In: BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros (Orgs.). **Linguística de texto e análise da conversação**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 354-386.

MARQUESI, Sueli Cristina; ELIAS, Vanda Maria; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa. In: MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida Lino; ELIAS, Vanda Maria (Orgs.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017.

MIRANDA, Florencia. **Textos e gêneros em diálogo** – uma abordagem linguística da intertextualização. s.l.: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Sentenças condenatórias: plano de texto e responsabilidade enunciativa. In: PINTO, Rosalice; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (Orgs.). **Linguagem e Direito** – perspectivas teóricas e práticas. São Paulo: Contexto, 2016, p.129-143.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; MARQUESI, Sueli Cristina. Relatório de pesquisa de estágio pós-doutoral (sob supervisão do Prof. Jean-Michel Adam). Universidade de Lausanne, Suíça, 2016.

SOARES, Emiliana Souza; RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Plano de texto do gênero sentença judicial de crime hediondo no âmbito da família. In: GOMES, Alexandre Teixeira; PASSEGGI, Luis; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (Orgs.). **Análise Textual dos Discursos**: perspectivas teóricas e metodológicas. Coimbra: Grácio Editor, 2018, p.187-222.

VAN DIJK, Teun A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. Trad. Pedro Theobald. In: **Revista Letrônica**. Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), s8-s29, p. 6-29, nov. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/>> Acesso 10 ago. 2017.

_____. **Discourse and Knowledge**: a sociocognitive approach. Barcelona: Cambridge University Press, 2014.

_____. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Sociedad y discurso**: cómo influyen los contextos sociales sobre e texto y la conversación. Barcelona: Gedisa, 2011.

VAN DIJK, Teun A.; KINTSCH, Walter. **Strategies of discourse comprehension**. New York: Academic Press, 1983.

Recebido em: agosto de 2019.

Aprovado em: agosto de 2019.

REVISITANDO O CONCEITO DE INTENCIONALIDADE

Ana Cristina Carmelino¹

Paulo Ramos²

Resumo: Este artigo tem como objetivo mostrar a trajetória histórica da *intencionalidade* e verificar se o conceito ainda é válido dentro do escopo teórico de estudos contemporâneos da Linguística Textual brasileira. A discussão se justifica pelo fato de o termo ter sido desfocalizado em parte de obras referenciais da área ou questionado por alguns de seus pesquisadores. A exposição abarcará um período de quatro décadas, iniciando em 1981, ano em que Beaugrande e Dressler incluíram a noção de intencionalidade entre os sete critérios de textualidade. Nos anos seguintes, o conceito foi trazido ao Brasil por teóricos do texto, que ajudaram na difusão do termo entre os estudos da área realizados no país, seja retomando, seja rediscutindo.

Palavras-chave: Intencionalidade. Textualidade. Linguística Textual.

Abstract: This article aims to show the historical trajectory of intencionalidade and to verify if this concept is still relevant within the theoretical scope of contemporary studies of Brazilian Text Linguistics. The discussion is justified by the fact that the term has been unfocused in part of referential works in this scientific area or questioned by some of its researchers. This text will cover a period of four decades, beginning in 1981, the year that Beaugrande and Dressler included the notion of intencionalidade among the seven textuality items. In the following years, the concept was brought to Brazil by theorists of the text, who helped in the diffusion of the term in the studies of the scientific area in the country, either retrieving the discussion, either re-discussing it.

Keywords: Intencionalidade. Textuality. Text Linguistics.

Este artigo parte de uma percepção que leva a um questionamento. A percepção é que o conceito de intencionalidade passa contemporaneamente, na literatura da Linguística Textual brasileira, tanto por retomadas quanto por reavaliações. Neste segundo caso, há leituras críticas sobre a validade ou a aplicabilidade dessa noção teórica e até mesmo uma desfocalização do conceito em obras referenciais da área, conotando uma possível perda de relevância.

Essa interpretação é ancorada no contato com capítulos, menções em livros, artigos e dissertações que vêm sendo produzidos por diferentes pesquisadores do país. Um dos objetivos desta exposição é fundamentar essa percepção. Para isso, será necessária uma recuperação do conceito, cunhado no escopo teórico pensado por Beaugrande e Dressler

¹ Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. anacrisacarmelino@gmail.com

² Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. contatopauloramos@gmail.com

(1981) e apropriado por linguistas brasileiros, ora preservando a ideia original, ora propondo modificações.

A apropriação da noção de intencionalidade no país, se observada ao longo do tempo, talvez possa ser dividida em três momentos distintos. O primeiro é a importação e a apresentação do conceito à comunidade acadêmica, o que pode ser datado entre a primeira metade da década de 1980 – época de publicação de livros de Fávero e Koch (1983) e, pouco depois, de Marcuschi (1983) – e o início da década de 1990 – com os trabalhos de Koch e Travaglia (1990) e de Costa Val (1991).

O segundo momento pode ser visto na década inaugural deste século, quando surgem as primeiras leituras críticas com relação à intencionalidade, explicitadas em particular nas obras de Koch (2004) e de Marcuschi (2008). O terceiro momento abrange a segunda década do século e inclui o período em que este texto é redigido, época em que se identificaram as percepções expostas no parágrafo inicial. Esboçar o estado da arte do tema também figura entre os objetivos deste artigo.

Como dito, ladeado à percepção, há um questionamento, que surge quase como consequência. Dadas as críticas e a desfocalização do conceito em parte da literatura da Linguística Textual brasileira, ainda há relevância na apropriação da intencionalidade sob essa perspectiva teórica? A resposta a essa pergunta é outra proposta que norteia o presente artigo.

Tendo esses objetivos delineados, a exposição irá olhar para trás, para recuperar o que foi dito, para, a partir disso, observar o presente, verificar o que ainda é dito – ou não, no caso de trabalhos que desfocalizaram o conceito. Por conta de a proposta estar atrelada a um registro histórico da noção de intencionalidade no Brasil, para contribuir com o aspecto documental do assunto, será adotado o critério de expor os nomes completos dos autores a serem citados, bem como os títulos e anos (de publicação original e das traduções ou reedições dela no Brasil) de suas respectivas produções teóricas. Ao final, pretende-se responder à questão feita e apontar possíveis caminhos para se trabalhar teoricamente o assunto.

Abordagens iniciais da intencionalidade

A questão da intencionalidade tem diferentes portas teóricas de entrada para ser trabalhada. Na Linguística Textual, no modo como foi construída no Brasil, o tema se ancora muito no trabalho de Beaugrande e Dressler. Publicado em inglês em 1981 e ainda inédito em

língua portuguesa, o livro³ dá alguns passos efetivos no sentido de consolidar esse campo teórico dentro do escopo dos estudos da linguagem.

Os dois autores defendem que o texto deve ser observado dentro de suas situações discursivas, frutos da interação comunicativa entre as pessoas. Seria o texto um evento comunicativo, que deveria atender a sete critérios de textualidade (posteriormente, usado também com os termos “fatores” e “princípios” e, especificamente por Marcuschi (2008), como critérios de textualização): coesão, coerência, informatividade, intertextualidade, situacionalidade, intencionalidade e aceitabilidade. As duas primeiras seriam centradas no texto em si; as outras cinco, nos usuários. “Se algum texto não satisfizer algum desses critérios”, dizem, “então não pode se considerar que esse texto seja comunicativo” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 2005, p. 35, tradução nossa⁴).

Compondo um dos sete elementos próprios da textualidade, a intencionalidade é trabalhada em dois momentos pelos dois pesquisadores. No início da obra, o conceito é relacionado ao produtor do texto, que teria uma meta a ser alcançada dentro de um plano. Sob essa ótica, o uso de um conjunto de sequências coesas e coerentes seria uma consequência dessas intenções.

No outro extremo da interação, estaria a atitude do receptor de recuperar tais metas e planos, estratégia resumida na aceitabilidade, outro dos fatores de textualidade. Tolerância com o conteúdo textual apresentado e construção de inferências a partir do texto com que tiveram contato integram esse processo de recuperação dos dados para aceitar o que o que se é apresentado. Depreende-se que se trata de uma atividade colaborativa, portanto.

Não por acaso, os dois conceitos – intencionalidade e aceitabilidade – são discutidos conjuntamente em um dos capítulos da obra – segundo momento em que o conceito é trabalhado no livro. Pelo raciocínio dos pesquisadores, um estaria relacionado ao outro dentro de uma situação de interação comunicativa. Especificamente sobre a intencionalidade, eles a definem como “todas as modalidades às quais os produtores textuais utilizam os textos para conseguir que se cumpram suas intenções” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 2005, p. 173, tradução nossa⁵).

Os dois autores veem as raízes do termo em outros campos do saber, entre os quais destacam a Psicologia (no processo de orientar a mente do ouvinte), a Sociologia (com as

³ As citações da obra de Beaugrande e Dressler a serem reproduzidas no presente artigo tomarão como base a edição do livro publicada na Espanha.

⁴ “Si un texto no satisface alguna de esas normas entonces no puede considerarse que esse texto sea comunicativo”.

⁵ “todas las modalidades en las que los productores textuales utilizan los textos para conseguir que se cumplan sus intenciones.”

trocas de turno na fala, método que deu origem, depois, à Análise da Conversação), a Inteligência Artificial (descoberta dos planos e metas na simulação dos mecanismos de comunicação) e a Filosofia. Desta última, a Linguística teria tido profunda influência, segundo eles.

O impacto da Filosofia estaria nos estudos dos ingleses John Austin (1990 [1962]) e Paul Grice (1982 [1975]) e do norte-americano John Searle (1981 [1969], 2002 [1983]), autores cujos escritos serviram de alicerce para o campo da Pragmática. Austin, inicialmente, e Searle, depois, construíram um modelo teórico que procurava explicar as intenções demonstradas pelos falantes no uso dos enunciados, processo que se convencionou chamar de atos de fala. O modelo previa três situações: atos locucionários (o enunciado em si); atos ilocucionários (atividades sugeridas no discurso); atos perlocucionários (efeitos exercidos nos receptores).

A crítica que Beaugrande e Dressler fazem a esse modelo teórico é que ele apresenta algumas “limitações”, se observado do ponto de vista da Linguística Textual. Se existem ações cujas intenções aparecem de modo mais definido, como a de prometer, haveria também, por outro lado, outras menos evidentes, entre as quais citam a de afirmar, descrever e perguntar. Em dadas situações, seria a enunciação em si que dá a pista para que se depreenda a ação pretendida, seja ela apresentada de forma explícita ou não.

Resumem os dois autores: “A teoria dos atos de fala é, portanto, insuficientemente explicativa e, além disso, erra na apreciação de como interagem as convenções comunicativas com os contextos situacionais mais habituais” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 2005, p. 175, tradução nossa⁶). No entender deles, quem traria um enfoque mais amplo sobre o tema seria Grice.

Grice desenvolveu modelo baseado em um princípio de cooperação, em que haveria colaboração no cumprimento do propósito comunicativo estabelecido. Esses princípios seriam estabelecidos por meio de quatro máximas conversacionais: 1) da quantidade (adequação do volume de informação transmitido); 2) da qualidade (dizer informações verídicas); 3) da relação (expor conteúdo relevante ao que é dito); 4) do modo (falar com clareza, sem ambiguidade, de forma breve e ordenada).

Beaugrande e Dressler ponderam sobre cada uma das máximas elencadas por Grice, pensando situações comunicativas em que elas poderiam ser contrapostas. Seguindo a mesma

⁶ “La teoría de los actos de habla es, por lo tanto, insuficientemente explicativa y, además, yerra en la apreciación de cómo interactúan las convenciones comunicativas con los contextos situacionales más habituales.”.

ordem apresentada anteriormente: 1) o volume de informação poderia ser intencionalmente maior para criar determinados efeitos de sentido (como a falta verborrágica de uma pessoa com problemas mentais); 2) dizer algo falso de propósito; 3) abordar algo não necessariamente relevante, como ocorre nas brincadeiras verbais; 4) nas ambiguidades, para ficar em uma das situações possíveis, o sentido pretendido pelo falante pode ser depreendido no processo comunicacional.

Grice defendia que, se houvesse algum desvio dessas máximas, por assim dizer, os interlocutores “ajustariam” a intenção do que se pretendeu dizer por meio de implicaturas conversacionais:

[...] antes de abandonar a suposição de que o discurso de nosso interlocutor procura ser coerente, informativo, relevante e cooperativo, qualquer participante em uma conversação preferirá sem dúvida, em circunstâncias normais, inferir conteúdos não expressos literalmente que assegurem, apesar das aparências contrárias, a vigência do princípio da cooperação e as máximas conversacionais. (BEAUGRANDE; DRESSLER, 2005, p. 181, tradução nossa⁷)

Em outros termos: haveria situações convencionais de produção da fala e da escrita e as máximas seriam procedimentos de adequação a elas. Beaugrande e Dressler entendem que, entre esse olhar de Grice e o dos atos de fala, haveria uma “zona inexplorada”: a de definir quais seriam as metas dos produtores textuais na interação comunicativa. Isso poderia ser contornado com a observação das ações discursivas, que ajudaria a explicar o planejamento textual, bem como eventuais mudanças ou ajustes pelos quais passam durante o contato interpessoal. Esse planejamento estaria sujeito a alguns fatores: 1) probabilidade ou não de a meta ser atingida; 2) presença ou não de convenções sociais estáveis; 3) interferências contrárias ao plano inicial; 4) duração do planejamento, se de curto ou longo prazo.

Seriam procedimentos que poderiam ser aplicados também à realidade da produção textual.

Posto que o discurso pode se definir como uma situação ou uma sequência de acontecimentos nos quais vários participantes apresentam textos, sob a forma de ações discursivas, pode se considerar que a comunicação mediante discursos é um caso de PLANEJAMENTO INTERATIVO. (BEAUGRANDE; DRESSLER, 2005, p. 185, tradução nossa⁸, grifos do autor)

⁷ “(...) antes de abandonar la suposición de que el discurso de nuestro interlocutor intenta ser coherente, informativo, relevante y cooperativo, cualquier participante en una conversación preferirá sin duda, en circunstancias normales, inferir contenidos no expresados literalmente que salvaguarden, a pesar de las apariencias en contra, la vigencia del principio de cooperación y de las máximas conversacionales”.

⁸ “Puesto que el discurso puede definirse como una situación o una secuencia de acontecimientos en la que varios participantes presentan textos, a modo de acciones discursivas, puede considerarse que la comunicación mediante discursos es un caso de PLANIFICACIÓN INTERACTIVA.”.

Beaugrande voltou ao tema posteriormente, embora dando menor destaque a ele. Em obra editada em 1997, o índice de termos mencionados no livro registra somente cinco menções à intencionalidade – o livro soma 674 páginas. O interesse do pesquisador – ou sua intenção com aquele texto – era trabalhar outros aspectos teóricos, como o papel da cognição no processamento comunicativo e os diálogos estabelecidos entre o escopo textual e o discursivo.

Nas poucas menções à intencionalidade, o autor faz mais uma recuperação do conceito como havia sido trabalhado anteriormente do que propriamente apresenta avanços significativos em relação a ele. Novamente, a intenção expressa em um texto estaria atrelada à aceitação de quem o acessa:

Um texto pode não realizar uma intenção como ganhar um argumento, ou a mensagem pode ser desacreditada ou negada, mas o evento foi intencional e aceito como texto, e não, digamos, como um exercício para cordas vocais e tímpanos. Em uma lista telefônica, um dado errado ou uma entrada incorreta, tal como de “serviço de massagem” para “serviço de mensagens”, pode ter efeitos irritantes, mas não eliminar o objetivo do texto. (BEAUGRANDE, 1997, p. 14, tradução nossa⁹)

Primeiros ecos do conceito no Brasil

O ano de 1983 teve editadas duas obras que tiveram o papel histórico de importar para o Brasil algumas das ideias sobre Linguística Textual (ou Linguística de Texto, forma sinônima cunhada também à época) discutidas no exterior. A primeira delas foi resultado de uma parceria entre Leonor Lopes Fávero e Ingedore Grunfeld Villaça Koch. As duas autoras organizaram uma trajetória histórica das abordagens textuais e resenharam parte dos estudos sobre o tema. O conceito de intencionalidade não foi abordado de forma específica, mas já havia sinalizações da existência dele e de um papel mais ativo, por assim dizer, dos autores dos enunciados.

Esse papel foi bastante atrelado às propostas desenhadas pela Pragmática e de como esse campo era lido pelos pesquisadores acionados pelas duas pesquisadoras. Um deles foi Dressler, que creditaria à Pragmática, nas palavras delas, “aquilo de que o autor pretende tratar, a quem se dirige, com qual intenção, em que situação o traz, quais os pressupostos implícitos assumidos, qual o canal selecionado etc.” (FÁVERO; KOCH, 1998 [1983], p. 75).

⁹ “A text may not realize an intention like winning an argument, or a message may be disbelieved or denied, but the event was nonetheless intended and accepted *as text* and not, say, as an exercise for vocal cords and eardrums. In a directory, a wrong listing or a misspelled entry such as ‘massage service’ for ‘message service’ may have annoying effects, but does not abolish the purpose of the text”.

Tais elementos, ainda de acordo com a leitura trazida por elas, poderiam ser sintetizados em uma hiperproposição ou uma hiperfrase, que refletiria a intenção do texto:

As intenções comunicativas do emissor e do receptor são, na maioria das vezes, coincidentes. A intenção unificadora do autor leva-o a decidir quais as frases que se podem combinar de modo adequado em um texto: embora, por vezes, as frases singulares não estejam suficientemente bem relacionadas ou pareçam até contradizer-se, uma só frase final da cadeia pode deixar claro o tema do conjunto. É neste ponto que entram as intenções do receptor, já que este espera que as frases que lhe são oferecidas em um texto estejam conectadas de algum modo. Cabe ao autor apresentar-lhe o conjunto do texto de modo a satisfazer tal expectativa. (FÁVERO; KOCH, 1998 [1983], p. 77)

Conceito semelhante ao de hiperproposição, e também trazido pelas duas autoras, é o de macroato de fala, de Van Dijk (2000). Entendido como uma sequência de atos de fala interconectados com uma finalidade comum, ele tende a dialogar com as proposições manifestadas no texto, de acordo com a leitura feita por Fávero e Koch. A relevância do conceito estaria em permitir que se explicitasse a proposta geral ou global de determinados enunciados. “O interlocutor deve ter condições de avaliar as funções pragmáticas e estratégicas dos atos de fala individuais de uma sequência. Ele deve saber o que o falante está insinuando, o que afinal ele quer com seu enunciado” (FÁVERO; KOCH, 1998 [1983], p. 89).

O primeiro eco mais concreto da intencionalidade em estudos brasileiros possivelmente foi visto na segunda obra publicada no ano de 1983, de Luiz Antônio Marcuschi. Nela, o pesquisador trouxe para o país muito do que havia sido discutido por Beaugrande e Dressler. O linguista elaborou um “esquema geral provisório das categoriais textuais”, como ele mesmo denominou, dividindo os enfoques em quatro fatores: 1) de contextualização, como assinaturas, data do texto, título, entre outros elementos do entorno do enunciado; 2) de conexão sequencial, que seriam os aspectos relacionados à coesão; 3) de conexão conceitual-cognitiva, que espelharia os processos vinculados à coerência; 4) de conexões de ações, abordando os elementos pragmáticos.

Nesse quarto item, figurariam os cinco itens de textualidade de Beaugrande e Dressler centrados nos usuários, entre eles a intencionalidade. Este conceito, bem como os demais, é mais registrado do que trabalhado de forma aprofundada na obra. Sobre ele, Marcuschi se restringe a mencionar que o eixo pragmático não deve ser visto dissociado do texto, como se fosse uma outra fase, externa a ele. “Ela é concomitante a todas as outras etapas e a distinção só é feita para não deixar níveis explicitamente descobertos pela teoria como um todo” (MARCUSCHI, 2012 [1983], p. 82).

Dois anos depois, Leonor Lopes Fávero e Mara Sofia Z. Paschoal retomaram os princípios de Beaugrande e Dressler de que a intencionalidade e a aceitabilidade constituiriam dois dos princípios de textualidade. Para elas, o texto explicitava a “intenção do locutor de produzir uma manifestação linguística coesiva e coerente, ainda que essa intenção nem sempre se realize em sua totalidade, especialmente na conversação usual” (FÁVERO; PASCHOAL, 1985, p. 20).

Uma autora que contribuiu muito para o aprofundamento do conceito foi Ingedore Grunfeld Villaça Koch, que trabalhou o tema em mais de um momento. Em livro de 1984, ela parte do postulado de que “a linguagem passa a ser encarada como forma de ação, **ação sobre o mundo dotada de intencionalidade**, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade” (KOCH, 2002 [1984], p. 15, grifos da autora). A intencionalidade, para a linguista, seria elemento inerente a toda atividade comunicativa, e a interpretação – ou interpretações, posto que não haveria um sentido único em uma situação enunciativa – estaria relacionada à apreensão dessas intenções a partir das marcas linguísticas manifestadas no texto.

Esse norte teórico foi retomado pela autora em obras posteriores: a questão da ação verbal é resenhada, sob diferentes perspectivas, a dos atos de fala entre elas, em livros editados em 1993 (KOCH, 2000 [1993]) e, de forma mais explícita, em 1997 (KOCH, 2000 [1997]). Neste, a linguista recupera as duas facetas da intencionalidade propostas por Beaugrande e Dressler, ou seja, que ela poderia se manifestar tanto na composição de um texto coeso e coerente, resultado de uma meta previamente planejada (sentido restrito) quanto na utilização de estratégias plurais para alcançar tais objetivos (sentido amplo).

Fora do escopo dos dois autores, mas dialogando com a proposta pensada por eles, Koch destaca a necessidade de acionamento de saberes de ordem cognitiva por parte dos usuários do texto (casos de autor e leitor) e registra entre eles o conhecimento ilocucional. Este permitiria “reconhecer os objetivos ou propósitos que um falante, em dada situação de interação, pretende atingir” (KOCH, 2000 [1997], p. 27).

Koch havia feito também um registro pontual sobre a existência da intencionalidade em livro de 1989, ao expor o modelo teórico de Beaugrande e Dressler – pontual porque o foco da obra, como o título já sugere, são os aspectos coesivos. As abordagens mais contundentes da intencionalidade feitas por ela se deram nas duas parcerias com o também linguista Luiz Carlos Travaglia. Ambos publicaram dois trabalhos em que expuseram o tema, um lançado em 1989 e outro, no ano seguinte.

Nas duas obras, os autores abordam o tema com o mesmo pressuposto teórico: a coerência já não é vista mais como um dos critérios de textualidade, mas como o resultado de todas as estratégias procedurais acionadas para o processo de construção do texto e de produção do(s) sentido(s) dele. A intencionalidade, nesse novo olhar teórico, passaria a estar atrelada à coerência. Apesar desse enfoque diferente, a leitura do conceito em si permanece a mesma: trata-se da manifestação da intenção do autor, concretizada no texto em sentido restrito ou amplo. O que há de diferente é uma articulação entre a composição coesiva do texto (no sentido restrito) e a argumentatividade (no sentido amplo). Sobre este último item, dizem os autores:

Se aceitamos que não existem textos *neutros*, que há sempre alguma intenção ou objetivo da parte de quem produz um texto, e que este não é jamais uma 'cópia' do mundo real, pois o mundo é *recriado* no texto através da *mediação* de nossas crenças, convicções, perspectivas e propósitos, então somos obrigados a admitir que existe sempre uma argumentatividade subjacente ao uso da linguagem. A argumentatividade manifesta-se nos textos por meio de uma série de marcas ou pistas que vão orientar os seus enunciados no sentido de determinadas conclusões, isto é, que vão determinar-lhes a orientação argumentativa, segundo uma perspectiva dada. (KOCH; TRAVAGLIA, 2002 [1990], p. 98, grifos dos autores)

Talvez o livro de Maria da Graça Costa Val, de 1991, encerre o capítulo final desses ecos iniciais do conceito no campo teórico brasileiro. Como foco na *Redação e Textualidade*, título do livro escrito por ela, a autora retoma muitas das máximas já trabalhadas por outros pesquisadores. Na síntese proposta por ela,

A intencionalidade concerne ao empenho do produtor em construir um discurso coerente, coeso e capaz de satisfazer os objetivos que tem em mente numa determinada situação comunicativa. A meta pode ser informar, ou impressionar, ou alarmar, ou convencer, ou pedir, ou ofender, etc., e é ela que vai orientar a confecção do texto. Em outras palavras, a intencionalidade diz respeito ao valor ilocutório do discurso. (COSTA VAL, 2011 [1991], p. 10-11)

Caminhos da intencionalidade

A Linguística Textual passou – e, de certo modo, passa ainda – por um constante processo de revisão de seu escopo teórico-metodológico. A coesão, não negada, centrou o foco nos mecanismos de referenciação. O texto em si começou a ser visto não apenas por meio de sua materialidade verbal, mas integrado a constituintes de outras modalidades, como a visual, compondo uma produção multimodal. O próprio conceito de texto foi revisto e ampliado para abarcar esses aspectos. Os processos de inferenciação e de acionamento de informações de ordem cognitiva ganharam maior destaque.

As ideias do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2017 [1952-1953]; VOLÓCHINOV, 2018 [1929]) também impactaram nas abordagens da Linguística Textual feitas no Brasil. Entendeu-se que o texto é o próprio local da interação entre os sujeitos. A concepção de gênero, entendido como mecanismos comunicativos de estabilidade relativa construídos no processo sociocomunicativo (BAKHTIN, 2017 [1952-1953]), entrou com força nas discussões textuais e na forma como os enunciados multimodais passaram a ser trabalhados.

É nesse cenário que a intencionalidade conviveu no século XXI no país. Nos anos dessas duas primeiras décadas, pôde-se observar duas tendências com relação ao conceito na literatura textual produzida pelos pesquisadores brasileiros: 1) ausência do termo; 2) menção ao conceito.

Comentando as duas situações. No primeiro caso, um dos argumentos que poderiam ser levantados é que as obras, ao não se referirem ao tema, não tinham a intencionalidade como foco da análise. O contraponto disso é que, justamente pela opção do apagamento, o conceito estaria submetido a uma desfocalização teórica, sinalizando um eventual desuso dele. Poderiam ser enquadradas nesse cenário obras referenciais da área, como as de Koch (2002, 2008) e duas parcerias da autora com Vanda Maria Elias (2006, 2008), bem como a de Mônica Magalhães Cavalcante (2012).

O mesmo pode ser dito da maior parte das coletâneas de pesquisadores de diferentes regiões do país, igualmente referenciais, casos das obras organizadas por Marli Quadros Leite e Anna Christina Bentes (2010), por Sueli Cristina Marquesi, Aparecida Lino Pauliukonis e Vanda Maria Elias (2017) e por Edson Rosa Francisco de Souza, Eduardo Penhavel e Marcos Rogério Cintra (2017).

Quanto à segunda situação, a dos trabalhos que mencionam o conceito de intencionalidade, poderia ser feito um novo agrupamento: 1) os que apenas mencionam o conceito; 2) os que mencionam o conceito e propõem uma aplicação dele; 3) os que mencionam o conceito, propondo uma rediscussão dele. Vejamos um a um.

Entre as produções teóricas que mencionam o conceito, primeiro dos três casos elencados, há como ponto comum um registro do termo, que funciona mais como um resgate do modelo pensado por Beaugrande e Dressler – caso da discussão apresentada por Iara Bemquerer Costa e Luciana Pereira da Silva (2013) – ou de como ele foi lido e apropriado nos primeiros trabalhos sobre o tema no Brasil (como mostrado no item anterior). É o que fazem, por exemplo, Koch e Elias (2016), ao proporem associação do conceito (chamado também com a expressão sinônima “princípio de intencionalidade”) com estratégias de argumentação,

seguindo e atualizando caminho iniciado anteriormente por Koch (1984 [2002]). Para as duas autoras,

[...] argumentar pressupõe intencionalidade e aceitabilidade, ou seja, de um lado, há aquele que constrói argumentos para influenciar o interlocutor e conseguir seu intento; e de outro, aquele que é alvo desse processo, o interlocutor, e que tem a liberdade de considerar ou não a validade dos argumentos, de aceitar ou não a tese defendida, numa postura que em nada remete à ideia de passividade, nem simplesmente à emoção. (KOCH; ELIAS, 2016, p. 34)

Aproximação semelhante faz Ana Lúcia Tinoco Cabral (2017), porém por outro caminho teórico. A autora se ancora em trabalho de Barbara Sandig (2009 [2000]), para quem haveria uma vinculação entre os conceitos de intencionalidade e de função textual. De forma bastante resumida, Sandig enxerga na função textual o elemento nuclear dos textos, orbitando em torno dele outros, como a coesão, a coerência, a situacionalidade e o tema. “Com base no postulado de Sandig, podemos afirmar que há uma intrínseca relação entre argumentação e intencionalidade. O texto argumentativo é aquele produzido com a intenção/função de fazer crer, fazer alguma coisa ao outro” (CABRAL, 2017, p. 244).

No grupo dos trabalhos da Linguística Textual que mencionam a intencionalidade e a aplicam, há como ponto comum a retomada do conceito, sem uma revisão teórica dele. O objetivo é mesmo explicar e exemplificar. Tomemos inicialmente quatro exemplos que foram publicados em livros. Anna Christina Bentes (2001) o aplicou em títulos de matérias de jornais, demonstrando como a intenção (argumentatividade) por parte do produtor pode ser percebida por meio de uma determinada informação e do modo como ela é apresentada.

Sueli Marquesi (2007) também abordou material jornalístico, porém de opinião. Ela mostrou a relação entre referenciação e intencionalidade, considerando que a referenciação revela a intencionalidade do escritor e orienta o leitor na construção de sentidos (fio condutor da intencionalidade do autor). Maria Aparecida Lino Pauliukonis e Mônica Magalhães Cavalcante (2018), em obra voltada para aplicações do escopo textual no ensino, registram o conceito, destacando a necessidade de que ele não seja visto exclusivamente como elemento externo ao texto, mas, sim, trabalhado de uma maneira global, integrada às diferentes modalidades constantes nos enunciados.

No ambiente digital, outros estudos reforçam que o tema permanece na pauta teórica da Linguística Textual. Pesquisa feita na internet¹⁰ revela que há muitos trabalhos no país que buscaram aplicar o conceito de “intencionalidade”, fosse ele em conjunto com o de

¹⁰ O levantamento foi feito no dispositivo de busca “Google Acadêmico” no dia 26 de junho de 2019.

“aceitabilidade”, fosse ele vinculado aos demais fatores de textualidade ou, na acepção de Marcuschi (2008), critérios de textualização.

Para citarmos dois artigos recentes. Almir Grigório dos Santos (2017) abordou o conceito em duas correspondências escritas pelo padre José de Anchieta e analisou indícios de informatividade (grande quantidade de informações positivas) e intencionalidade (manter a missão e mostrar que ela estava progredindo). Rafael da Silva Moura (2018) aplicou os fatores de textualidade em conto de Ana Maria Machado.

Entre os trabalhos desenvolvidos em programas de pós-graduação, pode ser mencionada a dissertação de Heloísa Pedrosa de Araújo Mafra, intitulada *A intencionalidade Linguística e os aspectos de oralidade nas campanhas de instituições de ensino em outdoors nas cidades de Recife e Olinda* e defendida em 2012 na Universidade Católica de Pernambuco. Como o título da pesquisa já antecipa, a aplicação se deu em campanhas publicitárias, mostrando a presença da ambiguidade como elemento intencional daquelas produções. Na definição do conceito, ela explicita a presença dos elementos exteriores ao texto na composição da intencionalidade:

A intencionalidade consiste em um processo de elaboração extralinguístico, ou seja, de direção de sentidos, com interpretações que vão além do que está exposto pelo sistema linguístico, ou no composto lexical; está, isto sim, na intenção comunicativa do escritor/falante, que relaciona seu objetivo em sua produção textual. (MAFRA, 2012, p. 22-23)

Outra dissertação é a de Maria Vera Cardoso Torrecillas, defendida em 2008 na Universidade Presbiteriana Mackenzie. A autora buscou mostrar como as marcas da textualidade, especificamente intencionalidade e aceitabilidade, fizeram-se presentes em peças teatrais. Para isso, procura, a exemplo de outros pesquisadores, vincular intencionalidade e argumentatividade.

Poucos trabalhos vinculados à Linguística Textual propuseram uma rediscussão do conceito, mesmo que parcial, terceiro item do agrupamento elencado anteriormente.

Koch (2004) revisa a divisão entre elementos centrados no texto (coesão e coerência) e nos usuários (os demais critérios de textualidade, entre eles a intencionalidade), como haviam proposto inicialmente Beaugrande e Dressler. Para a linguista, além de a coerência abarcar os demais itens, não faria sentido a separação “já que todos eles estão centrados simultaneamente no texto e em seus usuários” (KOCH, 2004, p. 43), sendo estes constituídos sociocognitivamente no processo de interação mediado pelos textos. Essa abordagem pode ter contribuído para a intencionalidade ter sido pouco trabalhada na obra.

Irané Antunes trilhou caminho oposto, reiterando, com algumas modificações, a divisão original proposta por Beaugrande e Dressler. A linguista propõe que se faça uma distinção entre propriedades do texto (a coesão, a coerência, como proposto pelos dois autores, e inclui a informatividade e a intertextualidade entre elas) e condições de efetivação do texto (a situacionalidade, a intencionalidade e a aceitabilidade). Essa separação seria pelo fato de os últimos estarem vinculados “aos interlocutores e não ao texto propriamente” (ANTUNES, 2010, p. 34).

Especificamente sobre a intencionalidade, Antunes mencionou o conceito em mais de uma obra (ANTUNES, 2009, 2010, 2017). Ela defende que o termo não deva ser confundido com intenção. Esta seria o objetivo de quem produz o texto. Quanto àquela, ela defende a definição de sentido restrito, compartilhada também por outros autores:

O sentido da *intencionalidade* – conforme postulam os estudiosos da linguística de texto – é outro: refere-se à *predisposição* do falante para comportar-se eficientemente em sua atividade verbal, ou seja, para apenas *dizer coisas que têm sentido* – em passagens coesas e coerentes – e que, sejam, portanto, interpretáveis. *Essa intencionalidade* representa, pois, *a disposição do interlocutor de cooperar com seu parceiro* para que ele possa processar, com sucesso, os sentidos e as intenções do que é expresso (ANTUNES, 2009, p. 75-76, grifos da autora).

É justamente “intenção”, e não “intencionalidade”, o termo usado por Teun Van Dijk (2012) para discutir o tema sob um viés sociocognitivo. O linguista procura diferenciar o conceito (intenção) de objetivo. Segundo o autor, que adota o termo somente no sentido de intenções-ações, e não propriamente no texto em si, as intenções seriam partes de modelos mentais. Os objetivos ou propósitos, por outro lado, seriam “modelos mentais de ações com suas consequências esperadas” (VAN DIJK, 2012, p. 119). Para ele, tem-se controle sobre as próprias ações, mas nem sempre sobre as consequências, que podem estar vinculadas a outros fatores. O exemplo citado pelo autor para ilustrar sua reflexão é: “posso ter a intenção de ler o jornal enquanto meu objetivo é recolher informações ou opiniões sobre acontecimentos recentes” (VAN DIJK, 2012, p. 120).

Marcuschi (2008) salienta que haveria dificuldades na identificação da intencionalidade. Isso porque, no entender dele, não se saberia com precisão o que deveria ser observado, nem se o foco dos objetivos deve pender para o autor ou para o leitor, posto que os dois teriam intenções. Outro problema apontado pelo linguista seria o vínculo do conceito como um dos componentes da textualidade. Nas palavras dele:

O problema maior no caso da **intencionalidade** acha-se no conceito de sujeito que ela subentende. Tudo se passa como se o sujeito fosse dono do conteúdo e como se ele fosse uma fonte independente e a-histórica. Isto é impossível e não estaria em consonância com o que já postulamos aqui sobre a questão. (MARCUSCHI, 2008, p. 127 – grifo do autor)

O autor aponta dois caminhos possíveis para que se trabalhe – ou se contorne – a questão. O primeiro seria vincular a análise da intencionalidade ao plano global do texto e à produção da coerência. O segundo seria vincular a abordagem às máximas de Grice, estabelecendo um diálogo entre as premissas do autor com o modo como passaram a ser abordadas por pesquisadores contemporâneos da Pragmática.

Amarrando a exposição

A trajetória histórica exposta demonstrou como o conceito de intencionalidade foi inaugurado na área textual por Beaugrande e Dressler (1981) e, já poucos anos depois, apropriado por pesquisadores brasileiros e, num segundo momento, retomado, relido criticamente ou mesmo desfocalizado. O fato de haver contemporaneamente uma recuperação do conceito, nos mesmos moldes como fora pensado inicialmente, casos de Mafra (2012), Costa (2012), Santos (2017), Moura (2018), Pauliukonis e Cavalcante (2018) e outros que poderiam ser citados, e que não foram por questão de espaço, atesta que a noção ainda faz parte do escopo teórico textual no país.

Essa constatação, por si só, já responde à pergunta feita no início deste artigo, a saber, se ainda haveria relevância na apropriação da intencionalidade sob a perspectiva das teorias do texto. Depreende-se que sim. Outra questão seria como. Vê-se que uma maneira seria recuperando os pressupostos de Beaugrande e Dressler e a difusão do conceito proporcionada no período inicial (décadas de 1980 e começo da de 1990) em que o conceito começou a ser difundido no país por meios de obras como as de Fávero e Koch (1983), Marcuschi (1983), Fávero e Paschoal (1985), Koch e Travaglia (1989, 1990) e Costa Val (1991).

Um segundo foco de abordagem seria vincular o conceito à argumentatividade, caminho iniciado por Koch (1984) e recuperado por Cabral (2017) e, com maior aprofundamento, pela própria Koch, em parceria com Elias (2016). Essa trilha textual recuperaria um dos princípios originais da intencionalidade, a de que ela estaria associada a uma formação coesa e coerente dos enunciados. Mas acrescentaria os aspectos da argumentação elaborados pelo autor, atribuindo à abordagem uma sustentação mais precisa e menos subjetiva da análise linguística.

De certo modo, essa opção anteciparia e, de certo modo, responde a uma das críticas levantadas por Marcuschi (2008), autor que poderia ser associado, nesse segundo momento teórico em que trabalhou o tema, a uma leitura mais crítica do conceito e que configuraria, por consequência, uma terceira forma de se abordar a intencionalidade. O linguista defende haver ares de subjetividade na aferição na intencionalidade autoral em um texto. O uso das máximas conversacionais, de Grice, seria uma alternativa apresentada por ele para contornar a fragilidade.

Outra possibilidade aventada por ele seria a de observar a intencionalidade num plano mais global do texto. Nesse sentido, pode-se enxergar aí um possível ponto de convergência entre a leitura dele com a feita por Koch (2004), para quem o texto se torna o local de interação entre os sujeitos, constituídos sociocognitivamente. Ou seja, a abordagem teórico-analítica de um texto demanda contextos (conhecimentos cognitivos) trazidos pelos seres em determinadas situações socialmente situadas.

Essa soma de elementos é que daria pistas verbais e visuais – posto que, contemporaneamente, enxerga-se o texto como uma produção que pode ser composta por diferentes modalidades – para se depreender a intencionalidade manifestada pelos autores, ancorada em elementos concretos, e não subjetivos. A abordagem feita por Antunes (2009), que vincula a intencionalidade à situação e à atividade verbal, pode ser acrescida a essa visão.

Antunes também distingue intencionalidade de intenção: esta seria o objetivo do autor do texto; aquela, uma predisposição para se comportar bem na atividade verbal em contato com o(s) interlocutor(es). Leitura distinta faz Van Dijk (2012), ao creditar à intenção aquilo que se pretende fazer e ao objetivo o que se espera fazer – e que nem sempre corresponde à prática, pois está vinculado a ela. Ambos estariam vinculados a modelos mentais trazidos pelos seres e construídos socialmente.

As abordagens críticas poderiam ser uma das explicações da ausência da intencionalidade em obras publicadas nos anos seguintes – muitas delas referenciais – sobre discussões relacionadas ao texto. Isso explicaria o que optamos denominar de “desfocalização do conceito” em parte dos trabalhos registrados na segunda década deste século. Mesmo que não seja a proposta inicial de seus autores, algo que só poderia ser aferido em contatos pessoais, aos olhos de quem lê as publicações, a ausência pode conotar apagamento, perda de relevância teórica.

Ainda sobre os motivos da desfocalização, há uma segunda explicação possível e que merece um registro, ainda que sucinto – dada a temática, careceria de outro artigo para ser aprofundado a contento. Pode ter havido uma sobreposição entre o que se entendia

inicialmente por intencionalidade com o que se passou a entender por “intuito discursivo” ou “querer-dizer”, como pensado por Bakhtin (2017) ao trabalhar o projeto enunciativo do locutor (como ele irá produzir o texto) conforme o gênero do qual se apropria na situação comunicativa¹¹.

É um ponto – mais um – a ser (re)pensado sobre o conceito, que, com olhares diferentes, ainda integra o escopo teórico da Linguística Textual brasileira.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ANTUNES, Irandé. **Análise de textos**: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ANTUNES, Irandé. **Textualidade**: noções básicas e implicações pedagógicas. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

AUSTIN, John. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. 1. reimpr. São Paulo: Editora 34, 2017 [1952-1953].

BEAUGRANDE, Robert-Alain de. **New foundations for a science of text and discourse**: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society. New Jersey: Ablex Publishing, 1997.

BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística 1**: domínios e fronteiras, São Paulo: Cortez, 2001. p. 245-287.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introduction to Text Linguistics**. New York: Longman, 1981.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introducción a la Lingüística del Texto**. Barcelona: Ariel, 2005.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Linguística Textual e Teoria da Argumentação na Língua: texto e língua em diálogo. In: CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; LINS, Maria da Penha Pereira; ELIAS, Vanda Maria (Orgs.). **Linguística Textual**: diálogos interdisciplinares. São Paulo: Labrador, 2017. p. 239-262.

¹¹ Uma primeira discussão sobre o tema foi feita por Ana Cristina Carmelino em mesa-redonda sobre Linguística Textual realizada no III Conel (Congresso Nacional de Linguística). A exposição foi intitulada *Intencionalidade com humor*. A fala ocorreu no dia 19 de novembro de 2015 na Universidade Federal do Espírito Santo.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, Iara Bemquerer; SILVA, Luciana Pereira da. Coerência. In: COSTA, Iara Bemquerer; FOLTRAN, Maria José (Orgs.). **A tessitura da escrita**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 64-81.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. 3. ed. 3. reimpr. São Paulo: Martins Fontes, selo Martins, 2011 [1991].

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Linguística Textual: introdução**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998 [1983].

FÁVERO, Leonor Lopes; PASCHOAL, Mara Sofia Z. (Orgs.). **Linguística Textual: texto e leitura**. São Paulo: EDUC, 1985. (Série Cadernos PUC, 22).

GRICE, Paul. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). **Pragmática: problemas críticos – Perspectivas Linguísticas**. Campinas, SP: ed. do autor, 1982 [1975]. p. 81-103.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2000 [1993].

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000 [1997].

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002 [1984].

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 17. ed. rev. ampl. São Paulo: Contexto, 2002 [1989].

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à Linguística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002 [1989].

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 14. ed. rev. ampl. São Paulo: Contexto, 2002 [1990].

MAFRA, Heloísa Pedrosa de Araújo. **A intencionalidade linguística e os aspectos de oralidade nas campanhas publicitárias de instituições de ensino em outdoors nas cidades de Recife e Olinda**. 81f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/917143/helo%C3%ADsa-pedrosa-de-ara%C3%BAjo-mafra-a-intencionalidade>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de Texto: o que é, como se faz**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012 [1983].

MARQUESI, Sueli. Referenciação e intencionalidade: considerações sobre escrita e leitura. In: CARMELINO, Ana Cristina; PERNAMBUCO, Juscelino; FERREIRA, Luiz Antonio (Orgs.). **Nos caminhos do texto: atos de leitura**. Franca: Unifran, 2007. p. 215-233.

MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida Lino; ELIAS, Vanda Maria (Orgs.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017.

MOURA, Rafael Da Silva. Do processo de (re)significação textual: os fatores de textualidade como dispositivo de análise. **Migulim** – Revista Eletrônica do Netlli, v. 7, n. 3, p. 706-725, set.-dez. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MigREN/article/view/1731/1325>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Texto e ensino**. Natal: SEDIS-UFRN, 2018. (Coleção Material Didático – Série Digital). Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26874>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

SANDIG, Barbara. O texto como conceito prototípico. In: WIESER, Hans Peter; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (Orgs.). **Linguística Textual: perspectivas alemãs**. Trad. Hans Peter Wieser. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 [2000]. p. 47-72.

SANTOS, Almir Grigório dos. A informatividade e a intencionalidade nas cartas jesuíticas. **POSGERE**, n. 3, v. 1, jul. 2017, p. 73-86. Disponível em: <<http://seer.spo.ifsp.edu.br/index.php/posgere/article/view/71>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

SOUZA, Edson Rosa Francisco de; PENHAVEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério (Orgs.). **Linguística Textual: interfaces e delimitações – Homenagem a Ingedore Grunfeld Villaça Koch**. São Paulo: Cortez, 2017.

SEARLE, John. **Os actos de fala**. Trad. Carlos Vogt, Ana Cecília Maleronka, Balthazar Barbosa Filho, Maria Stela Gonçalves e Adail Ubirajara Sobral. Coimbra: Almedina, 1981 [1969].

SEARLE, John. **Intencionalidade**. Trad. Julio Fisher e Tomás Rosa Bueno. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1983].

TORRECILLAS, Maria Vera Cardoso. **A intencionalidade e a situacionalidade nas obras teatrais**: O Rei da Vela, de Oswald de Andrade, e A Moratória, de Jorge Andrade. 2008. 147f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2243/1/Maria%20Vera%20Cardoso%20Torrecillas.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e interação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018 [1929].

Recebido em: junho de 2019.

Aprovado em: julho de 2019.

QUAL É O STATUS TIPOLÓGICO DA CONVERSAÇÃO?

Luiz Carlos Travaglia¹

Gil Negreiros²

Resumo: Num momento em que importa discutir ou examinar conceitos e critérios de análise dentro da Linguística Textual e da Análise da Conversação, este trabalho pretende discutir um pouco mais sobre o status tipológico da conversação, buscando respostas para perguntas como: a conversação é um tipo de texto? Um gênero? Ou apenas uma atividade de língua sem constituir um tipo ou um gênero em especial? Como tratar os casos de gêneros delimitáveis dentro da conversação e a tipificação do que sobra ou do que não é identificável como um gênero corrente ou pelo menos ainda não identificado como tal? A base teórico-metodológica para instrumental de análise é baseada na proposta tipológica feita por Travaglia ([2003]/2007, 2007a, 2009) sobre as categorias de textos divididas em quatro naturezas distintas, denominadas de *tipelementos* (tipos, subtipos, gêneros e espécies), bem como o que propõem Travaglia et al. (2013) sobre gêneros orais e Travaglia (2007b) sobre a composição de gêneros pelos tipos, em que se pode ter três diferentes categorias de relações entre os tipos que estão compondo o gênero: conjugação, fusão ou intercâmbio. Nosso corpus será constituído de diálogos entre dois ou mais informantes. Tendo em vista a dificuldade de obtenção de gravações secretas de conversações espontâneas, está sendo analisado o inquérito 343 do projeto NURC/SP. Os resultados demonstram, preliminarmente, que a conversação pode ser considerada como uma atividade de uso da língua, que é realizada por meio de vários gêneros.

Palavras chave: Tipologia textual. Conversação. Tipos. Gêneros.

Abstract: At a time when it is important to discuss or examine concepts and criteria of analysis within Textual Linguistics and Conversation Analysis, this paper intends to discuss a bit more about the typological status of the conversation, seeking answers to questions such as: is conversation a type of text? Is it a genre? Or it's just a language activity without being a particular type or genre? How to deal with cases of delimitable genres within the conversation and the typing of what is left over or what is not identifiable as a current genre or at least as yet unidentified as such? The theoretical-methodological basis for analytical instruments is based on the typological proposal made by Travaglia ([2003] / 2007, 2007a, 2009) on the categories of texts divided into four distinct natures, called *tipelementos* (types, subtypes, genera and species), as well as those proposed by Travaglia et al. (2013) on oral genres and Travaglia (2007b) on the composition of genres by types, in which there can be three different categories of relationships between the types that are composing the genre: conjugation, fusion or interchange. Our corpus will consist of dialogues between two or more informants. Considering the difficulty of obtaining secret recordings of spontaneous conversations, the 343 survey of the NURC/SP project is being analyzed. The results show, preliminarily, that the conversation can be considered as an activity of using the language, which is carried out through several genres.

Keywords: Textual typology. Conversation. Types. Genres.

¹ Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil. lctravaglia@ufu.br

² Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil. gil.negreiros@ufsm.br

Preliminares

Num momento em que importa discutir ou examinar conceitos e critérios de análise dentro da Linguística Textual e da Análise da Conversação, acredita-se que seja bastante pertinente discutir um pouco mais sobre a conversação, particularmente sobre seu status tipológico, buscando resposta para perguntas como: a conversação é um tipo de texto? Um gênero? Ou apenas uma atividade de língua sem constituir um tipo ou um gênero em especial?

Quando se fala de conversação, todos se lembram de aspectos já estudados como a questão dos turnos, da tomada de turnos, da cessão de turnos, sequências de abertura, desenvolvimento e fechamento que constituem um esquema estrutural amplo (uma superestrutura?) da conversação, além, é claro, dos aspectos que regem a sintaxe conversacional, como, por exemplo, as repetições e paráfrases, as rupturas e os anacolutos, as pausas preenchidas ou “vazias”, os silêncios, as hesitações, as correções e reparações, a sobreposição ou não de falas, os parênteses, os relevos pela altura da voz, os chamados marcadores conversacionais, os pares adjacentes (como pergunta e resposta, convite – aceitação/recusa, cumprimento-cumprimento, etc.¹), as questões tópicas organizacionais.

Todavia pouco se disse sobre como a conversação deve ser vista dentro da questão tipológica. O único estudo que trata da questão parece ser o de Adam (1993), ao propor a conversação como um dos cinco tipos de sequência textual ao lado das sequências descritiva, narrativa, explicativa e argumentativa, na verdade com o nome de sequência dialogal.

Ao analisar conversações o que se tem observado é que elas são compostas por trechos descritivos, narrativos, dissertativos e injuntivos em conjugação, e estes, com frequência, em fusão com o argumentativo². É comum encontrar em conversações a realização de gêneros que podem ser isolados tais como: receitas de cozinha; orientações sobre como fazer algo; narrativas de experiência de vida; casos; resumos de filmes, novelas, livros; pedidos, depoimento, piadas, solicitações, prescrição de remédios caseiros ou não, conselhos, fofoca, lamento, algo semelhante à exposição e defesa de um ponto de vista como em um artigo de opinião (não se está dizendo que é um artigo de opinião); etc. Ou seja, ninguém se atreveu a abordar a questão tipológica na conversação, pois é uma questão teórica, que se revela bastante complexa e de difícil resolução. Complementarmente, há outras questões como, por exemplo: se ninguém duvida de que existe um texto conversacional, nas análises não são muito claros os critérios que

¹ Ver MARCUSCHI (1986, p. 35)

² Está-se usando aqui a proposta tipológica feita por Travaglia ([2003]/2007, 2007a, 2009) e Travaglia et al. (2013), bem como as relações (conjugação, fusão, intercâmbio) que ele propõe entre os tipos na composição dos gêneros (Cf. Travaglia 2007b).

são básicos na Linguística Textual sobre unidade de texto (quais os critérios para delimitar tal unidade?) e segmentação ou não da conversação em unidades que não sejam os turnos e as sequências de abertura, desenvolvimento e fechamento. Por exemplo, como fica essa questão no caso de gêneros delimitáveis dentro da conversação e a tipificação do que sobra ou do que não é identificável como um gênero corrente ou pelo menos ainda não identificado como tal?

Este estudo propõe abordar tais questões que são, sem dúvida, importantes, mas que não estão resolvidas e têm mesmo sido evitadas.

Alguns aspectos teóricos e metodológicos

Neste estudo estamos tomando como base teórica para instrumental de análise as propostas de sequência de Adam (1993), a proposta tipológica feita por Travaglia ([2003]/2007, 2007a, 2009) sobre as categorias de textos divididas em quatro naturezas distintas que ele chama de tipeamentos (tipos, subtipos, gêneros e espécies), bem como o que propõem Travaglia et al. (2013) sobre gêneros orais e Travaglia (2007b) sobre a composição de gêneros pelos tipos em que se pode ter três diferentes tipos de relações entre os tipos que estão compondo o gênero: conjugação, fusão ou intercâmbio.

Estamos considerando que as sequências de Adam (1993) equivalem ao que Travaglia ([2003]/2007, 2007a, 2009) considera como tipos de texto, o que é fundamental para um dos raciocínios desenvolvidos sobre o status tipológico da conversação.

Na classificação em tipos, subtipos, gêneros e espécies, adotamos o princípio de que um texto só pode ser de uma categoria da mesma tipologia. Assim se consideramos a tipologia dissertação, descrição, injunção, narração, um texto não pode ser ao mesmo tempo descritivo e injuntivo. Podemos, em um texto predominantemente narrativo, por exemplo, ter trechos descritivos e/ou dissertativos, mas em conjugação. No caso da fusão, sempre se fundem tipos de tipologias distintas como, por exemplo, a narrativa e o humorístico na constituição da piada.

Uma questão importante é se a conversação é um gênero ou uma atividade. Adotamos aqui o que propõem Travaglia et al. (2013) que colocam o seguinte questionamento:

Assim, por exemplo: a) o **seminário** que se realiza em salas de aula como um recurso de aprendizagem é um gênero ou uma atividade que se realiza por meio de outros gêneros, como a exposição oral, o depoimento e o debate? b) o **júri** é um gênero ou uma atividade que se realiza por meio de gêneros diversos? c) a **conversação**: é um gênero ou uma atividade social na qual podemos encontrar os mais variados gêneros. No caso da conversação é possível identificar os mais diversos gêneros sendo utilizados durante a mesma, tais como pedidos, depoimento, casos, relato de experiências pessoais diversas, piadas, solicitações, receitas de cozinha, prescrição de remédios caseiros ou não, conselhos, fofoca, lamento, etc. (TRAVAGLIA et al., 2013, p. 2)

Esses autores ainda colocam a possibilidade de haver “atividades que têm um gênero homônimo que as realiza como nos casos da missa, do casamento, do batismo, da benção, do leilão, da entrevista, etc.” (TRAVAGLIA et al., 2013, 2), mas que em muitos casos é difícil definir a distinção, como no caso da “**assembleia**, atividade em que se discutem problemas sociais controversos e são necessárias capacidades de linguagem como sustentação dos argumentos, refutação, negociação de tomadas de posição e, portanto, os gêneros que estariam na base dessa atividade seriam a exposição oral e o debate?” (TRAVAGLIA et al., 2013, 2).

Aqui tomamos o gênero tal como definido em Travaglia et al (2013):

Consideramos o **gênero**, na perspectiva bakhtiniana, como um tipo de enunciado relativamente estável, ou seja, com determinadas regularidades em termos de conteúdo temático, construção composicional, forma de realização linguística (estilo), criado em uma esfera de atividade humana ou por uma comunidade discursiva, no dizer de Swales (1990), para realizar uma ação social por meio da linguagem. Assumimos ainda o gênero como um pré-acordo de um grupo social sobre o modo de realizar algo linguística e discursivamente por meio de textos. (TRAVAGLIA et al., 2013, p. 3)

Além das regularidades relativas a conteúdo temático, construção composicional e forma de realização linguística (estilo), consideramos ainda aquelas referentes a objetivos e funções, condições de produção em que se inserem as questões de suportes utilizados.

Estes autores, considerando ainda o que dizem Schneuwly (2004, p. 23 e ss.) e Fairclough (2003), desenvolvem todo um raciocínio para distinguir atividade de gênero chegando a um termo em que dizem:

Tendo em vista o que ficou dito podemos dizer que a **atividade** social é o que alguém está fazendo, para atingir determinado objetivo, enquanto o **gênero** é um instrumento linguístico-discursivo devidamente estruturado, criado em uma esfera de atividade humana por uma comunidade discursiva, como uma forma eficiente de realizar a atividade em que o gênero tem um papel essencial. Assim o gênero terá uma função social em decorrência da atividade à qual ele serve de instrumento e que, de um certo modo, o caracteriza. (TRAVAGLIA et al., 2013, p. 4)

Travaglia et al (2013) ainda definem que

[...] os **gêneros** são instrumentos cuja apropriação leva os sujeitos a desenvolverem capacidades e competências individuais correspondentes aos gêneros. Tais capacidades e competências são capacidades e competências linguísticas e discursivas de construção e de escolha do gênero apropriado para a ação em dada situação social localizada. Já as **atividades** são ações mediadas por objetivos específicos, socialmente elaborados por gerações precedentes e disponíveis para serem realizadas, usando determinados instrumentos para este fim construídos. Se temos o objetivo de cortar uma árvore, realizamos, por exemplo, a atividade de lenhador (cortar a madeira para vendê-la para o uso como combustível por meio da queima na forma de lenha) ou

outra, como a de jardineiro ou paisagista (estruturar um paisagismo em que a árvore não se encaixa) ou a de construtor (limpar o terreno para implantação de uma obra) ou ainda a de agricultor (preparar o terreno para o plantio). Em todos os casos há uma ação de cortar a árvore que se fará usando um instrumento: um machado ou uma serra manual ou elétrica, conforme o que há de tecnologia no grupo social em que a atividade se realiza. Isto mostra que os instrumentos podem variar, mudar, conforme o tempo e grupo social. (TRAVAGLIA et al, 2013, p. 3)

Esse mesmo grupo de pesquisadores define “que gênero oral é aquele que tem como suporte a voz humana (vista como a característica particular que tem o som produzido pelo aparelho fonador) e foi produzido para ser realizado oralmente, utilizando-se a voz humana, independentemente de ter ou não uma versão escrita” (TRAVAGLIA et al., 2013, p. 4).

Por seu turno, Adam (1993) não fala em conversação, mas sim em sequências dialogais, consideradas pelo autor como um “modo de composição poligerenciado”, em contraposição a quatro modos monogerenciados: sequências descritivas, narrativas, argumentativas, explicativas³. Assim, haveria práticas discursivas orais e práticas discursivas escritas. Nas primeiras, construídas em situações orais, o modo de composição dialogal-conversacional estenderia sua hegemonia sobre todos os outros modos de composição. (ADAM, 2008, 252).

Desta forma, para Adam, a sequência dialogal concretiza-se em discursos interativos dialogados⁴, estruturados em turnos de fala. Para que haja diálogo, os interactantes devem estar efetivamente engajados em uma conversação, de modo que os enunciados de uns determinam os de outros. Haverá um texto coproduzido que se mostra coerente e não uma sequência de enunciados desconectados. Adam propõe um protótipo para a sequência dialogal que se organiza em três níveis encaixados:

A) O primeiro nível apresenta três fases: a) a **fase de abertura** “de caráter *fático*, na qual os interactantes entram em contato, conforme os ritos e usos da formação social em que se inscrevem” (BRONCKART, 2003, p. 231); b) a “**fase transacional** em que o conteúdo temático da interação verbal é coconstruído” (BRONCKART, 2003, p. 231); c) a **fase de encerramento** que também seria *fática* e em que se põe fim à interação.

B) No segundo nível, as três fases do primeiro nível vão ser decompostas e constituídas por **trocas** que são unidades de diálogo chamadas **turnos** em que um dos interactantes toma a palavra. Alguns chamam essas trocas de **intervenções**.

³ Não é nosso objetivo, neste artigo, adotar a tipologia classificatória de Adam. Pretendemos apenas mostrar a relação com os tipos de texto que usamos em análise.

⁴ Tal como definidos por Bronckart, Jean-Paul (2003) cap. 5.

C) No terceiro nível, cada intervenção ou turno pode ser decomposto e constituído por **atos discursivos**, que seriam enunciados que realizam atos de fala distintos tais como pedido, afirmação, injunção, etc.

Como se vê, esse protótipo representa uma organização estrutural, como dissemos antes, mas não representaria uma superestrutura de um tipo ou gênero de texto no sentido proposto por Van DIJK (1983, cap. 5). Poderia ser uma estrutura composicional tal como proposta por Bakhtin? Parece que sim e se repete nas diferentes conversações.

Nosso *corpus* será constituído de diálogos entre dois ou mais informantes. Tendo em vista a dificuldade de obtenção de gravações secretas de conversações espontâneas, está sendo analisado inquérito do tipo D2 do projeto NURC, especificamente o inquérito D2 – n.º 343, bobina n.º 130, do projeto NURC/SP, com duração de 80 minutos, registrado em 15/03/1976. Com o tema proposto “a cidade”, “o comércio”, a conversa foi realizada entre um informante do sexo masculino, na época com 26 anos, solteiro, paulistano, pais paulistanos, engenheiro e uma informante do sexo feminino com 25 anos, solteira, paulistana, pais paulistanos, psicóloga. A transcrição desse inquérito, publicada em Castilho e Preti (1987), tem 1758 linhas, devidamente numeradas, e usamos essas linhas para quantificar a porcentagem de constituição do texto conversacional por diferentes tipos de texto (descritivo, dissertativo, injuntivo, narrativo).

Importa ainda relatar que ambos os falantes, talvez por serem irmãos e, assim, possuírem um grau elevado de conhecimentos em comum e certa liberdade na apresentação de seus pontos de vista, não hesitam na contraposição de ideias em suas explanações. Além disso, importa destacar a presença da documentadora no ato de coleta da conversa. Em alguns momentos, de certa forma, a documentadora participa da conversa, fazendo direcionamentos temáticos ou, até mesmo, apresentando sua opinião.

Além desse inquérito, foi utilizada a observação informal de conversações no dia a dia, sem a sua gravação e sem sua transcrição, o que nos permitiu detectar a presença de gêneros na conversação.

Conversação e tipologia de textos-aspectos da análise:

As análises e reflexões desenvolvidas permitiram elucidar alguns pontos pertinentes sobre o *status* tipológico da conversação que apresentamos a seguir.

Como dissemos no item **Alguns aspectos teóricos e metodológicos**, a conversação constitui um texto coproduzido que é coerente. Então, observou-se na análise feita que a conversação tem uma **organização tópica** tal como definido por Jubran, Travaglia et al. (1992),

com continuidade tópica e descontinuidades. Na análise do inquérito NURC D2 – n.º 343, foi observada a seguinte organização com os subtópicos indicados.

Subtópicos da conversação do NURC D2 - 343

- *Introdução*: l. 1- Doc. Gostaríamos que vocês até l. 16 – Doc. Não ((vozes distantes)) Esse subtópico ainda não faz parte da conversação que só começa na linha 12.
- *Início da conversa* (sequência de abertura): linhas 12 a 16.
- *O aspecto da cidade*: linhas 16 a 50
- *A cidade à noite*: linhas 51 a 64
- *Topografia da cidade*: linhas 65 a 74
- *Dificuldades de planejamento urbano e migração*: linhas 75 a 102
- *Relação do planejamento com a economia – razões para a economia*: linhas 103 a 141
- *Poluição*: linhas 142 a 185. (nas linhas 179 a 185 há um trecho de transição do tópico poluição para o tópico seguinte das medidas)
- *Medidas contra a poluição e seus danos / analogia com indivíduo x sociedade*: linhas 186 a 324) A analogia começa na linha 217.
- *O metrô*: linhas 325 a 420 – nesse trecho há dois sub-sub-tópicos: *A comparação do metrô de São Paulo com o de Londres* (linhas 366 a 371) e *Problemas na construção do metrô* (linhas 372 a 420).
- *Discussão se metrô é comunicação ou transporte*: linhas 421 a 449)
- *Paralisação de movimentação na cidade / no trânsito*: linhas 450 a 496
- *Desenvolvimento é bom ou ruim*: linhas 497 a 535
- *O indivíduo e sua condição com o desenvolvimento*: linhas 536 a 618
OBS.: [no final há um trecho – linhas 616 (obrigada) a 618 (falando de compras...) em que há uma pausa no tópico porque alguém serve café e isso é comentado, inclusive provoca a mudança de subtópico que passa para o tópico seguinte sobre café). **Um comentário sobre a situação de interação.**
OBS.: Nesse ponto, os interlocutores começam a abandonar o tópico cidade e passar para outros pontos às vezes com alguma correlação com cidade, mas quase sempre sem correlação com o tópico inicial proposto.
- *O assunto muda para café*: linhas 619 a 634
- *Compras no mundo civilizado e em tribos*: linhas 635 a 662
- *Analogia entre dirigir um carro e andar a cavalo*: linhas 663 a 713
- *Compra com comunicação – Valor simbólico de bens*: linhas 714 a 732
- *Nas tribos a posição é conquistada pelo trabalho*: linhas 733 a 776 (que não melhora né?)
OBS.: Nesse ponto, o desenvolvimento de tópicos é interrompido para falar sobre o funcionamento do gravador, portanto **um comentário referente à interação**
- *Comentário dos interlocutores sobre o funcionamento do gravador*: linhas 776 (você não quer dar uma olhada) a 787
Voltam os tópicos em desenvolvimento
- *Significado do barulho e do silêncio*: linhas 788 a 807
- *Relacionamento homem e máquina: confiança do homem nas máquinas*: linhas 808 a 819
- *Utilização de computadores*: linhas 820 a 932

- *Conhecimento especializado e suas consequências*: linhas 933 a 990
- *Fim da civilização*: linhas 991 a 1064
- *Discussão sobre o tempo da conversa e sobre os tópicos*: Linhas 1065 a 1074
OBS.: Nesse ponto, os dois interlocutores interrompem o desenvolvimento de tópicos e questionam sobre o tempo e sobre os tópicos da conversa. Há então uma sugestão do documentador que leva ao tópico seguinte.
- *Como seria a vida de L1 e L2 no futuro*: 1075 a 1098
- *Sobre as razões do status social*: linhas 1099 a 1185
- *Estado geral da humanidade e sua evolução*: linhas 1186 a 1408
OBS.: No interior do tópico anterior, há um trecho (linhas 1381 a 1385) de comentário sobre a interação em que os interlocutores avaliam que a conversa está muito aleatória em seus subtópicos, pedem a opinião do documentador sobre o que estão falando, mas ele diz que não pode falar e L1 e L2 continuam falando sobre o que vêm discutindo.
- *Sistema de evolução da raça humana*: linhas 1409 a 1466
- *Controle populacional*: linhas 1467 a 1572
- *Possibilidade de colapso total na população*: linhas 1573 a 1721
- *Ciclos da civilização – renascimento e morte*: linhas 1722 a 1752
- **OBS.:** Aqui se encerra o diálogo do inquérito em duas etapas: a) Comentário de L2 sobre o conteúdo da conversação (linhas 1753 e 1754); b) Trecho injuntivo em que o documentador declara encerrada a entrevista (linhas 1755 a 1758).

Como se pode observar o tópico inicial a cidade, o comércio é desenvolvido, mas não é mantido e muda mais de uma vez, embora haja uma transição entre um subtópico e outro que não cria incoerência. Observa-se, pois, uma descontinuação de tópico no todo do texto da conversação.

Em quatro momentos, há descontinuidade do tópico com interferências em que os interlocutores comentam aspectos da situação de interação e da interação em si. A primeira passagem aparece na linha 616, quando um dos interlocutores agradece o café que está sendo servido, o que se deduz pela observação do transcritor de que se ouve “((som de colherinha batendo na xícara))”. Essa ocorrência vai até a linha 618 da transcrição. No segundo momento (linhas 776 a 787 da transcrição), os interlocutores interrompem o desenvolvimento do tópico para falar do funcionamento do gravador, o que leva à mudança do tópico para o silêncio e o barulho e a confiança nas máquinas. Em (1) transcrevemos esse trecho.

(1)

L2	[.....] você não quer dar uma olhada ver se está gravando?
Doc	está está
L1	confiança absoluta () ((risos))
Doc	nunca falhou ((ri))
L2	qualquer tom de voz as pessoas que falam mais baixo
	[
L1	igual minha máquina né?

L2	é
L1	[confiança absoluta
Doc	[o negócio é acreditar porque se não acreditar não dá certo

No terceiro momento (Linhas 1065 a 1074), o desenvolvimento de tópicos é interrompido por uma discussão sobre o tempo da conversa e sobre os tópicos. No quarto momento (linhas 1381 a 1385), o tópico em desenvolvimento (*Estado geral da humanidade e sua evolução*) é interrompido pelos interlocutores que fazem um comentário sobre a interação, avaliando que a conversa está muito aleatória em seus subtópicos, pedem a opinião do documentador sobre o que estão falando, mas ele diz que não pode falar e L1 e L2 continuam falando sobre o que vêm discutindo. No final do inquérito (linhas 1755 a 1758), o documentador declara a conversa encerrada. Esses exemplos mostram que nas interações conversacionais é comum ocorrer intervenções que dizem respeito à interação, a situação em que ela acontece e seu conteúdo. Esta é uma forma explícita de controle do texto em construção que não aparece em textos não conversacionais, embora possa acontecer num ou noutro gênero oral.

Essa organização tópica é importante para confirmar-se que há um texto e não uma colagem de textos diversos.

Conversação e tipo de texto

A conversação não é um tipo de texto no mesmo grupo de descrição, narração, explicação e argumentação, como proposto por Adam (1993) em sua teoria das sequências. Nossa análise demonstra que a conversação é composta por descrições, dissertações, injunções e narrações e, portanto, pelo princípio anteriormente arrolado, não se pode dizer que a conversação é um tipo da mesma tipologia que esses outros⁵. Se ela for um tipo de texto, será de outra tipologia, do mesmo modo que Travaglia ([2003}/2007) demonstrou para o argumentativo ao evidenciar que este tipo pertence a outra tipologia e não à tipologia de descrição, dissertação, injunção e narração, uma vez que a argumentação se faz utilizando esses quatro tipos. Do mesmo modo, a conversação, que além do descritivo, dissertativo, injuntivo e narrativo, ainda pode incluir o tipo argumentativo e, assim, não pode pertencer às tipologias desses tipos.

⁵ Discutimos essa questão também em Negreiros (2015).

As conversações observadas informalmente e a conversação analisada (Inquérito NURC D2 – n.º 343) se mostraram compostas por dissertação, descrição, injunção e narração na forma registrada a seguir.

Tipos de textos compondo a conversação do inquérito NURC D2 – n.º 343

Legenda: De – descrição; Di – dissertação; I – injunção; N – narração

I - Linhas 1 e 2
 Di – linhas 3 a 11.
 Di – linhas 12 a 16
 N – linhas 17 (eu fui quinta-feira) a 22 (a titia sabe?)
 De – linhas 22 (e:: está muito pior) a 28 (feito feito feito...)
 Di – linhas 28 (e toda a segunda à noite) a 31 (eu pego o carro)
 De – linhas 31 (e:: também é concreto) a 74
 Di – linhas 75 a 676
 N- linhas 677 a 687
 Di- linhas 688 a 697 (cavalo)
 N – linhas 697 (até que chegou.....) a 699
 Di – linhas 700 a 758 [só que ((ri))]
 N- linhas 758 (ela estava contando) a 771
 Di- linhas 772 a 867 (é que ELE adquire)
 N- linhas 867 (já lançaram...) a 874
 Di – linhas 875 a 1012
 De – linhas 1013 a 1017
 Di – linhas 1018 a 1125 (trabalhador)
 N – linhas 1125 (conseguiu o dinheiro) a 1126
 Di – linhas 1127 a 1754
 I – linhas 1755 a 1758

No total tem-se⁶:

Tabela 1: Número e porcentagem de linhas de cada tipo de texto que compõe o texto do Inquérito NURC D2 – n.º 343

Tipo de texto	Número de linhas do texto que compõe	Porcentagem do texto
De	54	3,07%
Di	1658	94,2%
I	6	0,34%
N	42	2,39%
Total	1670	100%

O que se observa na composição do texto é que a Injunção foi usada para comandar o início e o final da conversação, e a descrição e a narração geralmente aparecem como

⁶ Nesta tabela tem-se 1760 linhas, duas a mais que a transcrição do inquérito, porque como em alguns casos o tipo começa nomeio da linha essa foi contada duas vezes.

subsidiárias da dissertação para ajudar a argumentar a favor de uma determinada ideia sendo proposta por um dos interlocutores.

Como dissemos, a conversação não pode ser vista como um tipo de texto compondo uma tipologia juntamente com descrição, dissertação, injunção e narração, porque estes tipos compõem a conversação. Pode-se propor que seria um tipo de texto de outra tipologia, mas aí é preciso, como propõe Travaglia (1991) e ([2003]/2007), determinar uma perspectiva assumida discursivamente pelo produtor do texto. Assim, por exemplo, a tipologia que inclui descrição, dissertação, injunção e narração toma, em relação ao objeto do dizer, a perspectiva do produtor do texto do fazer/acontecer ou do saber/conhecer inseridos ou não no tempo e no espaço. Já a argumentação toma uma perspectiva do produtor em relação ao interlocutor como alguém que concorda (argumentativo *lato sensu*) ou não (argumentativo *stricto sensu*) com ele. Não se percebe na conversação uma perspectiva assumida pelo produtor do texto que a possa caracterizar como um tipo de texto.

Alguns poderiam propor que a conversação, em certos aspectos, é como uma narração presente do tipo das narrações esportivas, por exemplo: está acontecendo no momento de sua realização, mas obviamente não é uma narração, tendo em vista as características desse tipo de texto. Como ficou claro na análise apresentada, a conversação inclui descrições, dissertações, injunções, narrações e é, com frequência, argumentativa *stricto sensu* em fusão com os quatro primeiros tipos, podendo ainda ter em si outros tipos de texto em fusão como, por exemplo, o humorístico.

Conversação e gênero

Alguns aspectos são importantes ao se discutir se a conversação é ou não um gênero de texto.

Inicialmente é preciso registrar que conversação não é o mesmo que gênero oral, ou seja, o termo “conversação” não é sinônimo do termo “gênero oral”, pois este inclui coisas como conferência, comunicação acadêmica, aula expositiva, benzeção, etc.⁷, porque, como dissemos, a conversação é intrinsecamente caracterizada por ser dialogal, e estes outros gêneros orais não são dialogais. Ou seja, se ela for um gênero oral, uma de suas características será necessariamente ser dialogal.

Como ficou dito na introdução, na observação e na análise de conversações, percebe-se que nelas aparecem vários gêneros perfeitamente delimitáveis tais como os que enumeramos:

⁷ Veja-se a listagem de gêneros orais apresentadas em Travaglia et al. (2013).

receitas de cozinha; orientações sobre como fazer algo; narrativas de experiência de vida; casos; resumos de filmes, novelas, livros; pedidos, depoimento, piadas, solicitações, prescrição de remédios caseiros ou não, conselhos, fofoca, lamento, etc. Além desses encontramos algo semelhante à exposição e defesa de um ponto de vista como em um artigo de opinião, mas que não é um artigo de opinião e sim um gênero com ocorrência nas conversações e que denominaremos de “comentário”.

Na análise do Inquérito NURC D2 – n.º 343, encontramos vários gêneros, como o relato de experiências pessoais do trecho a seguir:

(02)

20	L1	eu fui:: quinta-feira... não foi terça-feira ... noite fui lá no () né?lá na Celso Furtado
	L2	éh::
	L1	passsei ali em frente ...:: Faculdade de Direito...então estava lembrando... que eu ia muito lá quando tinha sete nove onze...(com) a titia sabe?...

Neste excerto de (02), podemos observar, na fala de L1, um exemplo do gênero *relato de experiências pessoais*. Marcado pelo tipo narrativo, o relato tem como função “narrar acontecimento vivido”. No excerto, evidencia-se que o alocutário é o espectador não participante que apenas toma conhecimento ou se inteira do episódio ocorrido com o locutor. Esse último, investido de uma intencionalidade e baseando-se no conhecimento compartilhado pressuposto do alocutário, que é seu irmão, transmite uma representação de experiência do mundo. Assim, a maneira particular de narrar do locutor, marcada pelo uso de dêiticos (“lá”, “lá na Celso Furtado”, “ali”, “a titia”), dá um sentido particular e subjetivo à narrativa.

(03)

325	Doc.	sugestões e a opinião de vocês a respeito do metrô?
	L2	um elevador que anda:: ((risos))... comentário de:: de:... é:: (comentário) de nordestino chegando "elevador [
330	Doc.	(autocrata)
	L2	que anda ao contrário que anda de cá para lá aperta um botão e:: começa a andar... éh:: sei lá... metrô?...
	L1	está meio atrasado né?... já devia ter muito tempo...

Nesse outro trecho em (03), temos um exemplo de um gênero humorístico: um comentário jocoso, apresentado por F2 e destacado em negrito (linhas 326 – 330). Marcado pelo tipo dissertativo e pelo caráter, no caso específico em análise, preconceituoso, o

comentário jocoso busca provocar risos no alocutário. Os marcadores “éh:: sei lá...” marcam a mudança para o gênero que aqui chamamos de gênero *comentário* (éh:: sei lá... metrô?... está meio atrasado né?... já devia ter muito tempo...), muito comum na conversação e que se encontra encadeado à piada.

(04)

615	L2	equilíbrio acho que existe mas de que forma que ele se mantém né?... obrigada ((fala paralela)) ((som de colherinha batendo na xícara))
	L1	falando... ((vozes)) falando de compras...
620	L2	café?... está uma onda de café por aí né? que diz que éh a/aumentar o preço externo então tem que aumentar o preço interno nao sei o quê...

O mesmo fenômeno do encadeamento pode ser observado no excerto (04): L2, ao desenvolver o comentário sobre “o indivíduo e sua condição com o desenvolvimento”, apresenta o gênero *agradecimento*, cuja função é expressar o sentimento de gratidão ao outro (no caso, a pessoa que entregou o café ao falante). Logo em seguida ao agradecimento, o falante volta para o gênero *comentário*, já com o tópico redefinido.

(05)

665	L1	outro dia aí então o (Fábio) contando umas histórias de um::... de um de um <i>boy</i> barato aí né?... carro envenenadíssimo... então temos que quando o cara vai acelerar assim::... ele aGArra a direção assim:: pisa o acelerador::... e faz um movimento assim como estivesse caval/cavalgando
	L2	ahn ((ri))
670	L1	e agarra a máquina assim () ((ri))
		[
	L2	queria estar num cavalo
	L1	por quê? analogia... ele está cavalgando né? então ele é o::... o::...
	L2	((ri)) o rei do oeste ahn
675	L1	não tem oeste aqui... ((ri))
	L2	não tudo bem:: eu sei entendi
	L1	você assistiu àquele filme... aquele ator americano lá -- ahn como é que ele chama? - -
	L2	o::...Banzé no Oeste?
680	L1	não... não... é::... conta a história do oeste mais ou menos verdadeira né? naquele... naquela guerra que teve... acho que entre o sul e o norte... a guerra da secessão?...
		[
	L1	um general lá...
685	L2	uhn...
	L1	não... foi um general que matou uma::... cacetada de índio...

	L2	[uhn...
690	L1	ator famoso aí... -- como é que chama o desgraçado aí fez o <i>Midnight cowboy</i> --
	L2	ahn... o... ah já sei dos.. -- ai como é que se chamava -- eh:::... com Dustin Hoffmann né?...
	L1	uhn...
	L2	sei qual é
695	L1	[(então você ainda se lembra) nesse filme... que ele mostrava que era importan::te um guerreiro que tivesse um cavalo... até que chegou aquele amigo dele "ahn eu sou mais importante agora eu tenho uma espo::sa e três cavalos" ((ri))
700	L2	ahn ahn
	L1	então o cara aí... analogia né? o cara está no carro mas... o que querem?... é tribal a coisa sabe?... o carro é o cavalo aí no caso então o cara vai e tal pole o carro boniti::nho lava... manda cromar manda blá blá blá...
705	L2	uhn uhn...

No exemplo de (05), há outro encadeamento entre os gêneros presentes na conversação. Consideremos as linhas 664 – 676. Neste trecho, é preponderante o tipo textual dissertação, com o gênero que estamos chamando de comentário, que leva L1 a introduzir o gênero relato de filme (linhas 677 – 700), que está intercalado no comentário que vem sendo desenvolvido. Importante salientar que é, a partir de um comentário de L2, que L1 entra no relato do filme, à linha 674 (“o rei do oeste ahn”) que o outro gênero é intercalado.

A presença desses gêneros na conversação poderia levar a proposição de que a conversação seria um hipergênero, no sentido de um gênero composto por outros gêneros, do mesmo modo que já se propôs, por exemplo, que a missa seria um hipergênero no sentido aqui definido. A composição de um gênero por outros ainda não está bem definida teoricamente como uma possibilidade, embora seja comum um gênero conter outros, como um romance que traz uma carta ou um testamento em seu corpo. Todavia, a conversação contém em seu corpo vários gêneros bem definidos e outros não claramente definidos, o que em qualquer opção de modelização teórica é um problema. Será preciso, pois, definir qual é o gênero de grandes porções do texto conversacional em que se comentam fatos, de maneira dissertativa e às vezes também argumentativa. Mas para considerar a conversação um hipergênero ela teria que ter características que permitissem considerá-la um gênero, o que não parece muito viável como se comenta a seguir.

Tomando os critérios de caracterização de gêneros propostos em Travaglia (2007a), parece difícil sustentar que a conversação é um gênero tendo em vista que: a) não parece ser possível propor um conteúdo temático em termos de um tipo específico de informação, como

nos gêneros em geral; b) há uma estrutura composicional, em termos das fases de que falamos (abertura, transacional e encerramento), organizadas em turnos, com obrigatoriedade de pelo menos uma troca de turno; mas isso não caracteriza uma superestrutura com categorias apropriadas para a realização de uma ação social específica, o que nos leva à categoria seguinte de caracterização; c) um gênero tem objetivo e função sociocomunicativa bem definidas. Este não parece ser o caso da conversação, cujo objetivo é o de qualquer atividade de linguagem: estabelecer uma interação, mas não há um objetivo ou função social específico; d) as características de linguagem são muito variáveis, dependendo da situação de interação e do que é abordado na conversação e percebe-se que as características de linguagem estão ligadas mais diretamente aos tipos de texto que compõem a conversação e aos gêneros que a estão realizando; e) finalmente, as condições de produção são muito variáveis, dependendo de onde se realiza a interação, dos interlocutores, embora o suporte seja sempre a voz humana. Dessa forma, fica difícil sustentar que a conversação seja um gênero. Ela, na verdade, é constituída por gêneros, inclusive por um ainda não claramente definido e de que falamos a seguir que é basicamente dissertativo e em que ou se expõe aspectos sobre um tópico ou se faz a defesa de um ponto de vista como em um artigo de opinião, embora, como já dissemos neste texto, obviamente não se tenha um artigo de opinião (que é um gênero jornalístico específico). Esse provável gênero constitui grandes partes da conversação que não realizam outros gêneros conhecidos. Teríamos então, pareceu-nos, um gênero ainda não claramente definido na literatura e, inclusive, não nomeado, como muitos gêneros existentes em nossa cultura e sociedade, mas que não receberam um nome específico nas comunidades discursivas que os criaram. Por isso, propomos que esses trechos realizam um gênero que poderíamos chamar, na falta de um termo melhor, de “**comentário**”⁸, como podemos observar no excerto a seguir e como já vimos aplicando na análise dos exemplos.

85	L2	esse negócio de lei de zoneamento não está funcionando?
	L1	não que eu saiba não ::... não é tão... tão forte essa lei não não consegue... moldar a cidade... [
90	L2	não porque eu ouvi depois que::... depois que estabeleceram aí::
	L1	(tem isso) porque envolve interesses econômicos muito... FORtes muito grandes... que dobram essa lei... certo? dum...dum...dum... governo para o outro... muda a lei de zoneamento... eu não vejo funcionar... e mesmo assim seria uma restrição de... desenvolvimento... errado mas

⁸ Obviamente isto implica fazer uma pesquisa em um grande número de conversações, caracterizando adequadamente esse gênero. Tarefa que não vamos realizar nesse estudo em que estamos buscando fazer uma proposta de partida sobre o status tipológico da conversação.

95		já está um montão de coisa errada certo?... muito bairro:... residencial com muita indústria dentro... principalmente bairro pobre né?... para consertar isso:: não dá ... a lei teria que ser... éh:: retroativa sei lá atuar sobre o que já existe
	L2	uhn uhn...
	L1	(né? então) eu Acho que ela não está conseguindo nem atuar sobre o que vai existir... em termos ela existe
		[
100	L2	EH
	L1	ela está lá mas:: não funciona... porque
		[
	L2	eu vejo
	L1	acho que a economia é mais forte do que a lei... ainda... é meio incontrolável né? e acho que::...acho que esse negócio se repete ou acaba se repetindo em qualquer cidade que... atinge um certo tamanho se bem que em São Paulo acho que tem um problema específico de::... ter-se tornado um centro industri/industrial... grande
105	L2	essas coisas tem um professor meu que vai pra::
		Belém... ele estava falando que... quando ele veio para São Paulo – ele é argentino tal – em cinquenta e quatro era menor que o Rio...
110	L1	uhn uhn... ele é o polo de atração e o pessoal não consegue
		[
	L2	pouco mai/ pouco mais de dez anos né?
115	L1	podar isso né?... porque quem:: tem::... companhia grande digamos... precisa de mão-de-obra... então ele tem que trazer de outra cidade porque a nossa mão-de-obra... vai... progressivamente se tornando cara... então teria como que importar dos outros estados para São Paulo
		mão-de-obra barata... então isso se CHAma... um fluxo de gente para São Paulo... que muita gente quer poDAR... para não crescer mais... ((tossiu)) que a gente não importa riqueza essas coisas né? riqueza vai para o Rio sei lá qualquer outro lugar certo?... então...
120		[
	L2	o que você acha disso?
125	L1	o que eu acho disso é que não tem controle

O gênero que aqui chamamos de *comentário* é elaborado por meio dos tipos dissertativo e argumentativo e tem como objetivo convencer o alocutário, persuadindo-o a “ver os fatos” de determinada maneira, em consonância com o locutor. No excerto anterior, são marcas do tipo textual argumentativo.

a) A presença de verbos enunciativos de pensar, “já que se instaura o interlocutor como ser pensante, que raciocina: pensar, achar, saber, parecer, etc”. (TRAVAGLIA, 2002b):

- que eu saiba não (linha 82).
- eu não vejo (linha 90).
- eu acho (linha 98).
- eu vejo (linha 102).
- eu acho (linha 103).

- e acho que::... acho que (linha 104).

- eu acho (linha 126).

b) uso de exemplos como recursos de argumentação – linhas 109 – 120.

c) Apresentação de fatos válidos para todos os tempos, inclusive com o uso de formas verbais para esse fim, como o presente do indicativo.

d) Uso de marcadores conversacionais de concordância, como né? e certo?

Os comentários, no intenso processo interacional presente na conversação, definem os papéis de locutor e interlocutor. Como postula Charaudeau (2008, p. 82), “o locutor explicita a posição que o fato ou a informação ocupam em seu *universo de crenças*”. Ao mesmo tempo em que revela ao interlocutor seu ponto de vista, o locutor avalia a verdade de seu posicionamento por meio da reação do outro, que é testemunha da opinião do locutor. Neste sentido, parece-nos que, pelo menos na conversação em análise, o *jogo interacional* é assim articulado.

A seguir, elencamos os gêneros que consideramos presentes na conversação analisada (NURC-SP D2 – Inquérito 343), com as funções que consideramos mais evidentes – ou, nos dizeres de Fairclough (2003, p. 70), com os propósitos claros. Naturalmente, sabemos da complexidade em se definir essas funções do gênero (ou o propósito genérico), tendo em vista que pode haver funções explícitas (que tentaremos identificar no quadro) e outras, implícitas, de várias ordens, além da natureza desses propósitos, que, no caso da conversação investigada, estão vinculadas a ações puramente “comunicativas” e não a “estratégicas” (como teríamos, por exemplo, em uma situação linguística de venda de mercadorias, que envolvesse um vendedor e um cliente)⁹.

Tabela 2: Gêneros e funções presentes no Inquérito NURC D2 - nº 343

Linhas	Gênero	Função / propósito
1-2	Pedido metainteracional	Solicitar aos interactantes que conversem sobre determinado tema
3-7	Comentário	Expor e defender ponto de vista

⁹ Fairclough, ao discutir a questão do propósito genérico, apoia-se em no princípio de Habermas de ação comunicativa e estratégica: “What are the purposes of having a chat with a friend, for example? Of course, it is perfectly possible to identify purposes even in a friendly chat, but it seems quite misleading to see it as purpose-driven in the sense that an interview is. We can see the source of the problem of over-privileging purpose in terms of Habermas’s distinction between ‘communicative’ and ‘strategic’ action (1984) – interaction oriented to arriving at understanding, as opposed to interaction oriented to getting results”. “O que são os propósitos de conversar com um amigo, por exemplo? Claro, é perfeitamente possível identificar fins, mesmo em um bate-papo amigável, mas parece bastante enganador para vê-lo como orientado por propósito no sentido de que uma entrevista é. Podemos ver a fonte do problema de propósito privilegiado em termos da distinção de Habermas entre ação “comunicativa” e “estratégica” (1984) - interação orientada para chegando à compreensão, em oposição à interação orientada para obter resultados [tradução nossa] (2003, p. 71)

8-11	Verificação	Apresentar questionamento sobre funcionamento de equipamento
12-16	Comentário	Expor e defender ponto de vista
17-23	Relato de experiências pessoais	Narrar acontecimento vivido
23-182	Comentário	Expor e defender ponto de vista
183-185	Lamento	Apresentar lamúrias
186-324	Comentário	Expor e defender ponto de vista
325	Pedido metainteracional	Solicitar aos interactantes que conversem sobre determinado tema
326-330	Comentário jocoso	Comentar algo de forma engraçada
331-525	Comentário	Expor e defender ponto de vista
526-533	Recomendação	Apresentar aconselhamento
534-616	Comentário	Expor e defender ponto de vista
616	Agradecimento	Reconhecer gratidão por ato do outro
618-634	Comentário	Expor e defender ponto de vista
635-645	Constatação	Expor uma verificação sobre uma ação
646-676	Comentário	Expor e defender ponto de vista
677-700	Relato de filme	Fazer pequena exposição de filme
701-775	Comentário	Expor e defender ponto de vista
776-788	Comentário metainteracional	Comentar sobre o instrumento de gravação
789-999	Comentário	Expor e defender ponto de vista
999-1015	Relato de livro	Fazer pequena exposição de livro
1016-1064	Comentário	Expor e defender ponto de vista
1065-1068	Comentário metainteracional	Comentar o tempo da interação
1069-1070	Comentário metainteracional	Avaliar a conversação e sugerir tópico
1076-1392	Comentário	Expor e defender ponto de vista
1393-1401	Relato de livro	Fazer pequena exposição de livro
1402-1754	Comentário	Expor e defender ponto de vista
1755-1759	Comentário metainteracional	Comentário metainteracional sobre a conversação

Desta forma, ao pensarmos nas funções dos gêneros presentes na conversação em análise, podemos considerar que definir o propósito dos gêneros, às vezes, não é uma tarefa simples. Essa dificuldade de definir as intenções pode ser relacionada ao fato de a conversação ser muitas vezes desvinculada de fins sociais amplamente reconhecidos e regidos por rituais mais formais.

Conversação: uma atividade de linguagem

Por tudo o que se observou até aqui, parece que não é pertinente dizer que a conversação é um tipo de texto ou um gênero. Então tipologicamente o que podemos dizer sobre ela? Antes de mais nada, dizer que um texto é uma conversação é tipificante, assim como dizermos que certas atividades nas escolas são um “seminário”, que algo é uma “assembleia” de professores, ou “sessão de júri” no fórum ou uma “aula”.

Parece que a conversação tem, como já sugerido por Travaglia et al. (2013), o mesmo *status* tipológico desses: uma atividade (tal como definida no item **Alguns aspectos teóricos e metodológicos**) de uso da língua que é realizada por meio de vários gêneros. Nesse caso, ter-se-ia que definir qual é o gênero de grandes partes da atividade conversação que não encontram

fácil classificação no que já existe na literatura de classificação de gêneros. Sobre isso, fizemos uma proposta no item **Conversação e gênero**, propondo a existência de um gênero que chamaríamos de comentário e que teria larga utilização nas conversações.

Considerações finais

Gostaríamos de destacar que, tendo o objetivo definir conceitos e critérios de análise da Linguística Textual e da Análise da Conversação, cremos que tratar dessa questão do estatuto tipológico da conversação é um tópico teórico importante que reconhecemos não ser de fácil resolução, mas que temos de enfrentar.

A modelização teórica que propomos aqui, a saber, que a conversação é uma atividade de linguagem realizada por vários gêneros, conforme o que se tem como conteúdo, é perfeitamente plausível. Todavia essa modelização precisa ser confirmada por estudos e pesquisas em *corpora* mais abrangentes.

A questão está posta. Espera-se a contribuição dos pesquisadores.

Referências

ADAM, Jean-Michel. **A Linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.

ADAM, Jean-Michel. **Les textes**: types et prototypes – Récit, description, argumentation, explication et dialogue. Paris: Nathan, 1993.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. Trad.: Anna Raquel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de; PRETI, Dino (Orgs.). **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo** – Vol II: Diálogos entre dois informants. São Paulo: T. A. Queiroz Editor; FAPESP, 1987.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modo de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. Londres e Nova York: Routledge, 2003.

JUBRAN, Clélia Cândida A. S.; TRAVAGLIA, Luiz Carlos et alii. Organização tópica da conversação. In: ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do Português Falado** – Vol. II: Níveis de análise linguística. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992. p. 357 - 447.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986. (Princípios, 82).

NEGREIROS, Gil. As sequências textuais no gênero oral: análise de uma aula expositiva universitária. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 17, n.1. p. 179-203, jan./jun. 2015.

SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: ROJO Roxane (Tradução e organização). **Gêneros orais e escritos na escola** - Bernard Schneuwly, Joaquim Dolz e colaboradores. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa M. de O. Barbosa; MARQUESI, Sueli Cristina (Orgs.). **Língua Portuguesa pesquisa e ensino** – Vol. II. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2007. p. 97-117.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A caracterização de categorias de texto: tipos, gêneros e espécies. **ALFA**, v. 51, n. 1, p. 39-79. São Paulo, 2007a.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros. In: **Anais [do] 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (4º SIGET)**. Organizadores: Adair Bonini, Débora de Carvalho Figueiredo, Fábio José Rauen. - Tubarão: UNISUL, 2007b. p. 1297-1306. ISSN 1808-7655.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Sobre a possível existência de subtipos. In: **Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN**. Organizador: Dermeval da Hora. João Pessoa: ABRALIN / UFPB, 2009. p. 2632-2641. ISBN 978-85-7539-446-5.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos et alii. Gêneros orais – Conceituação e caracterização. In: **Anais do SILEL**, v. 3, n. 1. XIV Simpósio Nacional de Letras e Linguística e IV Simpósio Internacional de Letras e Linguística. Uberlândia: EDUFU, 2013. p. 1 a 8 ISSN: 2237-6607. Disponível em <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2013/1528.pdf> (Co autores: Ana Maria Esteves Bortolanza, Cláudia Goulart Moraes, Eliana Dias, Maria Aparecida Resende Ottoni, Maria José da Silva Fernandes, Pollyanna Honorata Silva, Solange Aparecida Faria Cardoso, Regina Lúcia Félix, Valdete Aparecida Borges Andrade, Walleska Bernardino Silva).

VAN DIJK, Teun A. **La ciencia del texto: um enfoque interdisciplinário**. Barcelona: Paidós, 1983. (Cap. 5 – Superestructuras).

Recebido em: junho de 2019.

Aprovado em: julho de 2019.

A NEGOCIAÇÃO PERSUASIVA PARA A ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO NOS DISCURSOS¹

Mônica Magalhães Cavalcante²

Mariza Angélica Paiva Brito³

Maria Eduarda Giering⁴

Rosalice Botelho Wakim Sousa Pinto⁵

Resumo: Temos reivindicado que uma análise argumentativa deve considerar não somente aspectos lexicais (morfossemânticos) e gramaticais, mas também parâmetros que concernem ao texto – um enunciado com começo, meio e fim, que acontece como evento singular, compondo uma unidade de comunicação e de sentido em contexto. A Linguística Textual muito tem a contribuir para a descrição e a análise das estratégias de organização textual de que pode se valer o locutor para a negociação persuasiva em diferentes modalidades argumentativas. Este trabalho assume, com Amossy (2017), uma noção estendida de persuasão, que compreende dois tipos de retórica argumentativa: uma da ordem do consenso – uma “retórica do acordo”; outra da ordem do dissenso – uma “retórica do desacordo, da polêmica no espaço público”. Pleiteamos, assim, que se possa utilizar o termo *persuadir* no sentido de *negociação persuasiva*. *Argumentar* seria, assim, uma negociação persuasiva na tentativa de influência, de pôr em ação uma série de estratégias, dentre elas as textuais, para negociar, em uma determinada interação, certos pontos de vista, a partir dos quais se tenta influenciar o outro.

Palavras-chave: Argumentação. Persuasão. Texto. Discurso.

Abstract: We have been claiming that an argumentative analysis must consider not only lexical (morphosemantic) and grammatical aspects, but also parameters concerning the text – an utterance with a beginning, middle and end, which happens as a singular event, building a unit of communication and meaning in context. Text Linguistics has a lot to contribute for the description and the analysis of the strategies of text organization available for the speaker’s persuasive negotiation in different argumentative modalities. The present work assumes, along with Amossy (2017), a wider notion of persuasion, comprised of two types of argumentative rhetoric: one at the domain of the consensus – a “rhetoric of the agreement”; the other at the domain of the dissensus - a “rhetoric of the disagreement, of polemics in the public space”. Thus, we assert that the term *to persuade* may be used with the meaning of *persuasive negotiation*. Thus, *arguing* would be a persuasive negotiation aimed at influence, at applying a series of strategies, among which the textual ones, in order to negotiate, within a specific interaction, certain points of view, from which one person tries to influence the other.

Keywords: Argumentation. Persuasion. Text. Discourse.

¹ Este artigo resulta das discussões fundamentais empreendidas por membros do grupo de pesquisa Protexoto, dentre os quais Francisca Tarciclê Pontes Rodrigues (IFCE), Antenor Teixeira de Almeida Júnior (FGF), Janaica Gomes Matos (UESPI), Sávio André Cavalcante (IFCE), Isabel Muniz Lima, Antonio Lailton Moraes Duarte (UECE), Rafael Lima de Oliveira, José Elderson de Souza Santos, Carlos Eduardo Pinheiro, Geana Barbosa da Silveira, Mayara Arruda Martins, Bárbara Jéssica dos Santos Amaral, Eduardo Carvalho de Almeida, Dálete de Castro Braga Costa, Joeliza Maria Sousa Colares e Jefferson Gomes Fernandes.

² Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. monicamc02@gmail.com

³ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, Brasil. marizabrito02@gmail.com

⁴ Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil. eduardajg@gmail.com

⁵ Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. rpinto@fcsh.unl.pt

Introdução

A Análise da Argumentação nos Discursos propõe um estudo de como os arrazoados em torno de uma questão social profunda são expressos nos textos, a partir dos quais é possível perceber os jogos de influência mútua. Por isso afirma a autora que esta perspectiva aborda, sobretudo, a negociação da persuasão e não se restringe a analisar como se exerce uma influência sobre o auditório. Amossy examina, dessa forma, como se dão as interações em busca da persuasão e sugere que o fazer argumentativo possa ser descrito segundo modalidades diversas e em quadros institucionais diferentes. As modalidades argumentativas se apresentariam como num *continuum*, que iria desde a coconstrução de respostas até o choque de teses antagônicas. Dentre as diferentes modalidades de argumentação sugeridas por Amossy, situa-se a modalidade polêmica, como um modo de gestão do conflito, um conjunto de intervenções antagônicas sobre uma questão social irresolvível.

Propomos, neste ponto de nossa pesquisa, três possibilidades de emergência da modalidade polêmica no espaço público virtual, ao examinarmos comentários de notícias ou reportagens veiculadas na mídia eletrônica.

Os tipos de interação e os gêneros convocados para a atualização das questões polêmicas influenciam decisivamente na maneira como pontos de vista antagônicos são gerenciados e no modo como o debate agonístico apela ou não para a violência (não necessariamente verbal) na tentativa de desacreditar o outro.

A dimensão argumentativa de todo texto

É por acreditarmos que um texto é sempre pragmática e discursivamente motivado por uma orientação argumentativa que dizemos que os textos são todos argumentativos, em diferentes graus. Esta visão se pauta por Bakhtin, quando advoga que nenhum texto é neutro e que o próprio signo é ideológico. Um locutor só enuncia em relação a crenças e valores de uma sociedade, a partir dos quais ele se coloca. É por isso que todo texto supõe pontos de vista, em função dos quais estratégias argumentativas são negociadas.

Considerar que todo discurso é argumentativo e que ocorre negociações na interação, nos leva a observar igualmente os postulados de Jean-Blaise Grize, para quem a linguagem humana, a partir do que ele denomina de “lógica natural”, diferentemente da lógica formal, está relacionada necessariamente à situação na qual os interlocutores estão inseridos, sendo, portanto, uma lógica de caráter restrito e localizado. Se a lógica formal remete a um sistema

hipotético-dedutivo abstrato, que dispensa toda situação concreta, a lógica natural⁶ pressupõe interlocutores imersos num tempo e espaço, inseridos num contexto histórico e cultural, de acordo com pressupostos bakhtinianos. Para Grize, disso decorre que todo discurso em linguagem natural é argumentativo e concebido numa dimensão social.

Não convergimos inteiramente para a lógica natural de Grize (1990), porque não nos concentramos nas formas de argumentos, mas dela nos aproximamos, em certa medida, sob o ponto de vista da abordagem retórica da lógica natural, pela ênfase dada aos aspectos situacionais (contextuais e referenciais) da argumentação.

Precisamos considerar que a lógica natural é uma lógica de verossimilhança, já que os argumentos devem levar em conta a eficiência e não o conhecimento da verdade. O locutor pode expor os fatos sem necessidade de os explicar ou de oferecer provas e, muitas vezes, o objeto é revelado por meio de um sistema de valores de determinada sociedade, numa determinada época, que os considera válidos e justificados. A lógica natural é compreendida por Grize como uma lógica de sujeitos e de objetos. É lógica de sujeitos, pois, afirma ele, “é de natureza essencialmente dialógica” (GRIZE, 1990, p. 23), implicando a existência de pelo menos dois sujeitos em situação de interlocução e de comunicação, ou seja, um contexto social. É uma lógica de objetos, já que “a atividade do discurso serve para construir objetos de pensamento que se servirão de referentes comuns aos interlocutores” (GRIZE, 1990, p.24). A lógica natural descreve as operações de pensamento de que se utilizam para construir e organizar os conteúdos e que, por sua vez, permitem encontrar as marcas do sujeito nos discursos.

Como a atividade discursiva é sempre construída para um interlocutor situado, na perspectiva da lógica natural, a argumentação passa a ser definida como um processo de esquematização, ou seja, de representação discursiva.

A esquematização conduz à ideia de uma produção essencialmente dialógica, seguindo postulados bakhtinianos: a construção do sentido se realiza na interação comunicativa por meio das esquematizações discursivas elaboradas pelo sujeito a partir de representações portadoras de raciocínios.

⁶ Podemos dizer que nos distanciamos da Lógica Natural de Grize quanto ao aspecto lógico-discursivo e que nos aproximamos quanto ao aspecto retórico. Esse distanciamento se deve ao fato de não usarmos a lógica como dedução formal, nem tencionamos descrever a “lógica” do discurso argumentativo ordinário de um modo não-normativo, “naturalista”. Mas nos aproximamos pelo fato de ela ser dialógica, por considerar a situação comunicativa na qual a argumentação é apresentada, na medida em que cada discurso argumentativo é visto como uma proposta feita por um locutor a um interlocutor em uma situação comunicativa específica.

Assim considerando, Grize introduz a noção de *pré-construídos culturais*, pois uma esquematização se serve de termos da língua na qual ela é produzida. Os pré-construídos culturais são, assim, concebidos pelo autor como “um depósito que as representações deixam na língua. Basicamente, trata-se do aspecto linguageiro das representações sociais” (1993, p. 3). Um locutor constrói uma representação discursiva (ou uma esquematização) em função das representações que possui, de pré-construídos culturais em que embasa seus raciocínios e da finalidade que busca alcançar com seu discurso. Por outro lado, o interlocutor, também em função de suas representações, seus pré-construídos e de sua finalidade, reconstrói a esquematização que lhe é proposta. A reconstrução do interlocutor nunca será idêntica à construção do locutor, mas análoga, na medida que cada indivíduo é único. Adverte Grize (1993), que, embora ocorra essa coconstrução de locutor-interlocutor, é preciso atentar para o fato de que é o locutor que fala. Dessa forma, ele dirige seu discurso de tal forma que apareçam objetos que vêm ao encontro de seu projeto, os quais permitem certas inferências e impedem outras.

Vidrio (2017), ao tratar do postulado de Grize (1990) sobre os pré-construídos culturais como saberes nos quais se funda todo discurso, observa que eles têm como elemento-chave o lugar comum e intervêm no processo necessário para produzir um discurso. Comenta a autora que “os pré-construídos culturais são saberes, matrizes culturais de interpretação, através das quais se pode entender muitas expressões que resumem ou repercutem de um sujeito a outro, fundando uma espécie de memória coletiva” (VIDRIO, 2017, p. 140).

A esquematização se origina da atividade criativa de falar ou escrever, afirma Grize (1990, p.36), e implica um processo e um resultado. Um processo, pois “é uma organização particular de signos, criadora de sentido, endereçada a um interlocutor”; um resultado, pois se trata da apresentação de um microuniverso, uma síntese cognitiva dotada de globalidade, coerência, constância e estabilidade.

Considerando essa dupla característica da esquematização apontada por Grize, Adam (2005) a relaciona à enunciação e ao enunciado. Para Adam (2004), definir o objeto de análise do discurso como uma esquematização discursiva reúne, em um mesmo termo, aquilo que a enunciação (processo) e o enunciado (produto) separam e que os conceitos de texto e discurso não comportam. Dessa forma, a esquematização teria uma dupla face: textual e discursiva.

Convocando o postulado bakhtiniano de que todo texto é inseparável de uma memória intertextual/interdiscursiva, Adam (1999) considera que toda esquematização é igualmente um processo “interno” ou contextual.

Podemos, assim, reivindicar que todo texto, pelo qual é responsável um locutor em dado papel social, busca um certo modo de atingir um interlocutor em outro papel social e, que, em vista dessa negociação de estratégias persuasivas, quer seja no acordo, quer seja no desacordo, todo texto é argumentativamente direcionado.

Amossy (2011, p. 130) entende que argumentação é “A tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas por parte do alocutário” ou a tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também de manifestar certos modos de se colocar/ser argumentativo ou persuasivo envolveria uma tentativa de elaborar diferentes tipos de estratégia ou estratagemas pelo uso de recursos lexicais e avaliativos, referenciais, intertextuais, composicionais e coesivos, genéricos, polifônicos etc., para negociar com o interlocutor e o terceiro algum tipo de influência sobre eles.

Por esse raciocínio, podemos afirmar que persuadir não se limita a uma possibilidade de influência sobre o outro. Influência e persuasão são, como o afirma Charaudeau (2015), noções complementares, porém não equivalentes. É próprio de toda interação supor uma busca de influência do locutor sobre o interlocutor, mas também sobre um possível terceiro – como acrescenta Amossy.

Admitindo o traço constitutivo de que existe uma busca de influência em todas as interações, Charaudeau (2015) reitera o pressuposto de que a influência é um processo geral de tentativa de modificação da ação e do pensamento de um ou mais destinatários. O objeto da análise semiolinguística de Charaudeau são os discursos e o poder de influência de um sujeito sobre o outro.

Se a busca de influência é uma espécie de condição do contrato de comunicação, a persuasão, por sua vez, envolve o próprio conjunto das diversas estratégias efetivadas pelo locutor para, negociando de algum modo com o interlocutor e com o terceiro, construir a dimensão argumentativa do texto. A persuasão é um ato languageiro, por isso não é o mesmo que influência. E todo ato languageiro, de um ponto de vista sociodiscursivo, supõe um sujeito não totalmente sobredeterminado por posicionamentos discursivos de uma sociedade.

Um analista do texto não pode restringir-se ao exame dos efeitos intencionalmente visados pelo locutor para seu projeto de dizer. Estando no centro dos processos de persuasão, o sujeito do ato de linguagem deve ser visto sempre como tendo uma dupla identidade: “uma identidade psicossocial, dada por seu estatuto de sujeito em uma determinada situação”, o que o define como “sujeito comunicante”; e uma identidade discursiva de “sujeito enunciador” (CHARAUDEAU, 2015, p. 128-129).

Os efeitos visados pertencem ao sujeito comunicante ou locutor, e nascem de sua intencionalidade, e os efeitos produzidos pertencem ao sujeito receptor. Entre os dois efeitos, estão no texto os efeitos possíveis. Por isso compete ao analista tratar “dos sentidos possíveis, de acordo com as hipóteses que ele pode fazer em relação à identidade e ao estatuto dos participantes” (CHARAUDEAU, 2015, p. 128-129). O locutor precisa levar em conta essas restrições e instruções do contrato comunicativo, além das especificidades dos gêneros, se quiser que seu dizer seja legitimado e compreendido.

É por essa razão que sustentamos, com Charaudeau e Amossy, que o locutor, para a Linguística Textual, é um sujeito estratégico, ainda que clivado. Essa visão justifica “as ações estratégicas dos dois participantes, cada um tentando se impor ao outro, e construindo um *ethos*, cada um buscando fazer o outro se identificar com ele” (CHARAUDEAU, 2015, p. 128-129).

A proposta de Ruth Amossy, em sua análise da argumentação nos discursos, com a qual nos alinhamos, consiste exatamente em analisar os investimentos em estratégias persuasivas para a complexa negociação argumentativa em diferentes modalidades. É esse empenho em reconstruir a dinâmica das estratégias persuasivas (como atos languageiros) em textos perpassados por embates discursivos que diferencia a análise da argumentação nos discursos, de Amossy, da semiolinguística charaudiana, como atesta a citação abaixo:

Vemos como as perspectivas da problemática da influência estudada por Charaudeau, e as da argumentação no discurso tal como eu tenho tentado desenvolver (Amossy, 2010[2000]) convergem e divergem ao mesmo tempo. No caso de Charaudeau, é a inserção em uma problemática da influência que justifica a conjunção da AD e da argumentação. Seu estudo combinado permite separar os jogos de força e pôr acento na relação do discurso com o poder. O empreendimento de persuasão como fazer-criar deve assegurar um domínio sobre o outro, e compete ao analista pôr a nu o processo desse empreendimento. (...) No caso da argumentação no discurso, fundada na (nova) retórica e situada numa perspectiva decididamente dialógica, a argumentação está no coração do discurso, em que ele é tanto abertura para o outro quanto tentativa de chegar com ele a um acordo, ainda que imperfeito e provisório, sobre o razoável. (AMOSSY, 2015, p. 60 – tradução nossa)

Essa concepção é bastante apropriada para o fazer da Linguística Textual porque é capaz de abarcar os mais variados textos, não somente aqueles que envolvem uma questão social, nem somente aqueles que retratam uma polêmica no espaço público. Todo texto comporta, para nós, o que Amossy chama de *dimensão argumentativa*.

Nossa visão de argumentação também adere à tese de Pinto (2010), para quem só argumentamos por meio de gêneros, por mecanismos argumentativos explícitos e implícitos utilizados nos textos. Para a autora, esses mecanismos podem ser estudados através de recursos

verbais e não-verbais (*e suas diversas formas de integração*) que interagem dinamicamente entre si com aspectos contextuais.

Com efeito, os arranjos composicionais e linguísticos convocados para o direcionamento argumentativo submetem-se, em alguma medida, a certos padrões discursivos do gênero, mais ou menos prováveis em dada interação. O gênero pode, por vezes, ditar as modalidades de apelo às emoções, sua intensidade, a legitimidade dos dizeres, até o modo como algumas relações intertextuais são marcadas e referidas. Citar, por exemplo, uma frase de um filósofo mundialmente conhecido ou de um escritor renomado pode constituir um importante argumento de autoridade em uma redação de concurso, mas pode surtir um efeito completamente diverso numa conversa casual entre amigos, por soar como ostentação. Uma tese central defendida em um artigo de pesquisa precisa ser comprovada por dados teóricos (por vezes, empíricos) consistentes, em discurso claro, objetivo e preciso, menos afeito às emoções, mas já de uma proposição defendida em um artigo de opinião não se exige o mesmo estofamento teórico, nem tantas evidências comprobatórias.

Assim, práticas sociais e discursivas mais ou menos estabilizadas dos gêneros e das interações orientam os participantes do contrato comunicativo quanto a uma expectativa sobre a distribuição dos papéis sociais do locutor, do interlocutor e dos participantes indiretos no enquadramento contextual em que transcorre a interação. A legitimidade do locutor, sua posição social e institucional e sua reputação desempenham uma importante função na interação argumentativa, daí a estreita relação que a autora estabelece entre *ethos* e gênero. Cada vez que o locutor toma a palavra, tenta fazer os outros construírem uma imagem dele que seja favorável a seu projeto de dizer. Essa imagem, que pode ou não ser efetivamente construída pelos outros, é o *ethos*. Para ser coerente com sua proposta teórica e metodológica, Amossy articula a retórica (clássica e nova) com a análise do discurso e associa o que Maingueneau denomina de *ethos* efetivo (pré-discursivo, dito e mostrado) com aspectos das cenas enunciativas, dentre elas a cena genérica, isto é, às práticas discursivas dos gêneros.

As estratégias de persuasão também incluem a mobilização do *pathos*, o que significa que, sendo estratégico, o recurso à emoção suscitada no outro é uma atitude racional e pode resultar em efeitos decisivos nas tentativas de influência. Como pontua Oliveira (2019), o *pathos* pode ser interpretado como afeto, emoção, sentimento, paixão, e figura ao lado de outros dois elementos, o *ethos* e o *logos*. O *ethos* é entendido, de modo geral, como a imagem que o locutor constrói de si na interação, e o *logos* é a organização do argumento, a construção lógica do raciocínio, ou, segundo Amossy (2018), as estratégias persuasivas em diferentes modos de argumentar.

As modalidades argumentativas

Amossy (2008) reconhece que o planejamento de cada argumentação no texto depende também da estrutura de interação global na qual se realiza a ação de persuasão. Cada texto tem sua forma particular de expressar pontos de vista. Alguns tipos de interação podem condicionar, portanto, certos modos de argumentar – a essas regularidades, Amossy chama de *modalidades argumentativas*. Segundo Macedo (2018, p. 53) as modalidades argumentativas podem ser distinguidas tendo em vista: “i) os papéis desempenhados pelos participantes no dispositivo enunciativo; ii) a maneira pela qual ocorre a tentativa de persuasão (apaixonada, racional, colaborativa, instrutiva); e iii) o modo como o interlocutor é concebido”.

Em vista disso, a concepção de argumentação de Amossy (2008) é modular, varia num *continuum*, desde textos coconstruídos em diálogo para chegar a um acordo, até textos que supõem um desacordo profundo por lidarem com teses antagônicas discutidas no espaço público – um lugar democrático onde o dissenso se atualiza de vez em quando.

Colocar-se diante da *doxa* em dado meio social e dos saberes e valores ali compartilhados é pender para um ponto de vista, quer seja ele assumido, quer seja imputado a outrem. Todo texto comporta pontos de vista, mas nem todo texto constrói uma tese, a não ser aqueles que se organizam por sequência argumentativa dominante, conforme Adam (2017).

Aos textos que se organizam por sequência argumentativa dominante, chamamos textos de *visada argumentativa*, por inspiração em Amossy. Os textos de visada argumentativa são composicionalmente arranjados em torno de uma tese, como a que se encontra nos artigos de opinião, nos editoriais, nos artigos acadêmicos, nos ensaios jornalísticos e acadêmicos etc.; os demais textos, que não tiverem visada argumentativa, apresentam apenas o que Amossy (2011) chama de *dimensão argumentativa*.

Nessa escalaridade de modos diferentes de argumentar, Amossy (2017) apresenta algumas possíveis *modalidades argumentativas*: demonstrativa, pedagógica, patêmica, por coconstrução, negociada e polêmica.

Segundo Amossy, na *modalidade demonstrativa*, “uma tese é apresentada pelo locutor, num discurso monogerido ou poligerido, a um auditório cuja adesão ele quer obter por meio da demonstração razoável, do raciocínio articulado apoiado em provas” (AMOSSY, 2008, p.2). Um exemplo prototípico disso é a redação escolar que estiver nos moldes do que exigem os concursos vestibulares.

Amossy observa que esta é a modalidade mais notadamente reconhecida como “argumentativa”, porque apresenta uma tese central, a qual se espera que seja ancorada pelo locutor em um arrazoado convincente. A distinção entre as modalidades argumentativas parece-

nos fundada em dados padrões de interação, para as quais se prevê uma certa maneira de conduzir a comunicação para influenciar o outro.

A *modalidade argumentativa pedagógica* acontece quando “um locutor se coloca em posição superior e leva à reflexão um auditório que ocupa o lugar de aprendiz” (AMOSSY, 2008, p. 234) ou por interações poligeridas, como nas aulas, ou pela troca verbal monogerida, como nos livros didáticos, no romance, na reportagem etc.

Como dissemos, de acordo com Amossy (2008), o que determina a distinção entre as modalidades argumentativas é o tipo de papel social que os interlocutores desempenham, a imagem que fazem um do outro e o modo como o locutor tenta persuadir o interlocutor, se colaborativo, se instrutivo, se racional, se apaixonado etc. O modo pedagógico, por exemplo, é mais educativo, desenvolve-se por uma interação mais colaborativa e respeitosa, e os papéis sociais dos interlocutores estão numa relação de poder diferenciada.

Já o que Amossy chama de modalidade patêmica se dá “quando uma tese e um ponto de vista são apresentados no discurso monogerido ou num diálogo, de modo a ‘tocar’ o auditório, para obter sua adesão” (AMOSSY, 2008, p. 234). Isso acontece quando o locutor apela para os sentimentos do interlocutor, como em gêneros no discurso de apelo à ajuda humanitária, em certos poemas, em declarações de amor. Muitos gêneros que o senso comum chama de “textos de autoajuda” podem servir de exemplo de modalidade argumentativa patêmica. Esse apelo à sensibilização, muito próprio da modalidade patêmica, encontra-se também em muitos poemas de amor:

(1)

A estrela
Vi uma estrela tão alta,
Vi uma estrela tão fria!
Vi uma estrela luzindo
Na minha vida vazia.
Era uma estrela tão alta!
Era uma estrela tão fria!
Era uma estrela sozinha
Luzindo no fim do dia.
Por que da sua distância
Para a minha companhia
Não baixava aquela estrela?
Por que tão alto luzia?
E ouvi-a na sombra funda
Responder que assim fazia
Para dar uma esperança
Mais triste ao fim do meu dia.

BANDEIRA, Manuel. A estrela. In: Estrela da vida inteira: poesias reunidas. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, p. 164.

Observe-se, principalmente, como a construção referencial no poema em foco colabora para a expressão de tristeza pelo amor inalcançável do sujeito encenado como locutor: o contraste entre a altivez da estrela e a condição inferior de solidão e sofrimento são confirmados e acrescidos, ao longo do texto, por expressões referenciais reforçadas por intensificadores. Esse jogo contrastivo desperta emoção no leitor, estimulando-lhe a comiseração.

Na *modalidade argumentativa por coconstrução*, “os participantes coconstroem a resposta para o problema levantado em conjunto” (AMOSSY, 2008, p. 234), como na conversa familiar, numa reunião profissional, ou outro debate em que se tente resolver um problema em conjunto.

(2)

Figura 1: Armandinho, de Alexandre Beck (28/10/2018)



Disponível em: <https://www.descomplicandoavida.com.br/> - Acesso em 29/06/2019.

Diferentemente da coconstrução, a *modalidade argumentativa negociada* se estabelece num quadro interacional de divergência de pontos de vista quando os participantes, que sustentam posições divergentes, debatem sobre um problema que os divide, mas para o qual estão dispostos a conseguir um acordo, por meio de uma negociação das divergências, como nas audiências de conciliação, nas interações comerciais, nas assembleias para troca de coordenadores...; “os parceiros que ocupam posições divergentes, e mesmo conflituosas, se esforçam para encontrar uma solução comum para o problema que os divide e para chegar a um consenso através do compromisso” (AMOSSY, 2008, p. 235). Um exemplo prototípico seria a negociação em audiências de conciliação, em que, necessariamente, os parceiros da comunicação devem chegar a algum tipo de acordo, nem que seja o de procrastinar a possível

solução. O modo como as partes disputam o poder de estar com a razão em algum tipo de conflito talvez seja o aspecto mais característico dessa modalidade.

Por fim, a modalidade polêmica, ao contrário das demais modalidades, que visam alcançar alguma espécie de consenso, representa a confrontação violenta de teses antagônicas, quando um locutor no papel social de proponente de um posicionamento discursivo se mostra radicalmente contra o interlocutor, a quem ele considera como oponente, por defender um ponto de vista contrário ao seu. Quando uma questão social polêmica atualiza, em dada interação no espaço público, a dicotomização de discursos opostos, os participantes da comunicação se colocam em polos radicalmente contrários, cada um buscando desacreditar seu opositor, mas também tentando atingir o terceiro, que acompanha a interação a distância.

Algumas observações se colocam a essa distribuição dos diferentes modos de argumentar. Amossy tenta relacioná-las a gêneros do discurso, mas isso não parece ser o bastante para diferenciá-las e aproximá-las. O primeiro ponto a assinalar é que, das seis modalidades, só a última é da ordem do dissenso; as demais buscam todas um acordo. O segundo ponto é que as três primeiras podem se manifestar em interações monogeridas ou poligeridas; as modalidades negociada e de coconstrução parecem ser sempre poligeridas. O terceiro é que, ao contrário das demais, a polêmica não acontece num único texto, mas em relações intertextuais.

Todos esses traços repercutem sobre o principal aspecto que Amossy quer salientar na modalidade argumentativa polêmica: as diversas maneiras de exercer influência mais sobre o terceiro do que sobre o interlocutor, a quem o locutor sabe que não conseguirá persuadir.

Por meio da exemplificação por textos monogeridos e poligeridos, Amossy (2017) caracteriza a polêmica como uma modalidade argumentativa do inconciliável, enfatizando que é exatamente esse debate irresolúvel que chama de “retórica do dissenso”. Amossy (2017, p. 99) acrescenta que a polêmica “não deixa de persuadir; mas é sempre o Terceiro que é levado a aderir ao ponto de vista, e não o adversário”.

Uma interação pela modalidade polêmica pode ter propósitos diversos, pode servir para denunciar, protestar, chamar à ação e, sempre, para manter o dissenso na comunicação em espaço público. Embora não seja um traço definatório da modalidade polêmica o apelo às emoções, ou seja, o recurso ao pathos, está sempre presente nas interações dessa natureza. Os três traços que definem a modalidade polêmica, segundo Amossy (2017), são a dicotomização, a polarização e o descrédito lançado sobre o outro – a emoção está na origem de todos eles.

São o afeto e o julgamento de valores e de crenças que levam os sujeitos à indignação, um sentimento universal (mas condizente com cada cultura em dado tempo e espaço) que

desencadeia as manifestações de posicionamentos dicotômicos na modalidade polêmica. Razão e emoção não se excluem, nem se complementam, mas se interpenetram, são provocadas uma pela outra, em dosagens variáveis de combinação. Amossy (2017) explica que a modalidade argumentativa polêmica se assenta em blocos de argumentos culturalmente conhecidos. Quando a polêmica se atualiza em espaço público, esses conjuntos de argumentos são retomados, mas o modo como eles são mobilizados e arranjados em cada texto e na relação entre textos depende de uma série de fatores ligados ao contrato comunicativo estabelecido no momento e à escolha dos gêneros, além das formas composicionais que eles podem comportar.

Há, de fato, inúmeras ocorrências em que a divergência radical de opiniões leva à instauração de uma polêmica. Isso não significa que a polêmica não comporte uma argumentação organizada em torno de um arrazoado de argumentos. Ao contrário, as posições antagônicas são razoáveis, em conformidade com as regras de raciocínio da retórica.

A polêmica como uma encenação

Nossos dados nos conduziram à constatação de que a atualização da modalidade argumentativa polêmica ocorre, necessariamente, em relações intertextuais, ainda que polarizadas dentro de um único texto, em que um único locutor gerencia as vozes de discursos dicotômicos reportados. Identificamos, até o momento, três situações intertextuais em que a modalidade polêmica pode acontecer.

A primeira forma de atualizar a polêmica no espaço público se dá quando o próprio texto de um dado gênero, como a charge, refere-se indiretamente, ou alude, a uma situação/fato atual (já tratada em notícias, reportagens, editoriais etc.) que provavelmente vai disparar reações em outros textos. É bastante provável que, a partir desse texto, que toca em uma questão social passível de dissenso, a polêmica seja confirmada em outros textos. Vemos isso nos vários comentários dos internautas em que foi criada uma polarização de lados a partir da dicotomização de discursos que foi atualizada nos textos. Para nós, a modalidade polêmica só pode ser considerada “efêmera” se analisada no nível do texto, uma vez que os discursos só existem por oposição a outros.

(3)

Figura 2: A charge da condenação de Lula na vida real, de Gilberto Maringoni (16/06/2017)



Disponível em: *Gilberto Maringoni* - <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/charge-da-condenacao-de-lula-na-vida-real-por-gilberto-maringoni/> - Acesso em 16 de julho de 2017.

Ao ser utilizada para atualizar uma dicotomização polêmica, a charge prevê que desencadeará comentários e diversos tipos de reações dos internautas, como o comprova a conversa desenvolvida por locutores polarizados nos papéis sociais de proponentes e oponentes, tentando, cada um no seu estilo, desqualificar a opinião do outro, ou a pessoa do outro:

(4)

COMENTÁRIOS

- E. - Ora, LULA pode ser condenado, multado e excomungado... ainda assim votarei nele. Mil vez se necessário for.
- L. G. - E. Vota! Vc tb contrataria alguém condenado por roubo pra trabalhar em sua casa ? Coloque sua mão no fogo por vc mesmo! Não seja ingênuo de confiar em político. Nem se vc for um deles. Mas se vc tiver levando alguma coisa pode ser que eu te entenda o motivo de vc votar na Lula.
- F. H. E. - Mesmo que digam que ele é o líder do Estado Islâmico, eu votarei nele. Quanto mais essas "publicações jornalísticas" batem nele, mais vontade me dá de votar nele.
- D.H.R.P. - Vc votou em quem, L. Rabujenta?! Se votou nulo, vc mostra o qto é analfabeta política, pois não existe vácuo de poder. Não votar em Lula, é permitir que os bandidos tomem conta do Brasil completamente a serviço dos banqueiros, governo americano e empresas estrangeiras.
- L. G. - E o correto é acreditar na globo né???
- C. M. - Brasil, urgente! Lula presidente!
- G. L. C. M. - E sua tia vai desfilar na Mangueira.
- G. L. C. M. - O verme só será presidente no dia 32, ou até no dia 30.02. Se prepare para procurar emprego, seu filho da puta! E não vai encontrar, pois não existem mais petistas inteligentes. Os inteligentes já reconheceram o erro antes mesmo da reeleição do verme maldito!

Para Amossy (2017), a polêmica trata de questões de interesse público, é uma administração verbal do conflituoso caracterizada por uma tendência à dicotomização, que torna problemática a busca de um acordo. Convém considerar também a natureza agressiva dessa dicotomização. Vemos isso nesse excerto que explicita claramente a polarização dos internautas quanto a uma dicotomização política. De um lado, temos o internauta G. L. C. M., já se referindo a Lula como “verme” e partindo para o ataque verbal violento ao outro, utilizando-se de palavrões para formalizar a dêixis social a que recorre. De outro, temos o internauta D.H.R.P., também se dirigindo pessoal à interlocutora com violência verbal, chamando-a de “L. Rabujenta” e recategorizando-a como “analfabeta política”. Os internautas assumem pontos de vista diferentes nessa polarização em que tentam persuadir o terceiro, que a tudo observa em silêncio. G.L.C.M é contra a esquerda e sua política, enquanto D.H.R.P é a favor do seu líder maior de seu partido político.

Na segunda maneira de disparar a polêmica no espaço público, temos a situação em que uma notícia, por exemplo, ou uma nota jornalística, ou uma reportagem, apenas informa algo, ou discute, sem nem mencionar nada de polêmico. Só depois, em outros textos, haverá uma espécie de montagem teatral da polêmica. A reportagem a seguir, a despeito do fato de tratar de uma temática polêmica em si mesma, que é a questão do suicídio, não problematiza a conhecida polêmica de o indivíduo ter ou não o direito de decidir sobre a própria morte. O texto apresenta, em grande medida, dados estatísticos, desviando-se das polêmicas relacionadas à temática:

(5)

Suicídio cai no mundo, mas cresce até 24% entre adolescentes no Brasil

Suicídio entre meninos é até três vezes maior do que entre meninas. Enquanto os índices de suicídio caem em todo o mundo, a taxa entre adolescentes que vivem nas grandes cidades brasileiras aumentou 24% entre 2006 e 2015, informa pesquisa da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo). O estudo, publicado na Revista Brasileira de Psiquiatria, indica que o suicídio é até três vezes maior entre jovens do sexo masculino. Os sete pesquisadores da Unifesp utilizaram dados do SUS (Sistema Único de Saúde), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (...) De acordo com o estudo, a taxa entre jovens entre 10 e 19 anos aumentou 24% nas seis maiores cidades brasileiras: Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto cresceu 13% no interior do país. O aumento contrasta com a evolução dos índices de suicídios no resto do mundo, que caíram 17% no mesmo período. "Estamos na contramão", avalia Elson Asevedo, um dos autores do estudo e psiquiatra da EPM (Escola Paulista de Medicina) da Unifesp. "Em 2013, a OMS (Organização Mundial de Saúde) definiu como imperativo global que seus signatários reduzissem essas taxas em até 10% até 2020." (...)

Por aqui, a cidade com maior taxa de suicídio é Belo Horizonte: 3,13 para cada 100 mil habitantes em 2015. É seguido por Porto Alegre (2,93), São Paulo (2,44), Rio de Janeiro (1,52), Recife (1,23) e Salvador (0,23). Na média, o aumento do índice foi de 24%, ao subir de 1,60 para 1,99 entre 2006 e 2015. Ao todo, 20.445 adolescentes tiraram a própria vida naquele ano.

- Meninos morrem mais [...]
- A internet mata?

Um dos novos riscos para o suicídio adolescente é o uso da internet. Mari afirma que "Facebook, WhatsApp e Instagram aumentam a exposição ao cyberbullying assim como o compartilhamento de comportamentos disfuncionais, como divulgação de métodos de suicídio e minimização dos perigos da anorexia.

Asevedo lembra casos como o jogo da baleia azul, uma fake news que fez sucesso em 2017 ao estimular comportamentos como automutilação e suicídio. "Quando fomos analisar as buscas no Google, notamos aumento nas pesquisas sobre como se matar. O efeito é muito maior que as campanhas de internet para prevenção ao suicídio."

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2019/04/27/suicidio-cai-no-mundo-mas-cresce-ate-24-entre-adolescentes-no-brasil.htm>

Vejamos, agora, os comentários dos internautas gerados a partir dessa reportagem:

(6)

COMENTÁRIOS

F. C. - Reportagem mal feita. Fala que suicídio diminuiu no mundo, mas aumentou 24% entre jovens no Brasil. Essa porcentagem foi nas maiores cidades, não no país. Muita coisa errada. Estagiários fazendo matérias polemicas.

Treze Por Cento - Consequencia de 16 anos do PT! Muita gente nao aguenta!

2tiofe8d7yh6 - A geração nutella não pode ver spoiler de filminho na net que já tem piti... Triste geração.

otiM8102 - Alo UNIFESP... tem alguma pesquisa dos hospitais e de quanto aumentou em mortes por falta de atendimento??? Qual o índice de aumento de pobreza por falta de investimento no básico para o ser humano viver com o mínimo de dignidade antes e depois da passagem do PT pelo comando do país??? Quando responderem a estas perguntas daremos credito em outro tipo de pesquisa.. por enquanto penso que deveriam caçar um lote pra carpir... seria mais produtivo. até mais.

P. AMW - São apenas os seguidores da seita do presidiário de Curitiba inconformados com a ratificação da pena no STJ.

LUTZCAR- Desemprego e desesperança provocado pelos 14 anos de petismo no comando e na desgraça do país.

A.B - Só faltou afirmar, que foi o Bolsonaro que causou os suicídios no brasil. Me poupe

Nesses comentários, podemos visualizar os atores que sustentam posições antagônicas:

Treze Por Cento diz: "Consequencia de 16 anos do PT! Muita gente nao aguenta!". P.AMW se posiciona da mesma forma: "São apenas os seguidores da seita do presidiário de Curitiba inconformados com a ratificação da pena no STJ", enquanto que outros se posicionam contrariamente a Treze por cento e a P. AMW.

Dessa forma, configura-se uma encenação na arena que é montada no espaço dos comentários das notícias. Os internautas polemizam questões sociais insolúveis, cada um com seu posicionamento, falando para um público fantasma. Temos, assim, o proponente, o

oponente, e um terceiro, a quem é dirigido o foco. Para Gelas (1980) a política é a questão que está no cerne da polêmica. Vemos isso na interação entre os internautas a partir de uma reportagem informando do alto índice de suicídio no Brasil.

Essa reportagem, diferentemente da charge do primeiro exemplo, não remete a nenhum gatilho que desemboque em uma polêmica ligada à política, no entanto os actantes e os atores sociais atualizam essa dicotomização e se manifestam de maneira polarizada. Por isso, para Plantin (2003, p. 387), “a polêmica pode, evidentemente, se desenvolver sobre a base de um assunto inicialmente privado, um conflito de locação, por exemplo, mas é necessário que esse conflito assuma contorno público pondo em causa grandes princípios e os grupos de defensores ligados a eles (identificados a esses princípios)”.

A terceira forma de fazer disparar a polêmica é geri-la dentro de um mesmo texto, já como ponto de partida para futuras interações. Seria o caso típico de “discurso polêmico”, ou monogerido, tratado por Amossy (2017). Apoiando-se em Kerbrat-Orecchioni, a autora afirma que o discurso polêmico se manifesta somente por uma das partes em presença. Ele é, por definição, dialógico, mas não dialogal. Exemplo disso é um artigo de opinião, que ataca um alvo sem que este retruque.

Considerações finais

A polêmica em si mesma só toma forma através de interações públicas ou semipúblicas que tratam de uma questão social. Ela pode ser encenada, pelo que observamos, até o momento, em pelo menos três atualizações distintas. Nas duas primeiras situações, a modalidade argumentativa polêmica só é disparada no diálogo entre textos diferentes, que reagem a outro.

Na primeira forma de engatilhar a polêmica, acontece de um texto tomar um posicionamento sem reproduzir o ponto de vista oposto, porque o próprio gênero, por sua vocação temática, sua regularidade composicional e seu estilo, não dá espaço para a contra-argumentação, como a charge aqui analisada.

Na segunda forma de atualizar a polêmica interdiscursiva, um texto-fonte nem ao menos menciona uma questão social geradora de conflito, mas os comentários aproveitam uma motivação temática qualquer e trazem à tona a controvérsia. No caso especificamente dos comentários analisados sobre a reportagem veiculada pela mídia internet, uma modalidade polêmica começa a ser encenada nesse espaço público. Nos comentários dos internautas, vemos claramente um proponente e um oponente polarizados na disputa por angariar apoio do terceiro.

No terceiro caso, a polêmica é gerada dentro de um texto, cujo locutor gerencia pontos de vista adversos, reproduzindo vozes intertextualmente e a seu modo, conforme a orientação argumentativa que deseje dar.

Referências

ADAM, J. M. **Linguistique textuelle**: des genres de discours aux textes. Paris, Nathan, 1999.

_____. Une approche textuelle de l'argumentation: "shéma", séquence et phrase périodique. In: DOURY, M.; MOIRAND, S. **L'argumentation aujourd'hui**. Paris: Presse Sorbonne Nouvelle, 2004.

_____. **Texto**: tipos e protótipos. Trad. De Mônica Magalhães Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 231-254.

_____. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011a.

_____. Contribuição da Nova Retórica para a AD: o estatuto do lógos nas ciências da linguagem. In: EMEDIATO, W.; LARA, G. M. P. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. v. 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011b. p. 1-14 (e-book).

_____. **Apologia da polêmica**. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2017 [2014].

_____. La place de l'influence et de la persuasion dans l'analyse du discours. In: SOULAGES, J.-C. (Org.). **L'analyse de discours – sa place dans la sciences du langage e de la communication**. (Homage à Patrick Charaudeau). Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2015.

_____. Introduction: la dimension argumentative du discours – enjeux théoriques et pratiques. **Argumentation et Analyse du Discours** [En ligne], n. 20, 2018b. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aad/2560>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

CHARAUDEAU, P. La maelstrom de l'interdiscours. In: SOULAGES, J.-C. (Org.). **L'analyse de discours – sa place dans la sciences du langage e de la communication**. (Homage à Patrick Charaudeau). Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2015.

GRIZE, J.-B. **De la logique à l'argumentation**. Genebra, Droz, 1982.

_____. **Logique et langage**. Paris, Orphis, 1990.

_____. Logique naturelle et représentations sociales. In: 1ST INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL REPRESENTATIONS, Ravello, Italy, 1992. **Anais eletrônicos**, Ravello, Italy, 1992. Disponível em: <http://www.psr.jku.at/PSR1993/2_1993Grize.pdf>. 20 jun. 2019.

_____. **Logique naturelle et communications**, Paris, P.U.F., 1996.

MACEDO, P. S. A. de. **Análise da argumentação no discurso**: uma perspectiva textual. 2018. 245 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2018.

PINTO, R. **Como argumentar e persuadir** - Práticas: política, jurídica e jornalística. Lisboa: Quid Juris? - Sociedade Editora, 2010.

SOULAGES, J.-C. (Org.). **L'analyse de discours** – sa place dans la sciences du langage e de la communication. (Homage à Patrick Charaudeau). Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2015.

VIDRIO, S.G. Argumentação e lógica natural: a proposta de Jean-Blaise Grize. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 42, n. 73, p. 135-146, jan./abr. 2017.

Recebido em: junho de 2019.

Aprovado em: julho de 2019.

FRAMES E ARGUMENTAÇÃO: ANALISANDO O PRONUNCIAMENTO DE MICHEL TEMER PÓS-IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino¹

Renata Palumbo²

Anna Christina Bentes³

Resumo: Levando-se em conta o postulado de Marcuschi (2008, p. 40), para quem o desafio cognitivo corresponde a uma das “perplexidades da linguística contemporânea, uma vez que se trata de uma determinação tanto interna quanto externa da língua”, consideramos importante a criação de interfaces entre estudos cognitivos e os da Linguística de Texto, de maneira a se desenvolverem análises linguísticas sistematizadas, especialmente para se compreender os mecanismos argumentativos acionados nos discursos políticos. Assim é que propomos uma discussão teórica na qual procedemos ao diálogo entre os estudos do texto e do discurso e os da cognição social, em especial, considerando a noção de *frame* (LAKOFF, 2004; FILLMORE; BAKER, 2009; DUQUE, 2015), com a atenção voltada para sua participação na argumentação. Observamos as seleções verbais iniciadas pelo prefixo re- – retomar, recolocar, revitalizar e reconciliar – no discurso escrito de Michel Temer, pronunciado após o Senado ter aprovado o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Os resultados mostram que o uso reiterado desse prefixo indicia a emergência do *frame* GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO estruturado a partir da perspectiva avaliativa do novo mandatário, que considera como modelares as *performances* assumidas como compatíveis para si e de modo implícito, não modelares e incompatíveis as *performances* relacionadas à mandatária anterior, o que reforça a organização argumentativa do pronunciamento em questão.

Palavras-chave: Linguística Textual. Cognição. *Frame*. Argumentação.

Abstract: Taking into account Marcuschi’s postulation (2008) that cognitive challenge corresponds to one of the “perplexities of contemporary linguistics, since it is a determination for both internal and external language” (p.40), we consider important the creation of interfaces between sociocognitive studies and those of Text Linguistics, in order to develop systematized linguistic analyzes, especially to understand the linguistic and sociocognitive strategies activated in political discourse. Therefore, we propose a theoretical discussion in about the dialogue between the studies of text and discourse (MARCUSCHI, 2007a, 2007b; 2008; KOCH, 2002, 2004) and those of social cognition, considering the notion of *frame* (FILLMORE; BAKER, 2009; DUQUE, 2015), with attention to its participation in argumentation. We observe the verbal selections initiated by the prefix re- in the written speech of Michel Temer, pronounced after the Senate approved the impeachment of Dilma Rousseff in 2016. The results show that repetitive use of the prefix re- index the emergence of the *frame* FEDERAL GOVERNMENT OF BRAZIL, structured by the evaluative perspective of the new agent, Michel Temer as President of Brasil. This perspective is based on the contradiction between the performances assumed to be compatible for himself (model) and the incompatible performances (anti-model) related to the previous agent, which explains the argumentative organization of the statement in question.

¹ Universidade de São Paulo, SP, Brasil. ziaquino@usp.br

² Centro Universitário Carlos Drummond de Andrade, São Paulo, SP, Brasil. prof.renata.palumbo@gmail.com

³ Universidade Estadual de Campinas, SP, Brasil. annafapesp@hotmail.com

Keywords: Text Linguistic. Social Cognition. Frame. Argumentation.

Introdução

A trajetória⁴ da Linguística Textual (LT) desenvolvida no Brasil consolidou entre os pesquisadores desse campo uma concepção de texto relacionada à atividade social concreta, constituída via processos complexos e intercambiáveis de várias naturezas. O entendimento do fenômeno textual esteve sempre fortemente influenciado por teorias de base pragmático-discursiva e de base cognitiva e/ou sociocognitiva, de modo que a LT assumiu desde o seu início uma vocação interdisciplinar.

Pode-se dizer, em consonância com Marcuschi (2008), que a LT vem-se marcando por estudos voltados para as operações linguísticas, discursivas e cognitivas, que regulam e controlam a produção, a construção e o processamento de textos escritos ou orais em situações reais de uso. Além disso, o autor ainda afirma a tendência de se considerar uma continuidade entre texto e discurso, isto é, “uma espécie de condicionamento mútuo” da atividade enunciativa (p. 81). Entendemos que essa afirmação pode ser estendida à posição de Adam (2010, p. 9), quando associa a análise textual dos discursos (ATD) ao campo da LT, no que se refere à necessidade de se dar atenção aos gêneros do discurso e ao “materialmente observável”, em outras palavras, aos “detalhes semiolinguísticos das formas-sentido mediadoras dos discursos”, os quais, destacamos, são realizados nas práticas sociais via gêneros discursivos⁵.

Desde a última década do século XX até a primeira década do século XXI, o estatuto sociocognitivo⁶ do texto passou a ter uma grande centralidade. Alguns exemplos de estudos que contemplam essa dupla faceta e que também aprofundaram as análises de forma a dar

⁴ Vários trabalhos buscaram traçar percursos sobre como a LT desenvolveu sua agenda. Citamos aqui alguns desses trabalhos desenvolvidos no Brasil: Fávero e Koch (1983); Marcuschi (2012[1983]); Koch (1997; 2002; 2004); Bentes (2001); Bentes e Rezende (2008); Bentes e Leite (2010).

⁵ Neste trabalho, assumimos a relação indissociável entre texto e discurso, haja vista que nossa atenção recai tanto sobre a materialidade textual do pronunciamento político sob análise, em especial as seleções verbais iniciadas pelo prefixo re-, quanto sobre as condições de produção, as quais também servem de pista para o exame da argumentação da qual a emergência e ativação de *frames* participam.

⁶ Em seu texto “Uma história, dois campos de estudo, um homenageado...”, Koch (2010, p. 39) afirma que “se em dado momento, a Linguística Textual, de acordo com Koch (2010), voltou sua atenção mais aos mecanismos de coesão e coerência, principalmente a partir dos estudos de Halliday e Hasan (1976), além de outros critérios de textualidade elencados por Beaugrande e Dressler (1981) – coesão, coerência, informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade, posteriormente, alguns pesquisadores da área (Marcuschi, 1983; Koch; Travaglia, 1989, 1990; Fávero, 1991; van Dijk, 1980, 1992, 1997) passaram a incorporar outros padrões, tais como os de ordem sociocognitiva”.

conta da complexidade dessa dimensão dos processos textuais foram os de Mondada (1993), Marcuschi e Koch (1998), Koch (2002; 2004; 2008), e Marcuschi (2007a; 2007b, 2008). Podemos também elencar estudos que influenciaram também a LT no Brasil, especialmente aqueles que trataram de metáforas (LAKOFF; JOHNSON, 1980; KÖVECSES, 2002, 2009) e de *frames* (LAKOFF, 2004; FILLMORE; BAKER, 2009).

Considerando a postura não modular sobre o texto assumida pela Linguística Textual brasileira, representada principalmente pelos trabalhos de Marcuschi e de Koch, pode-se dizer que os diálogos na obra desses autores com teorizações sociocognitivas que discorriam sobre o papel da cognição na compreensão dos processos textuais podem ser resumidos na seguinte formulação de Marcuschi (2007a, p. 34): “o conhecimento resulta da elaboração da experiência organizada em outro nível numa relação de várias fontes cognitivas integradas: por exemplo, a confluência de elaborações mentais pelo filtro da experiência, do social, do cultural, do emocional etc.”.

O lugar da cognição nos estudos do texto e do discurso corresponde a um caminho para explicar o processamento textual-discursivo, seus efeitos e funções em situações interacionais, antes e durante os quais subjazem operações cognitivas que constituem e são constituídas nas e pelas seleções lexicais ordenadas, organizadas e materializadas no momento da enunciação, de maneira a promover um todo significativo, um evento único.

Esses pressupostos levaram-nos a apresentar um diálogo entre os estudos do texto-discurso e os da Cognição, de modo a situar a noção de *frame* de acordo com autores como Lakoff (2004) e Fillmore e Baker (2009), com a finalidade de examinar seleções específicas, como a utilização do prefixo re-, como promotoras, junto a outros procedimentos, da ativação e da inter-relação de *frames*, de construções de sentido e da argumentação em um texto de natureza eminentemente política.

Para tanto, selecionamos um corpus correspondente ao primeiro pronunciamento do ex-presidente da República Michel Temer por ocasião de sua posse em 31 de agosto de 2016, três meses após ter assumido o governo como representante interino. O discurso, com duração de cinco minutos, foi televisionado e, também, transmitido por rádio às 20h do mesmo dia que o Senado aprovou o *impeachment* de Dilma Rousseff. Para alcançar o que propomos, este trabalho apresenta três momentos: primeiramente, discutimos o lugar da cognição nos estudos do texto-discurso da LT, na sequência, nossa atenção volta-se para a relação entre *frame* e argumentação política e, por último, analisamos o pronunciamento do ex-presidente da República Michel Temer e a participação do prefixo re- nas seleções dos verbos *recolocar*,

retomar, revitalizar e reconciliar, como parte dos procedimentos argumentativos desse discurso público, tendo em vista o momento de transição de governo.

Lugar da cognição na Linguística Textual

Na Linguística em geral, principalmente no decorrer da segunda metade do século XX, a preocupação voltada para os processos textual-discursivos e suas possíveis construções de sentido em interações sociais específicas, bem como o interesse pela aquisição da linguagem e pela compreensão, ou mesmo, pela argumentação em textos falados e escritos encaminharam para a necessidade de diálogos com estudos de outros campos do conhecimento – especialmente das Ciências Sociais e das Cognitivas.

Por um lado, várias correntes de pesquisa (Sociolinguística, Etnolinguística, Pragmática etc.) atentaram para o caráter social da linguagem, considerando que fenômenos externos estavam atrelados às ocorrências das materialidades linguísticas. Por outro, nas Ciências Cognitivas, diversos pesquisadores afastaram-se das noções clássicas sobre a mente independente e o inatismo, de maneira a conceberem a linguagem como integrada às capacidades cognitivas, tal como tem sido as posições de Fauconnier (2001), Fauconnier e Turner (2003), Lakoff (2004).

Entre essas perspectivas teórico-metodológicas, podemos localizar o aspecto cognitivo, por exemplo, na abordagem de Beaugrande e Dressler no que diz respeito à coerência e, no Brasil, em posições de autores como Marcuschi e Koch, entre outros, que impulsionaram a questão com vista ao indissociável papel da cognição e do social nos processos textual-discursivos, de modo a fazer que ocorresse um compromisso sociocognitivo no interior do programa da LT com tópicos sobre “referenciação, inferenciação, acessamento de conhecimento prévio etc.” (KOCH, 2010, p. 43).

Desde então, alguns estudiosos que tratam de fenômenos linguísticos e discursivos (MORATO, 2016; MORATO; BENTES, 2013; KOCH, 2010; MARCUSCHI, 2008, 2007) vêm assumindo, em seus trabalhos, que a cognição tem um importante papel como motivadora e reguladora da produção e do processamento textual oral e escrito. Sem desconsiderar que uma língua possui unidades menores – fonemas, morfemas, palavras e frases –, tratam o texto como unidade maior de sentido em uma dimensão discursiva e, com o olhar sobre ele, preocuparam-se com os processos sociocognitivos.

Nessa concepção sociointeracionista, textual-discursiva e cognitiva da linguagem, a cognição não ocupa um lugar central, tampouco, marginalizado. Trata-se de conceber o estatuto da linguagem ancorado ao da cognição e trazer subsídios teóricos de base cognitiva,

por meio dos quais as práticas discursivas possam ser examinadas com vista à sua natureza processual e integradora, que envolve a experiência social, o corpo e a cognição. A articulação entre linguagem e cognição, portanto, pode-nos fornecer subsídios necessários para o exame da construção de sentidos complexos, processamento referencial e inferencial, orientações de visões de mundo e processos argumentativos.

Entendemos que essa ampliação do tratamento da linguagem no interior de uma teoria de texto e discurso deve ocorrer, levando-se em conta duas preocupações: i) a natureza textual e discursiva do objeto de estudo; e uma metodologia com base em evidências linguísticas e em corpus de experiência real; ii) a seleção de pesquisas cognitivas que nos permitem possíveis pontos de convergência com a LT.

No que diz respeito aos diálogos com teorias cognitivistas, compreendemos que os preceitos da Linguística Cognitiva (LC) nos permitem estabelecer algumas relações, sobretudo no que se refere (i) ao olhar funcionalista⁷ sobre a relação linguagem e cognição e ao papel integrador sobre as operações mentais; (ii) às noções de elaboração mental e de processos de significação, baseadas nas experiências sociais, culturais e corpóreas.

Essa afirmação coaduna-se com a de Marcuschi (2007, p. 34) que, ao elencar as correntes cognitivas e suas perspectivas, conclui que, para os estudos do texto e discurso, “resta-nos a posição de natureza funcionalista que consegue integrar aspectos da mente humana, como geradora de conhecimento, com a cultura, a sociedade e a experiência, como provedores informacionais relevantes numa postura integrativa dos diversos sistemas cognitivos”.

Seguindo nessa direção, neste trabalho, interessa-nos os estudos que a LC vem desenvolvendo em torno dos *frames*, e procedemos a essa discussão, estendendo-a para a dimensão textual-discursiva no que diz respeito à argumentação voltada ao campo político brasileiro.

Interfaces entre discurso político, *frames* e prática argumentativa

De maneira geral, a noção de *frames* está atrelada a de mecanismos cognitivos por meio dos quais organizamos informações e damos sentido às coisas do mundo. Os *frames* participam do tratamento que damos às velhas e às novas informações, na mesma medida em que são estruturados e, de certo modo, estabilizados com base em nossas experiências socioculturais, nas quais, segundo entendemos, certos discursos agem como fortes

⁷ Consideração das práticas interacionais e sociais em que se inserem e das quais tomam parte em seu processamento e construções de sentido.

influenciadores, como postulamos serem os discursos públicos de ampla circulação. Para Fillmore e Baker (2009, p. 314):

Há um conceito geral de *frame* (Minsky 1975; 1988; Goffman 1974; Tannen 1993), aliado a conceitos como *esquema* (Bartlett 1932; Rumelhart 1975), *modelo cognitivo idealizado* (Lakoff 1987), *script* (Schank; Abelson 1977), e, mesmo, *meme* (Dawkins 1976), narrativa, etc.), especialmente como desenvolvido pelas ciências cognitivas desde a década de 1970, que pode ser definido como um dos muitos conjuntos de conhecimentos, crenças e práticas padronizadas, que moldam e permitem aos seres humanos dar sentido às suas experiências.⁸

Nessa mesma direção, Geeraerts (2010, p. 225) apresenta o conceito geral de *frame* e, também, indica outra noção, mais específica, que está relacionada aos conhecimentos que uma seleção lexical ativa:

Em um sentido mais amplo, [...] a noção de ‘*frame*’ é, amplamente, sinônima daquela do Modelo Cognitivo Idealizado, referindo-se, em geral, às estruturas de conhecimento que incorporam nosso pensamento sobre o mundo. Em um sentido mais restrito, refere-se a um tipo específico de organização do conhecimento no léxico.⁹

A respeito dessa variedade de abordagens acerca de *frames* e, por consequência, da presença de diversas tipologias, podemos dizer que, conforme Duque (2015, p. 30), de maneira geral, os “*frames* são pensados como *Gestalts* cujas partes, ou papéis, estabelecem relações entre si” e, além disso, eles são mecanismos pelos quais percebemos, recordamos e pensamos sobre nossas experiências coletivas e individuais.

Fillmore e Baker (2009) seguem afirmando que é por meio de *frames* que elaboramos suposições a respeito de nossas experiências (o que é passível de pertencer a um *frame*) e orientamo-nos, por exemplo, em relação aos papéis dos participantes de um evento (restaurante, hospital, sala de aula, debate político televisivo etc.).

Esses autores apontam para outras suposições relacionadas aos *frames*, entre as quais, destacamos as características físicas e/ou visuais de objetos ou de rostos humanos, os estágios do ciclo de vida. Nessa perspectiva, o acesso a esses *frames* dá-se por meio tanto das

⁸ Tradução livre. Grifo dos autores. There is a general concept of frame (Minsky 1975; 1988; Goffman 1974; Tannen 1993), together with allied concepts like schema (Bartlett 1932; Rumelhart 1975), idealized cognitive model (Lakoff 1987), script (Schank and Abelson 1977), and even meme (Dawkins 1976), narrative, etc.), especially as developed in the cognitive sciences since the 1970s, that can be defined as any of the many organized packages of knowledge, beliefs, and patterns of practice that shape and allow humans to make sense of their experiences.

⁹ Tradução livre. In the broadest sense, (...) the notion of ‘frame’ is largely synonymous with that of Idealized Cognitive Model, referring in general to the knowledge structures that embody our thinking about the world. In the more restricted sense, it refers to a specific type of knowledge organization in the lexicon.

vivências com a sociedade e com a natureza, quanto das faculdades de percepção e das necessidades biológicas e emocionais dos seres humanos por ocasião de suas experiências com seus corpos. Além do mais, nossa vivência em comunidades linguísticas e culturais orienta-nos a responder de modo específico, conscientes ou inconscientes, às instituições, aos símbolos, aos valores etc., e a desenvolver conhecimentos sistemáticos acerca de eventos, de sentimentos, de governos, de religiões etc. (FILLMORE; BAKER, 2009).

Ao estendermos esses preceitos para a dimensão da interação e do discurso, pressupomos que os *frames*, ancorados à linguagem, tomam parte dos mecanismos discursivos por meio dos quais se constroem ideias e se encaminham sentidos. A essa posição, associamos a possibilidade de correlacionar os *frames* à prática argumentativa, em especial no discurso político, dado ser uma associação extremamente presente nos discursos públicos pelos quais os acontecimentos do campo político chegam à população, conforme nossas pesquisas buscam explicitar.

Nessa direção, por serem responsáveis pela ordenação de nossas *performances* cognitivas, reconhecemos que os *frames* são ideologicamente orientados e podem variar de acordo com cada cultura. Além disso, como produtos culturais, os *frames* podem ser – e comumente o são – instrumentalizados como parte de projetos argumentativos no campo político, no interior do qual, como foi postulado por Lakoff (2004), existem *frames* de natureza complexa que moldam as instituições políticas e suas práticas e que podem favorecer mudanças de ordem social quando alterados.

É por esse caminho que a argumentação política atua na sociedade. Se formulações linguísticas ativam *frames* específicos (LAKOFF, 2004; FILLMORE; BAKER, 2009), podemos dizer, do ponto de vista do texto como unidade de sentido (KOCH, 1997; 2002; 2004; 2010; MARCUSCHI, 2007; 2008), que a organização de um pronunciamento político escrito cria uma rede ordenada e articulada de *frames*, enfatizando perspectivas e ativando, por consequência, valores e crenças que são extremamente importantes para o convencimento, já que podem participar como objetos de acordo nas interações sociais e permitir que a tese receba valor de verdade por parte daqueles para quem é dirigida, conforme afirmaram Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2002).

Dessa maneira, partindo do postulado de que o convencimento está na ordem das ideias, assim como os autores da Nova Retórica já assinalaram, temos que é na relação sociocognição e discurso em toda sua complexidade que se trilham as propostas do dizer político, produto de inúmeras organizações e associações sociocognitivas, posto que ocorre, por meio desse dizer, o favorecimento de ideias contra ou favor àquilo que se defende. Nessa

acepção, primeiramente observamos a perspectiva do *frame* GOVERNO FEDERAL, privilegiada no pronunciamento de Michel Temer, por meio do qual o papel do presidente da República é encaminhado, e suas ações são justificadas:

(1)

O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos. Encaminhamos ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas. Nosso lema é gastar apenas o dinheiro que se arrecada.

No que diz respeito ao GOVERNO FEDERAL DO BRASIL, podemos afirmar que esse *frame* caracteriza-se por ser complexo e de difícil entendimento por parte de muitos brasileiros. Mesmo assim, é de se esperar que a população possua algum conhecimento partilhado acerca do fato de que GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO pressupõe que o presidente da República é o chefe desse GOVERNO no âmbito federal, responsável por assumir uma série de responsabilidades, especialmente, no que diz respeito ao cumprimento de determinadas expectativas ligadas a sua competência de governar, de estabelecer conciliações e de assegurar o bom desempenho da economia do país.

No segmento sob análise, as informações em torno da noção de GOVERNO são construídas pelo viés do *frame* FAMÍLIA que, por ser de conhecimento geral, possibilita o direcionamento do olhar sobre a situação política enunciada, considerando (i) os conhecimentos sociais partilhados sobre o funcionamento dessa unidade social e (ii) a orientação argumentativa na direção da seguinte proposição: o governo deve gastar apenas o que arrecada.

O sentido metafórico da formulação “O governo é como a *sua* família” permite que ocorra a associação entre os principais elementos que compõem cada *frame* – o papel social de presidente da República na sua relação com a população & o papel social de pai de família e seus filhos –, de modo a ativar os valores de responsabilidade e de confiabilidade, extremamente aceitos nos dois enquadres relacionados. Mais do que isso, essa associação propicia, paralelamente, uma desqualificação velada contra a atuação anterior de Dilma Rousseff que, na época, sofreu *impeachment* com a principal justificativa de ter cometido crime de responsabilidade.

Partimos desse processo de criar vínculos ou rupturas, para examinar o papel indissociável dos *frames* nas práticas argumentativas. Um ato de argumentação, por meio da associação do *frame* GOVERNO ao *frame* FAMÍLIA, na ocasião da justificação dos

primeiros atos do então presidente da República, relaciona-se ao que, na Nova Retórica, tem-se denominado “relações de coexistência” entre a pessoa e seus atos, sobre as quais Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2002, p. 334) afirmam: “A construção da pessoa humana, que se vincula aos atos, é ligada a uma distinção entre o que se considera importante, natural, próprio do ser de quem se fala, e o que se considera transitório, manifestação exterior do sujeito”. Nessa direção, a construção da imagem de uma pessoa ou de uma autoridade possui relação com seus atos, na medida em que a evidência dada a suas atitudes e/ou a frequência de suas ações conduzam à ideia de lhe serem próprias. Reconhecemos que, nessa relação de coexistência, a construção da pessoa com vista a seus atos está estruturada e regulada por *frames*.

À medida que pessoas agem considerando a sua incorporação a papéis sociais, ocorrem expectativas e julgamentos em torno de certas ações, que estão pré-orientadas no interior de enquadres socialmente estabilizados. No caso do segmento examinado, os atributos dos atos de responsabilidade dos pais (autoridade máxima) em relação a seus filhos, reconhecidos e legitimados culturalmente no interior do *frame* FAMÍLIA, foram transferidos para as ações do governante máximo do país, de modo a suscitar a ideia do que lhe é próprio e, socialmente, valorizado no que diz respeito a suas ações em relação a seu cargo.

Quanto ao procedimento de apresentar ruptura com o desempenho de Dilma Rousseff, a argumentação atua no interior do *frame* GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO, tendo em vista a situação de transição governamental em razão do *impeachment*. Podemos dizer que existe estereotipia quanto à maneira de evocar pessoas, relações, grupos, comportamentos e estratégias, pertencentes a esse *frame*, que passam a preencher as expectativas das pessoas quanto ao bom ou mau desempenho dos políticos e a seu (des)alinhamento com a *performance*, entendida como apropriada ou compatível, tal como a de não manter as contas públicas em dia. Mais uma vez, o alinhamento produzido pela associação estabelecida entre os *frames* GOVERNO e FAMÍLIA coloca a ex-Presidenta em uma situação de débito com a “família brasileira”, dado que ela não conseguiu administrar bem os recursos da “família”.

No que diz respeito ao *frame* GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO, o tratamento dado ao desempenho de Dilma Rousseff recai, por inferência, sobre a incompatibilidade de suas ações enquanto exercia o cargo, tendo-se em conta que “a reação do ato sobre o agente é capaz de modificar constantemente a nossa concepção da pessoa, em se tratando de atos novos que lhe atribuímos ou de atos antigos aos quais nos referimos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, [1958] 2002, p. 337).

Durante o desenvolvimento do discurso, localizamos pistas linguísticas desse procedimento de criar ruptura com o governo anterior por meio da indicação reiterada da necessidade de voltar para algo, que pode ser acessado pelas pessoas para quem a argumentação é dirigida, principalmente em ocasião de ocorrências de ativações do tipo procedural, as quais, para Koch (1996, p. 36), correspondem “aos modelos cognitivos socialmente determinados e adquiridos através da experiência”.

Entre as seleções lexicais que desempenham o papel de conduzir a ideia de mudança no governo federal, examinamos as ocorrências dos verbos com a presença do prefixo re- no pronunciamento de Temer, atentando-nos para o momento de sua seleção e a construção de sentido de “voltar para algo”, como caminho para defender a ideia de que a governante anterior não foi capaz de agir de modo compatível, considerando a posição a que foi alçada.

Prefixo re-: ativação e participação dos *frames* na argumentação política

Discutimos que seleções lexicais indiciam *frames* e, concomitantemente, revelam pontos de vista a respeito deles. Em relação às práticas políticas da linguagem, uma sucessão de experiências leva à partilha de conhecimentos, de maneira a constituir uma cognição sociopolítica de alcance nacional.

Em relação a essa questão, chamamos a atenção para a importância dos textos e dos discursos para a produção de processos de *framing* da vida pública. Nesse viés, nas inúmeras cenas específicas da esfera pública política, a de GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO toma ampla visibilidade. Como dissemos anteriormente, nesse *frame*, a figura do presidente da República e de seu papel destacam-se de tal modo que a mudança do presidente interfere no valor de julgamento e perspectiva do *frame* GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO, atualizando-o.

É possível que a força da imagem de um presidente da República seja uma das razões das intensas expectativas em torno da transição do cargo e um dos motivos da ampla circulação de discursos oficiais dessa ordem, tornando-os importantíssimos para a aceitabilidade da nova posição, principalmente em situações de *impeachment*. Nesses casos, em especial, espera-se que haja indicativas de rompimento de vínculos com o antecessor e de mudanças para a melhoria. É o que examinamos até aqui no pronunciamento sob análise, no qual um dos procedimentos principais que recaiu sobre a ex-Presidenta Dilma Rousseff foi o de romper com sua pressuposta “ineficiência” para administrar as contas públicas.

Nesse sentido, o outro *frame* importante desse discurso é o da promessa de trazer de volta um período promissor pelo qual o Brasil passou em algum momento em um pretérito que não é revelado no discurso.

Nesse sentido, pudemos localizar seleções de verbos com o prefixo re- em determinados momentos do discurso em que invariavelmente ocorre a apresentação negativa do período Dilma. O modo como é formulado o discurso revela alguns passos da ruptura proposta, tendo em vista serem utilizados os verbos retomar (por duas vezes), recolocar, revitalizar e reconciliar.

Examinemos o segmento subsequente:

(2)

Boa noite a todos!

Assumo a presidência do Brasil, após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de *retomada* da confiança no Brasil.

A incerteza chegou ao fim.

É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira.

Primeiramente, é o verbo “retomar”, nominalizado e funcionando como predicativo, que sinaliza a ideia de mudança de um estado de incerteza e de desesperança para um estado de retomada da confiança e de esperança. Esta ruptura instalada em relação ao GOVERNO anterior está associada às relações previstas entre os papéis sociais no *frame* GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO, dentre elas, a confiança da sociedade brasileira na Presidência/no presidente da República, que não teria sido alcançada no GOVERNO anterior.

Como assinalam Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2002, p. 334), os atos podem ser avaliados conforme a área de atuação da pessoa, e o papel daquele que argumenta a favor de alguém consiste em criar uma imagem apropriada sobre o julgado. É o que ocorre no discurso pronunciado por Michel Temer, no qual ele encaminha a imagem de si atrelada ao papel de um governante que traria de volta a confiança, mostrando-se como alguém que age de modo compatível ao cargo assumido e lançando sobre a ex-Presidenta Dilma Rousseff todos os pressupostos negativos (GOVERNO de incerteza, que provocou a divisão, e de outros interesses que não os nacionais).

Na seleção “retomada da confiança”, está implicada a ideia de ação contrária, conduzindo à construção positiva da imagem do atual governante em relação ao seu antítipo, a governante anterior. Como ocorre nesse caso, a argumentação pode-se

fundamentar em modelos de conduta e utilizar-se de antimodelos, com a finalidade de estabelecer o afastamento de quem os enuncia quanto às ações performatizadas por seus adversários e que seriam vistas como apresentando um caráter negativo (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, [1958] 2002).

Mais uma vez, recorreremos ao papel dos *frames* na argumentação, neste momento, para o entendimento dos mecanismos de construção desses modelos e suas oposições. O prefixo re- evoca a ideia de ausência da ação indicada, ou ação contrária, por meio do termo a que se junta (*retomar*), estabelecendo seu sentido no encaminhamento textual (a confiança) e no entorno do discurso (posse após *impeachment*). O julgamento do que se diz só pode ser efetivado pela compreensão da relação entre os participantes/elementos do *frame* e certos comportamentos, relação esta já pressuposta no *frame* GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO.

Sendo assim, o apelo ao modelo de governante de um país implica a ativação do *frame* ao qual pertence, permitindo-nos, mais vez, localizar a participação dos *frames* nas práticas argumentativas, como encaminhadores de avaliação via critérios de aceitabilidade e de verossimilhança.

No próximo segmento, analisamos as seleções dos verbos “recolocar” e “retomar”, bem como de “resgatar” (por conta de ele ser utilizado com o sentido preservado de “voltar para algo” e porque sua etimologia mostra sua derivação do latim, composto pelo prefixo *res-* e pelo radical *captare*). Por meio desses verbos, vemos que o foco do discurso continua a ser o processo de “restauração” proposto pelo novo governante, buscando o *frame* GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO” a partir do valor da “restauração”:

(3)

Tenho consciência do tamanho e do peso da responsabilidade que carrego nos ombros. E digo isso porque recebemos o país mergulhado em uma grave crise econômica: são quase 12 milhões de desempregados e mais de R\$ 170 bilhões de déficit nas contas públicas.

Meu compromisso é o de *resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos*.

Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: eficiência administrativa, *retomada do crescimento econômico*, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país.

As formulações que se apresentam nesse segmento (“resgatar a força da economia”, “recolocar o Brasil nos trilhos”, “retomada do crescimento econômico”) estão a serviço da caracterização do homem político que se constrói com mais atributos positivos que

constituem a imagem do governante, elemento que compõe o *frame* central do discurso GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO. Mais especificamente, a seleção verbal “retomar” pode estar ancorada a outras informações, uma vez que o verbo “tomar” pressupõe, no mínimo, dois participantes (quem toma e de quem é tomado) e algo transferido com imposição. Assim sendo, o agente que “retoma” necessita de certas características, entre as quais, a força para trazer de volta o que foi perdido. Mais uma vez, ocorre um reforço da imagem do governante que acabou de tomar o poder como aquele que detém atributos de competência e da força, fundamentais para o *frame* GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO.

Na sequência, nossa atenção volta-se para as formulações “O Minha Casa, Minha Vida foi revitalizado” (4) e “Meu único interesse, e que encaro como questão de honra, é entregar ao meu sucessor um país *reconciliado*, pacificado e em ritmo de crescimento” (5), novamente fortalecendo o enquadre do governante que acaba de assumir como “aquele que dá nova vida a um programa social importante” e aquele que promove “a conciliação”, “a paz”, em contraste com sua antecessora, estabelecendo a relação entre morte (antes) e vida (depois) no que diz respeito a um dos programas mais defendidos pela ex-presidenta Dilma (Minha Casa, Minha Vida), além da situação de desacordo, mais precisamente, de falta de paz:

(4)

O estado brasileiro precisa ser ágil. Precisa apoiar o trabalhador, o empreendedor e o produtor rural. Temos de adotar medidas que melhorem a qualidade dos serviços públicos e agilizem sua estrutura. Já ampliamos os programas sociais. Aumentamos o valor do Bolsa Família. O Minha Casa, Minha Vida foi *revitalizado*. Ainda na área de habitação, dobramos o valor do financiamento para a classe média.

(5)

Presente e futuro nos desafiam. Não podemos olhar para frente, com os olhos do passado. Meu único interesse, e que encaro como questão de honra, é entregar ao meu sucessor um país *reconciliado*, pacificado e em ritmo de crescimento. Um país que dê orgulho aos seus cidadãos.

Em (4), informações acerca do trabalhador são organizadas de modo a evidenciar as medidas que o Estado deve executar a favor da população. Muitos *frames* inter-relacionam-se nesse momento. De fato, o domínio da política promove essas articulações, em razão da diversidade de setores que a ele estão submetidos, e vice-versa. Interessa-nos destacar, em nossa análise, a ativação dos projetos da agenda dos governos anteriores e, em especial, o programa Minha Casa, Minha Vida, indicado como “revitalizado” por Michel Temer que,

lembramos, ocupou a posição interina de presidente da República durante três meses antes de sua posse oficial.

A formulação “O Minha Casa, Minha Vida *foi revitalizado*” provoca o acionamento de conhecimentos sobre o programa social Minha Casa, Minha Vida, construído pelo governo de Dilma Rousseff entre 2010 e 2014. Essa ativação, no entanto, é orientada de forma a desqualificar a maneira como ele estava sendo administrado antes da atuação do então presidente Michel Temer.

A argumentação pode atuar em tipos diferentes de raciocínio em virtude dos novos *frames* que são ativados. Duque (2015, p.31) apresenta as relações imbricadas na ativação dos *frames* MORRER e CICLO DE VIDA:

Dentro do *frame* MORRER, o *frame* CICLO DA VIDA inclui dois *frames* diferentes: CAUSA-EFEITO e TRANSFORMAÇÃO. O *frame* CAUSA-EFEITO inclui os *frames* CAUSA DA MORTE e ORGANISMO. O *frame* MORRER orienta os tipos de conexão entre os *frames* incluídos: o *frame* CAUSA DA MORTE, por exemplo, precisa estar vinculado diretamente ao *frame* TRANSFORMAÇÃO do ORGANISMO (do estado VIVO para o estado MORTO).

Nesse viés, postulamos que a seleção “O Minha Casa, Minha Vida *foi revitalizado*” permite que se ativem os *frames* CAUSA-EFEITO e TRANSFORMAÇÃO, em uma direção inversa a de ciclo de vida (da vida para a morte), posto que o prefixo re- junto a “vitalizar” reforça a noção de “*tornar algo a viver*”, de restituir a vida, promovendo a ideia “da morte para vida”. Esses *frames* podem atuar na argumentação por ocasião do acionamento de mecanismos ligados, em especial, ao *logos*.

Nos *frames* CAUSA-EFEITO e TRANSFORMAÇÃO, as condições de produção do pronunciamento favorecem o reconhecimento do agente causador da morte – ex-presidenta Dilma Rousseff –, permitindo que o procedimento argumentativo do então governante Michel Temer se centralize no princípio de alteridade, apontando para mudanças no interior do *frame* e possibilitando raciocínios de causa e efeito ou, como assinalam Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2002), de tipos de ligação por sucessão, principalmente no que se referem aos que: i) “sendo dado um acontecimento, tendem a descobrir a existência da causa que pôde determiná-lo” (p. 299); ii) “sendo dado um acontecimento, tendem a evidenciar o efeito que dele deve resultar” (p. 300).

Entre os segmentos em que se destaca a perspectiva da mudança pela ideia de trazer de volta um período promissor, o último corresponde à formulação “Meu único interesse, e que encaro como questão de honra, é *entregar* ao meu sucessor *um país reconciliado*, pacificado e

em ritmo de crescimento”. A seleção “entregar um país *reconciliado*”, seguida de “*pacificado*”, consiste de mais uma pista indicativa da estratégia de acusação indireta e a de posicionamento de um olhar específico sobre o governante anterior. Mais do que isso, corresponde à relação de efeito – o momento de desacordo de opiniões no qual vivia o país (e ainda permanecem) – e sua causa – Dilma Rousseff.

Conclusão

A discussão teórica e as análises permitiram-nos entender que a participação de *frames* específicos e de seus elementos parece ser indissociável dos procedimentos argumentativos. Os pilares da argumentação – avaliações, acordos e julgamentos via mecanismos de raciocínio e de emoção – estão ligados a *frames* dos quais fazem parte as referências do discurso, que se tornam suscetíveis de comparação com as expectativas, relativamente estabilizadas em enquadres sociais.

Em específico, a seleção do prefixo *re-*, diante de verbos indicativos de ações executadas por um presidente da República, que também compõem predicativos por meio de processos de nominalização (“retomado, reconciliado”), atua na construção do *frame* GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO a partir da perspectiva avaliativa do novo mandatário, que se volta para as *performances* assumidas como compatíveis para si (modelo) e para, de modo implícito, as *performances* incompatíveis (antimodelo) relacionadas à mandatária anterior, o que explicita a organização argumentativa do pronunciamento em questão.

Um outro aspecto importante de ser retomado diz respeito ao fato de que as relações entre a produção textual-discursiva e a produção de *frames* podem ser mais bem observadas a partir do foco sobre um determinado tipo de ação, no caso ações de “restauração”, tais como as performatizadas no discurso político analisado. Além disso, esse foco propicia não apenas a observação dos modos de construção dos elementos (no caso, o presidente da República e os cidadãos dessa república) que compõem o *frame* (GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO), como também o contínuo entrelaçamento de *frames*: a escolha do verbo “revitalizar”, que indicia uma ação positiva do novo mandatário, elemento do *frame* GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO, mobiliza também os *frames* MORRER e CICLO DA VIDA. Como dissemos, a mobilização desses *frames* reforça a orientação argumentativa do pronunciamento analisado que é a de qualificação positiva do mandatário atual e desqualificação da mandatária anterior.

De forma a produzir uma conclusão provisória sobre as análises aqui desenvolvidas, é importante lembrar que (i) “as significações são relativizadas a cenas, expressando a continuidade básica entre linguagem e experiência” (SALOMÃO, 2009, p. 2); (ii) a

abordagem sociocognitiva assume que “há um continuum dialético entre distintas ‘esferas da realidade’, interação e conceptualização, manifestações linguísticas e estruturas complexas de conhecimento”. (MORATO, 2010, p. 10). Desse modo, podemos afirmar que nossas análises revelam que cenas/enquadres/*frames* cuidadosamente construídos, entrelaçados e perspectivados contribuem para a construção argumentativa do pronunciamento de Temer, buscando não apenas uma adesão momentânea ao dizer do produtor, mas uma sedimentação de visões sobre as práticas políticas brasileiras, visões sempre indiciadoras das lutas pelo sentido social, performatizadas nos textos e nos discursos.

Referências

ADAM, J-M. A análise textual dos Discursos: entre gramáticas de texto e análise do discurso. Conferência realizada em 4 de junho de 2010, durante a Jornada em homenagem a Patrick Charaudeau: A análise do discurso nas ciências da linguagem e da comunicação. Tradução de Michelle Valois e Dóris de Arruda C. da Cunha. **Eutomia**, v. 1, n. 6, p. 1-13, 2010.

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W.U. **Introduction to text linguistics**. London: Longman, 1981.

BENTES, A. C. Linguística Textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 214-245.

BENTES; A. C.; REZENDE, R. C. Texto: conceitos, questões e fronteiras (con)textuais. In: SIGNORINI, I. (Org.). **[Re] Discutir texto, gênero, discurso**. São Paulo: Parábola, 2008. p. 19-46.

BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Orgs.). **Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

DUQUE, P. H. Discurso e cognição: uma abordagem baseada em *frames*. **Revista da Anpoll**, n. 39, p. 25-48, jul./ago. 2015.

FAUCONNIER, G. **Conceptual Integration**. Emergence and Development of Embodied Cognition (EDEC), p.1-7. 2001. Disponível em:
<<https://pdfs.semanticscholar.org/2a69/ee5f268fb86a66f67abdc7c6981ec05f4ef2.pdf>>

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. Conceptual blending, form and meaning. **Recherches en communication**, n. 19, p. 57-86, 2003.

FILLMORE, C. J.; BAKER, C. A frame approach to semantic analysis. In: HEINE, B.; NARROG, H. (Eds.). **The Oxford Handbook of Linguistic Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 313-339.

GEERAERTS, D. **Theories of lexical semantics**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

- HALLIDAY, M.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.
- KOCH, I. V. O texto e a constuição dos sentidos. São Paulo : Contexto, 1997.
- _____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. Uma história, dois campos de estudo, um homenageado... In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Orgs.). **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010. p. 37-48.
- _____. Cognição e processamento textual. **Revista da Anpoll**, n. 2, p. 35-44, 1996.
- KÖVECSES, Z. The effect of context on the use of metaphor in discourse. **Ibérica**, Castelló, n. 17, p.11-24, 2009.
- _____. **Metaphor: a practical introduction**. New York: Oxford University Press. 2002.
- LAKOFF, G. **Don't think of an elephant**. White River Junction: Chelsea Green Publishing, 2004.
- _____. **Metaphors We Live By**. Chicago: Chicago University Press, 1980.
- MARCUSCHI, L.A.; KOCH, I, G.V. Processo de referenciação na produção discursiva. **D.E.L.T.A.**, n. 14, p. 169-190, 1998.
- MARCUSCHI, L.A. **Cognição, linguagens e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007a.
- _____. **Fenômenos da linguagem**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b.
- _____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.
- _____. **Linguística Textual: o que é e como se faz**. São Paulo: Parábola, 2012 [1983].
- MONDADA, L. **Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir**. Lausanne: Thèse pour obtenir le grade de docteur en lettres, Faculté de Lettres, Université de Lausanne, Lausanne, 1994.
- MORATO, E. M. Das relações entre linguagem, cognição e interação – algumas implicações para o campo da saúde. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 16, n. 3, p. 575-590, set./dez., 2016.
- _____. E. M. A noção de *frame* no contexto neurolinguístico: o que ela é capaz de explicar? **Caderno de Letras da UFF**, n. 41, 2010, p. 93-113. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/41/artigo4.pdf>>. Acesso em 14 jul. 2019.

MORATO, E. M.; BENTES, A. C. *Frames em jogo na construção discursiva e interativa da referência*. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 55.1, p.125-137, jan./jun., 2013.

PERELMAN, C. H.; OLBRECHTS-TYTECA, L. (1958). **Tratado da argumentação**. A Nova Retórica. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SALOMÃO, M. *FrameNet Brasil: um trabalho em progresso*. **Calidoscópio** (UNISINOS), v. 7, p. 171-182, 2009.

Recebido em: julho de 2019.

Aprovado em: outubro de 2019.

A ENUNCIÇÃO ENUNCIADA: REFLEXÕES SOBRE O DIÁLOGO ENTRE LINGUÍSTICA DO TEXTO E SEMIOLINGUÍSTICA DO DISCURSO

Aparecida Lino Pauliukonis¹

Beatriz dos Santos Feres²

Lúcia Helena M. Gouvêa³

Patricia Neves Ribeiro⁴

Rosane Santos Monnerat⁵

Resumo: A discussão proposta neste artigo centraliza-se na noção de “enunciação enunciada”, isto é, parte da pressuposição de que a materialidade textual é produzida sob influência tanto do contexto linguístico-discursivo partilhado entre os interagentes, quanto da situação social mais específica em que se engendra a comunicação. Essa noção, explorada pela Teoria Semiolingüística do Discurso, ecoa em diversos parâmetros também defendidos pela Linguística Textual, sobretudo no que concerne à concepção de *texto* como produção discursiva, operada por sujeitos sociais, cuja forma é regida pela intencionalidade desses sujeitos. Levando-se em conta a relação forma-sentido, analisam-se as operações enunciativas – a partir de um *corpus* de textos do gênero “meme” – atinentes a procedimentos descritivos, narrativos e argumentativos, que possibilitam a transposição do *sentido de língua* para o *sentido de discurso*. Considera-se, igualmente, o duplo processo de semiotização do mundo, o qual consiste em transformar *um mundo a significar em um mundo significado* e em fazer desse mundo significado um objeto de troca entre os sujeitos, regidos por um contrato de comunicação. Tais operações – de transformação e de transação – não se restringem aos processos de organização da superfície textual, mas se estendem aos mecanismos de implicação e de produção de variados efeitos de sentido, relacionados ao imaginário sociodiscursivo compartilhado. O processamento da “enunciação enunciada” é demonstrado na análise de três memes extraídos das redes sociais.

Palavras-chave: Enunciação enunciada. Semiotização do mundo. Operações enunciativas. Efeitos de sentido.

Abstract: The discussion proposed in this article focuses on the notion of “enunciated enunciation”, that is, it starts from the assumption that textual materiality is produced under the influence of both the linguistic-discursive context shared by the interacting agents, as well as of the more specific social situation in which communication is engendered. This notion, explored by Semiolingüistic Theory of Discourse, echoes in several parameters also defended by Textual Linguistic, especially on what concerns the conception of text as discursive production – operated by social individuals –, whose form is governed by the intentionality of these individuals. From the form-sense relationship, we analyse the enunciative operations – from a *corpus* of texts of the genre “meme” –, related to descriptive, narrative and argumentative procedures, that allow the transposition of *sense of language* to *sense of discourse*. It is also considered the double process of semiotization of the world, which consists not only in transforming *a world to signify into a meaningful world*, but also in making this world an object of exchange between the individuals, governed by a communication contract.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. aparecidalino@gmail.com

² Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. beatrizferes@id.uff.br

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. lhluar@yahoo.com.br

⁴ Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. patricianeves@id.uff.br

⁵ Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. rosanemonnerat@id.uff.br

Such operations – of transformation and of transaction – are not restricted to the organization processes of textual surface, but extended to the mechanisms of implicit processes and of the production of varied sense effects, related to shared sociodiscursive imaginary. The processing of “enunciated enunciation” is demonstrated in the analysis of three “memes” extracted from social networks.

Keywords: Enunciated enunciation. Semiotization of the world. Enunciative operations. Sense effects.

Introdução

A questão principal discutida neste artigo centraliza-se no conceito de *enunciação enunciada* e parte do pressuposto de que toda materialidade linguística expressa pelos diversos gêneros textuais é determinada pelo contexto sócio-discursivo partilhado pelos inter-agentes e pela situação psico-sócio-histórica em que se engendra o ato de comunicação. Isso significa também dizer que as questões pertinentes ao discurso perpassam por um tratamento interdisciplinar e que o emprego das categorias linguísticas deve ser visto como resultado de práticas sociais relacionadas às condições do ato de enunciação e aos jogos de manipulação de linguagem nas trocas operadas por entidades subjetivas.

Dessa forma, há de se ressaltar que, nos atuais estudos de texto, não se considera essencial a separação entre texto e discurso, antes ambos devem ser tratados como complementares, pois, no dizer de Jean Michel Adam (2008), embora a Linguística do Texto e a Análise do Discurso tenham surgido e se desenvolvido de forma autônoma, atualmente novas bases tornam possível articular uma LTXT desvincilhada das gramáticas textuais e uma AD emancipada da corrente francesa. É possível postular, segundo o Autor, “uma complementaridade das tarefas da LTXT e da AD, definindo-se a primeira como um subdomínio mais vasto das práticas discursivas” (idem, *ibidem* p. 43).

Neste espaço, portanto, o texto será visto como discurso, numa interface entre os postulados básicos da Teoria Semiollingüística do Discurso (CHARAUDEAU, 2008) e certos parâmetros defendidos pela LTXT, sobretudo, no que concerne à enunciação. Há um jogo complexo entre as determinações textuais que regem os encadeamentos de proposições que constituem o Texto – objeto da LTXT – e as “regulações” que as situações interativas impõem aos enunciados – objeto da AD. Dessa forma, a concepção de texto como produção discursiva encontra eco nas duas abordagens, razão pela qual elas serão objeto de reflexão neste artigo.

A partir da relação forma/sentido, proposta pela Semiollingüística, analisam-se o papel das entidades subjetivas e as operações enunciativas que possibilitam a transposição do sentido

de língua para o de discurso. Considera-se o duplo processo de semiotização do “mundo real” – transformação e transação – que permite transmudá-lo para um “mundo significado” ou discursivo; este é tido como “objeto de troca” entre os sujeitos, cujas ações encontram-se regidas por um “contrato” comunicativo. Busca-se analisar a noção de enunciação enunciada, a partir de exemplos de um *corpus* formado por memes. Espera-se demonstrar, pelas análises, que as abordagens da Linguística Textual e da Análise do Discurso dialogam entre si, quando buscam ver o texto como uma convergência de vários fatores linguísticos e contextuais.

Veja-se, a seguir, o conceito de enunciação e sua pertinência ao tema aqui tratado.

Que é enunciação?

A enunciação, no sentido amplo, é o processo por meio do qual o sujeito falante *encena o seu dizer* – no sentido teatral do termo –, e isso se faz em função de diversos fatores a serem levados em consideração: a *situação de comunicação* em que os sujeitos se encontram e à qual se submetem e, nesse caso, envolve todo o entorno contextual; a *imagem* que o Eu faz de seu interlocutor para calcular os efeitos que quer nele produzir e a imagem (*ethos*) que projeta de si mesmo pelo próprio discurso; há ainda o *universo de saber* que presume compartilhar com seu interlocutor e o que pretende construir a partir desse universo.

Não se deve, porém, confundir situação de comunicação ou o dispositivo comunicacional com a situação de enunciação. A situação de comunicação fornece instruções ao sujeito falante de como se comportar linguisticamente e corresponde, de modo geral, ao aparelho formal da enunciação proposto por Benveniste (1966). A situação de enunciação é o resultado da forma como o sujeito utiliza essas informações para colocá-las em cena, o que vai produzir efeitos de sentido dela decorrentes. Isso constitui o modo enunciativo de organização do discurso, proposto por Charaudeau (2008).

Para ilustrar o processo, pense-se em uma situação de comunicação, por meio de textos jornalísticos noticiosos, em que predomine um modo imparcial de organizar o discurso. Os gêneros notícia e reportagem objetivam focalizar os fatos em si mesmos, relatar de forma isenta e, para tanto, perseguem o ideal de neutralidade e de objetividade, para garantir maior credibilidade ao fato narrado; por isso, evitam-se os processos avaliativos, que caracterizam a presença de uma instância subjetiva. Por outro lado, sabe-se que qualquer discurso não pode prescindir da figura do enunciador, o que torna o conceito da imparcialidade um “mito”, e tal processo pode ser comprovado pela presença de inúmeros índices de subjetividade que “denunciam” o enunciador em textos cuja enunciação busca passar a impressão de

imparcialidade. O que se tem, quando muito, é uma situação de enunciação em que o enunciador comporta-se como um “relator” – indiferente – que tenta parafrasear o que *o Outro disse e da forma como disse*. O reconhecimento dessas estratégias constitui, portanto, mais uma prova da importância dos estudos da Enunciação para o processo de análise e interpretação dos discursos e dos efeitos de sentido enunciado.

O conceito de enunciação tem sofrido modificações ao longo de seu desenvolvimento, paralelamente ao abandono do postulado da “imanência”, ou o estudo da língua em si mesma, para enfoques do código em funcionamento e da aceitação, cada vez maior, do extralinguístico.

Histórico da enunciação

Tomado, a princípio, como um termo central em filosofia, a partir das ideias de Charles Bally (1951), o termo *enunciação* tornou-se recorrente quando relacionado a análises linguísticas, a ponto de se tornar hoje ponto central nas discussões sobre a relação entre a linguagem e o mundo.

Mikhail Bakhtin (1929/1979) considerou central para suas investigações o conceito da *dinamicidade da linguagem* e a *natureza social do processo enunciativo*, ou seja, a língua deve ser vista em situações concretas entre interlocutores. Segundo o autor, o discurso apresenta possibilidades de orientação do emissor, ora para o interlocutor, ora para os contextos e as interrelações com outras enunciações. Para Bakhtin, portanto, todo enunciado é constituído por uma pluralidade de vozes, em que forças de centralização e expansão garantem a dinamicidade dos sentidos pela interceptação das várias vozes sociais.

Jakobson (1963), também considerado precursor das questões ligadas à enunciação, ao propor sua teoria sobre as *funções da linguagem* e sobre os “*shifters*”, define-a como o próprio evento discursivo ou a atividade pela qual se manifesta a presença codificada do falante naquilo que é falado. A teoria das funções da linguagem pressupõe um sujeito na atividade de fala e a total implicação entre o que ele fala e o que é falado por ele.

Para Greimas (1975), é a instância linguística que permite a passagem da organização virtual do discurso à sua realização. Ele parte da descrição da produção e da compreensão dos discursos e concebe a construção do sentido como o percurso gerador que vai do mais abstrato ao mais concreto, tendo como resultado as estruturas fundamentais, a narrativa e a discursiva.

Benveniste (1966) foi fundamental ao postular o *aparelho formal da enunciação* e ao enfatizar a presença do Eu e a intersubjetividade. Embora sua definição priorizasse o polo do enunciador, não se pode ignorar que toda a enunciação é uma coenunciação, ou que nela existe sempre a relação “Eu/Tu”, ou uma acomodação intersubjetiva.

Já Ducrot (1984), ao construir uma teoria do sentido, descreve a enunciação como o evento constituído pelo aparecimento do enunciado, mas considera-o independentemente de uma autoria. Para ele o indivíduo que produz o enunciado não é necessariamente a instância que o toma como de sua responsabilidade, instituindo-se, portanto, uma polifonia de vozes enunciativas; assim, retoma o conceito de Bakhtin, mas o reformula, numa perspectiva argumentativa.

Kerbrat-Orecchioni (1980) analisa a ambiguidade do termo *enunciação* que, segundo ela, já sofreu alguns “deslizamentos” semânticos, o que a faz considerá-la sob duas concepções: enquanto a primeira, a restrita, repousa em procedimentos linguísticos, como dêiticos modalizadores e termos avaliativos, por meio dos quais o enunciador imprime sua marca no enunciado, a segunda, a estendida, descreve a relação entre o enunciado e os diferentes elementos discursivos pertinentes a todo o quadro enunciativo.

Na perspectiva da AD francesa, o foco sobre a enunciação aparece em 1969, na Revista *Langages*, n. 13, na qual Dubois a consagrou em um artigo relativo a *enunciado* e *enunciação*, mas algumas concepções estruturalistas continuaram dominando por algum tempo e impediram o avanço de análises enunciativas.

Por sua vez, Charaudeau (1983; 2008), em uma perspectiva mais interativo-comunicacional, defende que o sentido não preexiste ao evento enunciativo, mas é constituído durante sua realização. Assim, ele define os componentes do dispositivo do ato de comunicação, englobando, no modo enunciativo, tanto a situação de comunicação, como os interagentes do processo, os modos de organização do discurso, os elementos linguísticos e o próprio texto. As entidades subjetivas têm consciência das restrições impostas pelo sistema e da margem de manobra que lhes apresenta a situação de comunicação. Desse modo, servem-se de categorias da língua para a semiotização do mundo e para compor o texto, nos modos de organização do discurso, que são dispositivos para o ato de transformação e de expressão da língua em discurso.

Dessa forma, o texto configura-se como resultado de uma *mise-en-scène* de linguagem, produzida por sujeitos em situação de interação social, que vai determinar as condições de produção e de compreensão dos diversos atos de comunicação, regidos por contratos específicos.

Numa visão do texto como discurso, parte-se aqui dos postulados da Teoria Semiolingüística, que estabelece a interrelação forma/sentido, considerando, de um lado, a materialidade lingüística como resultado de uma operação discursiva estratégica e, de outro, a construção dos sentidos como um processo que não se dá no nível do enunciado, mas sim no da enunciação, a qual imprime nele suas marcas.

Nesse processo de construção discursiva, destaca-se o modo de organização do discurso *enunciativo*, como o processo regulador em que o enunciador se posiciona em função do que ele constrói, ou seja, procede à avaliação da matéria linguística elaborada. Tal processo corresponde à modalização em sentido amplo, que visa a uma explicação do papel do enunciador, situando-o em relação a si próprio, a seu papel como produtor de sentido e a seu poder de influência sobre o interlocutor. Esse conceito fica mais claro quando tratado em uma teoria dos sujeitos, como o que foi proposto pela Semiologia. Veja-se a seguir.

Uma teoria dos sujeitos

Quando se pensa em *enunciação enunciada*, reúnem-se conceitos que, nessa condição, tornam-se inseparáveis: materialidade linguística, contexto linguístico, situação de comunicação.

A *materialidade linguística* corresponde à língua natural, que, ao ser incorporada por um indivíduo, transforma-se em sons ou em sinais gráficos ordenados e regulados por regras de uma gramática. O *contexto linguístico* é tido como uma materialidade textual em que os sintagmas, reunidos, passam a construir determinados sentidos. A *situação de comunicação* remete a um lugar real e a um momento específico em que se encontram certos indivíduos pertencentes a um grupo social. Esses indivíduos, munidos de suas experiências, conhecimento de mundo e certas intenções, interagem por intermédio do discurso.

O *fenômeno da enunciação*, assim, só se realiza com a concorrência desses fatores. Dentre eles, destaca-se, especialmente, a participação de dois ou mais indivíduos, na medida em que a enunciação constitui um dado momento histórico em que os falantes produzem enunciados. Esses dois ou mais seres sociais remetem a uma teoria dos sujeitos, especificamente aqui, à Teoria dos Sujeitos na Linguagem, de Patrick Charaudeau (2008).

É importante assinalar, entretanto, que o termo *sujeito*, antes do surgimento da Teoria da Enunciação, proposta por Benveniste, correspondia a uma dimensão apenas gramatical. Tanto para as teorias estruturalistas quanto para a teoria gerativa de Chomsky, o ato de linguagem se realizava a partir de um locutor-ouvinte-ideal, por meio de um processo simétrico entre um codificador e um decodificador. Jakobson (1963), por seu turno, propõe os conceitos de *emissor* e *receptor* associados, respectivamente, às funções *emotiva* e *conativa* da linguagem. Os dois conceitos constituem entidades estagnadas, restringindo-se, a primeira, a transmitir uma mensagem, e, a segunda, a receber a mensagem. Tratava-se de uma perspectiva que, embora registrasse a alteridade no evento linguístico, não considerava o processo de interação como um ato de construção em conjunto, intermediado pela língua.

Foi, então, com Benveniste (1966), que as pesquisas tomaram um novo rumo. O linguista entendeu que o falante se colocava como sujeito na linguagem e que o componente subjetivo a comandava. A enunciação, assim, passou a ocupar uma posição de maior destaque do que o enunciado, e foram dados os primeiros passos para novos estudos apoiados na oposição Eu/Tu. Para ele, a classe pronominal se dividia em dois grupos, isto é, em *pronomes da pessoa* – 1ª e 2ª: eu, tu, você; nós, vós, vocês – e em *pronomes da não pessoa* – 3ª: ele(s), ela(s). Os pronomes do primeiro grupo correspondiam aos sujeitos interlocutores; os do segundo diziam respeito aos referentes, aos seres extralinguísticos.

A partir dessa segmentação, passou-se a observar que Eu e Tu somente constituíam sentido, considerando-se a enunciação: em um dado lugar e em um dado momento, um falante, utilizando-se da língua, institui-se como Eu e institui o outro como Tu, e ambos se alternam nessas posições. Dessa forma, imagine-se a seguinte situação: seis amigas combinaram de se encontrar na biblioteca da Universidade, e uma delas chegou uma hora mais cedo. Como se cansou de esperar, deixou um bilhete sobre a mesa, com a mensagem “Eu estive aqui. Não apareceu ninguém; fui-me embora.” As duas primeiras que chegaram ao local na hora marcada, naquele momento, não souberam quem havia estado lá com tanto tempo de antecedência. A quem corresponderia o pronome Eu? Isso significa que Eu só pode ser identificado a partir da enunciação.

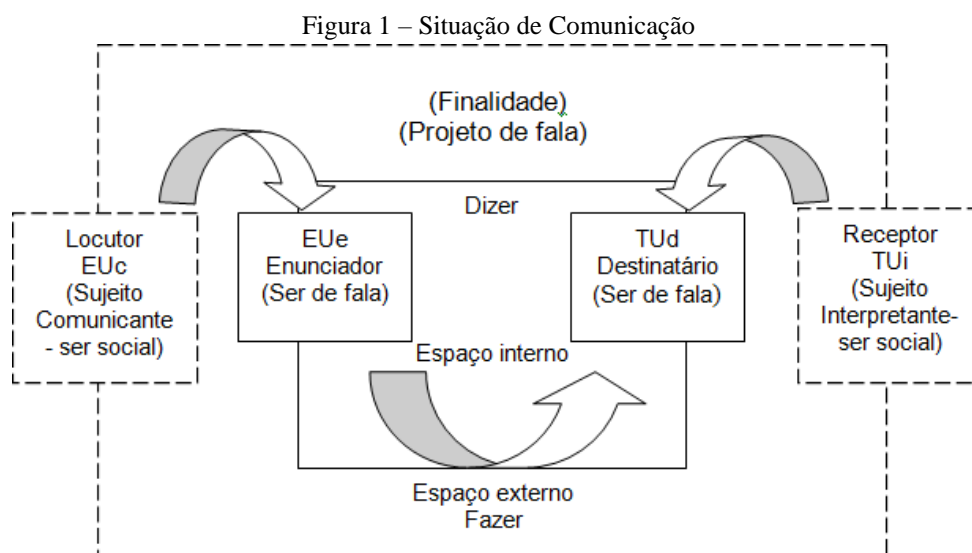
Depois de Benveniste, os sujeitos da linguagem, paulatinamente, passaram a ocupar o centro das teorias linguísticas. No que concerne à Teoria dos Sujeitos na Linguagem, de Patrick Charaudeau (op. cit), o linguista diz que não concebe um objeto de linguagem sem levar em conta sua dimensão psicossocial, suas condições de produção. Segundo ele, por mais bem elaborada que seja uma sintaxe, ela não dará conta das expectativas psicossociais geradas na realização de um ato de linguagem. Pensando dessa forma, ele propõe, no interior de sua Teoria de Análise do Discurso, uma definição dos sujeitos do ato de linguagem.

Para chegar a uma teoria dos sujeitos, Charaudeau levanta três hipóteses. Consoante à *primeira*, o *ato de linguagem* se constitui de dois circuitos indissociáveis: um externo e um interno. O *circuito externo* corresponde à instância situacional, é o lugar do *fazer*, ocupado pelos responsáveis pelo ato. O *circuito interno* concerne à instância discursiva, é o lugar do *dizer*, o qual se caracteriza como uma encenação de que tomam parte os seres da palavra.

De acordo com a *segunda* hipótese, o *ato de linguagem* tem sempre uma significação e pode ser visto como uma interação de intencionalidades. Para que as intenções tenham sucesso, a encenação do *dizer* necessitará de um conjunto de estratégias que levará em conta as determinações do quadro situacional. A *terceira* diz que o *ato de linguagem* não é

completamente consciente e que depende de um determinado número de rituais sociolinguageiros. Isso se deve ao fato de que ele é o resultado da ação de seres psicossociais que vivenciam e identificam as práticas sociais da comunidade a que pertencem.

Como resultado dessas três hipóteses, surge o quadro teórico do linguista, que pode ser representado pela seguinte imagem:



Observando-se o quadro, deve-se, em primeiro lugar, situar o termo *sujeito*, que, em sentido amplo, é definido por Charaudeau como

[...] um lugar de produção da significação linguageira, para o qual essa significação retorna a fim de constituí-lo. O sujeito não é, pois, nem um indivíduo preciso, nem um ser coletivo particular: trata-se de uma abstração, sede da produção/interpretação da significação, especificada de acordo com os lugares que ele ocupa no ato linguageiro (CHARAUDEAU, 2001, p. 30).

Do ponto de vista de uma *teoria dos sujeitos* e sob a tutela da Semiolinguística do Discurso, encontram-se quatro sujeitos, diferentemente da proposta de Benveniste. São eles o *sujeito comunicante*, o *interpretante*, o *enunciador* e o *destinatário*. Esses quatro sujeitos são distribuídos em dois grupos: o dos *parceiros* e o dos *protagonistas* da interação linguageira.

Os *parceiros* – constituintes do primeiro grupo – podem ser entendidos como pessoas integradas numa relação recíproca, cada uma reconhecendo a outra como digna da relação em que se encontram. Formam, os parceiros, o *sujeito comunicante* (EUC) e o *sujeito interpretante* (TUI), ambos comprometidos em uma relação contratual cujo desafio é saber se o ato de linguagem terá ou não sucesso.

A existência da parceria, por seu turno, depende de os parceiros se reconhecerem dentro dos estatutos que eles visualizam. Assim, considerando-se um encontro entre parceiros numa festa, os estatutos serão determinados não por categorias hierarquizadas, como as profissionais, por exemplo, mas pela competência de cada um no que diz respeito ao tema de que a conversa trata – esporte, turismo, política *etc.* Isso significa que a relação contratual será estabelecida por *componentes* mais ou menos objetivos, cuja pertinência dependerá das expectativas em torno do ato linguageiro.

Esses *componentes* são o *comunicacional*, o *psicossocial* e o *intencional*. O *comunicacional* diz respeito ao quadro físico em que os parceiros se encontram, isto é, se eles estão presentes, se são únicos ou vários, se o canal utilizado é oral ou gráfico. O *psicossocial* está relacionado às características que um identifica no outro, como a idade, o sexo, a categoria socioprofissional *etc.* O *intencional* corresponde a um conhecimento prévio que os parceiros possam ter um do outro, recorrendo a saberes hipoteticamente partilhados. Esse *componente* se sustenta nas seguintes indagações: “O que está sendo colocado em questão, (...)? De que maneira isso está sendo veiculado, ou qual será a intenção estratégica de manipulação?” (CHARAUDEAU, 2001, p. 31).

O parceiro, *Sujeito comunicante* (EUC), é o responsável pelo processo de produção. Apoiando-se, sobretudo, no *componente intencional* – por meio do qual ele constrói hipóteses sobre o sujeito interpretante (TUi) –, mas também na percepção que tem do ritual linguageiro em que está inserido, ele encena o ato de *dizer*. Tem-se, nesse ponto, a atividade de fala do EUC, atividade cujo resultado se baseia nas estratégias discursivas que podem produzir determinados efeitos de discurso.

O parceiro, *Sujeito interpretante* (TUi), é o responsável pelo processo de interpretação. Fundamentando-se não só nos mesmos três *componentes* – por intermédio dos quais é levado a elaborar hipóteses sobre o EUC –, mas também na percepção do ritual linguageiro, ele forma uma interpretação, silenciosa ou expressa por alguma interação, sobre o EUC.

Vale destacar que as atividades do EUC e do TUi não são simétricas. O resultado do processo de produção pode ser identificado por meio das características da encenação do dizer registradas no texto. Já o resultado do processo de interpretação pode ser apreendido ou pelo texto de interação, isto é, pela reação do TUi diante do que diz o EUC, ou pela indagação feita pelo EUC sobre o que entendeu o TUi.

Quanto aos *protagonistas*, estes constituem o segundo grupo em que os sujeitos são distribuídos. São dois os protagonistas na interação linguageira: o *sujeito enunciador* (EUE) e o *sujeito destinatário* (TUD). Ambos correspondem aos seres de fala da encenação do dizer,

encenação essa produzida pelo EUC e interpretada pelo TUi. Esses seres de fala apresentam diferentes comportamentos, levando em conta os papéis que os parceiros do ato de fala lhes atribuem a partir da relação contratual.

No que diz respeito ao funcionamento do ato de comunicação determinado pela relação contratual e a partir da atuação dos quatro sujeitos, observem-se as situações concretas em que algumas encenações languageiras se realizam.

O televisor de uma senhora apresentou defeito, e ela chamou um técnico. Este, depois de examinar o aparelho, disse que o conserto sairia muito caro e que valeria a pena comprar um novo. Aconselhou, à senhora, porém, que, se ela comprasse, optasse pela garantia estendida. A senhora chegou à loja e, depois de olhar os vários modelos, ligou para o técnico para lhe pedir uma orientação quanto à escolha. O técnico a orientou, mas repetiu que ela não deixasse de fazer a garantia estendida.

Considerando-se algumas possíveis respostas da senhora, ao técnico, uma primeira encenação corresponde à circunstância em que EUC (a senhora) tem a intenção de fazer a garantia. Assim, EUE (sujeito do dizer) diz que vai fazer, e TUD (sujeito ouvinte) acredita na promessa. TUi (o técnico) também acredita e entende que o efeito de seu conselho dado anteriormente (quando este ocupava a posição de EUC) fora alcançado, isto é, o objetivo de convencer a senhora a fazer o seguro realizara-se, e ele ficou bastante satisfeito.

Uma segunda encenação equivale à situação em que EUC (a senhora) não pretende fazer a garantia, mas EUE (sujeito do dizer) diz que fará (a senhora – EUC – não quer ser indelicada com o técnico), e TUD (sujeito ouvinte) crê na promessa. Ainda que TUi (o técnico) também acredite no ato prometido, o efeito que este queria produzir não se realiza. Vale dizer, o desejo do técnico (quando este estava na posição de EUC) em convencer a cliente não se concretiza, mas ele ficará contente, porque, para ele, ela seguiu seu conselho.

Uma terceira possibilidade de encenação ocorre quando EUC (a senhora) não quer fazer a garantia estendida, mas, para não desagradar o técnico (TUi), EUE (a senhora) diz, sem muita convicção, que fará. TUD (sujeito ouvinte) crê na promessa (para que TUi não seja desagradável), mas TUi (o técnico) percebe a falta de convicção da senhora e não crê nas palavras de EUE (sujeito do dizer). Neste caso, o efeito de convencimento que o técnico (na posição de EUC) pretendia provocar não foi alcançado, ou seja, a senhora não contratou o seguro, e ele, diferentemente da segunda encenação, lamentou.

Existem outras possibilidades de encenação, mas o objetivo aqui é mostrar que a interação languageira não se restringe à atuação de um emissor e um receptor. Trata-se de um processo bastante complexo, já que o “jogo” envolve quatro sujeitos e não dois. Acrescente-se

que, para que a interação se dê, é necessário que os dois parceiros (EUc e TUi) tenham uma relação contratual, e que ambos admitam a possibilidade de um *poder fazer*.

Enunciação enunciada

A relação contratual se efetua por meio do balanceamento de restrições e de estratégias – consensualmente admitidas pelos sujeitos interagentes – as quais sancionam o *poder fazer*. Isso significa que determinado contrato de comunicação pressupõe determinada situação comunicativa e, nessas circunstâncias, haverá liberdades e restrições relativas à língua em si (morfossintaxe, ortografia, vocabulário *etc*) e ao comportamento linguístico (a quem se dirigir, como e quando fazê-lo *etc*). Pode-se dizer, por conseguinte, que um ato de linguagem parte da intencionalidade dos sujeitos falantes e depende da identidade desses parceiros.

Segundo a Teoria Semiolingüística, o ato de linguagem é definido como um evento de produção e interpretação, por isso está estritamente relacionado à atuação dos sujeitos envolvidos. Sua significação depende das expectativas e saberes próprios dos sujeitos, o que configura cada ato de linguagem como particular. Nesse sentido, Charaudeau (2008, p. 33) afirma que o signo linguístico não tem autonomia em termos de sentido. Ele ganha significação em cada ato de linguagem específico, de acordo com as expectativas particulares dos sujeitos participantes.

Essa especificidade de cada ato de linguagem se explica pelo fato de que os sujeitos interpretantes criam hipóteses para as circunstâncias languageiras. Segundo o autor:

[...] para o sujeito interpretante, interpretar é criar hipóteses sobre (i) o saber do sujeito enunciador; (ii) sobre seus pontos de vista em relação aos seus enunciados; (iii) e também sobre seus pontos de vista em relação ao seu sujeito destinatário, lembrando que toda interpretação é uma suposição de intenção. (*op. cit.*, p. 31).

Para proceder à interpretação, não é suficiente ater-se ao conteúdo, ou aos sujeitos, somente, mas também atentar aos meios, pois, se o aspecto linguístico (modalização, escolha lexical *etc.*) interfere na transmissão da informação, os meios discursivos interferem na própria construção dos sentidos, já que são diretamente ligados à intenção do falante. Por outro lado, pode-se dizer que um texto é portador de sentido, mesmo considerado à parte das suas condições de produção. Trata-se, no entanto, de um sentido aberto e transparente. Já o texto considerado sob certas circunstâncias apresenta sentidos organizados e filtrados pelo projeto de fala do sujeito que o produziu (CHARAUDEAU, 1995).

Os sujeitos do ato de comunicação envolvem-se nesse processo de construção do sentido. O *sujeito comunicante* – agora considerado *enunciador* – deve atuar de forma a reunir palavras segundo seus significados e suas regras de combinação, em um movimento centrípeto, para constituir um sentido textual que se pode denominar *literal*, um *sentido de língua* (medido segundo critérios de *coesão*). A seguir, e tomando por base a própria *intenção* quanto ao texto, promove um *deslizamento de sentido*, em um movimento centrífugo, para alcançar um *sentido de discurso* (medido segundo critérios de *coerência*).

Por outro lado, o *sujeito interpretante* – agora considerado *destinatário* – precisa realizar o caminho inverso: partir das palavras dadas e reconhecer-lhes as instruções de sentido, em um cálculo de probabilidade – tarefa denominada *compreensão*⁶.

Em seguida, deverá reconstruir um sentido indireto, implícito, em um cálculo de plausibilidade, por ter em conta outros textos que circulam na sociedade. Essa é uma operação de ordem inferencial, que permite reconstruir o sentido de discurso – tarefa denominada *interpretação*. Ambos os sujeitos atuam, de modo que o processo de comunicação não é um construto individual, mas um ato de co-construção do sentido.

Destaca-se, por conseguinte, que, em uma análise semiolinguística, “sentido de língua” não é o mesmo que “sentido de discurso”, assim como “compreender” não é o mesmo que “interpretar”. O “sentido de língua” constrói uma visão simbolizada e essencialmente referencial do mundo; o “de discurso”, por sua vez, contribui com uma proposição de sentido, uma espécie de sentido potencial, o qual será articulado a partir da relação com outros signos e com a própria situação contratual. O ato de “compreender”, portanto, situa-se em um primeiro patamar – o da simples decodificação referencial das palavras, ao passo que o “ato de interpretar” ultrapassa essa etapa inicial e se projeta para o domínio das inferências, intertextualidades e da situação contratual.

Dessa forma, observam-se variáveis que contribuem para a construção do sentido de um texto. O caminho percorrido pelo sujeito, na tentativa de interpretar um texto, envolve, assim, vários aspectos, dentre os quais emerge uma constatação fundamental: busca-se, nos enunciados, um sentido que não se restringe ao significado dos vocábulos ou das combinações entre eles, mas, principalmente, o sentido *comunicativo e social*. Por consequência, vê-se que o destinatário procede, inicialmente, a uma compreensão do sentido linguístico e, posteriormente, a uma interpretação do sentido discursivo.

⁶ O termo *compreensão* pode ser tomado em sentido *lato* – “significando o conjunto do processo cognitivo ao qual se entrega o sujeito que se acha face a um texto” – ou em sentido *stricto* – significando parte desse processo: “consiste em reconhecer, apenas, o sentido de língua” (CHARAUDEAU, 2008).

Para exemplificar esse processo de construção de sentido, veja-se o seguinte texto, extraído do “Museu de Memes” da UFF.

Figura 2



Fonte: www.museudememes.com.br/sermons/japones-da-federal/.

Acesso em: 04 ago. 2019.

Um primeiro olhar para esse texto verbo-visual remete a um singelo anúncio de um determinado chocolate: “Chocolate surpresa”, que pode se transformar em “A novidade das suas manhãs”. Nesse patamar, lidamos com o conteúdo referencial das palavras (*sentido de língua*), que permite a simples *compreensão* delas. Mas isso não é suficiente para que alcancemos a intencionalidade do produtor da mensagem. Um olhar mais aguçado revelará pistas, indícios, relacionados ao nosso conhecimento de mundo, que nos levam a outro patamar (*sentido de discurso*): reconhecemos o japonês da Polícia Federal, que sempre participava dos mandados judiciais de busca e apreensão na casa de envolvidos em processos da Operação Lava-Jato; a palavra “surpresa”, que, à primeira vista, remete apenas ao nome do chocolate (até pela similaridade visual com os da tradicional marca Nestlé), ganha novo significado, neste contexto, pois é bem cedo, de manhãzinha, que as buscas policiais surpreendem os envolvidos. O logo do PT, à direita, complementa o processo de construção de sentido, pelas inferências que sugere. A partir daí, chega-se à *interpretação* da mensagem, sobrepondo-se ao sentido de língua o sentido de discurso.

Charaudeau (2005) chama *semiotização do mundo* ao processo de construção do sentido, considerado a partir de aspectos psicossociais e linguageiros. A *semiotização* leva em conta a ocorrência de dois processos: o primeiro seria a tomada do mundo real e a sua *transformação* em um mundo representado, por parte do sujeito falante, e o segundo seria a *transação*, por parte do destinatário, o qual tomaria esse mundo, já significado, e o converteria em “objeto de troca”. O *processo de transformação* compõe-se de quatro operações: *identificação, qualificação, ação e causação*.

Na *identificação*, o sujeito apreende os seres do mundo, conceitua-os e os transforma em *identidades nominais* para, assim, poder falar sobre eles; na *qualificação*, os seres do mundo

são transformados em *identidades descritivas* em decorrência de uma operação que os qualifica em função de suas especificidades; na *ação*, os seres do mundo são transformados em *identidades narrativas*, pois é necessário descrever as ações nas quais se envolvem e, finalmente, na *causação*, os seres agem ou sofrem ações determinadas por diversas causas, portanto, é preciso explicitar essas relações de causalidade para entender a sucessão de fatos do mundo.

O *processo de transação* também obedece a quatro princípios: o de *alteridade*, o de *pertinência*, o de *influência* e o de *regulação*. O princípio de *alteridade* pressupõe a existência de um sujeito produtor e de um sujeito receptor do ato de linguagem e responde pela característica contratual de todo ato de comunicação, uma vez que, para que se realize, é imprescindível que haja uma interação entre dois parceiros que se reconheçam como tais. O princípio de *pertinência* vincula-se ao conjunto dos saberes implicados no ato de linguagem e determina que todos os atos de linguagem sejam apropriados ao seu contexto e finalidade.

O princípio de *influência* e o de *regulação* estão intimamente relacionados. O primeiro aponta para o fato de que todo ato de linguagem apoia-se em uma finalidade, em uma dada intencionalidade, que se configura pelo desejo de persuadir o outro a compartilhar tal projeto de fala. O segundo caracteriza a possibilidade de uma contra-influência por parte dos parceiros envolvidos na troca comunicativa, correspondendo a um conjunto de estratégias que assegura as condições mínimas para que a interação se mantenha e não se desfaça abruptamente.

Ainda que constituídos por princípios diferentes, os dois processos são solidários um ao outro e se realizam em conjunto. Pode-se afirmar, entretanto, que há certa subordinação das operações de *transformação* aos princípios do processo de *transação*, já que são estes que orientam o propósito comunicativo e o sentido daquelas. Há uma *liberdade vigiada* no processo de transação, que regula as operações do processo de transformação, de modo que elas não são feitas livremente. Isso porque o processo de transação é o responsável por conferir uma orientação comunicativa, ou seja, um sentido, às operações do processo de transformação.

Os modos de organização do discurso

A materialidade do texto, portanto, submete-se a várias coerções impostas pelo contrato comunicativo no qual está imersa. Não se pode dizer qualquer coisa de qualquer modo: é sempre necessário saber *como* dizer não só para comunicar com clareza uma ideia, mas também para provocar no interlocutor a reação prevista pelo produtor. Se há um vasto repertório lexical e estrutural que dá corpo ao processo de *transformação*, há também certos procedimentos que

devem se ajustar a uma intencionalidade pressuposta e aos meios de expressão disseminados socialmente para fazer valer o processo de *transação* entre os sujeitos.

Segundo Charaudeau (2008), esses procedimentos podem ser agrupados em quatro *modos de organização do discurso*, cada um com uma função de base específica e filiado a princípios de organização: o enunciativo, que posiciona o locutor em relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros (e que comanda os outros modos, não podendo se dissociar deles); o descritivo, que identifica e qualifica os seres; o narrativo, que constrói a sucessão das ações de uma história no tempo; e o argumentativo, que expõe e prova causalidades, numa visada racionalizante, para influenciar o interlocutor. Esses modos encontram-se misturados nos atos comunicativos em geral, embora o enunciativo esteja sempre presente e um dos demais (descritivo, narrativo e argumentativo) possa prevalecer sobre os outros.

No *modo de organização enunciativo*, observa-se como são apresentados os protagonistas do ato de fala, isto é, *os seres de fala*, inscritos no enunciado por meio da construção do *aparelho enunciativo*. O modo enunciativo deve ser visto como uma *categoria de discurso* “que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2008, p. 81). É por meio dos recursos do modo enunciativo que o interlocutor percebe como o produtor se posiciona, ou se está implicado no ato. Quando o sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo, diz-se que adotou um comportamento *elocutivo*; quando impõe ao interlocutor uma reação, o comportamento é visto como *alocutivo* e quando o produtor age apenas como testemunha, apagando-se do seu ato de enunciação e não implicando o interlocutor, o comportamento é tomado como *delocutivo*. Em certa medida, o modo enunciativo engloba e amplia aquilo que já descrevera Benveniste, revelando o posicionamento mais subjetivo do locutor (1ª pessoa, engajando o locutor naquilo que diz, na *elocução*), mais objetivo (3ª pessoa, designando os *referentes*, na *delocução*), ou ainda injuntivo (2ª pessoa, implicando o interlocutor, na *alocução*). Para além do sistema pronominal, há itens linguísticos favoráveis para a expressão do posicionamento do locutor na enunciação, constituindo o “aparelho formal da enunciação”: são, por exemplo, as formas lexicais e sintáticas da interrogação, o imperativo, o vocativo, os modos verbais, os advérbios.

Ainda retomando Benveniste, a subjetividade e a objetividade na linguagem também se revelam no emprego dos tempos verbais, que caracterizam dois planos de enunciação: o *discurso* e a *história*. No *plano do discurso*, o tempo característico é o presente, utilizado pelo indivíduo que se “apropria” da língua, instaurando-se como “eu” em relação a um “tu”, “aqui” e “agora”. A partir desse presente ligado à enunciação, refere-se a um futuro e a um passado. Já no *plano da história*, há o relato de eventos passados, sem necessariamente o envolvimento

do locutor, em que predominam os tempos do pretérito perfeito, mais-que-perfeito e o futuro do pretérito, e os pronomes de não-pessoa. Esses são aspectos que comprovam a relação inextricável entre forma e sentido, ou, em outras palavras, o valor discursivo impregnado nas formas linguísticas quando *enunciadas*.

Em relação aos tempos verbais, a Semiolinguística mostra que, nos modos de organização do discurso próprios da *encenação discursiva*, há uma recorrência de emprego que os caracteriza: nos modos descritivo e argumentativo, há predominância do emprego do tempo presente; já no modo narrativo, do passado. O modo descritivo apresenta o mundo em perspectiva, orientado por uma “subjetividade partilhada”. Não há compromisso com a sucessão dos fatos – como no narrativo –, então descrever é uma atitude “atemporal”, marcada por um tempo presente que pode expressar uma “verdade permanente”. O modo descritivo se volta para a nomeação, qualificação e localização dos seres do mundo, ou ainda para a exposição de noções e definições. Já o modo narrativo e o argumentativo, cujas finalidades precípua são *contar ações sucessivas encadeadas progressivamente e expressar uma convicção ou uma explicação para persuadir o interlocutor*, respectivamente, só têm sentido em função do descritivo com o qual se combinam.

Descrever é um dos procedimentos utilizados na *mise-en-scène* discursiva e, embora distinto, se combina com narrar e argumentar: “consiste em ver o mundo com um ‘olhar parado’ que faz existir os seres ao nomeá-los, localizá-los e atribuir-lhes qualidades que os singularizam” (CHARAUDEAU, 2008, p. 111). Na encenação descritiva, o sujeito falante se torna um descritor, que pode intervir de maneira explícita ou não e planejar efeitos. Nomear e qualificar são componentes autônomos e indissociáveis do modo de organização descritivo. Nomear é dar existência a um ser por meio da percepção de uma diferença na continuidade do universo e, simultaneamente, por meio da relação dessa diferença a uma semelhança, constituindo o princípio da classificação, sob a responsabilidade de um sujeito que constrói e estrutura a visão do mundo. Em outras palavras, nomear “é o resultado de uma operação que consiste em fazer existir seres significantes no mundo, ao classificá-los” (CHARAUDEAU, 2008, p. 112). A identificação dos seres do mundo ocorre de acordo com códigos sociais e pode ser coagida pela finalidade das situações de comunicação nas quais se inscreve, e é relativizada por decisão do sujeito descritor.

Já para qualificar, os adjetivos, semanticamente dependentes dos nomes, descrevem características particularizantes, as *qualidades* (que podem ser essenciais ou acidentais, subjetivas ou objetivas) representam substâncias semânticas e criam subconjuntos de seres (“filme *romântico*”). A estruturação semântica das propriedades é mais aberta e mais

dependente das apreciações dos sujeitos do que a dos nomes, o que dificulta sua tipificação, mas é possível identificar dois domínios de base – o domínio da percepção física, no espaço e no tempo, e o domínio dos julgamentos. Torna-se, assim, também possível determinar alguns traços fundamentais, ou em virtude de sua natureza objetiva, quando a apreciação é partilhada por largo consenso social; ou subjetiva, quando a apreciação é facilmente contestada e depende do ponto de vista do sujeito falante, sempre dentro de um quadro contextual e de uma situação precisa.

Como é possível perceber, os procedimentos da *mise-en-scène* descritiva coincidem com aqueles descritos pela Linguística de Texto no processo de *referenciação*, seja na construção, seja na reconstrução dos *objetos de discurso*. As formas de referenciação são escolhidas pelo sujeito falante em interação com outros sujeitos de acordo com seu projeto de dizer e com a percepção de mundo que comungam. Sobre o emprego de descrições nominais, própria para a identificação e para a qualificação dos seres e das coisas, Koch afirma:

Trata-se, em geral, da ativação, dentre os conhecimentos culturalmente pressupostos como partilhados (isto é, a partir de um *background* tido por comum), de características ou traços do referente que devem levar o interlocutor a construir dele determinada imagem, isto é, a vê-lo sob um determinado prisma, o que lhe permite extrair do texto informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do seu produtor, de modo a auxiliá-lo na construção do sentido... (KOCH, 2005, p. 36).

Em outras palavras, a identificação e a qualificação do referente ocorrem de acordo com uma perspectiva reconhecível e axiológica. A entrada e a retomada de um objeto de discurso em um texto constituem, por si sós, um procedimento que, ao descrever, avalia o que é descrito e revela um posicionamento. De maneira complementar, o modo narrativo, diferentemente de mostrar e reconhecer os seres e as coisas, como faz o descritivo, leva o interlocutor a descobrir um mundo a partir de ações que se influenciam e se transformam. Segundo Charaudeau (2008), o sujeito descritor organiza o mundo de maneira taxionômica, descontínua e aberta e se diferencia do sujeito narrador porque este organiza o mundo de maneira sucessiva e contínua, testemunhando o vivido (mesmo que ficcional), ou seja, a transformação dos seres como efeito de seus atos.

No modo narrativo, a encenação constrói um universo sob a responsabilidade de um sujeito narrante que age sob o pretexto de uma organização lógico-narrativa, de acordo com um contrato de comunicação e com um sujeito destinatário. Compõem a lógica narrativa os actantes, os processos e as sequências, que integram actantes e processos numa finalidade narrativa. O dispositivo da encenação narrativa conta com um espaço externo, em que agem os

parceiros da troca linguageira (autor e leitor “reais”), e um espaço interno, em que se encontram os sujeitos da narrativa: o narrador e o leitor-destinatário. Para exemplificar os dois modos de organização do discurso, observe-se o seguinte meme:

Figura 3



Fonte: [fb.com/letronomia/photos/a.1035935616482977/1035933813149824/?type=1&theater](https://www.facebook.com/letronomia/photos/a.1035935616482977/1035933813149824/?type=1&theater).

Acesso em: 04 ago. 2019.

No meme acima⁷, o homem ali figurado é descrito pelo nome “Saussure”. Seu bigode e vestimenta corroboram a descrição, por sabermos, em função do conhecimento partilhado, que o “pai da Linguística” viveu há mais de um século. Um diálogo entre essa personagem e outra (actantes) permite configurar uma encenação narrativa – embora o sujeito narrante esteja palidamente indicado na fala “Mas Saussure, não podemos escrever isso”. A delocução é empregada nas falas de Saussure: “Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa” e em “Um signo é aquilo que os outros signos não são”. O tempo presente é próprio do comentário, da exposição de ideias, do *plano do discurso* de que tratava Benveniste, que, no meme, se aloja na breve narrativa, que pertence ao *plano da história*. A alocação se mostra na ordem do mestre, ao implicar o interlocutor em uma ordem: “Então escreve aí”. Ao substituir o *objeto de discurso* “coisa” por “signo”, o enunciador alterna um tom reconhecidamente relaxado por outro, com ares científicos de definição, causando um efeito de humor.

Pela análise em apreço, atesta-se, inevitavelmente, que a emergência do conceito “enunciação enunciada” deixa evidente o compromisso de se pôr em questão, no bojo dos

⁷ Fonte: <https://www.facebook.com/linguisticadepressao/>. Meme feito pelo Matheus Lima (@lim1nha) para garantir a presença da Linguística na onda de memes de grandes pensadores.

estudos linguísticos, o *predomínio da estrutura* e a *imposição do enunciado*. Sob a dimensão de uma “enunciação enunciada”, precipita-se um modelo de análise linguística cuja preocupação reside em tratar a linguagem no âmbito do social, não no sentido de concebê-la meramente como uma ferramenta de comunicação, mas no de considerar que o social ou o discursivo a instancia. Em outros termos, se há uma materialidade/estrutura linguística (“enunciada/enunciado”), esta ganha existência a partir dos aspectos sociais, em sentido amplo, que a integram (“enunciação”). Desse modo, pretender analisar a face “enunciada” do ato de linguagem é, inevitavelmente, penetrar nas situações históricas determinadas por sujeitos concretos (“enunciações”).

Sob a orientação da Teoria Semi linguística de Análise do Discurso, o exame de uma “enunciação enunciada” deixa entrever que *categorias de língua* e *categorias de discurso* estão em constante intercâmbio no sentido de que, se aquelas possibilitam a construção do *acontecimento discursivo*, estas emergem nas *categorias de língua*. Há assim um ponto de convergência em todo *ato de linguagem* entre o *situacional* (concernente aos fatores contratuais *identidade, finalidade, propósito tematizante e circunstâncias materiais*), o *semântico-discursivo* (relativo a *saberes e modos de organização do discurso*) e o *formal* (atinentes à *estruturação textual, construção gramatical e emprego lexical*), gerenciada por sujeitos dotados de *intencionalidade*.

Para refletir, uma vez mais, acerca do entrelaçamento entre os *níveis situacional, semântico-discursivo e semi linguístico*, será trilhado agora um caminho entre *restrições situacionais* previstas e sua *configuração textual* – do ponto de vista da gramática, do léxico e da textualidade (coesão e coerência) – relativamente ao modo *argumentativo* de organização do discurso. O entrelaçamento entre a materialidade do texto e as coerções impostas pelo contrato comunicativo no qual se insere propõe que se assuma a *argumentação*, antes de tudo, como uma *prática social*. Assumindo-a assim, faz-se necessário especificar as *condições de enunciação*, os *jogos de manipulação* operados pelos parceiros em interação e as *categorias* que os formalizam. Tal reflexão explicita uma articulação entre princípios da Teoria Semi linguística de Análise do Discurso e da Linguística Textual.

O argumentativo constitui-se como um processo de apreensão do real pautado em certas *operações do pensamento*, que se destinam a uma *apresentação* das multifacetadas experiências humanas. Nisso distingue-se do narrativo, como já antes visto, cuja apreensão desse mesmo real dá-se por uma certa *representação* da experiência do mundo.

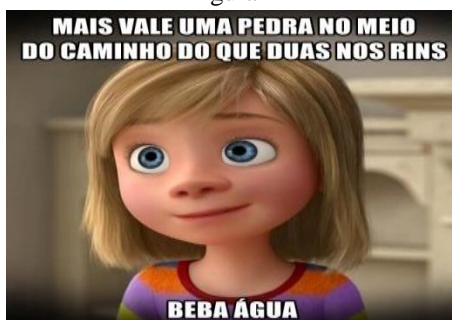
No âmbito da Análise do Discurso, a investigação do argumentativo já não considera mais a descoberta dessa *apresentação* de uma verdade, mas sim a de *jogos de apresentação*

dessa verdade instaurados por *operações de pensamento* que levam a um *crer* ou *fazer crer*. Nesse sentido, os jogos argumentativos particularizam-se por serem *impositivos*, obrigando o outro a entrar em um modo de pensamento e a avaliar em função do ponto de vista imposto. Para a compreensão desse funcionamento da dinâmica argumentativa, Charaudeau (2016) discorre sobre *componentes* e *procedimentos* próprios desse modo de organização do discurso.

Considerando os *componentes* indispensáveis ao modo argumentativo de organização do discurso, o *sujeito argumentante*, sob *restrições situacionais e manobras estratégicas*, estabelece frente ao *sujeito alvo*: (i) do que trata o texto, em termos de uma *proposta* que se problematiza, (ii) qual a posição adotada, relativamente à *proposição* em que se engaja e (iii) qual é a força da argumentação, em relação às *provas* assumidas para justificar o posicionamento adotado frente à proposta dada.

Para ilustrar o quadro dos *componentes* do modo argumentativo, observe-se mais um meme:

Figura 4



Fonte: <https://pt.dopl3r.com/memes/engra%C3%A7ado/mais-vale-uma-pedra-no-meio-do-caminho-do-que-duas-nos-rins-beba-agua/195434>.

Acesso em: 04 ago. 2019.

O ato argumentativo em questão se valida em conformidade com a situação comunicativa em que é gerado. Trata-se, neste caso, de um dito cristalizado: “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”, que, retextualizado por substituição, ainda se apropria da célebre construção: “uma pedra no meio do caminho”: “Mais vale uma pedra no meio do caminho do que duas nos rins”. Além disso, por obra da retextualização por acréscimo, é assim finalizado: “Beba água”. Tal dito reenunciado, por estar sobredeterminado pelo contrato comunicativo do meme – gênero digital emergente de grande força expressiva e alta circulação comunicacional –, será interpretado como um texto argumentativo cujas características centrais são a partilha incessante de um ponto de vista, a reapropriação cultural e o humor. Esses efeitos semânticos advêm de construções empregadas em coerência com a situação comunicativa em

cena, como veremos a seguir, atestando-se, dessa forma, que as características linguísticas respondem a “lances” situacionais. Vale ressaltar que esse mesmo enunciado, sob outros “jogos” contextuais, será validado de modo diverso.

O sujeito argumentante do meme – voz anônima praticada no universo digital – apropria-se da afirmação já bastante difundida de que “Beber água é necessário na prevenção a problemas de saúde” – tomada como *proposta* legítima – para posicionar-se a favor desse domínio temático, sob a *proposição*: “Beba água”. Estrategicamente, em termos de *modalização enunciativa (nível discursivo)*, usa a forma imperativa (“Beba”) – no âmbito do aparelho formal da enunciação – para enredar o interlocutor (*comportamento alocutivo*), tornando-o cúmplice, representado pela figura da menina cujos olhos revelam aquele que recebe uma lição.

Inseridas num quadro de questionamento, *proposta* e *proposição*, por não constituírem o todo do ato argumentativo, comprovam-se por meio de um *argumento*: “Mais vale uma pedra no meio do caminho do que duas nos rins”.

O exame desse *argumento*, segundo seu modo de apresentação, permite, com Charaudeau (2016), que se trate de alguns *procedimentos* típicos do modo argumentativo, ligados a dois fatores de interesse nesta análise: o *modo de raciocínio* – que diz respeito à relação de causalidade entre argumento e contexto e à sua força de ligação (da ordem do possível, do provável, do necessário e do inevitável) – e *tipo de saber* – que concerne à *força axiológica* do argumento diante do destinatário, “fiadora” do raciocínio antes estabelecido. Quanto aos tipos de saber – compreendidos como representações sociais que circulam discursivamente entre membros de uma comunidade –, Charaudeau (2004) propõe categorizá-los como saberes de conhecimento e de crença. Os primeiros correspondem a percepções e definições mais ou menos objetivas de mundo e os segundos, a sistemas de valores mais ou menos normatizados, podendo ser especificados em diversas áreas de valor, como as: do ético, do estético, do hedônico e do pragmático.

Reconhecem-se, em nível discursivo, dois *modos de raciocínio* no ato argumentativo sob exame, cuja força de ligação é da ordem do *necessário*: (i) *por dedução*, que responde à questão – Por que beber água é necessário à garantia da vida saudável? Porque mais vale uma pedra no meio do caminho (parar para beber água) do que duas nos rins (contração de cálculo renal); (ii) *por analogia*, que compara, por dessemelhança, as vantagens de se ter apenas **uma** pedra no **caminho** (fora do corpo) às desvantagens de se ter **duas** nos **rins** (dentro do corpo).

Em dimensão microestrutural, esses *modos de raciocínio* são engendrados por *modos de encadeamento*, no escopo dos procedimentos da *mise-en-scène* argumentativa, que

coincidem com os descritos por Ducrot, em sua Semântica da Enunciação, como *operadores argumentativos*. O termo *operador argumentativo* foi cunhado pelo teórico para designar elementos cuja função é a de indicar ou mostrar a *força* e a *orientação argumentativa* dos enunciados, comprovando que a *argumentatividade* está inscrita na própria língua.

Implicitamente, destaca-se do ato argumentativo sob exame a presença de um *operador argumentativo* do tipo que introduz conclusão relativamente a argumento anteriormente apresentado. Assim, é que se pode parafrasear o argumento dado, em sua relação com a tese, da seguinte forma: “Mais vale uma pedra no caminho do que duas nos rins; **portanto**, beba água”. É sabido que quando a proposição/tese pospõe-se ao argumento é possível apreciar, antes dela, um articulador conclusivo subentendido. Além disso, novo exercício de paráfrase possibilita reescrever o ato argumentativo explicitando operador argumentativo que introduz justificativa relativamente a enunciado dado: “Beba água, **porque** mais vale uma pedra no caminho do que duas nos rins”. Ainda segundo Charaudeau (2008), enunciados introduzidos por conjunções como “portanto” e “porque” inscrevem-se, de igual maneira, numa relação de *causalidade implicativa*.

Já em observância ao argumento propriamente dito, constata-se o emprego de *operador argumentativo* que estabelece comparação – **mais... (do) que** – entre elementos (“uma pedra no caminho”/“duas nos rins”) objetivando uma determinada conclusão: “Beba água” e produzindo certo *efeito pedagógico* sobre o destinatário.

Também em nível discursivo, verifica-se que o argumento em foco repousa sobre um saber de crença identificado ao domínio do *Pragmático*. Isso significa dizer que tal argumento apoia-se, particularmente, no que é da ordem do *útil* e do *eficaz*, dependente de um cálculo e considerado, portanto, como causa (“Não ter pedra nos rins”) de uma consequência, por vezes, desagradável (“Beber água”). Esse efeito insurge-se como uma norma – fundada em experiência que se apoia na eficácia da ação – cujo valor semântico apela para a *prudência*: “Mais vale uma pedra no meio do caminho do que duas nos rins”, atravessada, nesse caso, pelo humor.

E esse apelo à prudência ecoa – em resposta ao contrato comunicativo que está na base da situação comunicativa em jogo – saber de crença, justamente por materializar, via reapropriação cultural, lição extraída do rifão: “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”. Mas não o faz sem que se deixe atravessar pelo tom humorístico da recriação cultural que aciona a passagem do sentido metafórico do termo “pedra” (“obstáculo”/“entreve”) ao seu sentido literal (“mineral”). São esses efeitos sociodiscursivos advindos da estratégica recriação

de dito cristalizado que parecem dar o golpe final no destinatário na tentativa de influenciá-lo nessa *mise-en-scène* argumentativa.

Considerações finais

Na conclusão da obra *L'Énociation: de la subjectivité dans le langage*, Catherine Kerbrat-Orecchioni (1980) compara o funcionamento enunciativo e ideológico dos *enunciados* às bonecas russas, explicando que sua exploração jamais cessa. À face visível das *matrioskas*, superpõem-se outras, ocultadas, a exercer uma espécie de fascínio sobre aquele que se coloca na busca por descortiná-las.

Na Linguística contemporânea, tal fascínio instala-se na ação de, debruçando-se sobre *enunciados*, desejar-se explorar as *enunciações* que os instanciam. Esse desejo conduziu a confecção deste capítulo cujo centro repousa sobre o conceito de “*enunciação enunciada*” e se dispersa na direção de uma materialidade textual/linguística (*enunciada*) sobredeterminada por contexto sócio-discursivo e situação psico-histórica, atinentes à *enunciação*.

Pela concorrência desses dois fatores (contexto e situação), considerou-se o *fenômeno da enunciação*, tratando-se, especialmente, da relação contratual estabelecida entre interagentes, dotados de intencionalidades, produtores de *enunciados*. Desse tratamento, destaca-se que a materialidade do texto resulta das várias coerções (restrições) impostas pelo contrato comunicativo em que está inserida e possibilidades de manobra (estratégias) delineadas por um projeto de dizer do sujeito locutor.

Mais precisamente, sob a tutela da Teoria Semiolinguística do Discurso, foram analisados procedimentos descritivos, narrativos e argumentativos para pensar no ajustamento entre intencionalidades pressupostas (*enunciação*) e meios de expressão disseminados socialmente (*enunciados*). Assim, foi possível vislumbrar que o exame de uma *enunciação enunciada* faz mesmo entrever o constante intercâmbio entre categorias de discurso e de língua.

Essa convergência foi examinada, neste capítulo, por exemplo, relativamente à articulação entre os procedimentos do modo descritivo de organização do discurso e os processos de referenciação, como também entre os componentes do argumentativo e os modos de encadeamento materializados por operadores argumentativos. Tais apreciações foram feitas sobre textos filiados ao contrato comunicativo vigente para o gênero meme.

Do caminho teórico às vias das análises empreendidas, confirmou-se, neste capítulo, o inevitável percurso de exploração do funcionamento discursivo – enunciativo e ideológico – dos enunciados, percurso somente possível diante de um olhar sobre uma *enunciação enunciada*.

Referências

ADAM, J. M. **A Linguística Textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.

BALLY, C. **Traité de stilistique française**. Genève: George & Cie, 1951.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1929/1979.

BENVENISTE, E. **Problème de linguistique générale I**. Paris: Gallimard, 1966.

CHARAUDEAU, P. Les conditions de compréhension du sens de discours. In: **Anais do I Encontro Franco-Brasileiro de Análise do Discurso**. Rio de Janeiro: CIAD - Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H et alii. **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELO, R. de (Orgs.). **Gêneros: reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2004.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. A argumentação em uma problemática da influência. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, 2016. Tradução de Maria Aparecida Lino Pauliukonis.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1984.

GREIMAS, A. **Sobre o sentido: ensaios semióticos**. Petrópolis: Vozes, 1975.

JAKOBSON, R. **Essais de linguistique générale**. Paris: Minuit, 1963.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **L'énonciation. De la subjectivité dans le langage**. Paris: A. Colin, 1980.

KOCH, I. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

Recebido em: junho de 2019.

Aprovado em: agosto de 2019.

ORGANIZAÇÃO TÓPICA NA INTERAÇÃO EM REDE: ASPECTOS TEXTUAIS, CONTEXTUAIS E DE COERÊNCIA¹

Rivaldo Capistrano Júnior²
Vanda Maria da Silva Elias³
Maria da Penha Pereira Lins⁴
Gil Negreiros⁵
Geralda de Oliveira Santos Lima⁶

Resumo: Neste artigo, definimos como recorte temático um estudo sobre a topicalidade e a construção da coerência em textos produzidos em ambiente de rede. Supondo que os estudos do texto, como empreendidos na abordagem sociocognitiva, podem servir, sim, de orientação teórica para descrição e análise de textos em contextos propiciados por tecnologias atuais de comunicação e interação, pretendemos neste trabalho responder às seguintes questões: como descrever e analisar a topicalidade e coerência textual em textos produzidos em rede? Para os linguistas de texto, quais as demandas teóricas e analíticas advindas dessas produções em rede em razão das formas de interação e de colaboração possíveis aos sujeitos/usuários da rede? Observando o objetivo embutido nessas questões de realizar um estudo sobre a topicalidade e a sua contribuição para a construção da coerência em produções textuais situadas em ambiente de rede, servimo-nos de textos extraídos da rede social Facebook para a análise do tópico, sua instauração, progressão no processo interacional e sentidos possíveis. Os resultados indicam que a abordagem sociocognitiva para os estudos do texto em mídias tradicionais pode servir de ponto de partida para os estudos das produções hipertextuais, no entanto, necessário se faz que o analista promova atualizações nos procedimentos teóricos e metodológicos requisitados pela especificidade dessas produções.

Palavras-chave: Facebook. Organização tópica. Coerência

Abstract: In this paper, we define as the thematic focus a study on topicality and the construction of coherence in texts produced in social network environment. Assuming that textual studies, as undertaken in the sociocognitive approach, may work as a theoretical guide for text description and analysis in provided contexts by current communication and interaction technologies, we intend to answer the following questions: how to describe and analyze textual topicality and coherence in texts that are produced in social network? What are the theoretical and analytical demands arising from these network productions due to the forms of interaction and possible collaboration to the network subjects/users for text linguists? Observing the embedded aim in these questions to conduct a study on topicality and its contribution to the construction of coherence in textual productions situated in a network environment, we use texts from the social network Facebook for the topic analysis, its establishment, progression in the interational process and possible meanings. The results indicate that the sociocognitive approach towards text studies in traditional media may serve as a starting point for hypertextual

¹ Este texto é uma versão revisada e ampliada da que foi publicada em Capistrano Júnior e Elias (2018; 2019).

² Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. r.capistrano@uol.com.br

³ Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil. vanda.elias@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. mpenhalins@gmail.com

⁵ Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil. gil.negreiros@ufsm.br

⁶ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil. geraldalima.ufs@gmail.com

productions studies, however, it is necessary that the analyst promote updates on the theoretical and methodological procedures required by these productions specificity.

Keywords: Facebook. Topic Organization. Coherence.

Introdução

Considerando que a comunicação interativa na cibercultura estrutura-se hipertextualmente, pesquisas em Linguística Textual (LT, daqui em diante), como as de Elias (2012; 2015; 2016), Elias e Cavalcante (2017), Capistrano Júnior e Elias (2018; 2019), voltam-se para a análise de textos na *Web*, cujas peculiaridades dos modos de produção, circulação e recepção vêm impulsionando pesquisas e reflexões no sentido de (re)definir conceitos e critérios de descrição e análise.

Nesse sentido, pretendemos, neste artigo, nos posicionar em relação às seguintes questões: (i) como as noções de tópico e coerência podem ser aplicadas em estudos sobre a produção textual em rede? (ii) quais contribuições estudos do texto na abordagem sociocognitiva oferecem para a descrição e análise de textos produzidos graças a recursos tecnológicos que atualizam constantemente as nossas formas de comunicação e interação?

Em nossa reflexão, assumimos os seguintes pressupostos e posicionamentos:

(i) toda e qualquer produção textual envolve uma complexidade de fatores atinentes ao uso da língua e a interesses em jogo, no curso mesmo da interação, razão pela qual o processamento depende não só de características textuais, como também de características dos usuários da língua (objetivos, convicções, conhecimentos);

(ii) os interlocutores cooperam e negociam significados e posições no contexto da situação em um processo discursivo, dinâmico, relacional e ativo constituído por complexas e múltiplas camadas de significação (KOCH; ELIAS, 2016);

(iii) a constituição do texto e de seu sentido requer uma multiplicidade de operações cognitivas interligadas o que, segundo Koch (2015), significa dizer que essas operações são o resultado da interação de várias ações praticadas pelos sujeitos de forma negociada e situada;

(iv) os eventos linguísticos comunicativos não são a reunião de vários atos individuais e independentes, mas realizações que se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente, e o processamento textual demanda atenção não só às características textuais, mas também aos objetivos e conhecimentos dos usuários, estes concebidos como estrategistas;

(v) os textos espontaneamente produzidos e veiculados nas redes sociais se constituem em rico material para a reflexão sobre o uso que fazemos da língua, sobre o modo pelo qual configuramos os textos e sobre as funções que assumem.

Para alcançar o objetivo definido, organizamos o artigo da seguinte maneira: a primeira seção trata da concepção de texto, contexto e hipertexto, que constitui o quadro teórico mais amplo no interior do qual desenvolvemos conceitualmente a noção de topicalidade e coerência (seção 2). Na sequência (seção 3), tratamos de textos produzidos em rede, caracterização quanto ao modo de produção, organização e progressão tópica e a produção da coerência. Por fim, indicamos na conclusão a contribuição do estudo por ora realizado.

Texto, contexto e hipertexto

Para fazer jus ao texto em toda a sua complexidade constitutiva, é preciso defini-lo com cautela. Sabemos, ainda, que seu conceito pode variar de acordo com os objetivos de uma pesquisa e com a sua filiação teórico-metodológica.

Neste trabalho, partindo do pressuposto básico de que o processamento de todo e qualquer texto depende não só dos elementos que o constituem, como também de aspectos sociocognitivos dos usuários (KOCH, 2015), adotamos, com base em Beaugrande (1997), Koch e Elias (2016), Cavalcante (2018), o seguinte conceito:

- o texto é uma realização humana, que assume uma dada configuração espaço-textual, organizada sobre determinado suporte, em interações situadas e ancoradas em processos cognitivos e aspectos socioculturais, constituindo-se num evento comunicativo singular.

Independentemente do seu tamanho ou da sua configuração, cada texto evidencia um projeto de dizer. Segundo essa perspectiva, a seleção e o modo de organização dos elementos que lhe são constitutivos (verbais e não verbais), de uma determinada maneira, apontam para sistemas de conhecimentos de natureza diversa, bem como para a intencionalidade do sujeito, uma vez que, com a linguagem, agimos sobre o outro, influenciando sobre a maneira de pensar e sobre o comportamento, ou fazendo com que o outro compartilhe de nossas opiniões (ELIAS, 2016). Nesse sentido, todo texto assinala ou explicita uma direção argumentativa, conforme Koch (2002a).

Considerando, pois, que os textos são incompletos ou implícitos, visto que a maior parte do conhecimento compartilhado não precisa ser explicitada, a coerência é uma construção “situada” dos interlocutores (KOCH, 2015, p. 55). Longe, portanto, de ser uma propriedade que

pode ser localizada ou apontada no texto, a coerência é fruto de uma atividade de processamento cognitivo altamente complexo e colaborativamente construído, como afirma Marcuschi (2007).

Ainda segundo o autor, trata-se de algo dinâmico que se encontra mais na mente que no texto e, sendo assim, “mais do que analisar o sentido que um texto pode fazer para seus usuários, trata-se de observar o sentido que os usuários constroem ou podem construir para suas falas” (ou escritas) (MARCUSCHI, 2007, p. 13).

A compreensão do texto como uma *entidade multifacetada* cuja constituição envolve linguagens variadas e conhecimentos pressupostamente compartilhados demanda uma concepção de contexto que põe em saliência o que os sujeitos possuem como modelos mentais que são ativados na interação, considerando que esses modelos dizem respeito a como essas representações ocorrem no plano das relações entre os sujeitos situados social, histórica e culturalmente.

Assim sendo, é necessário definir o contexto e fazê-lo em termos de um modelo mental dinâmico, ou seja, levando em conta como os falantes se representam a si próprios e aos outros participantes, bem como as outras dimensões relevantes do evento comunicativo.

Nesta nossa reflexão, o contexto não se restringe ao contexto (cotexto) linguístico entendido como o que antecede ou sucede determinada fração textual; também não se limita ao que se concebe como situação imediata ou mediata nem se trata apenas do que os sujeitos armazenam na memória como resultado de suas experiências, mas, sim, de uma conjunção de elementos de ordem verbal e não verbal, cognitiva e social (KOCH, 2002b; KOCH; ELIAS, 2016). Trata-se, portanto, de uma interpretação subjetiva, embora fundamentada socialmente, que os interlocutores produzem sobre as situações comunicativas, com fundamental importância na construção da coerência.

Em uma visão plástica decorrente de uma abordagem sociocognitiva na qual situamos o texto, o contexto é entendido como uma coconstrução negociada, situada e dinâmica, cuja (re)configuração pressupõe os sujeitos, seus papéis sociais, suas crenças, seus conhecimentos e os diversos elementos que os participantes de uma interação tomam como relevantes em eventos comunicativos específicos (KOCH, 2015; KOCH; CUNHA-LIMA, 2005; VAN DIJK, 2012). Por isso, o contexto é dinâmico e (re)definido durante todo o processo de interação. De acordo com essa visão, cada sujeito constrói, com base na sua experiência do dia a dia, representações cognitivas, que são únicas e individuais. Essas representações pessoais desempenham papel fundamental na produção e compreensão do texto, uma vez que são ativadas e atualizadas de acordo com o chamado modelo de contexto (VAN DIJK, 2012).

De caráter pragmático, os modelos de contexto representam parâmetros da situação da comunicativa (cenário, participantes, objetivos) que os sujeitos julgam relevantes e que lhes permitem adaptar o dizer ao conhecimento que acreditam que o outro possui. Desse ponto de vista, o contexto não só orienta forma(s) de organização textual de um determinado gênero discursivo, a partir do qual se dá a interação, a adequação do tópico discursivo e, conseqüentemente, o conjunto de referentes atinentes a esse tópico, mas também é afetado pelas ações dos sujeitos, os quais interpretam mutuamente pistas (con)textuais e, com base nisso, projetam sua atividade discursiva.

Estudos sobre o contexto situados nesse espectro vêm ganhando espaço na agenda dos estudiosos de texto ao lado de outros temas como a coerência, abordada anteriormente; a topicalidade, que será discutida em seção posterior; e o hipertexto, que tem se constituído como objeto de investigação desde os anos 1990, de modo especial, na linguística textual alemã cujos estudiosos vêm providenciando conceitos e métodos para a análise de textos cada vez mais complexos (BLÜHDORN; ANDRADE, 2009), bem como na linguística textual brasileira (MARCUSCHI, 1999; 2007; KOCH, 2002b; 2007).

A partir de então, as pesquisas sobre o hipertexto vêm focalizando aspectos como traços característicos desse modo de produção e leitura, suporte, imbricação fala/escrita, emergência de novas práticas comunicativas e convergência de linguagens e mídias, segundo aponta Elias (2012).

Esse processo de complexificação exige dos linguistas de texto o desenvolvimento de modelos teórico-analíticos para o tratamento de fenômenos linguísticos e textuais que, constituídos no contexto da cultura digital, requerem a (re)elaboração de conceitos e a descoberta de procedimentos capazes de dar conta dos muitos aspectos envolvidos nos processos de produção e compreensão de textos como, por exemplo, a topicalidade.

Tópico discursivo

Na LT, conforme Barros (2017), há um interesse crescente no estudo do tópico discursivo, e sua noção difere, em parte, na Análise da Conversação (AC). A LT, mesmo operando os princípios do foco, da centração e da organicidade, busca descrever, analisar e explicar a organização tópica em textos diversos, no intuito de uma compreensão mais global dos processos de regularidade da organização e da progressão textual. A AC, por sua vez, prioriza a conversação e o comportamento colaborativo dos sujeitos no gerenciamento tópico (BARROS, 2017).

Segundo Cavalcante, Pinheiro, Lins e Lima (2010), no Brasil, a noção de tópico discursivo é descrita, no âmbito dos trabalhos do subgrupo Organização Textual-Interativa do Projeto Gramática do Português Falado (PGPF), como uma categoria analítica de estatuto textual.

Definido, inicialmente, por Jubran *et al.* (1992), como uma categoria abstrata, primitiva, que se manifesta na conversação, mediante enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes explícitos ou inferíveis, concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem (1992, p. 361), o tópico discursivo abrange duas propriedades: a centração e a organicidade.

A *centração* (“sobre o que se diz”) consiste no inter-relacionamento das unidades temáticas do texto, convergindo para um eixo central e abrange os traços de concernência, relevância e pontualização: (i) concernência: relação de interdependência semântica entre os enunciados – implicativa, associativa, exemplificativa ou de outra ordem – pela qual se dá sua integração no referido conjunto de referentes explícitos ou inferíveis; (ii) relevância: proeminência desse conjunto, decorrente da posição focal assumida pelos seus elementos; (iii) pontualização: localização desse conjunto, tido como focal, em determinado momento da mensagem (JUBRAN *et al.*, 1992, p. 361).

No entanto, Jubran (2006b), ao incorporar em seus estudos uma noção mais ampla de interação, ressalta a insuficiência do léxico para a construção dos sentidos e o caráter não apriorístico e instável dos objetos de discurso (ou referentes). Nesse sentido, para a autora, a propriedade de centração, tal como aparece no trabalho de 1992, apoia-se na função representacional e “não abarca a contrapartida interacional, pertinente a uma abordagem textual-interativa do texto” (JUBRAN, 2006b, p. 35). Ela propõe que as noções de concernência, relevância e pontualização, abrangidas pela centração, sejam revistas: (i) a concernência: relação de interdependência entre elementos textuais, firmada por mecanismos coesivos de sequenciação e referenciação, que promovem a integração desses elementos em um conjunto referencial, instaurado no texto como alvo da interação verbal; (ii) a relevância: proeminência de elementos textuais na constituição desse conjunto referencial, que são projetados como focais, tendo em vista o processo interativo; (iii) a pontualização: localização desse conjunto em determinado ponto do texto, fundamentada na integração (concernência) e na proeminência (relevância) de seus elementos, instituídas com finalidades interacionais (JUBRAN, 2006b, p. 35).

A organicidade (“como se trata o que se diz”), outro traço identificador do tópico discursivo, diz respeito ao seu desdobramento em tópicos coconstitutivos, ou seja, em

subtópicos. Sua manifestação pode ser observada na linha discursiva por meio de relações de interdependência tópica em dois planos: sequencial (horizontal) e hierárquico (vertical).

O plano sequencial indica, em termos de adjacência, as articulações intertópicas (continuidade), “com abertura de um tópico subsequente somente quando o anterior é esgotado” (PINHEIRO, 2005, p. 26) ou as interposições tópicas (descontinuidade), ou seja, uma quebra ou ruptura na sequencialidade linear do texto. Diferentemente da categoria da continuidade, na qual, segundo Jubran 2006a, um novo tópico é iniciado quando o anterior é finalizado no que se refere ao seu desenvolvimento temático, a categoria de descontinuidade consiste na inserção de tópicos constitutivos de um quadro tópico entre tópicos de um outro quadro tópico.

Sequencialmente, portanto, a progressão tópica pode se realizar de maneira contínua ou descontínua (KOCH, 2008). Neste trabalho, entendemos que a continuidade tópica envolve tanto a rigorosa manutenção do tópico em andamento, como também, com base em Galembeck (2017), a ampliação/expansão tópica, estratégia que reforça a focalização do tópico em andamento, por meio do fornecimento de informações complementares ou adicionais. Em outras palavras, a continuidade tópica diz respeito aos conjuntos de segmentos tópicos que estão direta ou indiretamente relacionados com o tópico central. Já a descontinuidade tópica abarca as diferentes estratégias de mudança, de ruptura do tópico em andamento, ocasionando a desfocalização do tópico central e a focalização de um novo tópico.

Por sua vez, o plano vertical diz respeito ao estabelecimento de relações hierárquicas de superordenação e subordinação entre tópicos segundo o grau de abrangência dos assuntos abordados. Dependendo do ponto de vista do analista, um tópico pode se constituir, ao mesmo tempo, num tópico mais abrangente (supertópico) ou em tópico coconstituente (subtópico) (LINS *et al.*, 2017).

Em 2010, Cavalcante *et al.*, em revisão do trabalho de Jubran (2006b), evidenciam a natureza sociocognitiva do tópico discursivo. Para os autores, a centração, firmada por processos de referenciação, é estabelecida por cadeias referenciais expressas cotextualmente ou por outros dados do entorno sociocultural e situacional dos sujeitos. Da mesma forma, as relações de interdependência entre tópicos (a organicidade) se constroem sociocognitivamente com base nas pistas do contexto.

Além disso, os autores enfatizam a relação intrínseca entre os processos de referenciação e o gerenciamento tópico: “estes processos, que dizem respeito à referenciação e à progressão e organização tópica do texto/discurso estão profundamente enraizados na dinâmica sociocognitiva e discursiva da interação” (CAVALCANTE *et al.*, 2010, p. 233). Nesse sentido, a referenciação, como um importante fio condutor de base, contribui não só para o

estabelecimento e para a apreensão de relações temáticas, mas também para a instauração do tópico, orientando a construção de representações globais do texto. Portanto, tópico discursivo, fio unificador e estruturador que perpassa o texto, assim como a referenciação apontam para dois aspectos fulcrais e interdependentes na negociação de sentidos: a progressão textual e a coerência.

Com base no exposto, defendemos que a topicalidade é um princípio cognitivo-interativo de natureza textual, que norteia os processos de produção e recepção de textos. Cognitivo, uma vez que o tópico é apreendido, mantido ou descontinuado tendo em vista não só estados de consciência (CHAFE, 1994) e de (des)focalização da atenção (SCHNOTZ, 2009), mas também o compartilhamento de conhecimentos. Interativo, porque o gerenciamento tópico pressupõe a colaboração entre os sujeitos, uma vez que suas ações se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente (KOCH; LIMA, 2005), ou seja, em contextos interativos situados, aquilo que é dito e focalizado é socialmente instituído e individualmente assumido como relevante (VAN DIJK, 2012). Trata-se de uma categoria analítica abstrata, “produtiva para análises tanto de textos orais quanto escritos” (BARROS, 2017, p. 309).

No que se refere à produtividade da noção de tópico na análise de textos diversos, destacamos o trabalho de Lins (2008), que, ao analisar a organização tópica de tiras diárias de quadrinhos, evidenciou como a imbricação verbo-imagética atua na introdução, manutenção/progressão e fim de tópico, pondo em destaque o fenômeno da multimodalidade na continuidade da organização tópica.

Ainda destacamos que a análise da topicalidade, tradicionalmente nos estudos do texto, tem focalizado textos da mídia tradicional. No entanto, diante das interações na *Web*, marcadas pelo poligerenciamento, pela interatividade e participação, pela poligenericidade e politematicidade, pela convergência de mídias e de linguagens, os textos ganham novos contornos no que se refere aos processos de produção, circulação e recepção, o que tem levado estudiosos do texto a repensarem o quadro teórico-metodológico da LT.

A questão que se coloca é pensar em que medida os conceitos e as categorias de análise da LT são úteis e relevantes para os textos na *Web*. Em se tratando do tópico discursivo e de sua inter-relação com a coerência textual, o que pode ser assumido ou até mesmo adaptado? Eis a questão em relação à qual pretendemos nos posicionar neste artigo, considerando os estudos de abordagem sociocognitiva desenvolvidos sobre texto, hipertexto e contexto e como, situados nesse quadro conceitual, as noções de tópico e coerência podem ser aplicadas em um exemplário extraído do espaço de produção e veiculação de textos da mídia social Facebook.

Textos na mídia social Facebook: modo de produção, topicalidade e sentidos

A criação do *Facebook* se deu em 2004 por alunos da Universidade de Harvard com o objetivo de facilitar a comunicação entre eles (BARTON; LEE, 2015). Essa rede social digital promoveu mudanças significativas não só na propagação e na produção de informações, mas também nas relações sociais.

Com 127 milhões de usuários ativos no Brasil⁷, a rede mantém interfaces para diversos dispositivos, promove uma organização de fluxos informacionais em arquitetura hipertextual e dispõe de ferramentas que promovem uma gama de ações, tais como postar, curtir, comentar e compartilhar, possibilitando, assim, a comunicação, a interação e a sociabilização entre as pessoas, o que caracteriza e constitui uma rede social *on-line* (RECUERO, 2009).

De acordo com Blikstein (2017, p. 22), o *Facebook* é uma mídia social que propicia o contato entre as pessoas e pressupõe uma “conversa miúda” com o objetivo de desabafar, expressar suas ideias, emoções, angústias, desejos, sonhos, preenchendo, assim, a função do bate-papo e das conversas para passar o tempo. É um espaço digital, portanto, de participação e colaboração, de trocas de experiências e pontos de vista. No que diz respeito à sua genericidade, o perfil ou a página do usuário, os grupos de interesse, públicos ou privados, constituem uma unidade de interação maior, composta por um agrupamento de textos de diversos gêneros textuais, chamada por Bonini (2011) de hipergênero.

Em relação às suas funcionalidades, “postar” é um recurso de atualização de *status*, que permite ao usuário realizar uma gama de funções discursivas, como expressar opiniões, relatar estados de espírito (BARTON; LEE, 2015). Do ponto de vista textual-discursivo, a postagem iniciadora (ou postagem motivadora) focaliza o conteúdo a ser tratado, ou seja, o tópico discursivo.

Abaixo da postagem iniciadora, o *plug-in* (botão) “curtir” permite aos usuários conectados aprovar (“dar um *like*”) o conteúdo publicado e, mais recentemente, expressar reações e emoções por meio de *emojis*. De acordo com Mittermayer e Santaella (2014), o recurso é um mero dado numérico, que, se for elevado em relação às outras informações publicadas, permite que a postagem iniciadora se mova, ganhando posição de destaque na linha do tempo (*timeline*).

⁷ *Folha de São Paulo*: Facebook chega a 127 milhões de usuários mensais no Brasil - No país, rede social tem mais usuários ativos do que WhatsApp. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2018.

O botão “compartilhar” possibilita a divulgação e a socialização da informação publicada. A ação de compartilhar permite que o usuário, caso queira, acrescente um comentário ao conteúdo compartilhado (MITTERMAYER; SANTAELLA, 2014).

Por sua vez, “comentar” permite agregar à informação publicada um comentário, cujos propósitos comunicativos vão da manutenção/estabelecimento das relações sociais à manifestação de pontos de vista e de reações, agindo como minifóruns de discussão (BARTON; LEE, 2015).

Para exemplificar o que acabamos de expor, apresentamos o seguinte arranjo textual composto hipertextualmente:

Exemplo 1



Comentários (postagem reativa)



Figura 1 – Notícia UOL (postagem iniciadora) e Comentários (postagem reativa). Disponível em: <<https://www.facebook.com/UOL/posts/10155297552943239>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

A notícia postada trata das práticas cirúrgicas cranianas realizadas pelos incas, e o link presente na postagem iniciadora do Exemplo 1 (<https://www.uol.com.br/tilt/ultimas-noticias/redacao/2018/06/12/incas-tinham-altos-indices-de-sobrevivencia-aposcirurgias-cranianas.htm>) conduz o leitor interessado à notícia na íntegra, que apresenta como chamada “Incas operavam melhor o cérebro do que médicos do século 19”. Até 19 de junho de 2018, a notícia havia gerado 2,1 mil curtidas, 248 compartilhamentos e 58 comentários.

Como observado, trata-se de uma produção hipertextual desenvolvida em torno de um tema proposto cuja expansão também pressupõe a atuação de usuários, em número indefinido, na forma de comentários que podem incorporar em sua produção escrita desenhos, fotos, imagens, cores, variação tipográfica etc.

Os comentários (postagem reativa) são organizados em ordem cronológica, na qual o último comentário apresentado é a contribuição publicada mais recente, e têm como características gerais a informalidade, a constante atualização, o que permite sua edição ou a sua exclusão, e a configuração textual variada. Além disso, os comentários põem em evidência a dupla face da leitura/escrita em suporte digital, visto que os usuários, além de leitores, são incitados a interagir por meio de suas apreciações e opiniões, desencadeadas pela postagem iniciadora ou pelos comentários já elaborados (réplicas).

Embora postagem iniciadora (ou motivadora) e postagem reativa tenham espaços próprios no *Facebook*, a informação adicionada nos comentários se vincula à postagem motivadora, promovendo a (des)continuidade do tópico em andamento e convergindo para um sentido global (coerência). Assim sendo, o texto motivador se desdobra em comentários, os quais, por sua vez, podem gerar outros comentários, já que um usuário pode seletivamente ler qualquer comentário e responder a ele, no momento e ordem que lhe convier.

Comentários online, *emojis*, *stickers*, *gifs*, organização tópica e produção de sentidos

Segundo o site www.emojipedia.org, em junho de 2018, havia aproximadamente 2.823 *emojis* no UNICODE. Com base nos estudos de Paiva (2016) e de Herring e Dainas (2017), os *emojis* são figuras digitais que simulam elementos multimodais da interação face a face. Trata-se de imagens coloridas de expressões faciais, animais, comidas etc., que, imageticamente, atuam como importantes pistas de contextualização (GUMPERZ, 1998).

Por sua vez, os *stickers*, conforme Seta (2018), são, normalmente, imagens maiores, estáticas ou não, enviadas individualmente, e os *gifs* (Graphics Interchange Format), de acordo com Lupinacci (2016), são animações silenciosas e, frequentemente, cíclicas, amplamente

inseridas em interações das redes sociais digitais, evidenciando emoções, reações em resposta a alguma postagem.

Emojis, stickers e gifs assumem primordialmente função interacional, uma vez que atuam no estabelecimento e/ou na manutenção de contatos. Além disso, essas figuras imagéticas digitais evidenciam estados de espírito dos usuários, uma vez que, com elas, pode-se fazer sorrir, chorar ou fingir algum sentimento segundo a vontade e o estado de espírito dos usuários (COSTA, 2009, p. 141-142).

No exemplo a seguir, focalizamos a função textual-discursiva de um *emoji*:

Exemplo 2



Figura 2 – Notícia UOL (postagem iniciadora). Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=UOL%20not%C3%ADcias%20besouro%20escorpi%C3%A3o&epa=SEARCH_BOX>. Acesso em: 02 abr. 2019.

O conjunto de referentes apresentados linguisticamente e imageticamente no texto da notícia aponta para o tópico instaurado: a descoberta do “besouro escorpião” no interior de São Paulo. Isso evidencia como referência e topicalidade são dois aspectos centrais da produção de sentido no texto. O conjunto de referentes orienta e se associa ao tópico e a seus desdobramentos, ou seja, sua subdivisão em tópicos coconstituintes.

A postagem da figura gerou 84 comentários, no entanto, para efeito de análise, selecionamos um comentário que assume a configuração de um *emoji*.

Comentário



Figura 3 – Comentário (postagem reativa). Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=UOL%20not%C3%ADcias%20besouro%20escorpi%C3%A3o&epa=SEARCH_BOX>. Acesso em: 02 abr. 2019.

Segundo a *emojipedia*⁸, o rosto amarelo gritando de medo 🤪 é representado por grandes olhos brancos, boca longa e aberta, mãos segurando o maxilar e testa azul pálida. No comentário, indica horror e medo.

No que diz respeito à referenciação, seu uso encapsula a reação emocional à postagem, constituindo-se numa marca de posicionamento do usuário e mantendo a focalização no conteúdo da notícia. Conseqüentemente, em relação à topicalidade, o *emoji* propicia a continuidade do tópico em andamento, apresentando ao leitor uma reação em relação à notícia. Trata-se de uma importante estratégia de estado de ativação da informação na memória dos usuários, uma vez que possibilita o reestabelecimento da conexão com o tópico instaurado na postagem motivadora.

Exemplo 3

Postagem iniciadora



Figura 4 – Notícia UOL (postagem iniciadora). Disponível em: <<https://www.facebook.com/UOL/>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

O tópico que compõe a notícia é a estreia do filme *Dumbo*, da Disney. A postagem, na ocasião da captura da tela, em 31 de março de 2019, gerou 230 curtidas, 16 comentários e 9 compartilhamentos.

Na apreensão do tópico, atuam de modo relevante os referentes apresentados por meio das expressões linguísticas “filme da Disney”, “Dumbo” e por meio da imagem do elefante Dumbo.

⁸ <<https://emojipedia.org/>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

Para nossas considerações, selecionamos três comentários relacionados à postagem (exemplo 3), agrupados de acordo com a (des)focalização do tópico em andamento.

Comentário com foco no personagem do filme

Comentário 1



Figura 5 – *Gif* (postagem reativa). Disponível em: <<https://www.facebook.com/UOL/>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

O comentário se configura na forma de um *gif* de um menino cujos lóbulos das orelhas se movimentam. Diante disso, a pergunta que nos fazemos inicialmente é: *Mas o que isso tem a ver com o personagem do filme?*

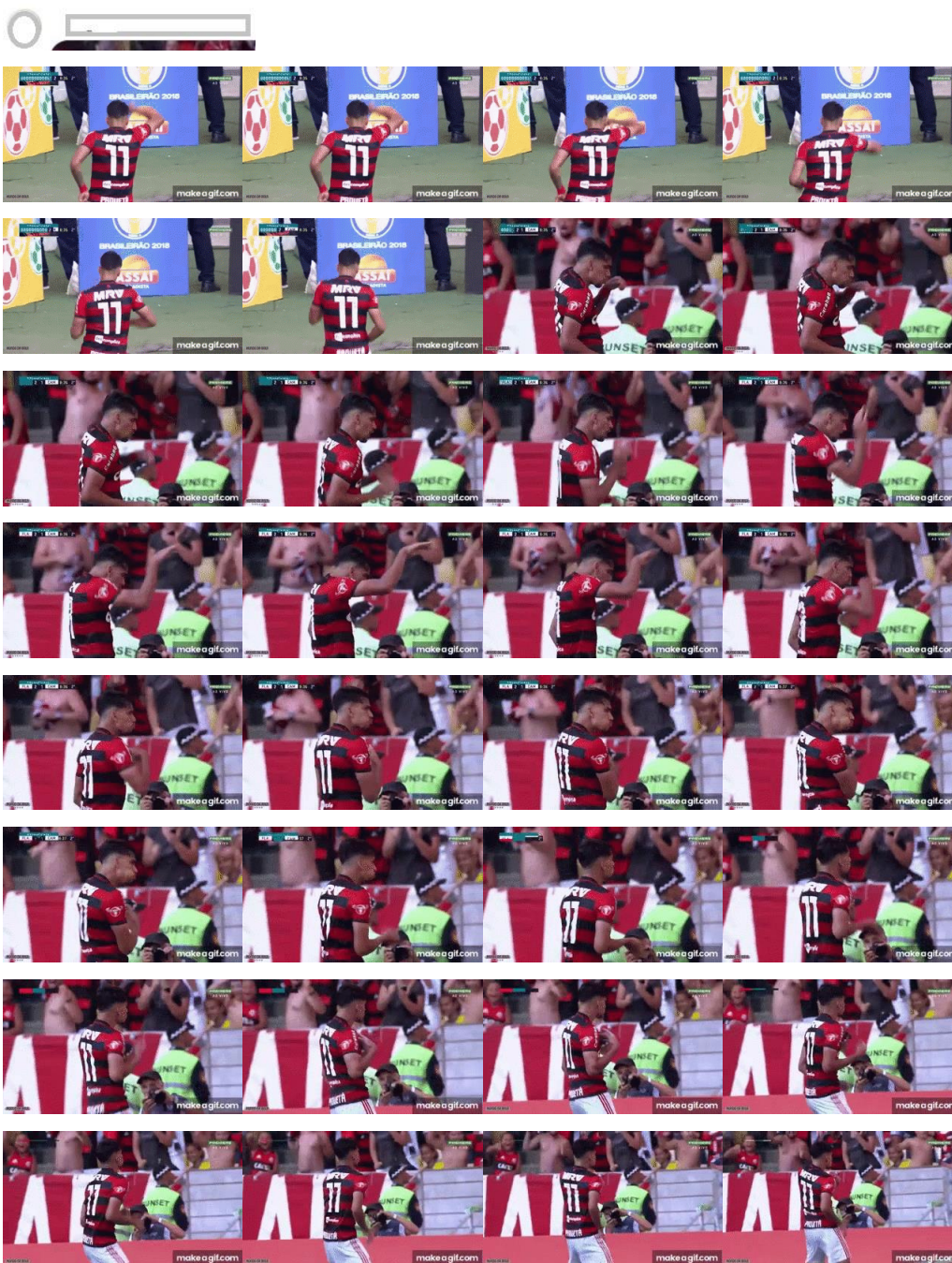
O elefante Dumbo tem orelhas muito grandes, que ele usa para voar. Assim, numa relação intertextual por alusão, entendemos, por meio da mobilização de conhecimento compartilhado, da percepção de intenção humorística, do estabelecimento do intertexto entre o comentário e postagem motivadora, que o *gif* alude ao principal personagem do filme. Desse modo,

• o referente que aparece no *gif* providencia pista sugestiva para a apreensão do tópico em andamento e, conseqüentemente, para a construção da coerência, motor do processo de compreensão no qual o aproveitamento dessas pistas e a cognição interagem dinamicamente (BLÜHDORN, 2008; MARCUSCHI, 2007; ELIAS, 2015).

• a intertextualidade exerce função mediadora no processo de construção da coerência entre os comentários e a postagem motivadora, o que permite o estabelecimento de uma orientação temática entre eles.

Comentário com foco no filme

Comentário 2



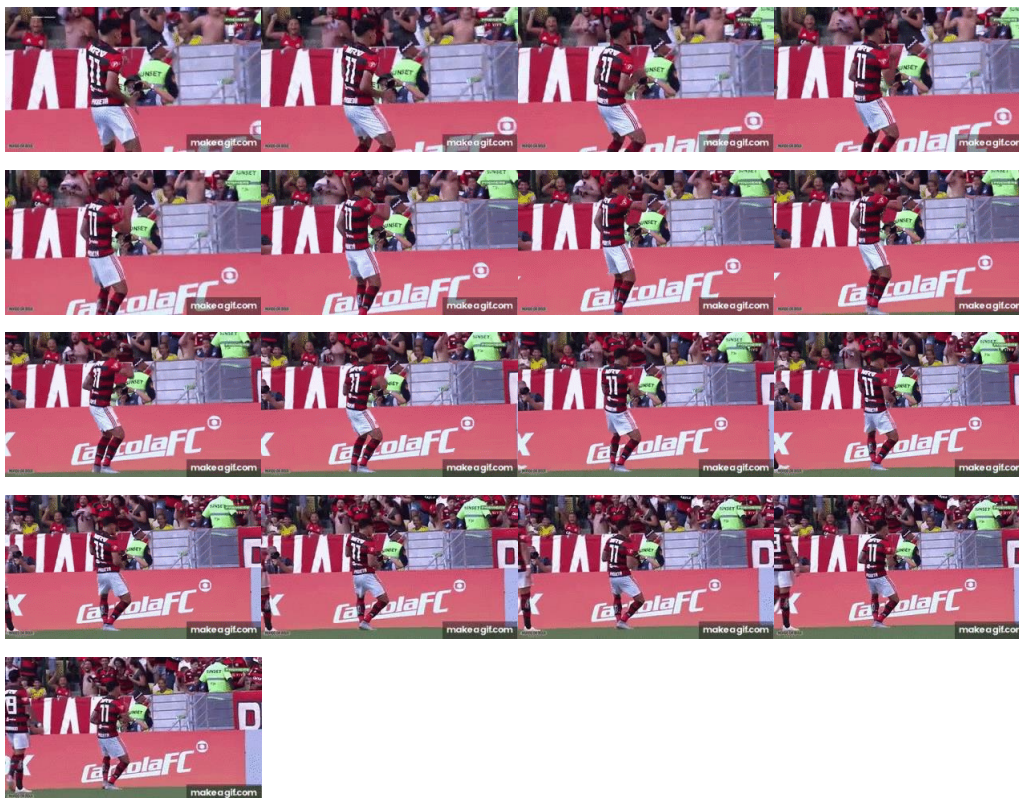


Figura 6 – *Gif* (postagem reativa). Disponível em: <<https://www.facebook.com/UOL/>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

O comentário 2 também assume a configuração de um *gif*, no qual aparecem dois jogadores. Inicialmente um deles realiza uma dança coreografada, possivelmente em comemoração a algum gol, uma prática muito comum entre os jogadores de futebol.

O *gif* utilizado sugere a comemoração da estreia do filme *Dumbo*, sinalizando por meio do humor uma reação emotiva e, conseqüentemente, um direcionamento argumentativo.

Comentário com desfocalização dos tópicos em andamento.

Comentário 3



Figura 7 – Pedido de “amei” (postagem reativa). Disponível em: <<https://www.facebook.com/UOL/>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

O comentário 3 inaugura um novo tópico: pedido de curtida para a foto do colégio. Novamente a pergunta que nos fazemos é: *Mas a mudança do quadro referencial e tópico ocasiona uma incoerência?*

Se (i) levarmos em conta o modelo de interação típico das redes sociais digitais com muitos usuários, que buscam dar a sua contribuição, a relevância e a focalização que as informações assumem para cada um, uma contribuição imprevisível pode surgir, como a do comentário 3 e se (ii) pensarmos na direção ou orientação argumentativa dos textos, pode ter sido a intenção do usuário postar o seu pedido na página do UOL do Facebook, para ganhar mais curtidas para sua postagem, tendo em vista o número de usuários da página, o comentário 3, embora cause estranheza, uma vez que rompe com o tópico discursivo focalizado, aponta para as interações socioculturais, para os processos cognitivos e para o uso intencional de recursos de linguagem com determinados propósitos, ancorando a construção da coerência.

Assim, a desfocalização do tópico em andamento e a instauração de um novo tópico não impedem a construção de sentidos. A coerência hipertextual resulta de um trabalho interpretativo baseado em aspectos contextuais e em pistas textuais que orientam as múltiplas conexões que podem ser feitas no interior de um texto, entre textos e contextos. Assim,

[...] diante de um texto em constante reconfiguração devido à colaboração de usuários em interação *on-line*, se conseguimos estabelecer uma relação entre os textos; se podemos identificar uma orientação temática e referentes implicados; se conseguirmos conectar os textos aos contextos humanos em que ocorrem, com toda a sorte de conhecimentos envolvidos nesse empreendimento; se conseguirmos construir para o arranjo textual uma dada moldura que nos permite encerrá-lo momentaneamente num quadro interpretativo, então podemos estender a arranjos

Conclusão

Com base na reflexão realizada, defendemos que, na análise da progressão tópica e da coerência hipertextual, a postagem iniciadora e os comentários (postagem reativa) não devem ser analisados como textos isolados, mesmo que sejam produzidos por sujeitos sociais distintos e tenham seus próprios espaços.

A postagem motivadora e os comentários são complexos conglomerados de texto em cujo fluxo emergem referentes, aquilo de que se vai tratar, em conformidade ou não com o tópico discursivo instituído (CAPISTRANO JÚNIOR; ELIAS, 2018; 2019). Isso porque o processo interacional no Facebook se assemelha a um conjunto de conversas múltiplas poligeridas, um polílogo (MARCOCCIA, 2004).

Além disso, a recepção descontínua permite que, em algumas situações, os tópicos instaurados nos comentários se afastem da postagem iniciadora, ramificando-se em uma “conversa paralela”. Assim, em decorrência das interações poligeridas, Marcoccia (2004) diz que o surgimento de múltiplas conversas paralelas pode envolver subgrupos de usuários que participam de apenas uma das várias conversas e/ou envolver usuários que participam de várias conversas, repercutindo na dinâmica das interações e, conseqüentemente, no gerenciamento do(s) tópico(s) instaurado(s).

Os comentários, por sua vez, não se sucedem casualmente a um tópico instituído, mas são organizados em sequências, semelhante à conversação, e evidenciam em termos de topicalidade o(s) assunto(s) que os usuários põem em focalização, entendida como a atenção direcionada para o tema em andamento (SCHNOTZ, 2009), e assumem contextualmente como relevante(s) na dinâmica das interações.

Em relação aos recursos imagéticos digitais, os *emojis*, *stickers* e *gifs* (i) estabelecem e mantêm relações interpessoais (função interacional) e (ii) manifestam emoções e sentimentos (função metacomunicativa). Além disso, atuam como relevantes procedimentos de manutenção/expansão tópica, evidenciando um direcionamento argumentativo (função textual-discursiva) e, conseqüentemente, contribuindo para a construção da coerência, conforme defendem Capistrano Júnior e Elias (2018; 2019).

Por fim, em relação à postagem iniciadora e, por conseguinte, ao tópico que lhe é constitutivo, defendemos que os comentários postados podem ser organizados de modo a: (i) ampliar o tópico discursivo em andamento por meio de declarações de acordo ou desacordo em relação à postagem iniciadora, sinalizando pontos de vista e orientações argumentativas; (ii)

não ampliar o tópico discursivo em foco, promovendo uma quebra da coerência local, uma vez que acarretam suspensão temporária do tópico em andamento; (iii) relacionar-se a outros comentários (comentários a comentário), promovendo, em alguns casos, o estabelecimento de novos tópicos discursivos.

A reflexão realizada no presente artigo possibilita-nos afirmar dizer que a produção textual em ambiente de rede solicita dos estudiosos e analistas de textos um olhar atualizado sobre práticas textuais e interacionais empiricamente realizadas nesses novos contextos, bem como sobre modelos teóricos de descrição e análise para que sejam capazes de dar conta da integração de diferentes linguagens no quadro dos diversos sistemas de conhecimento dos sujeitos em situação de interação.

Referências

BARROS, K. S. M. Linguística Textual e Análise da Conversação. In: SOUZA, E. R. F.; PENHAVEL, E.; CINTRA, M. R. (Orgs.). **Linguística Textual: interfaces e delimitações: homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 302-334.

BARTON, D.; LEE, C. **Linguagem online: textos e práticas digitais**. São Paulo: Parábola, 2015.

BEAUGRANDE, R. **New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and freedom of access to knowledge and society**. Norwood, New Jersey, Ablex, 1997.

BLIKSTEIN, I. A função do discurso nas redes sociais digitais. **Revista Discursos Fotográficos**, v. 13, n. 23, p. 13-36, ago./dez. 2017.

BLÜHDORN, H. Coerência no discurso e na cognição. **Caderno de Letras**. n. 24, p. 85-106, mai. 2008.

BLÜHDORN, H.; ANDRADE, M. L. C. V. O. Tendências recentes da linguística textual na Alemanha e no Brasil. In: WIESER, H. P.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Linguística textual: perspectivas alemãs**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 17-46.

BONINI, A. Mídia/suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 11, n. 3, p. 679-704, 2011.

CAPISTRANO JÚNIOR, R.; ELIAS, V. M. A linguística textual e os estudos linguísticos. In: LINS, M. P. P. (Org.). **O lugar na Linguística**. Vitória: PPGEL/UFES, 2019. (no prelo).

_____; _____. Práticas de escrita no contexto digital: elementos multimodais e coerência textual. In: SANTOS, Z. B.; PIMENTA, S.; GUALBERTO, C. L. (Orgs.). **Multimodalidade e ensino: múltiplas perspectivas**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018. p.157-182.

CAVALCANTE, M. M. Linguística Textual – para onde o Protexeto vai: palestra apresentada ao II Workshop em Linguística Textual: perspectivas interdisciplinares. Vitória: UFES, 29 nov. 2018.

CAVALCANTE, M. M.; PINHEIRO, C.; LINS, M. P. P.; Lima, G. Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Orgs.). **Linguística textual e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 225-261.

CHAFE, W. L. **Discourse, consciousness, and time: the flow and displacement of conscious experience in speaking and writing**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

COSTA, S. R. **Minidicionário do Discurso eletrônico-digital**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ELIAS, V. M. Estudos do texto, multimodalidade e argumentação. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 14, p. 191-206, 2016.

_____. Hipertexto e leitura: como o leitor constrói a coerência? In: CABRAL, A. L.; MINEL, J. L.; MARQUESI, S. C. (Orgs.). **Leitura, escrita e tecnologias da informação**. São Paulo: Terracota, 2015. p. 53-74.

_____. Texto e hipertexto: questões para a pesquisa e o ensino. In: MENDES, E.; CUNHA, J. C. (Orgs.). **Práticas em sala de aula de línguas: diálogos necessários entre teoria(s) e ações situadas**. Campinas: Pontes, 2012. p. 81-98.

ELIAS, V. M.; CAVALCANTE, M. M. Linguística textual e estudos do hipertexto: focalizando o contexto e a coerência. In: CAPISTRANO JÚNIOR; R.; LINS, M. P. P.; ELIAS, V. M. (Orgs.). **Linguística textual: diálogos interdisciplinares**. São Paulo: Labrador/PPGEL-UFES, 2017. p. 317-338.

GALEMBECK, P. de T. Linguística Textual e Análise da Conversação: o tópico discursivo e seus processos de expansão. In: CAPISTRANO JÚNIOR; R.; LINS, M. P. P.; ELIAS, V. M. (Orgs.). **Linguística textual: diálogos interdisciplinares**. São Paulo: Labrador/PPGEL-UFES, 2017. p. 189-212.

GUMPERZ, J. J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolinguística interacional**. Porto Alegre: AGE, 1998. p. 98-119.

HERRING, S. C.; DAINAS, A. R. Nice Picture comment! Graphics in Facebook comment threads. **Proceeding of the Fiftieth Hawai'i International Conference on System Sciences (HICSS-50)**. Los Alamitos, CA: IEEE, 2017. Disponível em: <<http://ella.slis.indiana.edu/~herring/hicss.graphics.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

JUBRAN, C. C. A. S. et al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Unicamp, 1992, p. 357-439.

_____. Tópico discursivo. In: JUBRAN, C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2006a. v. I.

_____. Revisitando a noção de tópico discursivo. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 48, n. 1, p. 33-42, 2006b.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual**: trajetórias e grandes temas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. Hipertexto e construção do sentido. **Alfa**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 23-38, 2007.

_____. **Argumentação e linguagem**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002b.

KOCH, I. G. V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, v. 3, 2005. p. 251-300.

_____; ELIAS, V. M. O texto na Linguística textual. In: BATISTA, R. O. (Org.). **O texto e seus conceitos**. São Paulo: Parábola, 2016. p. 31-44.

LINS, M. P. P. **O tópico discursivo em textos de quadrinhos**. Vitória: EDUFES, 2008.

LINS, M. P. P.; PINHEIRO, C. L.; TOMAZI, M. M.; CAVALCANTE, M. M. Tópico discursivo e transversalidade de temas no ensino de língua portuguesa. In: MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. (Orgs.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 129-146.

LUPINACCI, L. Uma imagem (em movimento) vale mais do que mil palavras: GIF animado como recurso expressivo. **Revista Comunicare**, v. 2, n. 2, 2016.

MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. Linearização, cognição e referência: o desafio do hipertexto. In: **Língua e instrumentos linguísticos**. Campinas: Pontes, 1999. p. 21-46.

MARCOCCIA, M. Online polylogues: conversation structure and participation framework in internet newsgroups. **Journal of Pragmatics** – an interdisciplinary journal of language studies, v. 36, p. 115-145, 2004.

MITTERMAYER, T.; SANTAELLA, L. Dialogismo no facebook. In: SANTAELLA, L. (Org.). **Sociotramas**: estudos multitemáticos sobre redes digitais. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014. p. 91-100.

PAIVA, V. L. M. de O. A linguagem dos emojis. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 55, n. 2, 2016.

PINHEIRO, C. L. **Estratégias textuais-interativas**: a articulação tópica. Maceió: EDUFAL, 2005.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SCHNOTZ, W. O que acontece na mente do leitor? Os processos de construção mentais durante a compreensão textual do ponto de vista da psicologia e da linguística cognitiva. In: WIESER, H. P.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Linguística Textual**: perspectivas alemãs. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 166-185.

SETA, G. Biaoqing: the circulation of emoticons, emoji, stickers, and custom images on Chinese digital media platforms. **First Monday**, v. 23, n. 9, set. 2018.

VAN DIJK, T. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.

Recebido em: junho de 2019.

Aprovado em: agosto de 2019.

REVISTA (CON)TEXTOS LINGUÍSTICOS

POLÍTICA EDITORIAL

- A Revista *(Con)Textos Linguísticos* publica artigos inéditos sobre fenômenos linguísticos de pesquisadores doutores brasileiros e estrangeiros.
- Os trabalhos são apreciados por dois membros do Conselho Editorial. Havendo divergência entre eles na indicação para publicação, o trabalho é submetido à avaliação de um terceiro parecerista, na qual a Comissão se baseará para decisão final sobre a publicação.
- A Comissão Editorial cientificará os autores sobre o conteúdo total ou parcial dos pareceres emitidos sobre o trabalho, garantindo o anonimato dos pareceristas, uma vez que os pareceres são de uso interno da Comissão. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa dos seus artigos.
- Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol ou francês.
- Os dados e conceitos contidos nos artigos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.
- Os direitos autorais referentes aos artigos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à revista *(Con)Textos Linguísticos*, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. O artigo deve ser digitado em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm, sem numeração de páginas. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12, em espaçamento 1,5 entre linhas e parágrafos, com alinhamento justificado. Entre texto e exemplo, citações, tabelas, ilustrações, etc., utilizar espaço duplo.
2. Os artigos devem ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas, incluindo todos os dados, como tabelas, ilustrações e referências bibliográficas.
3. O trabalho deve obedecer à seguinte estrutura:
 - *Título*: centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página.
 - *Nome do(s) autor(es)*: por extenso, com letras maiúsculas somente para as iniciais, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita, com um asterisco que remeterá ao pé da página para identificação da instituição a que pertence(m) o(s) autor(es).
 - *Filiação institucional*: em nota de rodapé, puxada do sobrenome do autor, na qual constem o departamento, a faculdade (ou o instituto, ou o centro), a sigla da universidade, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do(s) autor(es).
 - *Resumo*: em português e inglês (abstract) para os textos escritos em português; na língua do artigo e em português para artigos escritos em língua estrangeira. Precedido desse subtítulo e de dois-pontos,

em parágrafo único, de no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do nome do autor.

- *Palavras-chave e keywords*: no mínimo três e no máximo cinco; precedidas desse subtítulo e de dois pontos, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, fonte normal, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, logo abaixo do resumo.
- *Texto do artigo*: iniciado duas linhas abaixo das palavras-chave e *keywords*, em espaçamento 1,5 cm. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito, sem numeração e sem adentramento, com a inicial da primeira palavra em maiúscula. Os subtítulos obrigatoriamente utilizados (**Resumo**, **Palavras-chave**, **Abstract**, **Keywords**, **Referências**) também se submetem a essa formatação. Deverá haver espaço duplo de uma linha entre o último parágrafo da seção anterior e o subtítulo. Todo destaque realizado no corpo do texto será feito em itálico. Exemplos aos quais se faça remissão ao longo do texto deverão ser destacados dos parágrafos que os anunciam e/ou comentam e numerados, sequencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses, com adentramento de parágrafo.
- *Referências*: precedidas desse subtítulo, alinhadas à esquerda, justificadas, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto.
 - ✓ Para referências em geral (de livro, de autor-entidade, de dicionário, de capítulo de livro organizado, de artigo de revista, de tese/dissertação, de artigo/notícia em jornal, de trabalhos em eventos, de anais de evento, de verbete, de página pessoal), seguir a NBR 6023 da ABNT. Os *documentos eletrônicos* seguem as mesmas especificações requeridas para cada gênero de texto, dispostos em conformidade com as normas NBR 6023 da ABNT; no entanto, essas referências devem ser acrescidas, quando for o caso, da indicação dos endereços completos das páginas virtuais consultadas e da data de acesso a arquivos *on line* apenas temporariamente disponíveis.
 - ✓ Para citações, seguir NBR 10520 da ABNT. Ressalte-se que as referências no texto devem ser indexadas pelo sistema autor-data da ABNT: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.
 - ✓ No caso de haver transcrição fonética e uso de fontes do IPA, é necessário usar somente um tipo de fonte: silDoulosIPA, tamanho 12. A fonte pode ser obtida gratuitamente por meio do *site*: http://scripts.sil.org/DoulosSIL_download
- *Anexos*, caso existam, devem ser colocados após as referências bibliográficas, precedidos da palavra **Anexo**, em negrito, sem adentramento e sem numeração.
- Os artigos que não se enquadrarem nas normas aqui expostas serão recusados.

O artigo (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser enviado online em dois arquivos digitais, em formato Word for Windows (versão 6.0 ou superior), conforme as normas aqui divulgadas.

No texto do primeiro arquivo deverá ser omitida qualquer identificação de seu(s) autor(es). No texto do segundo arquivo com identificação, anexado em "Documentos suplementares", deverá constar ainda, em uma folha que anteceda o artigo, os seguintes dados: nome e endereço completo do(s) autor(es), com telefone, fax e e-mail; formação acadêmica; instituição em que trabalha; especificação da área em que se insere o artigo.

Serão devolvidos aos autores artigos que não obedecerem tanto às normas aqui estipuladas quanto às normas de formatação.

REVISTA (CON)TEXTOS LINGUÍSTICOS

COMISSÃO EDITORIAL

A/C Pedro Henrique Witches (Editor-gerente), Janayna Bertollo Cozer Casotti (Editora de Seção), Gesieny Laurett Neves Damasceno (Editora de Seção), Micheline Mattedi Tomazi (Editora de Seção), Mayara de Oliveira Nogueira (Editora de Texto)

CCHN/ PPGEL - Pós-Graduação em Linguística
Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus Universitário - Goiabeiras
CEP 29075-910
Vitória - ES
Tel: 0 (XX) 27 4009-2801